

EVERTON GUSTAVO RODRIGUES

CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO EXÉRCITO BRASILEIRO:
TRANSFORMAÇÕES RECENTES (1996-2006)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, junto ao Programa de Pós Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof . Dr. Dennison de Oliveira.

CURITIBA

2008

TERMO DE APROVAÇÃO

EVERTON GUSTAVO RODRIGUES
CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO EXÉRCITO BRASILEIRO:
TRANSFORMAÇÕES RECENTES (1996-2006)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre** no Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira – UFPR.

1º Examinador: Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes – UFPR

2º Examinador: Prof^a. Dr^a. Helenice Rodrigues da Silva

Curitiba, 27 de março de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Rodrigues, Everton Gustavo, 1973-
Construção Identitária no Exército Brasileiro: Transformações Recentes (1996-2006)
/ Everton Gustavo Rodrigues – Curitiba-PR, 2008.
206 f. : il.
Inclui Bibliografia

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História.

1. História Militar. 2. Instituições militares. 3. Exército Brasileiro – Séc.XX / XXI. 4. Pós-modernidade – Brasil. I. Oliveira, Dennison de. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Dedico este trabalho à minha amada esposa Aline, pelo carinho, estímulo e alegre convivência. Não fosse sua compreensão incondicional e sua doce presença revigorante, ele jamais teria se concretizado. Esta dissertação é sua, Aline.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial à minha esposa querida por tudo o que fizemos juntos até agora. Este trabalho, desde o início, foi feito a quatro mãos, ainda que muitas vezes sem a sua presença física. Obrigado pelo seu amor.

Agradeço a meus pais, Nilda e Cássio pela aventura do mundo e pela sabedoria das escolhas, e à minha avó materna pelos primeiros contatos com as letras. À Elida e Bonifácio pela alegria de terem vibrado comigo. Ao Isaac pela renovação da esperança em um mundo melhor.

Registro os mais sinceros agradecimentos:

Ao professor Dennison de Oliveira, pelo tratamento sempre cordial, pela sagacidade das suas observações e pelo entusiasmo acerca do tema. Agradeço-o acima de tudo pela oportunidade que me concedeu em ser seu orientando e pela confiança no meu trabalho.

Aos professores do Departamento de História da UFPR Euclides Marchi, Antônio César, Judite Barbosa, Carlos Antunes, Luiz Ribeiro pela generosa partilha de seus saberes. À Maria Cristina, secretária do CPGHIS, pela solicitude e gentileza com as quais sempre me tratou.

Aos colegas do mestrado pela partilha de seus saberes e pela certeza de que o sentimento de angústia acerca do processo não é exclusividade minha.

Ao grande mestre Zalar, pela serenidade e profundidade de seu saber empolgante. Graças a você me apaixonei pela História.

Aos amigos e colegas de trabalho: César Lopes e Franzese (por me mostrarem que é possível); Sandro e Menezes (por muitas vezes, na minha ausência durante os créditos, terem desempenhado minhas funções no trabalho); Filtsoff (pelos diversos “insights” acerca das micro operações relativas ao processo de socialização militar); Reichert, Otto, Freire, Delcio, Marcelo Morais, Marcelo Dias, Luciano, Clober, Lucas Santos, Pablo, Carvalho, Úngaro, Celso e Pianezzer pelas longas e profícuas conversas sobre o tema e pelo constante incentivo. Ao comando do 27º Batalhão Logístico pela gentil disposição em me liberar de parcelas dos expedientes diários para realizar meus créditos na Universidade. Não fosse todas essas pessoas, e outras tantas não citadas por mero esquecimento, este trabalho não teria sido realizado.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTOS	v
LISTA DE GRÁFICOS	viii
LISTA DE TABELAS	viii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	ix
LISTA DE ABREVIATURAS	ix
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
INTRODUÇÃO	1

CAPÍTULO I: OS ANTECEDENTES E A CONTEXTUALIZAÇÃO ATUAL DE UM MODELO TENSO DE RELAÇÕES ENTRE AS SOCIEDADES CIVIL E MILITAR

1. Os militares na atualidade: o ponto de partida e de chegada	5
2. O Exército Brasileiro e a sociedade civil: interdependência e padrões recorrentes de relacionamento	10
3. Interdependência entre contexto econômico e dinâmica social	31
4. A lógica da Guerra Fria e seu declínio	33
5. Neoliberalismo global ou globalização neoliberal	35
6. O capitalismo flexível da nova sociedade em rede	38

CAPÍTULO II: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MILITAR EM UMA REALIDADE MATERIAL CONSIDERADA DESFAVORÁVEL

1. Os socializáveis: os efetivos	41
2. Penúria material x coesão institucional: a utilidade do discurso	52
3. Modernidade do Exército: preocupações geopolíticas x coesão institucional	56
4. A socialização em tempos difíceis: a realidade material do Exército	61
5. <i>Panis et circensis</i> : a decadência	75
6. Distribuição diferenciada dos recursos: socializações não homogêneas	76
7. Captação de recursos por meio de “missões”	79
8. Reforma administrativa, ou da socialização militar empresarial	81
9. A liderança de modelo empresarial no Exército: ou do abrandamento das relações de poder	89

CAPÍTULO III: AINDA EM BUSCA DE IDENTIDADE: INDEFINIÇÕES DE ESPAÇOS DE PODER E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO EXÉRCITO

1. Sobre a figura do “revanchismo” do pós período militar _____	95
2. Comparações com outras carreiras de estado _____	99
3. O reforço da segurança pública dos estados <i>versus</i> a identidade salvacionista do Exército	100
4. Guerras interna e externa: de guerra revolucionária a GLO _____	106

CAPÍTULO IV: A SOCIALIZAÇÃO MILITAR E A ADEQUAÇÃO ÀS NOVAS FÓRMULAS CULTURAIS DA SOCIEDADE

1. “Paisanos” e “milicos”: a construção de uma identidade militar e a cultura pós-moderna _	113
2. “Não está satisfeito? Vá embora!”: uma instituição em debandada?_____	119
3. As mulheres no Exército e as mudanças nos paradigmas da socialização militar _____	134
4. Níveis educacionais do efetivo profissional _____	139
5. “Justiça e cidadania”: a construção da identidade militar no seio de uma sociedade dita democrática _____	146
a. Disputas internas por poder _____	146
b. Constitucionalismo e “Movimentos Sociais Militares”_____	148
c. Adequação do Exército às normas, princípios e formalidades jurídicas civis _____	156
d. As relações de poder internas: mudanças quanto à visão do subalterno (?) _____	167
6. A valorização do homem, ou o novo <i>modus operandi</i> para um antigo objetivo da instituição disciplinar: os corpos dóceis _____	172
7. Modificações no tempo de socialização: a despotencialização do olhar disciplinar _____	182
8. As punições: da descentralização e arbitrariedade à centralização com direito à defesa ____	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	192
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	195
FONTES IMPRESSAS _____	199
FONTES DE INTERNET _____	200

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1: Arrecadação com privatizações (1991-2001) _____	Pág. 29
Gráfico nº 2: Gerais do Exército (1994-2004) _____	Pág. 43
Gráfico nº 3: Oficiais e sargentos de carreira (1994-2004) _____	Pág. 45
Gráfico nº 4: Oficiais e sargentos de carreira formados (1993-2005) _____	Pág. 46
Gráfico nº 5: Cabos, soldados e taifeiros (1994-2004) _____	Pág. 47
Gráfico nº 6: Oficiais combatentes e não combatentes (1993-2005) _____	Pág. 47
Gráfico nº 7: Sargentos combatentes e não combatentes (1993-2005) _____	Pág. 48
Gráfico nº 8: Efetivo geral do Exército (1994-2004) _____	Pág. 48
Gráfico nº 9: Oficiais e sargentos temporários (1994-2004) _____	Pág. 49
Gráfico nº 10: Valores destinados à defesa (1995-2002) _____	Pág. 67
Gráfico nº 11: Oficiais de AMAN excluídos (1989-2005) _____	Pág. 120
Gráfico nº 12: Oficiais do QCO formados (1994-2004) _____	Pág. 125
Gráfico nº 13: Oficiais do IME formados (1994-2004) _____	Pág. 125
Gráfico nº 14: Porcentagem de evasão dos oficiais do QCO (1994-2004) _____	Pág. 129
Gráfico nº 15: Porcentagem de evasão dos oficiais do IME (1994-2004) _____	Pág. 129
Gráfico nº 16: Porcentagem de evasão dos oficiais da AMAN (1989-2005) _____	Pág. 132
Gráfico nº 17: Porcentagem de evasão de sargentos das armas (1989-2005) _____	Pág. 132
Gráfico nº 18: Porcentagem de mulheres entre os oficiais do QCO _____	Pág. 134
Gráfico nº 19: Porcentagem de mulheres entre os oficiais do QEM _____	Pág. 134
Gráfico nº 20: Concludentes de cursos universitários no Brasil (1996-2004) _____	Pág. 141
Gráfico nº 21: Oficiais e sargentos concludentes de pós-graduações _____	Pág. 142
Gráfico nº 22: Oficiais e sargentos concludentes de cursos universitários _____	Pág. 143
Gráfico nº 23: Processos tramitados na justiça federal (1995-2004) _____	Pág. 160
Gráfico nº 24: Processos contra o Exército (1999-2005) _____	Pág. 162
Gráfico nº 25: Punições aplicadas na Cia Mat Bel (1996) _____	Pág. 187

LISTA DE TABELAS

Tabela nº 1: Valores destinados à defesa (1995-2002) _____	Pág. 67
Tabela nº 2: Gastos do Departamento Logístico do Exército (2003-2005) _____	Pág. 70
Tabela nº 3: Verbas gastas em algumas OM do Exército (2004) _____	Pág. 77
Tabela nº 4: Grade de disciplinas da AMAN (2004) _____	Pág. 85
Tabela nº 5: Despesas médias por servidores federais (2001-2004) _____	Pág. 100

Tabela nº 6: Salários médios de algumas Polícias Militares Estaduais (2007) _	Pág. 102
Tabela nº 7: Salários médios das Forças Armadas (2007)_____	Pág. 103
Tabela nº 8: Gastos e efetivos de algumas Polícias Militares (2005) _____	Pág. 104
Tabela nº 9: Valoração entre o curso da AMAN e cursos universitários civis __	Pág. 116
Tabela nº 10: Valoração entre vida militar e vida civil _____	Pág. 117
Tabela nº 11: Causas contra o Exército que tramitaram no Poder Judiciário (2000-2003)_____	Pág. 162

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração nº 1: Recebimento de verbas pelo DLog _____	Pág. 69
Ilustração nº 2: Distribuição das diversas OM do Exército _____	Pág. 69
Ilustração nº 3: Visão de futuro da Diretoria de Suprimento _____	Pág. 94

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACE: Alto Comando do Exército.
ADESG: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.
AGU: Advocacia Geral da União.
AMAN: Academia Militar das Agulhas Negras.
ANESPRFA: Associação Nacional das Esposas de Praças das Forças Armadas.
ANPRAFA: Associação Nacional de Praças das Forças Armadas.
APEB: Associação de Praças do Exército Brasileiro.
APMB: Associação de Praças da Marinha do Brasil.
BE: Boletim do Exército (Publicado semanalmente pela SGEX).
BI: Boletim Interno (publicado diariamente em todas as OM do Exército).
BI: Batalhão de Infantaria.
BLog: Batalhão Logístico.
Cap: Capitão.
Cb: Cabo.
CComSEx: Centro de Comunicação Social do Exército.
CDOCEX: Centro de Documentação do Exército.
Cel: Coronel.
CFC: Curso de Formação de Cabos.
Cia MB: Companhia de Material Bélico.

CIE: Centro de Inteligência do Exército.
CM: Colégio Militar.
CMA: Comando Militar da Amazônia.
Cmdo: Comando.
Cmt: Comandante.
COTER: Comando de Operações Terrestres.
CPEX: Centro de Pagamento do Exército.
CPOR: Centro de Preparação de Oficiais da Reserva.
CTTEP: Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional.
DGP: Diretoria Geral de Pessoal.
DLog: Departamento Logístico.
DSN: Doutrina da Segurança Nacional.
EASA: Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas.
EB: Exército Brasileiro.
ECEME: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.
EME: Estado-Maior do Exército.
EP: Efetivo Profissional (também chamado “Núcleo-Base”).
ESA: Escola de Sargentos das Armas.
ESAEx: Escola de Administração do Exército.
ESAO: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.
ESG: Escola Superior de Guerra.
ESPCEX: Escola Preparatória de Cadetes do Exército.
ESSEX: Escola de Saúde do Exército.
EV: Efetivo Variável (Prestador do Serviço Militar Obrigatório).
FAL: Fuzil Automático Leve.
FAR: Força de Ação Rápida.
Gab Cmt Ex: Gabinete do Comandante do Exército.
Gen: General.
GLO: Garantia da Lei e da Ordem.
IMBEL: Indústria de Material Bélico.
IME: Instituto Militar de Engenharia.
Inf: Infantaria.
INFORMEX: Informativo do Exército.
Int: Intendência.
LRM: Lei de Remuneração dos Militares.

MatBel: Material Bélico.

MD: Ministério da Defesa.

MINUSTAH: Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (em inglês).

NE: Noticiário do Exército.

NPOR: Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva.

OM: Organização Militar.

OPEFT: Organização, Planejamento e Emprego da Força Terrestre.

PEG: Programa de Excelência Gerencial.

PIM: Programa de Instrução Militar.

QAO: Quadro Auxiliar de Oficiais (s/ cursos de formação, oriundos da carreira de Sgts).

QCM: Quadro de Capelães Militares (formação na ESAEx).

QE: Quadro Especial (Sgts. sem curso de formação, oriundos da graduação de cabo).

QEM: Quadro de Engenheiros Militares (formação no IME).

QCO: Quadro Complementar de Oficiais (formação na ESAEx).

QGEx: Quartel General do Exército.

R1 ou R2: Militar da reserva de 1ª ou de 2ª Categorias.

RDE: Regulamento Disciplinar do Exército.

RISG: Regulamento Interno dos Serviços Gerais.

RM/DE: Região Militar / Divisão de Exército.

Sd: Soldado.

SGEx: Secretaria Geral do Exército.

Sgt: Sargento.

Sgte: Sargenteante.

SIEsp: Seção de Instrução Especializada.

SIPLEx: Sistema de Planejamento do Exército.

ST: Subtenente.

STT: Serviço Técnico Temporário.

Ten: Tenente.

Tf: Taifeiro.

TFM: Treinamento Físico Militar.

UB: União Brasileira de Empresários.

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (em inglês).

RESUMO

O presente estudo tem como finalidade entender alguns aspectos relativos às transformações que vêm ocorrendo no processo de construção identitária dos militares do Exército Brasileiro, desde meados da década de 1990. Com uma imagem manchada pelos abusos cometidos nos governos militares, a sociedade fardada viu-se confinada em suas atividades profissionais específicas, permanecendo cada vez mais distante da mídia e do poder político, possuindo condições decrescentes de influenciá-los a seu favor. Pelo contrário, a mídia passou a colocar a público fatos que desacreditavam a incolumidade moral dos militares e os governos preteriam-lhes recursos. A secular crise de identidade do Exército se agudizava enquanto a sociedade global se transformava. Junto a uma sociedade mundial pós-moderna, baseada na informação, no consumismo e na tecnologia de toda monta, inclusive militares, o modelo liberal aparece não somente como um paradigma de mercado, mas também de relações políticas e sociais. Palavras como democracia, constitucionalismo, garantias e direitos individuais passaram a ser empregadas rotineiramente em todos os campos de relações, fazendo parte da pauta da maioria dos governos ocidentais, inclusive do Brasil. Esses dois aspectos – mundial e nacional – seriam o pano de fundo dentro dos quais encontra-se nosso tema de pesquisa. Este trabalho buscou compreender o alcance dessas múltiplas transformações da sociedade, nos processos de construção identitária do Exército. Analisando as fontes e vinculando-as às práticas sociais, percebeu-se que inúmeras transformações passaram a ocorrer nas relações de poder internas do Exército, fruto tanto daquelas transformações, quanto das necessidades materiais da Instituição. Pressões sociais e demandas insatisfeitas, caladas internamente desde 1964, voltaram a ter expressão no Exército da década de 1990. Regulamentos obsoletos e a sensação de injustiça fizeram, com que o público militar procurasse na justiça civil seus direitos relacionados à caserna. Tudo isso direcionou a cúpula militar a uma adequação ao plano jurídico vigente e fez perceber um crescimento das interconexões entre a sociedade militar e a civil, enfraquecidas pelo menos desde 1964. Resultado de um somatório de fatores, um plano de forças alheio, e, muitas vezes, em oposição ao pensamento da cúpula, tendeu a se estruturar internamente no Exército, pondo em cheque o modelo autocrático vigente e compelindo a Instituição fardada a suavizar seu tradicionalmente rígido modelo de dominação. Destarte, os indícios apresentados pelas fontes nos levaram a concluir que, nesta última década, os pontos de contato com a sociedade civil tiveram um sensível alargamento, em todas as frentes, e que os processos de construção da identidade militar no Exército sofreram a tendência de serem mais flexíveis que há pelo menos uma geração anterior.

Palavras chave: História militar recente; sociedade pós-moderna; Exército Brasileiro; identidade militar.

ABSTRACT

This study it has purpose to understand some aspects relatives to the transformations that occurring in the process of identity construction of the Brazilian's Army military, since the second half of the 90's decade. With an image spotted for the abuses committed in the military governments, the military society was seen confined in its specific professional activities, remaining each more distant time of the media and the power politician, possessing decreasing conditions to influence them it its favor. For the the opposite, the media started to place the public facts that discredited the pureness moral of the military, and the governments deny resources to them. The secular crisis of identity of the Army got worse while the global society was changedged. Together to a postmodern world-wide society, based in the information, the consumerism and the technology, of all species, also military, the liberal model not only appears as a paradigm of market, but also of social and politics relations. Words such as democracy, constitutionalism, individual guarantees and rights had routinely passed to be used in all the fields of relations, being part of the guideline of the majority of the occidental governments, also of Brazil. These two aspects - world-wide and national - would be the background inside of which meet our subject of research. This work aimed to understand reaches them of these multiple transformations of the society, in the process of identity construction of the Army. Analyzing the practical sources and tying them the social ones to it , it was perceived that innumerable transformations had started to occur in the relations of being able internal of the Army, result in such a way of those transformations, how much of the material necessities of the Institution. Social pressures and unsatisfied demands, been silent internally since 1964, had come back to have expression in the Army of the 1990's decade. Obsolete regulations and the injustice sensation made with that the military public looked in civil justice its related military rights. All these factors had taken the military elite to an adequacy to the effective legal plan and made to perceive a growth of the interconnections between the military society and the civilian, hardly perceived since at least 1964. Result of a set of factors, an plan of forces that it runs away, and many times, in opposition to the thought of the military cupola, was tended to internally structuralize it in the Army, putting in check the effective autocratic model and compelling the military Institution to alleviate its traditionally rigid model of domination. In this way, the indications presented for the sources had taken us to conclude that the points of contact with the civil society had a sensible widening, in all the fronts, in this last decade and that the construction processes of military identity in the Army had suffered the trend to be more flexible than previous generation at least.

Keywords: Present time military history; postmodern society; Brazilian army; military identity.

INTRODUÇÃO

“...a história, que é juiz do mundo, tem por primeiro dever perder o respeito” (Jules Michelet)

Citando um trecho da *Gaia Ciência* de Nietzsche, Foucault afirma que “É contra um mundo sem ordem, sem encadeamento, sem formas, sem beleza, sem sabedoria, sem harmonia, sem lei que o conhecimento tem de lutar. (...) Não é natural à natureza ser conhecida.(...) O conhecimento só pode ser uma violação das coisas a conhecer e não percepção, reconhecimento, identificação delas ou com elas” (FOUCAULT, 2002, p.18). O conhecimento acerca da instituição Exército não é uma continuação natural em relação a ela, mas, sim, uma violação, extremamente importante e necessária. Assim como a dissecação de um organismo vivo o deixa exposto, diminuindo seus mecanismos de defesa e tornando-o fragilizado ante o ambiente que o cerca, o conhecimento acerca de uma instituição com um passado recente de envolvimento político tão infeliz – acusada de graves violações dos direitos humanos, de empregar desmedida violência às dissidências e, com isso, promovendo um certo grau de obscurantismo em inúmeros setores da sociedade brasileira – e tão polêmica quanto o Exército, em primeiro momento a coloca em uma posição fragilizada e desconfortável perante a sociedade civil, justamente pelas questões de diferença de mentalidade, valores, objetivos e, englobando tudo isso, de diferença de “ritmo” social.

Porém se esta mesma instituição merece ser dada a conhecer – o que é praticamente um consenso entre os pesquisadores sociais – deve-se certamente violá-la no sentido foucaultiano, expondo suas entranhas à visualização externa, remexer-lhe o interior desobstruindo assim órgãos escondidos; quem sabe constatar visualmente mutações ou mesmo doenças ainda não diagnosticadas. Conhecer algumas mutações nesse organismo Exército foi o meu propósito desde o início desta pesquisa, motivado por questões, dentre outras, pessoais.

Em deferência ao imperioso princípio da honestidade científica e intelectual faz-se necessário aqui expor minhas motivações para a concretização deste trabalho. Ele nasceu da vontade de entender racionalmente um amplo movimento de transformações nos processos de socialização militares que vêm ocorrendo no ambiente castrense desde fins da década de 1990. Ambiente este que faz parte da minha realidade pessoal. Minha curiosidade acerca do tema deu-se, antes de tudo, por conta da minha situação de militar da ativa do Exército. A minha pesquisa tem sido feita, como diriam os antropólogos, por “observação participativa” há mais de quinze anos.

Segundo Bourdieu, o exercício reflexivo é um instrumento de cientificidade (BOURDIEU, 2005, p.22). Pensamento que pode ser remetido a Foucault ao assegurar que

“fazer um juízo verdadeiro ou falso é um ato de pensamento” e que pensar, portanto, “é sempre sentir e não mais que sentir” (FOUCAULT, 1990, p.256). Diante disso creio fazer parte da cientificidade do presente trabalho inseri-lo em seu *locus*. Penso ser meu dever, portanto, imprimir, nesta pequena apresentação, a geografia deste trabalho, seu lugar de nascimento, a cultura na qual foi concebido, tentando fixar-lhe, assim, uma identidade à medida que lhe defino uma historicidade.

Procurei fazer da pesquisa um conectivo entre minhas experiências pessoais e uma abordagem científica, racional, buscando aproveitar o que essas experiências podiam oferecer de subsídios a um conhecimento formalmente e racionalmente construído. Contudo, também, sempre tentando escapar do que pudesse ser interpretado como subjetivo, panfletário ou “tendencioso”. Não posso afirmar se fui feliz no meu intento. Posso dizer apenas, continuando com Bourdieu, que me esforcei para colocar a serviço do mais subjetivo a análise mais objetiva, apesar de toda a atmosfera emocional em meio à qual transcorreu a minha pesquisa (BOURDIEU, 2005, p.22;90). Uma atmosfera que amalgamou vários sentimentos, como orgulho em estar participando de um momento histórico de ascensão intelectual, e mesmo social, bastante ampla, de uma camada inferior da sociedade militar a qual me vejo pertencente; angústia pela incerteza de conseguir ou não autorização para me afastar dos expedientes para realizar meus estudos; temor, enfim, pela patrulha ideológica interna que pudesse ser empreendida contra minha pessoa em meu ambiente de trabalho. Por fim, apenas o orgulho permaneceu, sendo dissipados os temores pela facilidade¹ com a qual fui autorizado a assistir às aulas e pela liberdade total que tive em minhas pesquisas e no processo de produção textual, o que, sem dúvida, indica uma mudança enorme em relação ao ambiente de “caça às bruxas” que predominou nos quartéis do Exército, em certa medida, ainda até o início dos anos 90.

Um novo contexto em que se encontra o Exército foi, no mínimo, o grande facilitador da presente pesquisa, já que, pelo menos vinte anos atrás, dificilmente se veria um praça do Exército ingressar numa pós-graduação, muito menos realizar uma pesquisa acerca do seu próprio lugar de trabalho. Além da inflexibilidade de horários para a conclusão dos estudos, havia ainda o ambiente de cerrada patrulha ideológica, dentro do qual dificilmente a pesquisa ficaria totalmente livre, tanto no acesso às fontes quanto no teor da produção textual. Na verdade, nem a inflexibilidade, nem a patrulha ideológica se extinguíram de vez por todas do ambiente de socialização militar. Cada comandante detém um relativo poder de autonomia em suas organizações militares, e impõe ritmos diferentes a seus subordinados, de acordo com sua visão de mundo e aspirações profissionais. Daí cada quartel ser de um jeito, apesar de serem

¹ Fui “sabatinado” uma vez pelo comandante da unidade em que sirvo, acerca das intenções da minha pesquisa, justamente, creio eu, para saber se o que eu estaria disposto a escrever teria um cunho contestatório ou mesmo de ataque ao *status quo* institucional. Para confortá-lo, tive que apresentar-lhe uma cópia do meu projeto. A partir daí, as conversas que tivemos sobre o trabalho foram apenas em tom amistoso, de curiosidade sobre seu andamento –

relativamente “iguais”. Por sua vez, cada quartel é diferente um do outro nos aspectos “flexibilidade” e “patrulha ideológica” a seus subordinados. Porém, é recorrente nos discursos de militares (das várias camadas hierárquicas) a representação de que, no tempo presente, o mais intolerante e rígido dos quartéis é ainda mais flexível que o mais flexível dos quartéis de vinte anos atrás. Muitos afirmam que muito mudou e para melhor; outros dizem que piorou, pois a disciplina do soldado de hoje já não é mais a mesma de outrora. Afirmam que a formação já não é tão dura, por conta dos direitos humanos, e que isso deixa os “soldados”² menos disciplinados. Essas são questões de imaginário e de representações – que abarcam, dentre outras coisas, comparações entre passado e presente – merece ser estudada com muito mais carinho em uma outra oportunidade. No entanto, de antemão, deixam claro a percepção que cada militar – que tem vivido o momento atual de transição – vai socialmente construindo uma visão de que o Exército de hoje não é o mesmo da geração anterior.

Minha história se inicia neste ponto. Pertencço a uma geração de pessoas posicionada mais ou menos no momento de inflexão de alguns modelos sociais para outros. O novo e o velho ainda convivem no mesmo ambiente. E isso traz um conflito enorme de entendimento entre as pessoas de gerações diferentes. O dualismo característico da disciplina militar, calcado na dicotomia 'certo ou errado', choca-se com uma sociedade que se pretende universalista em suas crenças e, até certo modo, flexível em seus valores.

Na sociedade de maneira geral, os elementos de permanência e de mudanças convivem mutuamente numa tensão constante de forças e que, muitas vezes se fundem, criando elementos novos, híbridos. Na sociedade militar do Exército Brasileiro esse padrão não é diferente. No entanto, levando-se em consideração que a natureza da sociedade militar se mostra tipicamente conservadora, como afirma Hobsbawm, nela as mudanças são vistas com um certo ar de desconfiança, fazendo com que elas demorem mais a se inserir no cotidiano social fardado. No momento presente, pode ser observado que, em certa medida, o que predominam no processo de socialização, são os elementos de permanência. No entanto, as mudanças que vêm ocorrendo têm sido tão repentinas e, até certo ponto, tão radicais – e com alcances tão profundos na socialização militar – que me dispus a dar preferência por problematizar as transformações.

Diante desta problemática, eu necessitava forjar em mim mesmo a consciência da minha posição no mundo social. Afinal, eu iria estudar uma instituição em cuja dinâmica eu próprio estou inserido e seria preponderante que eu adquirisse o necessário distanciamento para realizar um trabalho de conteúdo pretensamente científico. Para Gunnar Myrdal, “as perguntas expressam nossos interesses no assunto”, além de tudo “os interesses nunca podem ser puramente científicos”, pois são “escolhas e produtos de nossas valorações” (MYRDAL, 1963,

por certo que visando um interesse de controle institucional sobre o que eu estaria a escrever – mas jamais em tom de admoestação ou de ameaças.

² Em seu sentido genérico de militares.

p.102). A consciência de minhas valorações e de meus posicionamentos tem sido a principal ferramenta para controlar minhas parcialidades. Busquei se não sanar, mas pelo menos atenuar o problema do distanciamento, a partir do instante em que eu me inserisse no plano estrutural do meu objeto, como um ator pertencente à cena e tivesse a consciência de que a direção e a força das ondas do meu presente social, se não provocam o efeito de me arrastar por completo, me influenciam de alguma maneira. Afinal, conforme Bourdieu:

“A posição, o lugar que o pesquisador ocupa no mundo social, ou seja, suas condições sociais, produzem efeitos sobretudo relevantes nas tomadas de posição científicas. A escolha dos objetos, dos pressupostos teóricos e das abordagens, tudo isso acaba sendo, em parte, resultado de influências das condições sociais de produção da pesquisa” (BOURDIEU, 2005, p. 134).

Coloco-me em uma posição de indivíduo socializado dentro do próprio sistema que apresento como objeto de pesquisa, esforçando-me, à medida do possível, por abstrair-me dele, em nome da honestidade da pesquisa. Apresento-me ao mesmo tempo como produto e produtor³ de um novo quadro institucional que passou a vigor ainda recentemente no Exército, sobremaneira influenciado por um presente contexto global de significativas mudanças e inserido, obviamente, num plano histórico de longa duração.

³ Percheron acredita que “toda socialização é resultado de dois processos diferentes: processo de assimilação e de acomodação. Pela assimilação, o sujeito procuraria modificar seu entorno para torná-lo mais conforme a seus desejos e para diminuir seus sentimentos de ansiedade e de intensidade; pela acomodação, ao contrário, o sujeito tenderia a se modificar para responder às pressões e às coerções de seu entorno” (DUBAR, 2005, p.22). Daí o motivo pelo qual me coloco como produto e também, ainda que de modo petulante, dentro do meu limitadíssimo campo de atuação, como um produtor da ordem vigente,.

CAPÍTULO I

OS ANTECEDENTES E A CONTEXTUALIZAÇÃO DE UM MODELO TENSO DE RELAÇÕES ENTRE AS SOCIEDADES CIVIL E MILITAR

1. Os militares na atualidade: o ponto de partida e de chegada

Será transcrito a seguir, na íntegra, um texto que foi publicado na *internet* no ano de 2006. Ele serve como ilustração e demonstra claramente a representação de como a sociedade militar, ou pelo menos uma parcela dela, vem se colocando e se percebendo social e economicamente em relação ao restante da sociedade brasileira nesses últimos 10 anos. Essa auto-imagem, em parte, mostra ser em parte a resultante de algumas alterações no contexto sócio-econômico e cultural dentro do qual está inserida a sociedade militar. Houve preferência por não realizar nenhuma modificação no texto original com a finalidade de manter a força expressiva de seus significantes, específicos de um público conhecedor de determinadas expressões empregadas por militares e/ou por usuários da *internet*⁴. Contudo, como alguns desses termos podem ter seu significado desconhecido ou obscuro para algum leitor, na primeira vez em que aparecem, foi colocada sua significação aproximada entre parênteses e em itálico para emprestar sentido e inteligibilidade a elas. Foram, ainda, negritados alguns trechos julgados mais relevantes ao presente trabalho. Vamos ao texto:

“Orkut em comunidade de jovens:

Segue transcrição de texto encontrado no Orkut em comunidade de jovens que já são ou que pretendem ser Sargentos - Que triste constatação da realidade!!!

E aí, cara, blz (*beleza*)!? É o seguinte, vi um post (*mensagem postada*) seu no Orkut. Talvez vc (*você*) não vá gostar muito do que vai ler, mas é uma boa oportunidade para repensar seus objetivos. **Sinceramente, não vale a pena ser militar**, cara. **Já tive a sua idade, já vibrei no Exército, mas, depois de 10 anos aqui dentro o que eu tenho pra te falar é só decepção**. Meus amigos que estudaram comigo na época do cursinho fizeram faculdade enquanto eu estava na ESA (*Escola de Sargentos das Armas, localizada em Três Corações-MG, onde são formados os sargentos das especialidades combatentes do Exército: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações*). Ao final do primeiro ano eu já tinha comprado meu carro e eles ainda estavam indo pro 3º semestre da faculdade, sem grana e eu indo nos finais de semana pra casa dos meus pais, com dinheiro no bolso... Todos parentes e amigos falavam: ‘Nossa, tão novinho, já é Sargento, que bom, heim!’

⁴ Não apenas a intimidade com os signos da internet, o que indica uma grande afinidade com o seu uso, mas todo o discurso da fonte vem permeado de termos e comparações que nos ajudam a notar a posição social do autor, esclarecer o que essa posição representa para ele, o que – ao seu ver – ela representa para os outros e qual posição social o autor gostaria de estar ocupando.

Pois é, o tempo passou, meus amigos se formaram e eu continuei aqui no EB (*Exército Brasileiro*), a diferença **hoje é que eu ganho 1.600 reais e sou um mero Sgt (sargento)**. Meus amigos da época são hoje advogados, médicos, dentistas, jornalistas... Ganhando tranquilamente seus 5, 6 mil reais... tendo uma vida confortável, estabilidade, status... **O carro que eu comprei naquela época eu vendi e não tive como comprar um mais atual (hoje, 2006, tenho um palio 95, em 97 eu tinha um gol 96, vê a diferença?), moro de aluguel sem nenhuma condição de sonhar com uma casa própria**. Em compensação, hoje todos aqueles meus amigos têm carro do ano, moram em apartamento próprio ou em fase de quitação... E o Sargentinho novinho? Ah, já tá há 10 anos na mesma, ainda é sargento! E demorou quase 8 anos pra ter uma promoção que lhe rendesse menos de 300 reais a mais no seu salário. Sim! Quase 10 anos pra ganhar 270 reais de aumento, parece brincadeira, mas é a nossa realidade! Sabe o que é mais desagradável? Aqueles parentes que falavam: "Nossa, tão novinho, já é Sargento, que bom, heim!", hoje, 10 anos depois, escuto outra coisa: 'Nossa, vc ainda é Sgt?' ou pior: 'E aí, vc já é tenente?' Rsss (*risadas*), eles não têm noção da minha realidade... Dá vontade de me matar, sabia? **A vontade que eu tinha na ESA de sair de lá, fazer faculdade e depois fazer o QCO (Quadro Complementar de Oficiais)⁵ não passou mesmo de ilusão**. Vida de Sgt não é fácil, vc ganha mal demais e é sugado sempre, não tem tempo de nada, quanto mais de estudar. Ao contrário, amigos meus (aqueles) ganhavam incentivo de seus chefes pra fazer Pós-Graduação, enquanto eu patinava no tempo... **Com muito, mas muito custo consegui terminar meu curso superior**, mas, sem prática nenhuma (não dá pra fazer estágio no EB, cara!), fiquei pra trás dos meus outros colegas de universidade. Resultado: 5 anos numa faculdade, um diploma e nada de melhora na minha vida. Continuo sargento. E só. **Vc acha que tem algum reconhecimento por ter curso superior aqui dentro? Nada. Sargento. Vc é e sempre será sargento**. Olho pra trás e me arrependo demais de ter tomado essa decisão. Hoje, ligo a TV e vejo um colega de cursinho que estudou comigo como repórter da Globo. Ligo o rádio e escuto na CBN uma grande amiga minha, jornalista tb (*também*). Fui levar minha mãe no médico, na cidade dela, e encontrei com um Dr (obstetra) que na época era meu colega de cursinho tb. Meu irmão comentou comigo que foi ao dentista e reconheceu um grande amigo meu. E por aí, vai, esses são poucos exemplos, só pra vc ter uma idéia. Fico feliz pelos meus amigos, quero mais é que eles se dêem bem mesmo. Trouxa fui eu. Eles tiveram uma visão que eu não tive. Ou melhor, eles não tiveram a ilusão que eu tive. Eu queria sair logo da casa dos meus pais, **via a faculdade como um sonho distante, via tudo com muita dificuldade**, mas nada disso era assim, bastava que eu me dedicasse no momento certo na hora certa, mas me dediquei pra uma coisa que hoje vejo que não valeu a pena... Cara, te falo com sinceridade. Se vc tem 18, até 20, 22 anos, **não se iluda com pára-quedas, selva, tanques de guerra e metralhadoras. Quando vc se casar, nada disso ajudará vc a manter a sua casa. No meio do mês você verá que o seu dinheiro acabou e ainda faltam 15 dias para sair o pagamento e vc vai ter que entrar no limite do cheque especial mais uma vez e começar o outro mês já devendo...** Sua esposa vai querer sair e vc não vai ter dinheiro pra levá-la no cinema... Vc vai querer comprar um carro e chegará à conclusão de que vai ter que ficar pelo menos mais 2

⁵ Modo de acesso à carreira de oficial do Exército, feito por meio de concurso público, voltado a pessoas de ambos os sexos com alguma formação superior considerada de interesse do Exército. Após o concurso, o aprovado realiza um curso de um ano em Salvador-BA, recebendo a partir de então a patente de primeiro-tenente.

anos com o seu velhinho mesmo, o jeito é dar uns apertões nele pra agüentar... Isso se vc não tiver filhos, cara. Aí sim é uma vida de privações. Minha filha estuda em escola pública, não tenho como pagar um colégio particular. Viajar? Rssss (*risos*)... Nem pensar! Presentinho legal pra filhinha? Ela tem que se contentar com pouco, muito pouco. Compras no supermercado? Vc não pode comprar tudo o que tem vontade. Tem que ir com a esposa, pra controlar direitinho senão estoura o limite do cartão de crédito... E por aí vai...

A ilusão do jovem eu tb tive... **Quando a gente é novo, 1200 reais é uma grana muito boa, enche os olhos da gente... No primeiro ano é legal, como eu falei... Mas o tempo passa... As coisas mudam... Vc vê que essa grana não dá pra vc pagar um aluguel decente e fazer compras no supermercado... Começa a ver de forma diferente e acaba indo morar no quartel, regressão total, atraso de vida sem comparação.** Isso tudo **sem contar as arbitrariedades que vc presencia e tb é submetido aqui dentro...** cara, é complicado demais... Não é o caso eu ficar aqui falando o que acontece aqui dentro, mas tenha certeza, eu to aqui e te falo: não tem nada de bom aqui, cara... Isso tudo o que eu falei é apenas a pontinha do iceberg... Então, meu caro, repense bem a sua situação. **Se vc tem um mínimo de condições, se os seus pais se dispõem a te ajudar, faça uma faculdade ou tente outro concurso público na área civil... Vale a pena todo o sacrifício que vc fizer para não entrar aqui.** Olha, mesmo que vc entre num concurso público civil pra ganhar menos inicialmente, vale a pena, por que vc não vai tirar serviço nos finais de semana, não vai chamar garotos de Senhor (tem sargentos de 38 anos chamando aspirantes de 22 anos de Senhor, isso é ridículo)... Não vai em formaturas (parece legal pra quem tá olhando, mas pra quem tá lá dentro é um saco), enfim, sua vida será diferente. Sem contar que **no meio civil vc tem direitos adquiridos e as instituições brigam por vc, já o exército briga contra vc, contra os seus direitos.** Pra exemplificar, te falo: Tenho uma amiga da faculdade que trabalha **no MEC.** Falando com ela sobre processos, e tal, ela comentou comigo que as chefias de gabinetes **fizeram uma reunião para orientar os funcionários a entrarem na justiça para reaver um percentual pago indevidamente pelo governo há algum tempo (28,86%).** Sabe o que aconteceu no Exército? **Fizeram um terror total, saíram comentários que o pessoal que entrasse na justiça seria punido ou seria transferido pro RJ, SP... Aliás, punição é um fantasma que ronda a sua vida pra sempre aqui dentro...** Resultado disso tudo: Quem entrou na justiça vai receber o dinheiro atrasado (quase ninguém entrou por medo do terror), e quem não entrou babau, prescreveu o direito, perdeu. É... não é fácil, amigo. Então, **estude mais um pouco e não se arrependa num futuro próximo.** A farda é bonita, as garotas se amarram... Mas é pura ilusão de jovem como vc. **Entre num emprego público civil para ganhar menos. Em 5 anos vc estará ganhando melhor, numa carreira que proporcionará a vc progredir de forma justa.** Aqui vc é limitado e discriminado por não ser oficial. **Como se oficial estivesse levando uma vida tranqüila também... Puro ilusionismo.** Estamos todos numa situação muito difícil. **Os governos não nos dão aumento há mais de 10 anos, nossos tanques, metralhadoras e pára-quadras (aqueles que vc vê na TV) estão velhos, quebrados, rasgados.** Aqui dentro a realidade é outra, cara. Vc acha que eu parei tudo o que eu tava fazendo por uma hora pra escrever esse e-mail pra ficar inventando coisas? Não, essa é a mais pura realidade. Tô tentando salvar um jovem, vc, pelo menos. E tomara que vc passe esse e-mail para todos os seus amigos que estão com essa ilusão também. Quem sabe ainda consigo salvar mais alguns...

É isso aí. Leia, reflita, converse... É claro que vc pode ler esse e-mail e achar que eu estou exagerando e sendo muito pessimista, então faça o seguinte: Tente falar com sargentos mais experientes, com 8, 10 anos de serviço, da sua cidade. E tente falar com médicos, advogados, jornalistas, dentistas, sobre a vida deles e faça uma comparação. O que vai acontecer é a pura constatação do que eu coloquei aqui. Eu estarei orando para que vc tome a decisão mais certa possível. Tomara que não seja a de entrar no Exército. Porque **quem entra aqui acaba não tendo como sair... Ficando preso a esse sistema cruel**. Um abraço, boa sorte na sua escolha... Mas faça uma coisa: Leia bem e com atenção esse e-mail e depois delete-o, destrua-o de maneira que vc não possa mais ver. Assim, se vc entrar no EB, daqui a 10 anos vc não corre o risco de ler esse texto de novo e querer se matar de tanta raiva, como eu faço quando lembro do meu pai falando: "Olha, estuda, faça uma faculdade..." É muito triste e frustrante. Mais uma vez: BOA SORTE NA SUA ESCOLHA. Um Sgt do EB.”⁶

Do texto apresentado anteriormente podemos abrir discussões por várias ramificações e inúmeros vieses. Porém, o que mais interessa para a presente análise é a percepção do desprestígio e do desgosto, sentido pelo autor do texto em relação à profissão militar, depois de 10 anos de carreira como sargento do Exército. Recorrentemente apontando determinadas necessidades materiais – tanto no aspecto da sua vida familiar e individual quanto na vida sócio-profissional – não realizadas, o autor indica uma percepção de que seu salário não é de modo algum compatível com seu *status* social⁷. E, ainda, que a profissão escolhida não lhe

⁶ Disponível em: <http://www.diariodobrito.com/index.php?conteudo=10&id=260> Acesso em: 15 Jun 2006.

⁷ As comparações com sua posição social são feitas a partir de profissionais com cursos superiores: “advogados, médicos, dentistas, jornalistas”, e a exigência do Exército para seguir a carreira de sargento é apenas o ensino fundamental. Antecipando um pouco algumas questões sobre a socialização militar e sua auto-definição em relação à sociedade mais ampla, mas necessária ao entendimento do contexto social e mesmo microeconômico da produção da fonte, gostaria de inserir aqui um curto comentário de René Dreifuss, que na realidade reflete uma percepção bastante aguçada sobre o que ele chama de “Sociedade Política Armada”, e que parece ser de grande valia nessa análise. Ele diz que “A sociedade militar privilegia de fato as classes dominantes (não se confundindo com elas, a não ser em casos individuais), como focos de referência e parceiras do processo, e também procura, seletivamente, como manto de legitimação e espelhamento ideológico, alguns estratos das camadas médias – omitindo, na prática, todos os outros segmentos sociais, a não ser como foco de análise e alvo de sua ação política” (DREIFUSS, 1989, p.28). Deste exposto, pode-se inferir algumas conclusões, certamente em outros termos, porque quando Dreifuss trabalha com o conceito de “sociedade militar” parece pensar mais especificamente na alta oficialidade que mantinha relações diretas com a elite dominante. Porém, nas micro-relações isso também parece fazer sentido. Para um sargento, um médico, um advogado, um jornalista, um dentista ou mesmo um funcionário público mais graduado já possui um *status* superior ao seu. O suposto sargento, autor do texto, mesmo parecendo ter vindo de uma classe humilde (“Quando a gente é novo, 1200 reais é uma grana muito boa, enche os olhos da gente”) a sua referência social será a de uma classe imediatamente superior. No caso específico, uma classe “média” composta por profissionais liberais. Um dos motivos da frustração do suposto autor encontra-se, parece, justamente no fato de que formal e simbolicamente (possui um diploma universitário) ele ascendeu intelectualmente, mas para fins práticos do seu cotidiano continua em sua posição social original (“Sargento. Vc é e sempre será sargento”). Original, porém, no sentido de sua socialização militar, tendo como referência a sua posição logo após a sua entrada no Exército. Pelo que se pode perceber do seu texto, a promoção a sargento representou para ele já uma primeira ascensão em relação à sua condição social pré-militar, ou seja, a familiar. A sua referência, se não é uma classe dominante, é a uma classe imediatamente superior a sua, a que é possível alcançar com um certo esforço. Por exemplo, o seu sonho no início era ser um oficial do QCO, ou seja, ascender socialmente um degrau acima do seu na escala sócio-hierárquica dentro do próprio Exército. O oficial, para ele, sargento, representa a classe dominante das suas relações sociais mais diretas. Passou a haver depois uma confusão com parcela da classe média, o que para ele já representaria uma classe se não dominante, pelo menos superior à sua. Na realidade, parece ter havido um misto de confusão com distanciamento, pois ao mesmo tempo em que se coloca como alguém com as capacidades intelectuais de um profissional liberal bem sucedido, coloca-se como se a sua entrada e permanência no Exército o

traz o retorno da realização profissional nem o prestígio almejado, dentre outros motivos (discriminação “por não ser oficial”, “arbitrariedades”, o “fantasma” da “punição”, etc)⁸, por causa das dificuldades materiais enfrentadas pela Instituição a que pertence. O texto fornece alguns indícios importantes de uma nova estrutura sócio-cultural da sociedade militar do Exército, que vem se formando nas últimas décadas, pois traz em seu discurso um pragmatismo quase que incompatível com o discurso proposto pela Instituição, a qual, na maioria das vezes, busca reforçar em seus membros o culto de valores e princípios bem menos materialistas.

Existem também indícios de transformações na base material dessa mesma sociedade. As causas dessas mudanças podem ser imputadas a inúmeros fatores, contudo, todos eles acabam por deitar raízes nas macro-transformações das últimas décadas, que vieram no bojo do que David Harvey (1992) chamou de “condição pós-moderna” da sociedade.

Por ora, as questões propostas são as seguintes. Em qual contexto as transformações ocorridas internamente no Exército tiveram lugar? Dentro de qual ambiente social e econômico essas transformações passam a fazer sentido como parte de um conjunto dinâmico da sociedade?

Para se responder a essas perguntas, será utilizado um referencial teórico com duas premissas básicas. A primeira delas é a de que no período histórico recente tem havido transformações em grande e rápida escala na produção e distribuição de bens e serviços, nos conduzindo a um paradigma de acumulação capitalista mais flexível. A segunda premissa é a de que há uma ampla interdependência entre essas transformações no modo de acumulação capitalista e a dinâmica social, política e cultural de todo o mundo.

A intenção primeira desse trabalho é o estudo de algumas transformações no processo de socialização dos militares do Exército, de maneira geral. Para se chegar a qualquer conclusão a esse respeito é necessário estudar o seu entorno, porque “não há teoria de organizações que se preze que não dê importância ao ambiente em que elas operam e que não considere como fundamental o intercâmbio entre as organizações e seu ambiente” (CARVALHO, 2005, p. 141).

Estudar o final do século XX, certamente, passa pela necessidade de entender a importância da Guerra Fria nas configurações e no imaginário sociais e, ainda, as mudanças trazidas por meio da derrocada do bloco socialista. O fim da Guerra Fria reconfigurou o mundo, até então bipolarizado, em multi ou unipolarizado, conforme o referencial utilizado. E isso provocou nas Forças Armadas, principalmente no Exército, uma necessidade de alteração em sua estrutura de emprego, que ainda não aconteceu plenamente. A categoria de “inimigo

tivesse impedido de sê-lo. A omissão à sua condição social anterior à entrada no Exército é quase completa. Somente em alguns momentos o autor toca no assunto. Este quadro enquadra-se no conceito de identidade antecipatória proposto por Claude Dubar e que será discutido em etapa posterior da presente dissertação. O fato de ter feito cursinho e de seu pai tê-lo aconselhado a estudar e fazer uma faculdade (ascensão social pela educação formal) ao invés de ir para a escola de sargentos, e a sua escolha pela vida militar, com tempo de formação mais curto e retorno financeiro mais rápido, é indicativo de uma dificuldade de se manter durante o período de um curso superior, de 4 ou 5 anos.

⁸ Certamente, em muitos de seus trechos, o texto é bastante específico, pois trata apenas das condições vividas por um sargento. Um oficial certamente teria um outro viés em seu discurso e um soldado ainda outro.

interno”, representado pelo comunismo, desapareceu na prática mas continua assombrando o imaginário de muitos militares, permanecendo ainda presente na doutrina das Forças Armadas.

O enfraquecimento ou mesmo a ausência do “contrapeso” socialista trouxe uma certa tranquilidade às elites capitalistas, que, por meio da difusão de sua cultura e seus valores buscaram unidimensionar o pensamento do homem global segundo uma lógica neoliberal, que começou a tomar força e a angariar adeptos ainda na década de 1970.

Para compreender como as transformações no ambiente de acumulação afetam também outras dimensões da sociedade, é necessário percorrer, ainda que de modo sucinto – correndo mesmo o perigo de ser reducionista em muitos pontos –, um histórico das relações entre as formas de organização do capitalismo mundial e a política, a economia e o Exército Brasileiro no passado recente.

E, por fim, um ponto de primordial importância a ser discutido é o das relações entre a sociedade nacional, principalmente suas elites, e o Exército Brasileiro. Percebe-se que muitos dos discursos atuais de ambos os lados são fundados sobre relações de poder ou fricções sociais que não surgiram nos dias de hoje. Contém, ao contrário, elementos seculares de desentendimentos e ressentimentos entre sociedade militar e sociedade civil. Como este último ponto é o que vai tratar de elementos de mais longa duração, para dar ao texto uma direção mais ou menos cronológica, começemos então por ele. Logo em seguida serão analisados os elementos acerca do contexto no tempo presente, onde se insere o tema da pesquisa.

2. Exército Brasileiro e sociedade civil: interdependência e padrões recorrentes de relacionamento

Pelo menos desde a independência, as elites civis brasileiras jamais mantiveram um relacionamento totalmente sereno e cortês com o Exército nacional. Este, por sua vez, normalmente, tem encarado aquelas mesmas elites com um certo ar de desconfiança, vendo-as até mesmo como inimigas da instituição. Essa é uma relação difícil e conturbada que pode ser analisada à luz dos conceitos de “campo” e de “*habitus*” de Bourdieu. Para aquele autor, o *habitus* seria o produto da incorporação das estruturas sociais e da posição de origem do sujeito, que acabam por estruturar suas ações e representações. Dessa forma, a noção, em certa medida “serve para referir o funcionamento sistemático do corpo socializado” (BOURDIEU, 2000, p. 62). Frisa-se que o “*habitus*” não é algo estático, pronto e acabado, altera-se na medida em que as condições sociais e históricas se modificam. Além disso, a construção do “*habitus*” se transcorre numa via de mão dupla entre o indivíduo e o seu lugar de inserção. O próprio Bourdieu argumenta que

“A história faz-se nesta luta, neste combate obscuro em que os postos moldam de modo mais ou menos completo os seus ocupantes que se esforçam por se apropriar deles; em que os agentes modificam de maneira mais ou menos completa os postos, talhando-os à sua medida” (BOURDIEU, 2000, p. 103).

Assim vai se processando o “*habitus*” nos indivíduos a partir de suas redes de poder. E é através desse “*habitus*” que o passado, guardadas as devidas proporções, vai se fazendo presente e tende a subsidiar ações futuras responsáveis por mudanças na própria materialidade do campo. O conceito de “*habitus*” de Bourdieu parece então tocar no conceito de “processo de socialização”. O “*habitus*” seria uma forma sedimentada, ainda que mutável, do processo de socialização. “*Habitus*” que se executa dentro de um espaço determinado, dentro do qual Bourdieu denomina “campo”. O “campo” seria uma espécie de lugar formador desse “*habitus*”, dando à sua existência um significado coerente. Espaço de conflito ou de alianças entre seus integrantes, que lutam pela posse de formas específicas de capital simbólico, materializadas em prestígio, reconhecimento, legitimidade, autoridade. Ou seja, além de ser o lugar de formação do “*habitus*”, o “campo” ainda é o lugar de formação de diferentes tipos de capitais, que podem ser negociados, caso seus valores coincidam, com diversos outros “campos”.

Se entendermos que cada “campo” possui um “*habitus*” específico, podemos dizer que o Exército representa um campo, que possui um “*habitus*” específico e tipos de capitais que lhes são peculiares. O “campo militar”, pelo fato de teoricamente dever obediência ao “campo” político, encontra-se em constante atrito com ele, afinal, quem possui o poder da força é o campo militar, mas a ele não é dado o direito, em teoria, de aplicá-la. Essa é uma responsabilidade do “campo político”, que possui signos, valores, ideais, enfim, um “*habitus*” diverso do militar. E também valoriza um tipo de “capital” diferente. Enquanto o “campo militar” brasileiro privilegia um tipo de “capital” calcado na imaterialidade sentimentalista, o “campo político”, assim como a sociedade de um modo geral, valoriza a materialidade.

Bourdieu nos ensina que

“As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de fato, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo). Por exemplo, o volume do capital cultural...determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social (na medida em que esta posição é determinada pelo sucesso no campo cultural) (BOURDIEU, 2000, p. 134)

Enquanto o capital valorado do “campo militar” apresentar algum interesse para qualquer outro campo, os militares haverão ter interlocutores. Caso os interesses se esvaziem –

assim como o vemos hoje no Brasil que nos apresenta um cenário político relativamente tranqüilo, um cenário em que não há, em primeiro plano, ameaças externas, dentro de uma conjuntura global de pacifismo, de liberalismo anti-militarista – o “capital militar” encontra-se sem alguém que dialogue com ele, sem jogadores interessados na troca. Por isso o “campo militar” acaba ficando isolado em seus valores e em seus simbolismos, considerados pelo restante da sociedade como quixotescos, inúteis e limitadores da razão. Edmundo Campos Coelho ilustra perfeitamente esse estado de coisas quando indica parecer correto afirmar que:

“numa sociedade cada vez mais orientada para os valores de bem-estar econômico, tal como o é a sociedade brasileira atual, haverá lugar exíguo para os valores com os quais o Exército se identifica. Os militares vêem sua profissão como um sacerdócio, uma abdicação voluntária e permanente de comodidades materiais, uma ‘servidão’, como freqüentemente dizem, uma dedicação total ao serviço público. Desta perspectiva, o individualismo é sinônimo de egoísmo.(...) Ainda quando abordam questões relacionadas à sua própria situação material, os militares brasileiros tendem a fazê-lo em termos de valores tais como honra, moral e dignidade...(...)A medida do desajustamento entre este sistema de valores militares e os da sociedade civil pode ser exatamente apreciada através do neologismo...’caxiismo’. A conotação militar e pejorativa do termo é bem conhecida: as mais altas virtudes militares, identificadas na figura do Duque de Caxias, tornam-se, na mentalidade popular, sinônimos de falta de criatividade intelectual, de dedicação exagerada ao trabalho pouco remunerado, de intolerância, de apego às regras, ao bom senso, ao convencionalismo e ao ascetismo” (COELHO, 1976, pp. 140-141).

Um pequeno histórico desse desajustamento entre sociedades militar e civil faz-se necessário antes que se contextualize o momento atual e suas perspectivas as quais têm influenciado o surgimento de um novo padrão de socialização militar.

Na independência do Brasil um dos grandes responsáveis pela manutenção da unidade nacional, ante a ânsia separatista de grupos aristocráticos de algumas províncias, havia sido o Exército, que ainda era composto de uma mistura heterogênea de portugueses e brasileiros natos. No imaginário de parte das elites senhoriais autóctones, o Exército representava o braço armado da antiga ordem imperial portuguesa que, de certo modo, impedia o desenvolvimento de poderes locais e limitava o crescimento de uma economia mais independente.

No 1º Império, “D Pedro I procurou fortalecer o exército regular para que o apoiasse, enquanto a aristocracia rural procurava ter consigo a antiga milícia e as ordenanças” (HAYES, 1991, p.44). Na verdade, até a primeira metade do século XIX o Exército ainda era uma força do Antigo Regime, um bem da coroa. Por conta disso, a ascensão na carreira dependia totalmente da subordinação dos oficiais ao império e a sua dedicação política era intensa. Como retorno simbólico a esta submissão, mais da metade dos generais da década de 1840, por

exemplo, ocupou cargos políticos de projeção nacional, integrando a elite política imperial. Nos dizeres de Adriana Souza (2004, p.176), os generais definitivamente eram homens de corte antes de serem oficiais, profissionais das armas. Essa tradição militar portuguesa só veio a ser alterada com a lei de promoções do ministro Manoel Felizardo de Souza e Melo, que obrigou as promoções a seguirem critérios que valorizavam a formação acadêmica; mesmo assim, essa mudança iria ser instituída de forma muito lenta, pelo fato de ir de encontro a uma tradição que fundamentava o prestígio e a posição de gerações de várias famílias da corte de Pedro II (SOUZA, 2004, pp. 175-176).

O ano de 1850 mostrou ser um ponto de inflexão histórica para o Exército. O padrão de recrutamento da oficialidade, que incorporava membros da aristocracia por conta de privilégios de nascimento e os promovia durante a carreira pelos mesmos motivos, foi substituído por um padrão mais “liberal”, por conta, como já dito acima, da nova lei de promoções, proposta pelo ministro Manoel Felizardo, que tornou a carreira aberta ao talento, adotando os critérios de mérito e tempo de serviço para as promoções. Até aquele ano, os oficiais bem nascidos eram contemplados com cargos públicos, lhes sendo concedidos cargos honoríficos pela corte e progrediam na carreira com promoções rápidas, enquanto que os menos afortunados permaneciam vários anos no mesmo posto. A lei de promoções de 1850, aliada à expansão das escolas de direito, retiraram da carreira militar parte da atração que ela exercia nas elites, que passaram a – já com um diploma de bacharel oferecido pelas escolas superiores civis – ingressar diretamente na administração pública da corte. Nela as promoções não seriam dificultadas por requisitos racionalizados como os de anos de serviço ou de merecimento (SCHULZ, 1994, pp. 23-29). Ainda que muitíssimo limitado, o encontro entre Exército e elite nacional, concretizado por alguns membros daquela elite que se tornavam militares, jamais iria ser generalizado.

Porém, a academia militar do Rio ainda constituía uma “ilha bem informada em meio à ignorância geral da sociedade” (SCHUTZ, 1994, p.17), e se destacava no cenário intelectual nacional. E a jovem oficialidade, ainda que compusesse uma verdadeira elite intelectual, percebiam-se relegados a um baixo padrão de vida social, dependendo de seus poucos soldos, se comparados a outras profissões mais bem remuneradas e com maior prestígio social. Sempre havia o risco de serem transferidos para lugares ermos, inclusive por causa de perseguições políticas, sem nenhum tipo de compensação. As acomodações dos quartéis eram sofríveis e havia ressentimentos acerca das injustiças cometidas pelos comandantes das suas unidades contra as quais não podiam protestar (SCHULZ, 1994, p.31). Além de tudo isso, se comparavam sempre aos seus superiores bem nascidos que, pelo sistema de privilégios de corte, ocupavam muitas vezes postos chave na política e na administração pública.

A oficialidade sabia também das transformações tecnológicas ocorridas na Europa, e a falta de fundos impedia a modernização do Exército, fazendo alguns oficiais crerem que o

governo estaria tentando economizar às custas do Exército (SCHULZ, pp.37; 44). Diante disso, na busca pelo progresso e na vontade de implementar transformações não só internas na instituição, mas também no âmbito governamental, alguns membros da jovem oficialidade se rebelariam contra a ordem imperial, passando a expressar seu descontentamento em periódicos como “O Militar”, por exemplo, editado no Rio de Janeiro, entre 1854 e 55. Nele se encontrariam, a cada publicação, lamentações intermináveis desses militares quanto ao seu *status* social, reclamando de raramente serem lembrados nas distribuições de honrarias e distinções e de receberem um salário incompatível com a sua posição social (SCHULZ, pp.39-43). Curiosamente os oficiais de “O Militar” estavam revoltados também por conta do tratamento dados aos soldados que eram submetidos ao chicote. O jornal achava que “a educação poderia dar melhores resultados do que pancadas, lamentando o fato de que muitos sargentos fossem analfabetos” (SCHULZ, 1994, p. 45). Os oficiais mais graduados, principalmente os generais, mesmo em períodos de insustentáveis pressões, buscaram manter a ordem acima de tudo.

O chicoteamento, que foi banido oficialmente pelo parlamento em 1831, continuou sendo utilizado ilegalmente por oficiais esmerados além da conta em manter a disciplina de seus soldados. Por intermédio de jornais, houve um sem fim de denúncias de castigos e arbitrariedades de oficiais para com seus soldados, o que provocou – além de uma possível reação interna na baixa oficialidade, a qual impunha ameaças morais àqueles que denunciasses, afim de evitar tais denúncias – um certo esforço do Exército em restringir o poder discricionário dos oficiais. Em 1859 um decreto limitava o castigo físico a 50 golpes e exigia um relatório para cada coça (KRAAY, 2004, pp.250-251).

As denúncias dos soldados não eram apresentadas somente a jornais, mas também ao círculo de relações sociais e de parentesco daqueles, que normalmente esbarravam em algum ponto na classe política. Essas denúncias às elites políticas – e não somente denúncias, mas um sem número de pedidos de favores, tais como transferências e promoções (SCHULZ, 1994, pp. 84-85) – mostram que os soldados compreendiam bem a subordinação da instituição à classe política e compartilhavam de valores e princípios até certo ponto empregados no modelo de relações entre civis. Em contrapartida, os abusos que cometiam alguns oficiais podem ser interpretados como fruto de uma falta uma habilidade em considerar seus homens como camaradas, oriunda de uma sociedade patriarcal. Diante dessa disputa interna – que extrapolava os muros da instituição, por intermédio das denúncias dos soldados, que chegavam em alguns casos, ao conhecimento do presidente de província, ou até mesmo ao imperador – a oficialidade, lutava para reprimir as denúncias (e também pedidos de soldados às classes políticas⁹), que

⁹ Alguns documentos do Exército do presente indicam uma continuidade entre meados do século XIX e a atualidade. O ofício nº 001-A/4-AA.6.2 – Circular – Gab Cmt Ex, de 15 Out de 2007, ao tratar sobre movimentação de pessoal, difundiu o seguinte teor: “[§ 1º] O Gabinete do Comandante do Exército tem recebido solicitações

rompiam a hierarquia institucional (KRAAY, 2004, p.252). A cada pedido ou denúncia que a cúpula militar se via obrigada a justificar, perante a elite política, correspondia simbolicamente a um ritual que reforçaria a submissão daquela cúpula à ordem civil. Submissão que não condizia com o espírito autônomo, salvacionista, de superioridade e de reserva moral, que já se formava entre a oficialidade.

Ainda no período regencial liberal, foi criada a Guarda Nacional, uma instituição armada que passou a competir com o Exército, não só a parcela de poder do monopólio das armas, mas também na disputa por representantes da aristocracia em suas fileiras. Aquela acabou, em curto prazo após sua criação, por sobrepor-se ao Exército em termos de prestígio, tendo tratamento prioritário, dentre outras coisas¹⁰, na distribuição do orçamento e no recrutamento, sendo o alistamento na Guarda Nacional “uma das estratégias mais comuns de evasão das levas” de homens recrutáveis (MENDES, 2004, p.132). À medida que as elites se afastavam ainda mais do Exército – por conta inclusive, também, da lei de promoções de 1850 – a oficialidade passou a representar-se como cultuadora solitária de um sentimento de nacionalidade e de patriotismo que, segundo os próprios oficiais, não era valorizado pelas elites civis. A sensação de superioridade moral, conforme dito acima, e do monopólio do sentimento patriótico, aos poucos estariam se formando no seio da oficialidade do Exército.

No período compreendido entre 1850 e 1880, talvez por conta de um relativo aumento de auto-estima interna à Instituição, surgido pela vitória da Guerra do Paraguai, a oficialidade parece ter desenvolvido uma maior consciência de seu poder de intervenção política, encontrando um novo aliado contra as elites civis: o povo. Diante de um Império que parecia fazer ouvidos de mercador, ante as inúmeras exposições dos chefes militares, que sugeriam e mesmo solicitavam maiores investimentos – quase sempre associando a necessidade do aumento de investimentos no Exército, por parte do Império, à concessão de melhores condições de vida para a tropa –, aparece então um tipo de discurso, recorrente até hoje, que contrapunha o Exército em relação às classes políticas, tidas como corruptas. A classe fardada se auto-representava simbolicamente como uma reserva moral e salvadora da nação. O jornal “O Soldado”, de 19 de abril de 1881, publicou que:

“[nós, os militares] temos o direito de fiscalizar os atos do governo, estamos cumprindo o nosso dever, profligando as injustiças do poder...Nao podemos ser indiferentes à falta de patriotismo de um governo que se mantém em nome não sabemos de que princípios políticos.

relativas a pessoal, de autoridades que obrigam a Força Terrestre a prestar informações, causando constrangimentos aos diferentes Escalões de Comando. [§ 2º] Essas solicitações, normalmente com pleno conhecimento do militar envolvido, englobam, entre outras: pedidos de movimentações, passagem à disposição de órgãos civis ou militares, engajamentos, reengajamentos, prorrogação de estágio de oficiais temporários... [§ 3º] Em decorrência, reiterando recomendações anteriores...devem ser apuradas as circunstâncias que motivaram tais pedidos.”

¹⁰A Guarda Nacional tinha precedência sobre o Exército não somente no recebimento de recursos, mas também em cerimônias públicas. Além disso, os membros da Guarda recebiam normalmente mais títulos honoríficos do

Aos nossos companheiros de armas aconselhamos que se previnam contra o governo que pretende mesquinhar o país, degradando ao mesmo tempo a dignidade brasileira. Sejamos francos! A hora do rebate se aproxima; aos primeiros clarões da alvorada devemos, em hostes guerreiras, cerrar fileiras contra o inimigo interno. A segurança da Pátria está ameaçada no exterior e periga no interior” (citado por: SCHULZ,1994, pp.88-89).

Aos oficiais, interessavam a moralização da política e da burocracia estatal – bandeira da maioria dos grupos de oposição brasileiros até hoje – o progresso do país de um modo geral e o atendimento das queixas do próprio Exército. Devido aos baixos salários, muitos oficiais passaram a manter outros empregos, o que foi encarado por seus chefes como danoso à disciplina. Com o Exército diminuindo de tamanho e o moral de sua oficialidade declinando, a cúpula passou a advertir a elite sobre os perigos de uma suposta guerra contra a Argentina, lamentando que a disciplina da instituição estivesse entrando em um profundo colapso devido à negligência (SCHULZ, 1994, pp. 90-91).

Quando da quartelada comandada por Deodoro da Fonseca, em 1889, que desembocou na Proclamação da República, aquele chefe militar dirigiu-se ao ministro Ouro Preto cientificando-lhe que se havia posto à frente do Exército “para vingar as gravíssimas injustiças e ofensas por ele recebidas do governo”, enumerando-as: “só o Exército, afirmou, sabia sacrificar-se pela pátria e, no entanto, maltrataram-no os homens políticos, que até então haviam dirigido o país, cuidando exclusivamente dos seus interesses pessoais” (CASTRO, 1995, p.189). O golpe de 1889, sem dúvida, proporcionou aos militares, de um modo geral, inúmeros benefícios imediatos. Os oficiais mais idosos foram reformados, o que deixou “claros” em um sem número de vagas, proporcionando a aceleração de promoções; o soldo da tropa foi aumentado em cerca de 50%, sendo elevados “aos maiores níveis reais do século” (CASTRO, 1995, p. 195). Ou seja, logo em seguida à tomada de poder, os desejos imediatos dos militares foram satisfeitos. Sem contar que o núcleo de poder da incipiente República encontrava-se na cúpula militar.

Em contrapartida, grande parte dos praças não se viram satisfeitos com a proclamação de uma República que não ajudaram a construir. Revoltas isoladas contra a República, dando vivas à Monarquia ocorreram no Rio de Janeiro e em vários outros pontos do país, sempre protagonizadas por praças (CASTRO, 1995, p. 193). A memória da “redentora” ainda estava bem viva nos praças de origem negra, além de serem grandes as referências a baixos soldos e maus-tratos no interior dos quartéis. Se o governo provisório baixou decreto logo no segundo dia da República abolindo os castigos corporais e reduzindo o tempo de serviço, não foi por outro motivo senão as revoltas dos praças contra a ordem que se instaurava

imperador, distinção que na época possuía um acentuado valor simbólico, portanto muitíssimo disputado (HAYES, 1994, p. 54).

(CASTRO, 2004, pp. 310-311). Não havia coesão de alto a baixo na pirâmide hierárquica do Exército.

Os primeiros governos republicanos, regidos pelos oficiais do Exército Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, mostraram-se pouco eficientes em muitos pontos, principalmente quanto ao planejamento econômico e ao relacionamento com as elites políticas, de modo geral, mas principalmente com os adversários do regime. Tudo por conta de uma visão de mundo forjada institucionalmente no pensamento segundo o qual o dissenso é patológico, sinônimo de indisciplina e deve ser combatido. O jogo de alianças próprio do campo político dito democrático é visto, dessa forma, com uma certa estranheza pelos militares, que analisa as posturas um tanto mutáveis das classes políticas como ausência de princípios e mesmo um exemplo de degradação moral.

Com o término dos conturbados governos dos marechais, uma ordem política estabeleceu-se e predominou até 1930, sendo calcada em alianças, até certo ponto, exclusivistas, pois eram centralizadas quase que somente nos estados de Minas Gerais e São Paulo, os mais ricos da época. Organização política que descontentava muitos nacionais, principalmente a burguesia urbana, e também parte da oficialidade, que viam nela uma estrutura corroída pelo obsoleto modelo de mando mantido pela aristocracia rural, que precisava ser substituído.

No seio da jovem oficialidade do Exército, surgiu um “movimento” antes da década de 20, com os chamados “Jovens Turcos”. Estes, haviam estagiado na Alemanha e de lá trazido um pensamento novo sobre estratégia e profissionalismo militar, com uma percepção de que eram necessárias transformações de mentalidade e de que havia necessidade de progresso tecnológico e melhorias nas condições gerais de materiais e de socialização militares. De acordo com Edmundo Campos Coelho, o grupo dos Jovens Turcos:

“ameaçava de forma ostensiva posições, interesses e privilégios...enfrentou, conseqüentemente, a hostilidade dos quadros superiores do Exército. Observou um dos jovens oficiais do grupo que ‘murmuravam que éramos pretensiosos e promovíamos a indisciplina, pois que ensinávamos aos sargentos assuntos de instrução dos oficiais’. A questão não era a do rompimento do monopólio de conhecimentos profissionais produzida com a instrução dos sargentos em assuntos de formação dos oficiais. O que se temia, na verdade é que viesse à tona a incompetência profissional dos oficiais superiores (COELHO, 1976, pp. 79/80).”

No seio dos chamados Jovens Turcos havia aqueles que acreditavam na melhoria da Instituição militar somente pela profissionalização de seus integrantes, limitados a atitudes internas à profissão, sem passar pela disputa política. E havia outros que viam a disputa política como principal ferramenta de transformação profissional no Exército. Os componentes desta última ala, basicamente foram os que germinaram anos depois o movimento Tenentista. Tentou-se estabelecer, por parte da ala militar responsável pelo movimento militar de 1922, conexões

entre a sociedade militar e a sociedade civil. O Tenentismo aos poucos foi passando de um movimento eminentemente militar a um que tinha como princípio prolapado combater a ordem política e econômica vigente. Ordem que realmente veio a desmoronar pouco tempo depois, com o golpe dado por Vargas, por intermédio do Exército. O golpe de 1930 pode ser interpretado, antes de tudo, como um desfecho “inicial” do Tenentismo, e das conexões propostas entre sociedade militar e sociedade civil, cujo alcance maior viria a se estabelecer somente em 1964, ano em que a geração dos “tenentes” assumiu de fato o poder, ao contrário de 1930, quando o Exército vitorioso o “entregou” a um civil. Porém, os militares voltaram novamente ao centro do poder político, com uma boa nesga de prestígio. E a sua conexão com o mundo civil, burguês e cidadão passava a tomar forma cada vez mais rápido, numa sociedade de industrialização incipiente como a brasileira.

Se as idéias comuns entre militares e as elites agrárias eram raras, agora o que se percebe é uma certa comunhão de pensamentos entre a oficialidade e a burguesia urbana, ambas tendo em mente a busca pelo progresso e pela industrialização. Ou seja, ambas visavam em última instância a implantação plena do mundo capitalista no país. Para muitos, militares e empresários, o que impedia a instauração dessa perspectiva eram as classes políticas, que carregavam o peso da antiga ordem e passaram a ser o símbolo do atraso brasileiro e a serem percebidas como inimigas do desenvolvimento nacional.

É depois de 1930, no governo Vargas, que foram introduzidas as grandes reformas no sistema de ensino militar oferecido aos oficiais do Exército Brasileiro, empreendidas por José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, então comandante da Escola Militar do Realengo. Essas reformas aconteceram justamente numa época de transformações no modo brasileiro de acumulação capitalista, onde as oligarquias rurais perderam um considerável espaço na política nacional em detrimento das elites urbanas. De 1930 a 1934, José Pessoa, dentre outras coisas, tomou “providências para bem situar o cadete socialmente...ao mesmo tempo que desestimulava o comparecimento dos cadetes aos festejos suburbanos...” (CASTRO, 1990, p.131). Segundo Celso Castro, o objetivo principal daquele general era “criar uma elite homogênea. Ele acreditava estar criando um ‘novo corpo de oficiais’, que iria substituir os velhos quadros. O novo Exército seria homogêneo, formado por ‘mentalidades uniformes’, ações conjuntas e não personalismos” (CASTRO, 1990, p.130; 2002, p.39). As várias origens sociais dos cadetes deveriam homogeneizar-se, por meio de uma mentalidade única e superior.

Nada mais adequado a um período brasileiro de intenso crescimento industrial em que já eram introduzidos alguns elementos de um modelo de acumulação capitalista que se tornaria globalmente predominante vinte anos depois: o fordismo, que relacionava necessidade de produção à necessidade de consumo.¹¹ A homogeneização dos hábitos de consumo – em

¹¹ Segundo Harvey, o que distingue o pensamento de Ford do taylorismo é o “seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa” (HARVEY, 1992, p.121).

massa – foi seguida de perto por uma cultura da homogeneidade de pensamentos, tanto na sociedade mais ampla quanto na sociedade militar. Se concordarmos com Michel Foucault (1999, p.117), quando aquele afirma que na revolução industrial o soldado passou a ser fabricado, podemos concordar também com a hipótese de que a “fabricação” do oficial do Exército Brasileiro, a partir da Revolução de 1930, passou a ser feita obedecendo a um modelo de produção maciça e homogeneizante, características do *modus operandi* fordista.

Além de ser um modelo de organização do trabalho, baseado na otimização da produção capitalista, com linhas de montagem que diminuíram o tempo de fabricação e facilitaram a produção maciça, o fordismo, aliado ao pensamento taylorista, representava também um modelo de organização social, pois impunha aos trabalhadores um ritmo mais disciplinado de trabalho. Tudo isso concertado pelo poder dos Estados nacionais.

O governo de Getúlio Vargas ao mesmo tempo em que instituiu a “unidade sindical” na Constituição estadonovista de 1937 – centralizando nas mãos do governo as organizações sindicais –, criou a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, que era uma ferramenta jurídica na garantia de direitos das classes trabalhadoras, mas era também uma importante válvula de escape das tensões sociais das classes trabalhadoras, advindas da fricção entre os interesses dessas classes e os do patronato, além de, em última instância, buscar um pensamento idealmente homogêneo em toda a população. Já no Exército, sob o domínio do Estado Novo,

“firmou-se o princípio de que o Alto Comando deveria constituir a esfera exclusiva para a formulação da política do Exército.(...)Passou a ser mal suportada a representação de idéias e opiniões originárias dos escalões subordinados” (COELHO, 1976, p. 117).

Ou seja, enquanto na sociedade civil brasileira instituiu-se um projeto maior de homogeneização das vontades individuais – talvez um eco do que acontecia em algumas nações européias onde o autoritarismo homogeneizante e salvacionista começou a ser transformado em programas práticos de governo –, no Exército construía-se um projeto de coesão institucional a partir de cima da pirâmide hierárquica, baseada na autocracia. O susto provocado pelo Tenentismo havia ensinado a cúpula que um vazio de poder e de autoridade (ainda que imaginário) no topo da pirâmide, tenderia a facilitar o surgimento de lideranças oriundas da base, e nem sempre concatenadas com os interesses da alta oficialidade. A coesão, portanto, seria um assunto vital para a própria sobrevivência da Força. Coesão que teria como uma importante ferramenta o culto a Caxias, que começou a aparecer nos discursos da época como o símbolo da união militar – ante a instituição despedaçada pelas revoltas tenentistas – e “a cara nacional conservadora da República” (citado por CASTRO, 2002, p.22). Glorificação que acompanhava o crescimento de poder do Exército no Estado e era simétrico ao papel conservador e autoritário da Instituição nos rumos da política (CASTRO, 2002, p.26-27). E

simbolizava antes de tudo um modelo a ser seguido de militar (independente do nível hierárquico) devotado, obediente e disciplinado, mesmo diante de uma instituição na qual “a superioridade hierárquica e suas emanções resultavam na tiranização do praça [mas também de alguns oficiais] ás vontades e ordens nem sempre justificáveis dos oficiais” mais antigos (FERRAZ, 2004, p.370).

Modelo que poderia ter-se modificado após a II Guerra Mundial, não fosse a desmobilização a toque de caixas dos “pracinhas”, que haviam tomado contato com soldados de outros países, socializados dentro de um modelo menos autocrático, em que as ordens priorizavam a eficiência em combate e não o domínio personalista de seus superiores. Dessa forma, esse novo Exército, o “da FEB”, mais profissional, liberal e democrático ameaçava o *status quo* do “Exército de Caxias”, onde “a rigidez do soldado deveria ser medida pelas condições mais abjetas e precárias” (FERRAZ, 2004, pp. 370-374), tanto nos treinamentos, como em combate. Por essas questões, e por questões meramente políticas, ao chegarem no Brasil, ao invés de serem aproveitados como multiplicadores da mais recente experiência brasileira em combate, foram rapidamente desmobilizados.

Finda a II Guerra, o país havia-se aberto mais do que nunca à influência política americana e ao capitalismo de mercado, que se expandia e tomava formas diferentes. A base de poder da expansão capitalista do período do pós-depressão, que se consolidou no pós-guerra havia sido lentamente sedimentada, com muita luta, sobre um equilíbrio tenso entre três elementos: grande capital, Estado-nação e trabalho organizado (HARVEY, 1992, p. 125). O modelo fordista de produção e acumulação capitalista, interessado no aumento e na melhoria da produção de bens em massa, lentamente foi-se adaptando e se aliando a um modelo keynesianista de relações entre Estado e economia. Esses dois paradigmas solidificaram-se unidos e mantiveram-se como um modelo predominante até a década de 1970.

O Brasil adotou um modelo semelhante de organização, que acabou por afetar não só a economia e a política, mas toda a sociedade, cerca de 11 anos depois da guerra, no período de governo do presidente Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961. Com seu Programa de Metas, o famoso “50 anos em 5”, Juscelino implementou uma política econômica nacional-desenvolvimentista que tinha como objetivo “unir o Estado e o setor privado numa estratégia de alto crescimento, com a finalidade de acelerar a industrialização e a construção da infra-estrutura necessária para sustentá-la” (SKIDMORE, 1998, p.203). O crescimento econômico passou a ser a meta maior de governo dos países capitalistas, dentre eles o Brasil. E esse interesse soava como música aos ouvidos da alta oficialidade, interessada no progresso do país, porque, em última instância, ele poderia significar melhorias na estrutura material da Instituição.

O mercado brasileiro abria-se ao mercado internacional, acompanhando uma correnteza de internacionalização da produção de bens de capital e de bens simbólicos (HARVEY, 1992, p. 131). Tudo isso por meio de um pesado endividamento estatal e sobre uma

forte e decisiva influência americana, sentida em várias situações. Thomas Skidmore nos conta que, por causa de pressões sociais vindas da região nordeste, diante do programa de industrialização mais voltado às regiões sul/sudeste, neste mesmo período, “o governo dos Estados Unidos, alarmado com o crescimento de ligas camponesas na área, também se prestou a ajudar na transferência de tecnologia e capital” para estimular a industrialização “em áreas nordestinas selecionadas” (SKIDMORE, 1998, p.203).

Desde a fase inicial do Estado Novo, as Forças Armadas¹² não haviam visto um período de tão grande aceitação e atendimento de suas necessidades por parte do governo federal. Os gastos militares do período Kubitschek foram realmente vultosos: 2,3% do PIB em 1955. Há que se levar em consideração que no ano de 1984 – último ano dos governos militares – foram gastos somente 0,5%¹³. O prestígio da farda também se mostrava elevado, do mesmo modo que no início da década de 1930 (CASTRO, 1990, pp.138-142). O governo de Kubitschek possuía pouca sustentação política e o caminho encontrado para a “pacificação da direita” deu-se, dentre outros meios, através da tentativa da cooptação da elite fardada para seu governo, com pesados gastos em novos equipamentos militares (SKIDMORE, 1998, p. 203), continuadas ofertas de cargos civis a oficiais superiores e influências nas promoções de oficiais (MOURÃO FILHO, 1978, pp. 70 e 92).

Contudo, o modelo nacional-desenvolvimentista empreendido por Juscelino Kubitschek mostrou-se insustentável. Jânio Quadros recebeu o governo numa situação econômica e social delicada, com inflação em alta, déficit da balança de pagamentos e tensão de classes, tanto no campo quanto na cidade. Cobrado em solucionar esses problemas e carente de apoio e de tato político, resolveu renunciar de forma quase espetacular, talvez na esperança de se repetir no Brasil o que acontecera, recentemente à época, na França de De Gaulle, onde o Congresso havia dado poderes de emergência àquele estadista, quando da ameaça de sua renúncia. Entretanto, ao contrário do exemplo francês, o Congresso aceitou a renúncia de Jânio Quadros e ele teve que amargar um auto-exílio na Europa. O presidente havia saído por motivos políticos atrelados aos problemas econômicos não solucionados.

O sucessor natural de Jânio Quadros seria João Goulart. Descendente político de Getúlio Vargas, era acusado pela direita de manter um flerte com o “comunismo”. E desde o início de seu mandato teve graves dificuldades para governar. Em 1961, um golpe branco da direita mudou o regime de governo, de presidencialista para parlamentarista, com a finalidade de retirar uma grande fatia de poder das mãos de João Goulart. Apenas em 1963, por meio de um plebiscito, o presidencialismo retornaria como regime de governo. A crise econômica, surgida no governo Kubitschek e não desaparecida no governo Quadros, agravou-se. A inflação e a falta

¹² Lembrando que a Força Aérea foi criada somente em 1941.

¹³ Dados do Almirante César Flores, *apud* Oliveira, 1994, p.262.

de reservas cambiais passaram a representar para “Jango” problemas cada vez mais graves de natureza política à medida que os problemas sociais foram crescendo.

A distribuição desigual das benesses do capitalismo industrial brasileiro fez trazer à tona o desconforto sentido por grande parte da população que não havia recebido seu quinhão. Conforme afirmou Harvey, “Os insatisfeitos do 3º Mundo com um processo de modernização que prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo” acabaram por receber mais “opressão e numerosas formas de domínio capitalista” (HARVEY, 1994, p.133). Uma política distributiva mais justa e equânime, talvez à esquerda, seria por muitos uma opção tão desejada quanto por outros temida. Os Estados Unidos, com uma espécie de “atração pelo medo”, “nos campos econômico, político e militar...apoiaram os acontecimentos que conduziram à queda de Goulart e ao estabelecimento do governo militar” (STEPAN, 1975, p. 97-98).

Depois de um conturbado período de 3 anos de governo, tendendo ao apelo das esquerdas,¹⁴ João Goulart tomou medidas que ameaçavam o controle das elites, tanto civis como militares. Deu, por exemplo, o direito de voto aos analfabetos e permitiu, ainda que tacitamente, a “sindicalização de conscritos (*sic*) no Exército” (SKIDMORE, 1998, p. 215). Num erro estratégico – desconhecedor do processo de socialização militar, baseado na hierarquia e na disciplina, e do grau de articulação precário daqueles em que se apoiou –, João Goulart tentou manter seu “dispositivo militar” nas camadas médio-inferiores da hierarquia militar, sob a liderança dos “generais do povo” (COELHO, 1976, p.138). A fragilidade da organização dos praças em torno desses generais não lhe garantiu o suporte militar capaz de contrapor a oposição e até mesmo a conspiração da alta oficialidade, que já vinha de longa data¹⁵. Jango caiu com o golpe. Outro presidente havia perdido o poder. Só que desta vez, não apenas por causa de querelas políticas e problemas econômicos mal resolvidos. Agora a derrubada de um presidente fora arquitetada por uma cúpula militar insatisfeita também com a posição ideológica do governo e com sua interferência na hierarquia e na disciplina dos quartéis.

Em quase toda a América Latina – principal área de influência dos Estados Unidos à época – as Forças Armadas foram, nas palavras de um oficial do Exército, a “Grande Barreira”¹⁶

¹⁴ Gláucio Ary Dillon Soares sintetiza as sete causas mais freqüentes dadas pelos autores militares do golpe que derrubou João Goulart, todas elas relacionadas ao “esquerdismo” do seu governo, ou ao seu descontrole econômico e financeiro, ou à sua paralisia decisória. Em ordem de freqüência ele listou, dentre outras causas: “ 1) Caos, desordem, instabilidade; 2) Perigo comunista e subversão; 3) Crise hierárquica militar; 4) Interferência do governo nos assuntos, na hierarquia e na disciplina militares; 5) Apoio popular ao golpe; 6) Corrupção, roubo [*sic*] de verba pública; 7) Sindicalismo, república sindical” (Soares & D’Araújo, 1994, p. 30).

¹⁵ Segundo Olympio Mourão Filho, tudo havia começado com suas atividades conspiratórias não só em Minas, mas também no “Rio Grande, Santa Catarina, Paraná e São Paulo” logo após a posse de Goulart (MOURÃO FILHO, 1978, p. 238)

¹⁶ PEDROSA, Jose Fernando de Maya. **A grande barreira: os militares e a esquerda radical no Brasil (1930-68)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

contra a tomada do poder pela esquerda na região.¹⁷ No Brasil não haveria de ser diferente. Os militares além de terem dado o golpe, permaneceram no poder por mais de duas décadas.

Com um crescimento médio da economia na casa dos 10% ao ano, de 1968 a 1974, os governos militares haviam controlado a crise econômica e a instabilidade política, motivos pelos quais se dispuseram a tomar o poder em 1964, e, por isso, conquistaram defensores em todas as camadas da sociedade. No entanto, a euforia do crescimento e da estabilidade econômica desapareceria tão rápido quanto havia surgido.

A partir do início da década de 1970, em todo o mundo capitalista, o modelo fordista-keynesiano de acumulação mostrava-se incapaz de conter as contradições sobre as quais capital e trabalho se fundamentaram (HARVEY, 1994, pp.135-136). O excesso de fundos e a onda inflacionária mundial dele originado, aliado à chamada primeira crise do petróleo, em 1973, forçaram os países do mundo capitalista a implementarem mudanças em suas políticas econômicas para superarem a crise. O governo brasileiro preferiu manter o mesmo modelo de acumulação, porém forçando sua marcha¹⁸ com alguns impulsos extras¹⁹, buscando prolongar o “milagre”(SKIDMORE, 1998, p.248), que já dava seus últimos espasmos. Altos índices inflacionários levaram os governos militares de fins da década de 1970 e início da de 1980 a supervalorizarem a moeda, o que acarretou, não só o crescimento do desemprego, com elevação, a curto prazo, dos salários, como também o aumento das importações e elevação da dívida externa (CORTES, 2006, p.92). O déficit orçamentário se elevou por conta, dentre outros fatores, do aumento do preço do petróleo e do crescimento das taxas de juros internacionais. Com um montante de 52 bilhões de dólares em 1978, a dívida externa brasileira ultrapassava os 102 bilhões em 1984 (CORTES, 2006, p.91). “A fonte principal de acumulação da dívida era o setor público” (CORTES, 2006, p.93).

A realidade de crise econômica quase crônica não se limitou ao Brasil. Os governos de toda a América Latina na década de 80 se viram entre duas forças. De um lado, a pressão vinda dos países desenvolvidos e de uma direita nacional pela abertura de suas fronteiras ao mercado estrangeiro às custas da queda da participação de produtos industrializados no PIB e aumento ainda maior da dívida externa (CORTES, 2006, p.91). Com isso surgiria a necessidade de arrecadar dinheiro extra por meio da elevação das taxas internas de juros e da carga tributária,

¹⁷ Sofrendo, certamente, influência dos objetivos político-militares do governo Kennedy para a América Latina – que mudaram de uma lógica de segurança hemisférica para uma lógica de segurança interna – grande parte da oficialidade das Forças Armadas brasileiras se empenhou numa verdadeira cruzada anticomunista fora e dentro da Instituição. Porém, a doutrina da segurança nacional brasileira não fora fruto de uma mera cópia ou adaptação do pensamento geo-estratégico norte-americano. O Brasil produziu, na figura do general Golbery do Couto e Silva, um pensamento original e até mesmo anterior às preocupações americanas em relação à contra-insurreição (STEPAN, 1975, pp. 97-98).

¹⁸ Conforme estudado em: CASTRO, Antônio Barros de. & SOUZA, Francisco E. P. **Economia Brasileira em Marcha Forçada**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

¹⁹ O II Plano Nacional de Desenvolvimento com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o Programa Nuclear e a construção das usinas de Angra dos Reis e a Rodovia Transamazônica são alguns dos exemplos de impulsos artificiais impostos à economia brasileira pelos últimos governos militares.

com a finalidade de saldarem o serviço de suas dívidas, com pouco ou nenhum investimento nas áreas sociais.

Do outro lado, porém, a esquerda exigindo a moratória da dívida externa e a solução dos problemas sociais de seus países com pesados investimentos em educação, saúde, moradia e saneamento e, em última análise, por meio de uma melhor distribuição direta e indireta de renda, o que implicaria, por certo, - e esse era o temor das elites – numa mudança significativa na distribuição de poder.

A ineficácia do Estado na aplicação do dinheiro público passou a ser considerada a grande responsável pelo caos econômico no qual o Brasil estava envolvido. Conforme apresentação de um livro do período final da ditadura, “A máquina do Estado (deveria) ser modernizada, simplificando-se os procedimentos administrativos. A desburocratização das atividades estatais deve ser procurada por todos os meios”. Com estas palavras, o Governo fixaria, nitidamente, em suas *Diretrizes Gerais*, sua idéia sobre o grave e entravante problema da burocracia.”²⁰ No intuito de despolitizar a questão e torná-la um problema de ordem meramente técnica, o governo tratou de incentivar no nível federal um projeto de desregulamentação da máquina pública, para torná-la mais eficiente. Não obteve resultados satisfatórios. Nem a “economia em marcha forçada”, nem o plano de desburocratização haviam trazido resultados econômicos práticos ou qualquer tipo de capital político ao governo militar. Sua cúpula, decidiu, então, completar o ciclo de abertura, iniciado no governo de, e possivelmente arquitetado por, Ernesto Geisel²¹, em conjunto com Golbery do Couto e Silva.

Quanto ao aspecto da cultura política, o que se pode dizer é que os governos militares legitimaram-se como puderam e de modo bastante precário. E essa legitimação havia sido aceita pelas elites, tanto nacionais quanto internacionais, em muitos sentidos, por não haver no horizonte outra opção política que lhes garantisse o mesmo nível de proteção oferecido pelo conservantismo militar em relação às ameaças da esquerda. Os governos militares, com sua estratégia política muitas vezes truculenta, foram por muitos “tolerados” porque, primeiro, “a oposição que a ditadura reprimiu foi a mesma oposição que nossas elites com raras exceções, por muitos anos, queria ver debelada” (D’ARAÚJO, 1994, p.161); e, segundo, por terem posto, ainda que temporariamente, a economia nos trilhos. Depois que perderam o controle das finanças, os aspectos negativos da realidade de uma ditadura militar começaram a incomodar as elites bem mais do que à época do “milagre econômico”, que, aliás, havia sido o período mais truculento de todo o governo militar.

²⁰ MATOS, Francisco Gomes de. **Desburocratização**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1978.

²¹ De acordo com o depoimento, de 1994, do general Gleuber Vieira (que viria a ser Comandante do Exército de 1999 a 2003), “Sem dúvida nenhuma, a detonação do projeto foi feita pelo presidente Geisel” (D’ARAÚJO et al, 1995, p. 270).

Quando membros das classes médias começaram a sofrer os mesmos tipos de violência infligidas, a séculos, pelo Estado às classes mais pobres²², a opinião pública, as instituições da elite nacional e os órgãos de direitos humanos nacionais e internacionais passaram a se preocupar com a rigidez e a truculência da ditadura militar (SKIDMORE pp.245-247). Os governos militares, e tudo o que os lembrasse, iriam permanecer na memória e no imaginário nacionais do pós-abertura apenas como os detentores e os manipuladores da força e da violência empregadas contra a população, durante os chamados “anos de chumbo”.²³

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos passaram a entrar em pauta nas discussões de muitos organismos internacionais²⁴. Nos anos 60 vários e novos elementos culturais (originados basicamente a partir de aspirações das classes médias cultas) baseados em direitos individuais – tais como o movimento feminista, o movimento em favor dos direitos civis das minorias ou a liberação sexual – foram introduzidos, não sem resistência, na dinâmica das sociedades e conquistando ardorosos defensores por todo o mundo. A chamada “Era dos direitos”²⁵, começou a penetrar nas sociedades latino-americanas, governadas por ditaduras, somente depois de muita pressão exercida por organismos internacionais e uma atuação mais veemente do presidente Jimmy Carter, que passaram a exigir dos militares latino-americanos um comportamento menos autoritário e menos brutal em relação às dissidências. A democracia passou a se tornar um padrão desejável em todo o globo.

No Brasil, além das pressões internacionais, de acordo com Edmundo Campos Coelho, houve também as razões internas do Exército que – “em razão de uma formidável expansão da economia e da diversidade de interesses organizados, por um lado, e pela sensação de incompetência em suas tarefas prioritárias, profissionais, por outro” (COELHO, citado por FERNANDES, 2006, p.35) – passou a sentir-se coagido a entregar o poder político novamente aos civis. Ou seja, razões corporativas marcaram a volta aos quartéis, em 1984 tanto quanto haviam determinado o desencadeamento do golpe em 1964

Em 21 anos, o primeiro presidente civil seria José Sarney. Ainda numa fase de transição, do predomínio das Forças Armadas na condução política do país para um controle

²² Conforme Lucia Cortes Costa, “a dinâmica social, política e econômica dos países latino-americanos criou uma formalização democrática num ambiente de dura repressão social e política, demonstrando a experiência de construção desprovida de direito” (COSTA, 2006, p. 46).

²³ Segundo Maria Celina D’Araújo, “a reconquista do estado de direito permitiu que aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção viessem a público reclamar por justiça. Assim, do lado do fracasso econômico no momento da transição colocava-se também este outro lado negativo para a corporação, acusada publicamente de desrespeitar os direitos humanos” (D’ARAÚJO, 1994, p.160).

²⁴ A UNESCO, criada ainda em novembro de 1946, tinha, e ainda tem, como principal objetivo “contribuir para a paz e a segurança mediante o fomento da colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura bem como das comunicações, de modo a incentivar o respeito universal pela justiça, pelo império da lei e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, que sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião são assegurados a todos os povos do mundo pela Carta da ONU”. Disponível em: http://www.unicrio.org.br/BibliotecaTextos.php?Texto=abc_indice.htm. Acesso em 05 Jan 07. A Declaração dos Direitos da Criança é de 1959. A Anistia Internacional fora criada ainda em fins de maio de 1968.

²⁵ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

efetivo do governo civil, seu governo foi marcado pela permanência do poder tutelar do Exército. “Muito mais que uma exceção, o comportamento de Sarney em relação aos militares se tornaria a regra, no sentido de que ele afavelmente se curvaria à luta das Forças Armadas por autonomia política”(ZAVERRUCHA, 1994, p.171). O poder político teria saído de direito das mãos dos generais, mas não de fato. O general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército à época, foi um articulador político e um dos principais responsáveis pela manutenção dessa tutela. Representou um período em que as três Forças passaram por ampla modernização²⁶. Não mais compromissados com o destino econômico do país, mas ainda possuidores de um capital político (ou poder de pressão) bastante elevado perante o presidente, a cúpula das Forças Armadas conseguiu tratamento especial do governo em relação ao seu orçamento, pelo menos no primeiro ano de mandato²⁷.

Em relação à política econômica, o governo Sarney mostrou-se preocupado com a contenção da inflação e com a estabilidade. Quatro planos econômicos foram implantados em seus cinco anos de mandato.²⁸ De um modo geral, acabaram marcando no imaginário nacional a desilusão pelos choques econômicos e medidas heterodoxas de controle inflacionário, como o congelamento de preços e salários que acabaram surtindo pouco ou nenhum efeito permanente. O governo Sarney terminaria com altos índices de inflação²⁹.

Seu sucessor, Fernando Collor de Melo havia vencido as eleições a partir de duas principais plataformas de governo. Combater os altos funcionários públicos (“marajás”), acusados por ele de viverem luxuosamente às custas do dinheiro público, e rumar o país para o “Primeiro Mundo” por meio de uma política de privatizações e abertura de mercado, assim como Argentina, Chile e México já estavam fazendo.

Reformas econômicas foram empreendidas no sentido de implementar essa abertura, sendo “concentrados esforços na venda de estatais produtivas, pertencentes a setores estratégicos”.³⁰ Com o Plano Nacional de Desestatização, de abril de 1990, e com a redução de tarifas de importação seu governo empreendeu o início, ainda que tímido em relação aos seus

²⁶ Realizando parcerias com fabricantes civis, o Exército Brasileiro desenvolveu os carros de combate Urutu e Cascavel, adquiriu o sistema de foguetes Astros II, realizou estudos para modernizar equipamentos e fardamentos, que vieram a ser implementados pouco tempo depois. A aviação do Exército foi implementada, com a aquisição de helicópteros e a criação do batalhão de aviação em Taubaté, que se transformaria em uma brigada, alguns anos depois. Sem pessoal especializado para a realização das novas tarefas, o Exército ofereceu cursos no estrangeiro ao seu próprio pessoal e realizou remanejamento de funções, preferindo requalificar a mão-de-obra já existente a realizar concursos públicos específicos para pilotos ou mecânicos de aeronaves.

²⁷ Em 1984, a participação percentual das Forças Armadas no PIB nacional foi de 0,4% e em 1985, primeiro ano de governo do presidente Sarney, aumentou para 0,8%. Em 1986, caiu drasticamente para 0,3%, aumentando novamente em 1988 para singelos 0,4% (OLIVEIRA, 1994, p.262).

²⁸ Planos Cruzado I e II, Bresser e Verão.

²⁹ Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, a inflação de 1989 girou em torno de 1.782,90 % e em 1990 teve uma ligeira queda para 1.476,60%. CARVALHO, Carlos Eduardo. **Bancos e Inflação no Brasil: da crise dos anos 1980 ao Plano Real**. Disponível em: http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_56.pdf. Acesso em 16 Jan 07.

³⁰ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Privatização no Brasil (1990-1994 / 1995 – 2002)**. BNDES, 2002. p.6 Disponível em: www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/Priv_Gov.pdf. Acesso em 11 Jan 07.

sucessores, da abertura do mercado brasileiro ao capitalismo transnacional. O próprio Collor havia dito logo ao assumir o governo que “a privatização deve(ria) ser completada com menor regramento da atividade econômica. Isto incentiva(ria) a economia de mercado, gera(ria) receita e alivia(ria) o déficit governamental, sustentando melhor a luta antiinflacionária.”³¹ A abertura acelerada do mercado incomodava a elite econômica brasileira, que louvara o neoliberalismo no início, mas agora percebia o quanto ele era perigoso para os seus próprios, e pouco competitivos, negócios.

Em relação às Forças Armadas, o governo Collor teve uma postura relativamente independente, com a ação tutelar da corporação militar arrefecida (SINTONI, 1999, p.231). Fernando Collor pretendeu implantar o Ministério da Defesa em seu período de governo, mas não teve o apoio político nem o tempo necessário para concretizar seu projeto. Apesar de opiniões em contrário³², o papel e a influência política dos militares haviam caído assustadoramente logo em seguida à abertura democrática. Reflexo disso foi a sua participação no orçamento federal. “Com exceção de um ano (1990), os militares assistiram entre 1985 e 1993 a uma diminuição de um quarto de sua cota” (SKIDMORE, 1998, p.302).

Por consequência de uma postura política arrogante, de sua indisposição em fazer alianças com líderes do Congresso e por causa de suspeitas de corrupção em seu governo, Collor permaneceu um bom período de seu mandato sem nenhuma sustentação política no legislativo, vindo a sofrer, enfim, o impeachment em 29 de dezembro de 1992 (SKIDMORE, 1998, p.307-308). Pela primeira vez um presidente brasileiro foi deposto sem golpes ou quarteladas, mas sim cumprindo as formalidades do jogo político.

O próximo presidente eleito seria Fernando Henrique Cardoso, que saiu vitorioso nas eleições presidenciais de 1994 de maneira espetacular, por meio de uma plataforma eleitoral baseada praticamente no sucesso do plano de estabilização que havia liderado como ministro da fazenda do governo Itamar Franco – vice, que assumiu a presidência no lugar de Fernando Collor de Melo.

O Plano Real havia trazido novo alento à economia brasileira já no seu lançamento, em 1994. O antigo fantasma da inflação, que já vinha há muito tempo deteriorando o poder de compra da população e ajudando a aumentar ainda mais as distâncias sociais entre ricos e pobres, teve com o referido plano um duro golpe. Com uma visão bastante otimista acerca dos reflexos do plano, André Lahóz afirma que “dados do IBGE (Censo 2000) mostram que o rendimento médio do brasileiro cresceu 41,8 % na década passada” (LAMOUNIER &

³¹ BRASIL: Presidência da República. **Projeto de reconstrução nacional: diretrizes para um novo Brasil (Vol nº 1)**. Brasília: Imprensa Nacional, 1990, p.16.

³² O professor Jorge Zaverucha acredita que, mesmo na atualidade, a democracia brasileira ainda é bastante frágil e os militares só estão parcialmente submetidos ao controle civil, mostrando-se com uma certa autonomia em situações de crises políticas. Ver: ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

FIGUEIREDO, 2002, p.77). O número de pobres chegou a cair logo após a estabilização³³ e o salário mínimo teve um crescimento real considerável nos anos de governo do presidente Fernando Henrique.³⁴ O número de estudantes cresceu tanto nos níveis de ensino fundamental e médio, quanto no superior, porém, a qualidade da educação, principalmente a pública, no país sofreu uma queda considerável, muito por conta dos baixos salários pagos aos professores da rede pública (LAMOUNIER & FIGUEIREDO, 2002, p.553).

Logo no início de seu primeiro mandato, assim como houve na etapa final dos governos militares, houve um amplo programa de reforma administrativa na administração pública, com a “eliminação da estabilidade no emprego irrestrita e um regime jurídico mais flexível para servidores civis” (LAMOUNIER & FIGUEIREDO, 2002, p.59). Mais uma vez as contas não fechadas do governo teriam como principal responsável a ingerência da máquina estatal, e mais uma vez o problema seria despolitizado, sendo tratado como uma questão puramente técnica e gerencial.

A Previdência Social passou a ser outro grande vilão da situação deficitária do Estado e o governo pretendia reformá-la radicalmente. Por meio de muita pressão, o legislativo reformulou inúmeras vezes a proposta inicial do governo e diminuiu sua profundidade. Os militares das Forças Armadas, por exemplo, permaneceram num regime previdenciário próprio e com a aposentadoria integral, no entanto, outros direitos lhes foram cortados tais como a chamada “Licença Especial”³⁵, a aposentadoria com a remuneração de um posto ou graduação acima e o anuênio (1% do valor do soldo por ano de serviço), o que trouxe descontentamento na tropa e mais munção para reclamações, como a do deputado Jair Bolsonaro, por exemplo: “Vergonha é ganhar pouco e ser achincalhado por FHC e seu Ministro Quintão. Vergonha maior é aceitar passivamente o que estes, que governam sob o manto da corrupção, nos impõe.”³⁶

Ainda que o próprio ex-presidente Fernando Henrique Cardoso discorde³⁷, seu governo acabou por adotar uma estratégia de alinhamento com a política de globalização segundo o modelo neoliberal. Apesar de resistências de várias partes, o esforço empreendido

³³ O que não mostrou ser uma tendência duradoura, pois cinco anos depois voltaria a crescer (LAMOUNIER & FIGUEIREDO, 2002, p.79).

³⁴ Enquanto que em 1994 o valor do salário mínimo, segundo dados sobremodo otimistas oferecidos pelo próprio Fernando Henrique, equivalia a apenas 63% do valor da cesta básica, em 2002, o mesmo salário já valeria 126% dela (CARDOSO, 2006, p.544).

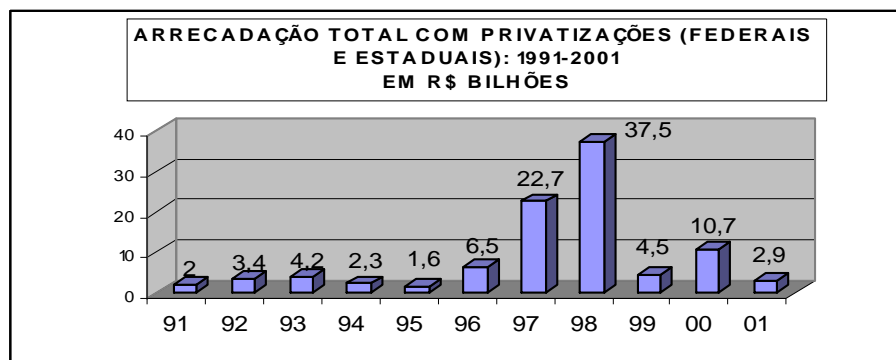
³⁵ Equivalente às férias prêmio no funcionalismo civil, a Licença Especial era uma espécie de premiação de seis meses de férias àquele militar que completasse 10, 20 ou 30 anos de serviços. Esse tempo de 6 meses, caso não gozado, poderia ser revertido como tempo em dobro para a reserva remunerada, antecipando a aposentadoria do militar.

³⁶ Deputado Jair Bolsonaro, em seu comunicado nº 9, de 17 Mai 2001; Disponível em: http://www.bolsonaro.com.br/jair/comunicado/antigos/comunicados_a.htm#COMUNICADO N° 8; Acesso em: 15 Jun 2005.

³⁷ Em seu livro, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou: “Jamais subscrevi idéias neoliberais a favor de um Estado mínimo. Mais ainda, durante meus 8 anos de governo o gasto público se expandiu e empreendemos um grande esforço para reconstrução do Estado e da administração pública” (CARDOSO, 2006, p.559).

pelo seu governo visando a desestatização de várias empresas públicas, obteve enorme sucesso no final de seu primeiro mandato.

Gráfico nº 1



Fonte: LAMOUNIER & FIGUEIREDO, 2002, p.52

As questões econômicas passaram a ser a prioridade do governo, enquanto as sociais foram secundarizadas a olhos vistos. É o próprio ex-presidente, narrando sobre os acontecimentos da crise da Rússia no segundo semestre de 1998, quem confirma essa colocação de prioridades:

“Era um tal de olhar resultados da bolsa mundo afora, de ver quanto das reservas saíam do país e de repetir declarações quanto possíveis otimistas que ninguém agüentava. A Fazenda, já se preparando para conversar com o FMI, anunciava planos de cortes orçamentários, buscando repetir o êxito (fugaz) ocorrido no ano anterior. Os ministros das áreas fundamentais, especialmente o da saúde, protestando contra os cortes e ameaçando renunciar. Repliquei que tampouco me alegravam os cortes, mas que ninguém me dera alternativa...Lembrava a eles que a flutuação do câmbio resultaria em Indonésia, ou seja, uma brutal desvalorização da moeda seguida de grave desorganização da economia, e a centralização do câmbio daria em Malásia – isto é, uma economia sob maior controle do Estado e mais distanciada do mercado internacional, levando a um recuo dos investidores estrangeiros” (CARDOSO, 2006, p.392).

O governo Fernando Henrique devotou plenamente suas forças à obediência às regras e aos desejos do mercado. Atitudes políticas, como declarações de otimismo em épocas de agudas crises, foram tomadas nesse sentido. Verbas da saúde, educação, assistência social ou mesmo da defesa foram cortadas para ajudar saciar a fome pantagruélica do mercado financeiro e garantir ao país um status relevante na preferência dos investidores,³⁸ que é tão flexível quanto os mercados que controlam.

³⁸ Manter o chamado “risco país” em níveis aceitáveis pelos investidores foi uma preocupação das mais centrais do governo Fernando Henrique.

Além disso, a inserção da economia brasileira na economia neoliberal globalizada “provocou mudanças decisivas na base tecnológica, gerencial e organizacional das empresas, com sérias repercussões no mercado de trabalho. Para competir com os produtos estrangeiros, sem a proteção do Estado, as empresas aqui instaladas foram obrigadas a fazer pesados investimentos na modernização de seus equipamentos”(LAMOUNIER&FIGUEIREDO, 2002, p.106). Isso ocorreu de maneira concomitante às mudanças gerenciais e à informatização do setor público.

Dentro desse quadro, o relacionamento do governo Fernando Henrique com as forças de oposição parece ter sido guiado pelo que Marcos Cordeiro Pires chamou de “micropolítica”. Para Pires, o trabalho do micropolítico seria o de identificar os vários grupos de interesse que giram em torno de uma certa atividade do setor estatal e promover políticas que superem ou acomodem resistências. Para tanto, seria preciso oferecer aos membros de um determinado grupo mais vantagens na nova ordem do que estes usufruíam na ordem anterior. A sociedade é confundida com o mercado, não havendo cidadãos, mas consumidores (PIRES, 2003, p.699).

Sua estratégia política baseou-se na ausência de confrontos diretos e no desvio dos focos principais, com a finalidade de evitar desgastes do seu governo, com uso amplo dos meios de comunicações na formação de opiniões favoráveis às suas teses. A tese do Ministério da Defesa, por exemplo, inaceitável pela cúpula militar até 1992, sete anos depois, tornou-se realidade concreta. O foco na construção da necessidade de uma nova e centralizada organização de defesa para o país foi transplantado do fator político – com um discurso que chegava aos ouvidos militares significando perda de poder e de autonomia das Forças Armadas para o governo civil – para o fator técnico-administrativo (necessidade de centralizar recursos para melhor utilizá-los e otimizar a operacionalidade por meio de um comando unificado das três Forças). Conhecedor das teses de Tocqueville acerca da idéia de que um exército poderoso é um fator que ameaça a estabilidade política (STEPAN, 1975, p.21-22; 25; 47), e tendo seu governo sido pressionado constantemente pela necessidade de cortar gastos para alcançar superávits, Fernando Henrique Cardoso certamente não poderia ter realizado grandes esforços para bem aparelhar as três Forças em nenhum de seus mandatos.

O primeiro mandato do presidente Lula, de 2002 a 2006, apresentou algumas diferenças em relação ao seu antecessor quanto ao seu estilo de governo, mantendo-se menos voraz em relação às privatizações, no entanto, continuou seguindo o “consenso de Washington” em relação aos ajustes fiscais e ao pagamento da dívida externa, o que ainda, de certa forma, dificultou o investimento na melhoria dos serviços públicos, incluindo as Forças Armadas. Em relação a estas, a questão que mais incomodou o primeiro mandato de Lula foi a da remuneração dos militares e suas condições de trabalho, o que, na verdade, trata-se de um problema de longa duração. Certamente foi um fator de preocupação do alto comando do

Exército, pois o clima chegou a permanecer bastante tenso na tropa. Um importante indício de que houve realmente uma preocupação por parte da cúpula militar com a quebra da disciplina nos quartéis foi o fato de que, dos 36 Informex³⁹ (Informativos do Exército) relativos ao ano de 2005, nove, ou seja, 25% deles, versaram sobre reposição de salários. Todos eles reafirmando para a tropa as ações do alto comando em reivindicar junto ao governo os aumentos salariais, e reforçando a necessidade da preservação do espírito de “confiança nos chefes”.

Política, economia, transformações sociais, forças armadas, disciplina militar. Conectadas, num jogo de imbricada interdependência de forças e contra-forças, negociado de modo quase sempre tenso, que marcou a história da sociedade brasileira pelo menos desde a sua independência. E um mesmo padrão de interdependência pode ser percebido também no momento atual entre transformações econômicas e dinâmicas sociais globais e nacionais.

3. Interdependência entre contexto econômico e dinâmica social

David Harvey, ao abordar em seu livro⁴⁰, que já se tornou clássico, as questões macroeconômicas do que ele chamou de “condição pós-moderna”, analisa a partir de um viés holístico, patrocinando não apenas o aspecto “frio” e “duro” da economia para construir sua análise, mas abarcando aspectos políticos, sociais e culturais relacionados às mudanças econômicas globais sentidas a partir da década de 1970. O referido autor utiliza-se de uma interessante abordagem teórica, pertencente à chamada “Escola de Regulamentação”. Devido à relevância da aplicação de uma abordagem holística no contexto de nosso objeto de pesquisa, ela será utilizada como um referencial para o presente texto.

O argumento da Escola de Regulamentação é o de que um regime de acumulação, que implica na manutenção tanto das condições de produção quanto das condições de reprodução de assalariados, encontra duas grandes dificuldades para sustentar sua coerência. A primeira delas é a de que na fixação de salários e preços, a “mão invisível” do mercado é insuficiente para controlá-lo, necessitando de algum grau de ação coletiva – regulamentação e/ou intervenção direta do Estado – para suprir seus hiatos. Agindo direta ou indiretamente, o efeito das pressões coletivas exercidas pelo “Estado ou por outras instituições (religiosas, políticas, sindicais, patronais e culturais)”⁴¹ é o de alterar a dinâmica do capitalismo, moldando sua forma e sua trajetória. Na ponta da linha da sociedade, ou seja, em suas bases individuais, serão elaborados novos códigos de valores e de conduta, suficientemente capazes de, no

³⁹ Notas “informativas” do comando do Exército, direcionadas a divulgação para toda a tropa.

⁴⁰ HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens sobre a mudança cultural. São Paulo: Ed. Loyola. 1992.

⁴¹ Harvey, 1992, p.118.

mínimo, legitimar a nova dinâmica e a nova organização da base material da sociedade. Numa sociedade capitalista “as propensões sociais e psicológicas, como o individualismo e o impulso de realização pessoal por meio da auto-expressão, a busca de segurança e identidade coletiva, a necessidade de adquirir respeito próprio, posição ou alguma outra marca de identidade individual, têm um papel na plasmação de modos de consumo e estilos de vida”.⁴²

A outra dificuldade é a do controle do trabalho, que acaba por envolver um misto de “repressão, familiarização, cooptação e cooperação”⁴³, ações implementadas não só no ambiente de trabalho, mas em todo o tecido social.

“A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) são difundidas pelos veículos de comunicação, pelas escolas e pelas religiões.”⁴⁴

Uma outra Instituição pode ser considerada uma difusora, além de receptora dessas propensões: as Forças Armadas. Se pudermos considerar as condições de produção capitalista como parte de um ideário dos detentores dos meios de produção, Gomes Neto corrobora com a tese da participação da “Sociedade Militar” nesse processo. O referido autor afirma que

“os meios institucionais pelos quais o ideário burguês se cinge na sociedade são, portanto: a escola, a igreja, a participação (serviço) militar, além dos meios de comunicação em informação e cultura – jornais, livros, rádio, TV, cinema, teatro, etc.” (GOMES NETO, 2003, p.715).

Dentro dessa lógica, a dinâmica capitalista, o quadro político e as organizações armadas estariam unidas por um conjunto complexo e interdependente de elementos. Por consequência dessa interdependência, alterações profundas no ponto englobante (sistema capitalista de organização material) afetariam qualquer um dos pontos englobados (a “sociedade militar”, por exemplo). Parece ser exatamente isso o que tem ocorrido nas últimas décadas, com efeitos importantes nas sociedades armadas. Eles serão discutidos no capítulo seguinte.

⁴² Idem, p.118.

⁴³ Idem, p.118.

⁴⁴ Idem, p.119.

4. A lógica da guerra fria e seu declínio

Eric Hobsbawm em “A Era dos Extremos” pensou o Séc XX como sendo guiado sob a lógica do dualismo entre capitalismo *versus* socialismo. Para aquele autor:

“O mundo que se esfacelou no fim da década de 1980 foi o mundo formado pelo impacto da Revolução Russa de 1917. Fomos todos marcados por ela, por exemplo na medida em que nos habituamos a pensar na moderna economia industrial em termos de opostos binários, ‘capitalismo’ e ‘socialismo’ como alternativas mutuamente excludentes, uma identificada com economias organizadas com base no modelo da URSS, a outra com todo o restante” (HOBSBAWM, 1996, p.14).

Analisando o referido século por esse aspecto, pode-se perceber alguma coerência na idéia de que a existência e o poder de um dos lados impunham limites à atuação do outro e vice-versa⁴⁵. As mazelas do capitalismo liberal do fim do Séc XIX e início do Séc XX, de certa forma trouxeram as condições necessárias à concretização de uma vaga revolucionária, que varreu todo o leste europeu. Apesar de ter-se iniciado, curiosamente, em um país ainda pouco industrializado, mas maior país da região, a Rússia – que se tornou depois a república mais importante da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) –, essa vaga socialista se espalhou por mais da metade da Europa e depois para a Ásia, África e América. Dos cinco continentes, apenas a Oceania deixou de presenciar revoluções de cunho socialista, capazes de mudar governos e estruturas econômicas e sociais. O terror, sentido pelas elites capitalistas do mundo inteiro, em relação ao “comunismo” estatista, possuía razões bastante plausíveis para existir. A pequena Cuba tornou-se emblemática na América Latina com sua revolução e tornou-se um exemplo de incursão bem sucedida da esquerda numa área de influência direta norte-americana.

Enquanto estava presente a ameaça do comunismo, parece ter sido interessante para as sociedades capitalistas centrais incentivarem a até mesmo ajudarem a sustentar a existência de poderios mínimos em termos de forças armadas nacionais nos países periféricos. Normalmente de espíritos conservadores, os militares e o poder que possuem por meio de suas armas, serviram como uma importante garantia do *status quo* capitalista, funcionando como a “grande barreira”⁴⁶ às influências comunistas nos países latino-americanos. Com problemas sociais antigos e profundos, o maior temor das elites desses países e das elites dos países ricos era o de que eles fossem potenciais candidatos a revoluções de esquerda, com a conseqüente estatização de grandes propriedades privadas e abandono do capitalismo de mercado. Nesse

⁴⁵ Segundo o que nos mostra Marcos Cordeiro Pires, o medo do comunismo, de acordo com a tese de Willian Greider, pressionou os governos a expandirem seus benefícios sociais para impedir a classe operária a aderir aos movimentos sociais com viés comunista (PIRES, 2003, pp. 695-696).

⁴⁶ Alusão ao livro homônimo do coronel da reserva do Exército, Maya Pedrosa.

ponto, os interesses das elites locais dos países periféricos se coadunariam com os governos e com as elites do primeiro mundo. Para ambas as elites, a manutenção da hegemonia do sistema capitalista era um ponto de consenso. Em contrapartida às pretensões hegemônicas do lado capitalista, o outro lado da Cortina de Ferro, liderado pela grande potência soviética, possuía também seus arroubos hegemônicos no dinâmico jogo do mais poder mundial.

O fantasma do comunismo assombrava o imaginário de grande parte da população do ocidente que, historicamente, havia sido mais ou menos influenciada, por suas elites, a acreditar em e a defender determinados valores morais e ideológicos que, de uma forma ou de outra, passaram a se encaixar ao espírito do capitalismo. Ainda que soe reducionista essa afirmação, parecia ser interessante para o sistema capitalista homogeneizar o imaginário social, não só em termos de valores relacionados à vida produtiva⁴⁷, mas em termos de todas as principais dimensões da vida em sociedade, por meio de uma complicada articulação entre a construção de mitos, o aproveitamento de medos coletivos e a interiorização de corpos de regras e processos sociais. A função final de tudo isso seria manter uma aparência de ordem e bom funcionamento do sistema produtivo, buscando ao máximo camuflar suas contradições e seus subprodutos indesejáveis.

Graças ao poder simbólico do mundo comunista e ao medo das vagas revolucionárias influenciadas por ele, os países capitalistas mantiveram a voracidade de suas elites pelo ganho do lucro sob um certo grau de controle, principalmente do Estado. Sob o domínio do Estado permaneceu, também, a população excluída do espólio capitalista, por meio tanto da distribuição indireta de renda, através de programas sociais de diversos tipos (ainda que insuficientes), quanto pelo uso da força. O Brasil utilizou um misto dos dois entre 1964 e 1985.

Porém, os modelos econômicos tanto do mundo capitalista como do socialista passaram a dar sinais de exaustão em meados dos anos 70. Do lado capitalista, dois dos seus principais países (Estados Unidos e Grã-Bretanha) adotaram medidas de diminuição da influência do Estado na economia e na distribuição indireta de renda, suprimindo direitos conseguidos, com muito custo, pelas classes trabalhadoras, amparadas até então por governos regidos por uma lógica de bem-estar social. O lado socialista também tentou implementar medidas para sanear suas economias. A China iniciou um processo de abertura em sua economia, em 1978, conciliando elementos capitalistas ao seu modelo comunista. A liberalização controlada de sua política econômica daria frutos alguns anos depois, apesar da desigualdade da sua distribuição. A União Soviética também implementou mudanças, por meio da chamada Glasnost (transparência) e Perestroika (reestruturação econômica). Muito por questões sobre falta de consenso, as medidas não surtiram o efeito desejado e o sistema soviético veio a ruir fragorosamente no fim dos anos 80, juntamente com sua hegemonia do lado

⁴⁷ Conforme teoria do modo de regulamentação descrito anteriormente.

socialista e sua força simbólica. A queda do Muro de Berlim foi o que houve de mais representativo nesse sentido.

O modelo fordista-keynesianista de acumulação capitalista, em transformação desde os anos 70, viu aceleradas suas modificações com a maior influência das novas tecnologias informacionais na produção e distribuição de capitais. O pensamento liberal, até então em estado de latência, como “fogo de monturo” abafado sob a hegemonia do keynesianismo, percebeu novamente um ambiente propício ao seu reflorescimento, numa época em que o mundo socialista perdia seu poderio tanto real quanto simbólico. No embate entre o capitalismo e o socialismo, o primeiro sentiu-se como o grande vitorioso. Sem a contrapartida do outro, seria apenas questão de tempo até que o liberalismo renovado, ou neoliberalismo se colocasse mundialmente como um modelo quase que hegemônico de produção e distribuição de capitais, tanto financeiros quanto simbólicos.

5. Neoliberalismo global ou globalização neoliberal

Na década de 1970, uma onda de choques – representados principalmente pela segunda crise do petróleo em 1979, pela recessão econômica americana e pela elevação dos juros internacionais, havia afetado a ordem econômica em sua escala mundial. Alguns países desenvolvidos – principal e primeiramente os EUA de Reagan e a Inglaterra de Thatcher – passaram a rever o modelo de acumulação fordista-keynesianista do *welfare state*, visto como insustentável diante do colapso econômico que parecia se avizinhar. “Flexibilização” passou a ser a palavra principal utilizada pela retórica da nova ordem nesses países ricos. O Estado e sua rigidez⁴⁸, juntamente com as classes políticas eram listados no discurso neoliberal como os grandes entraves ao crescimento econômico das nações.

Ainda castigados pelas crises econômicas iniciadas nos anos de 1970, os países da América Latina nos anos 80 via-se numa posição bastante inferiorizada em relação ao restante do mundo, exceto, talvez, em relação à maioria dos países africanos. A questão maior era: qual era a verdadeira origem das suas crises financeiras crônicas e qual era a solução para elas?

Muitos analistas passaram a afirmar que o mesmo modelo de política econômica, aplicado com um relativo sucesso em alguns países desenvolvidos, apesar dos custos sociais, seria também a salvação para a América Latina. No discurso desses analistas neoliberais, esse modelo representaria a panacéia para todos os problemas do mundo inteiro. O liberal francês Guy Sorman propõe que o liberalismo não seria em si uma ideologia própria dos países ricos; o

⁴⁸ O pensamento neoliberal em voga percebe de maneira aistórica as intervenções estatais nas economias latino-americanas, como se em nenhum momento essas intervenções tivessem sido necessárias para fazerem frente à recessão e à dívida externa (BRESSER PEREIRA, 1992, p.15-16).

que acontece é que os países liberais tornaram-se prósperos. O liberalismo seria, aliás, historicamente, uma tentativa de escapar da penúria. Segundo o discurso liberal,

“Seus princípios valem para todas as sociedades e para todas as épocas, pois a história da propriedade econômica não conhece fronteiras culturais ou raciais. Seus únicos obstáculos são os políticos”(SORMAN, 1988, p.46).

Para os economistas neoliberais da cúpula da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o que vinha provocando as crises latino-americanas era a associação entre o modelo de estado – excessivamente protecionista, regulador, com empresas estatais demais e ineficientes – e o populismo econômico de seus governos. Para se alcançar o crescimento econômico nesses países, um amplo conjunto de reformas deveria ser adotado, seguindo duas orientações básicas dessa abordagem neoliberal, conhecida por “Consenso de Washington”: 1) estabilizar a economia com ajustes fiscais, deixando o mercado desempenhar seu papel; 2) reduzir o Estado.

Porém, as medidas neoliberais, apesar de terem sido adotadas com uma frequência cada vez maior por governos de todo o globo, mostraram-se insuficientes para resolver por completo a questão dos países pobres, principalmente os da América Latina, com exceção talvez do Chile, único país no qual as medidas do “consenso”, aliadas a outras bastante específicas à sua economia, surtiram algum resultado. Pelo contrário, na maioria dos casos, a adoção dessas medidas representou ainda mais convulsão social e instabilidade econômica e política, por causa do seu efeito colateral imediato: o desemprego em massa⁴⁹.

O “Consenso de Washington” mostrou ser não apenas um conjunto de decisões específicas para sanarem problemas econômicos próprios de países latino-americanos. As soluções apresentadas a cada país eram indiferenciadas, estandardizadas num pacote fechado, não tratando das suas particularidades. Por isso, pareceu ser mais. Na medida que ele é colocado numa época de transição histórica entre um decadente paradigma de acumulação de capital fordista-keynesiano e um novo modelo de capitalismo baseado em processos de produção e distribuição mais flexíveis (HARVEY, 2001, p.119), o “Consenso” é apresentado aos países periféricos como uma alternativa única de inserção desses países no amplo concerto do mercado global. Paradoxalmente, num momento histórico onde se naturalizam as diferenças de opiniões e a flexibilização de relações – elementos trazidos justamente pelo pensamento neoliberal atual – busca-se estabelecer na sociedade global um modelo econômico único.

⁴⁹ De 1991 a 1996, o nível de emprego na área industrial brasileira diminuiu em 25% (LAMOUNIER & FIGUEIREDO, 2002, p.108).

Dentro do entendimento liberal, a estabilidade econômica e política⁵⁰ seriam pré-requisitos à abertura dos países latino-americanos ao mercado mundial. A oferta de vantagens fiscais e de infra-estrutura, condições mínimas de transporte, comunicações e energia, maior flexibilidade nos contratos trabalhistas, uma carga menor de impostos e menor entrave para concessão de remessa de lucros ao exterior passaram a fazer parte das exigências feitas pelas empresas transnacionais para se instalarem nos países ditos “em desenvolvimento”. Resumindo, fitavam uma menor interferência dos Estados nacionais nos seus processos produtivos e de acumulação.

No caso brasileiro, a formação de um ideário neoliberal teve influências de inúmeras correntes, mas manteve algumas características bastante peculiares. Não resultou de uma simples absorção das determinações impostas às mentes “atrasadas” do terceiro-mundo. Muitos pensadores e grupos de políticos e empresários brasileiros foram, desde o início das reformas de Reagan e Thatcher, grandes entusiastas das concepções neoliberais, cada qual formulando suas teorias acerca de como aplicar um modelo neoliberal no país.⁵¹ Inclusive a adoção de concepções clássicas do liberalismo político foram amplamente utilizadas em todas as áreas do setor público do país e divulgadas como um avanço da sociedade brasileira, recém saída de uma ditadura militar.⁵²

Apesar de alguns membros das elites brasileiras terem uma posição economicamente nacionalista, em geral “a ideologia desses direitistas era a economia de mercado livre, e promoviam os escritos de economistas conservadores do Primeiro Mundo como Friedrich Hayek e Milton Friedman”(SKIDMORE, 1998, p.299).

A relação entre instabilidade política e econômica e a ameaça de novos golpes militares havia-se tornado inquestionável para essa elite. Nas discussões para a elaboração da Constituição Federal de 1988, um pouco antes do grande “pacto social”⁵³, o empresário Antônio Ermírio de Moraes, supondo a existência de intenções de um novo golpe militar, anunciou: “Ou botamos o país nos trilhos ou o processo democrático corre perigo e vamos voltar a bater continência”(DREIFUSS, 1989, pp. 268-269). De forma paradoxal, as Forças Armadas, que representavam, em última instância, a segurança de que as esquerdas reformistas não chegariam

⁵⁰ Guy Sorman afirma que “Quando não há segurança política e econômica para os empresários, não há saída para o subdesenvolvimento” (SORMAN, 1988, p.47).

⁵¹ O “Instituto Liberal”, fundado primeiramente no Rio de Janeiro, em 1983, pelo empresário Donald Stewart Jr. foi uma das instituições que mais contribuiu para o crescimento do pensamento liberal no país. Outras instituições foram criadas dentro desse mesmo espírito, apesar de algumas divergências em alguns pontos. A Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes), a Confederação Nacional das Instituições Financeiras, a União Brasileira de Empresários (UB). A movimentação organizada por vários empresários durante a última Assembleia Constituinte, com o intuito de defender seus interesses contra os das classes trabalhadoras e os das esquerdas, deu mostras de que as concepções e métodos políticos e econômicos liberais já faziam parte da mentalidade de uma parcela considerável da elite nacional, já em 1986 (DREIFUSS, 1989, pp. 49-92).

⁵² Ver os 78 incisos do artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, alcunhada por Ulysses Guimarães de “cidadã”.

⁵³ União de representantes sindicais e representantes de associações empresariais, em torno do interesse de retirar do caminho um canal de luta e mobilização, comprometido com um programa mais abrangente de reformas do

ao topo do poder em nível federal, também eram representadas como sendo uma ameaça à estabilidade política e à consolidação dos esquemas de manutenção do poder e dominação da elite civil de direita.⁵⁴

As concepções clássicas do Liberalismo defendem uma sociedade caracterizada pela livre iniciativa, integrada num contexto amplo, o que geralmente inclui um sistema de governo democrático, a defesa da maximização das liberdades individuais, mediante o exercício dos direitos e da lei e a livre concorrência econômica. E no caso do Brasil, a esses princípios foi adicionado um outro de suma importância: a do controle político das Forças Armadas. Se desde Tocqueville a preocupação com o controle político da sociedade militar, por meio do controle de seu tamanho, faz parte da agenda do pensamento liberal, não seria uma novidade que tal preocupação viesse a se desenvolver nas elites de um país onde a cúpula da sociedade armada havia duramente ditado as regras da política por longos 21 anos.

6. O capitalismo flexível da nova sociedade em rede

No final dos anos 60 e início dos anos 70, uma verdadeira revolução tecnológica teve início na costa oeste dos Estados Unidos, a partir da invenção do chip eletrônico, do microprocessador, do primeiro computador e da descoberta do DNA. A chamada 3ª Revolução Industrial seria um misto de desenvolvimento nas áreas de microeletrônica, computação e biotecnologia (CASTELLS, 2001, pp. 79, 91 e 92).

As novas tecnologias rapidamente difundiram-se por todo o mundo e passaram a servir como uma importante ferramenta de reestruturação do capitalismo em escala global (CASTELLS, 2001, p. 50), provendo-lhe a dinâmica e a flexibilidade de que necessitava para quebrar a rigidez do fordismo. Rigidez essa que foi acusada, por muitos analistas, de ser a principal responsável pela decadência daquele modelo de acumulação, nos anos 70. Novos processos industriais foram implementados, as comunicações e os transportes tornaram-se mais ágeis e a movimentação de capitais tornou-se mais rápida e fluida. Nesse momento um novo regime de acumulação estava nascendo: a acumulação flexível, baseada na “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1994, p.140).

A revolução tecnológica teve um papel fundamental na difusão dos ideais do novo capitalismo “flexível”. O capitalismo abandonou a rigidez do modelo fordista e tornou-se mais plástico organizacionalmente, adotando um modelo estrutural disposto em redes, por onde

ponto de vista social, que vinha ameaçando ofuscar as plataformas da direita, que se mostravam vazias nesse aspecto.

⁵⁴ Por essa época mesmo, um pensador liberal francês escreveria que “A ordem das casernas não ameaça, naturalmente, apenas a França, ela espreita a Europa toda, a civilização atlântica, os países pobres. Portanto, ser

passaram a circular fluxos contínuos de informações e investimentos em capitais virtuais, em quantidade e velocidade cada vez maiores. Pela facilidade de informações e locomoção, os indivíduos tornaram-se mais móveis e mais permissíveis, em todos os aspectos, de geográfica até a emocionalmente. É diante desse quadro que se pode empregar a teoria da Escola da Regulamentação para ajudar a explicar a drástica transformação dos padrões culturais ocorrida nas décadas de 1980 e 1990. Concomitante à plasticidade do novo modelo de produção e acumulação de capital, uma boa parte da sociedade global passou a encarar a vida e a se relacionar socialmente de modo menos rígido. A organização familiar e de parentesco, as relações entre os sexos e também as sexuais, o ato de morar, e, em geral, a maior aceitação das diferenças e das individualidades. Enfim, uma boa parte de tudo o que se refere às relações entre as pessoas veio a flexibilizar-se, tal qual o novo modelo de acumulação. O louvor ao racionalismo, o individualismo exacerbado e o desinteresse da maioria pelas instituições e pelos grupos organizados são fenômenos que simbolizam esse momento histórico onde o antropocentrismo atingiu seu apogeu em nível celular, individual. Homens ou mulheres, individualmente (levando-se pouco em conta as suas relações de pertencimento a alguma organização social, sendo que o peso maior para a valoração de cada indivíduo é a quantidade de bens que possui) são a referência e o valor de todas as coisas.

Ao mesmo tempo, surgiram paradoxos incríveis, como o fato de que a vida do outro, principalmente do outro miserável e sem rosto, passou a ter um significado cada vez menor para a sociedade. Outro desses paradoxos é o fato de que o pacifismo de Estado (certamente não é o caso de alguns países desenvolvidos da atualidade, por exemplo, dos EUA, mas ainda assim é o modelo geral da retórica das relações internacionais) veio acompanhado de ondas de violência em níveis individuais, entendidas muitas vezes como subprodutos patológicos do próprio sistema de acumulação.

Manuel Castells resumiu em poucas linhas todas essas transformações. Para ele, um novo mundo tomou forma no fim do milênio.

“Originou-se mais ou menos no fim dos anos 60 e meados da década de 70 na coincidência histórica de três processos independentes: revolução da tecnologia da informação; crise econômica do capitalismo e do estatismo⁵⁵ e a conseqüente reestruturação de ambos; e apogeu de movimentos sociais culturais, tais como libertarismo, direitos humanos, feminismo e ambientalismo. A interação entre esses processos e as reações por ele desencadeadas fizeram surgir uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede; uma nova economia, a economia informacional/global; e uma nova cultura, a cultura da virtualidade real” (CASTELLS, 2000, p.412).

liberal é participar do combate por um mundo livre da guerra ideológica que hoje recrudescer” (SORMAN, 1988, p. 48).

⁵⁵ Manuel Castells prefere usar o termo “estatismo” para designar o modelo econômico vivido pelo bloco socialista liderado pela União Soviética na maior parte do século XX.

É diante do exposto deste capítulo, que ora finda – dentro de um complexo e amplo conjunto de fatores, que mesclam permanências de longa duração de modelos relacionais entre sociedade brasileira e Exército, e um acelerado desenvolvimento das culturas material e imaterial ocorrido mundialmente no tempo presente (que acaba levando a atualizações de conceitos, normas, atitudes e visões de mundo) –, que procuraremos esquadrihar alguns efeitos dessa miscelânea de continuidades e transformações globais, no modo como se tem produzido a socialização dos “corpos” e dos “espíritos” fardados. Antes de mais nada, é preciso deixar claro que haverá o privilégio do foco nas mudanças no processo de socialização, porém, há de se ter a consciência de que o espectro das permanências ainda possui uma influência decisiva na socialização e na produção das visões de mundo dos militares, e em suas atitudes para com a sociedade nacional, principalmente em relação às suas elites⁵⁶. Por mais que as transformações atuais sejam rápidas, produzindo efeitos relacionais quase que instantâneos, décadas de um caótico modelo de relações, produtor de desentendimentos e amarguras de ambos os lados, deixaram marcas profundas nessas relações. Mas acima de tudo, um modelo de divisão social elitista e autoritário – que lembra, mal-comparando, um arquétipo aristocrático –, dentro do qual os processos de socialização do Exército tomaram forma e amadureceram, persiste em existir, mesmo que em constante atrito com as formas relacionais ditas mais “democráticas”, que tendem a ser o modelo vigente na atualidade.

Feitas essas considerações, partamos agora para o exame do alcance dessas transformações globais no contexto da construção identitária militar no Exército Brasileiro.

⁵⁶ A recíproca também é verdadeira

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MILITAR EM UMA REALIDADE MATERIAL CONSIDERADA DESFAVORÁVEL

1. Os socializáveis: os efetivos

Para descobrirmos algo de mais concreto sobre o comportamento de uma Instituição, seja ela qual for, é por demais interessante sabermos como ela é composta em termos de material humano, e como são distribuídos seus efetivos de alto a baixo na cadeia organizacional. Através desse quantitativo pode ser possível perceber a prioridade estratégica da organização. Um grande efetivo empregado nas atividades administrativas, por exemplo, comparando-se ao efetivo empregado nas atividades de execução, pode indicar uma Instituição de tipo “burocrática”, dentro dos princípios fundamentais propostos por Weber⁵⁷, onde o ato de administrar pode ter se tornado um fim em si mesmo, e, por isso, necessitando de um sem número de pessoas para dele cuidar, sendo muitas vezes mais exigente com os processos do que com os resultados⁵⁸.

O Exército, dadas as suas características organizacionais peculiares, é uma Instituição burocrática, que se estabelece conforme uma rígida hierarquia, mantida pela busca contínua da obediência disciplinar de seus membros. Essa hierarquia subentende a existência de várias camadas funcionais que se inter-relacionam e formam, de maneira dinâmica, em seu conjunto, o corpo social, que se pretende coeso, da Instituição. Essas camadas organizam-se piramidalmente, onde a maioria do corpo social – a dos cabos e dos soldados – e a menos privilegiada, encontra-se na base, enquanto a parte menor e a com maiores privilégios – a dos oficiais gerais e superiores – permanece no topo da pirâmide.

No Exército Brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1990, tem-se percebido algumas mudanças quanto à concepção de como construir a identidade militar em seu público, que o faça caracterizar como tal e o distinga em relação à sociedade civil em geral. Muitas dessas mudanças ocorreram por conta de questões externas à Instituição, como o maior acesso à justiça, acompanhando um momento global que Bobbio chamou de “Era dos Direitos” (BOBBIO, 1992), a própria modificação na estrutura de governo do país, com um modelo de política econômica, no mínimo, semelhante ao neoliberalismo global, também encarregou-se de

⁵⁷ De acordo com Max Weber, esses princípios fundamentais seriam: total formalização, estrita divisão do trabalho, hierarquia em pirâmide, impessoalidade nas relações, meritocracia, profissionalização e necessidade de previsibilidade do funcionamento da organização.

⁵⁸ Ainda, de acordo com Weber, seriam disfunções da burocracia, juntamente com a exibição de poderes de autoridade, dentre outras coisas, a resistência a mudanças e a total conformidade à rotina. Ver: Weber, Max. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982, Cap. VIII.

trazer novidades ao cenário militar, com a criação do Ministério da Defesa, por exemplo. Porém, várias mudanças ocorreram puramente por questões internas, com pouquíssima influência direta de decisões políticas. A disposição dos efetivos por exemplo, possui um caráter misto, sendo que a quantidade total de efetivos militares passa pelo “controle” civil do Executivo⁵⁹, mas a distribuição desses efetivos em relação aos seus postos e graduações obedece quase que somente aos critérios de completamentos das unidades e dos fluxos de carreira. Ou seja, não dependendo do controle civil.

A disposição dos efetivos do Exército passou por transformações entre os anos de 1994 a 2004. Em seu total, quase não sofreu alterações significativas. As exceções começam a partir de 2004, em data posterior à data de publicação dos dados aqui pesquisados, quando o Exército incorporou de 27.725 recrutas a mais, com a finalidade de participarem do Programa 1º Emprego do Governo Federal, dando o nome de “Soldado-Cidadão” ao projeto.⁶⁰ Como o projeto era novo, e não se sabia muito bem, na tropa, como se proceder com esses recrutas – se iam ter a formação mais de soldados ou mais de cidadãos – eles tiveram um tratamento bastante diferenciado em relação aos recrutas incorporados pelo processo normal, concorrendo a menos escalas de serviço, com uma menor carga horária de atividades puramente militares, sofrendo, de um modo geral, um processo de socialização mais brando, apesar de todos terem sido voluntários. Ressalvada essa exceção, o efetivo total manteve-se constante, na casa dos 202 mil militares. Porém, e é aí que os dados começam a ficar interessantes, a distribuição interna desse efetivo teve uma mudança significativa nesses dez anos considerados.⁶¹

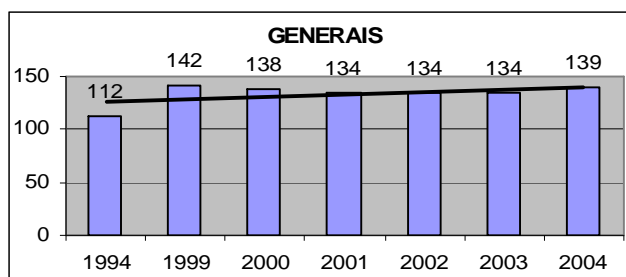
Começamos com o caso dos generais. Em 1994, o Exército possuía 112 generais – entre os de Brigada, de Divisão e de Exército, aumentando para 142 em 1999 e estacionando em 139 em 2004. A linha de tendência foi nitidamente crescente.

⁵⁹ A proposta é encaminhada pelo EME ao Comando do Exército, que por sua vez a despacha com o Ministro da Defesa, que, por sua vez é despachada com o Presidente para ser publicada no Diário Oficial da União.

⁶⁰ O conteúdo dos cursos possuía não só as disciplinas profissionalizantes, mas também noções de empreendedorismo, justiça, cidadania, direitos e deveres. Ver: “Projeto Soldado-Cidadão vai formar mais 30 mil jovens em 2005”. Disponível em: <http://conline1.cjf.gov.br/phpdoc/pages/sen/soldadocidadao/noticia2.htm>. Acesso em: 12 Set 06; “Projeto Soldado Cidadão”. Disponível em: <http://www.funceb.org.br/projetos/projetosoldadocidadao.html>. Acesso em 12 Set 06;

⁶¹ Todos os dados acerca dos efetivos foram obtidos nos Boletins do Exército (BE), publicados semanalmente pela Secretaria Geral do Exército em Brasília. Até a segunda metade da década de 1990, os boletins eram impressos e distribuídos para todas as Organizações Militares do país. Desde o final daquela década eles são tornados disponíveis para *download* ou via disquete, no início, ou via Internet, já mais recentemente. Para 1994, foi consultado o BE nº 01, de 07 Jan 94; para 1999: BE nº 02, 12 Jan 99; para 2000: BE nº 09, de 17 Fev 00; para 2001: BE nº 06, de 09 Fev 01; para 2002: BE nº 04, de 25 Jan 02; para 2003: BE nº 05, de 31 Jan 03; para 2004: BE nº 06, de 09 Fev 04.

Gráfico nº 2



Podem ser dadas duas explicações para esse fato. Uma, estritamente funcional, tendo em vista que o Exército, na tentativa de se modernizar, passou por incontáveis modificações estruturais nesse período, com fusões e criações de órgãos de assessoramento de vários tipos⁶², dando uma importância maior ao militarmente chamado de “Sistema C²” (Comando e Controle), às áreas de saúde e tecnologia. Uma outra explicação que pode ser encontrada é a política, tendo em vista que a visualização da criação do Ministério da Defesa, desejada micropoliticamente⁶³ pelo ministro do Exército do período, general Zenildo, trouxe um certo desconforto à cúpula militar, de maneira geral, pelo fato de que “temiam que a idéia subjacente fosse simplesmente colocar os militares sob maior controle civil (e, em particular, que a perda do *status* de ministros colocasse os futuros chefes das forças em situação vulnerável diante de eventuais ações na Justiça).” Outro temor, este já específico da Marinha e da Aeronáutica, era o de uma provável

⁶² Alguns exemplos: Centro de Avaliação e Adestramento do Exército foi criado em 1996, o OCEX em 1996, a Secretaria de Tecnologia da Informação em 1997, o Comando Regional de Saúde da 1ª Região Militar em 1999, o Departamento Logístico e a Diretoria de Subsistência em 2000, a Diretoria de Avaliações e Promoção em 2001 e a Brigada de Operações Especiais em 2002. Fonte: Boletim do Exército nº 47, de 10 Nov 04. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/be_ostensivo/download_2004.htm. Acesso em: 15 nov 06. Além da criação desses cargos, nesse período, outros inúmeros cargos passaram a ser privativos de oficial-general, quando antes eram ocupados por coronéis. Para ver todos os cargos privativos a oficiais gerais ver Decreto 5724, de 16 Mar 06, publicado no Boletim do Exército nº 12, de 26 Mar 06. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/be_ostensivo/BE2006/be2006pdf/be12-06.pdf. Acesso em: 23 Jun 07.

⁶³ De acordo com o conceito de “micropolítica” (PIRES, 2003, p.699), já abordado no presente trabalho. O presidente Fernando Henrique Cardoso parece ter se utilizado das práticas propostas por essa teoria, como estratégia de convencimento aplicadas a opositores políticos para aceitação de seus projetos. Sempre desfocando as intenções políticas em detrimento do foco das intenções econômicas, a equipe do governo Fernando Henrique angariou vários adeptos para suas propostas. A seguir, somente para ilustrar como essa estratégia operava discursivamente, verifica-se que a responsabilização pelo alto custo e pela ineficiência do Estado é toda colocada sobre o “corporativismo”: “...nas empresas, nas organizações da sociedade civil em geral, ou na máquina do Estado, uma mentalidade corporativa está permanentemente moldando as normas das instituições para colocá-las a serviço de seus membros em detrimento das finalidades para que foram criadas. No âmbito do Estado, especialmente, o corporativismo tem sido um poderoso fator de ineficiência e altos custos.” (José Serra, Ministro do Planejamento. Trecho do Plano Plurianual de 1996 a 1999, 31 Ago 1995. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/planejamento/contendo/PPA1_996/APRESENT.HTM; Acesso em: 19 Jul 07). A cúpula militar também parece ter sido convencida por meio da estratégia “micropolítica” da necessidade da criação do Ministério da Defesa. Em entrevista concedida à revista institucional *Verde Oliva* o então ministro do Exército acreditava que a criação do Ministério da Defesa traria “consideráveis benefícios para as Forças Armadas”, de ordem puramente técnico-material, tais como aceleração da integração entre as três Forças e a “racionalização administrativa”. O ministro, contudo, ressaltou indiretamente uma preocupação que havia nos altos escalões do Exército, onde o espírito de corpo tradicionalmente tem sido mais acentuado, afirmando que a integração não significaria “em hipótese alguma, perda de identidade das Forças singulares, ou sequer o esmaecimento de suas tradições”. Fonte: Exército Brasileiro – CComSEx. Revista Verde Oliva nº 161, Ano XXVI, Mai/Jun 1998, p.6.

hegemonia do Exército no MD, a chamada “teoria da vitamina de abacate”⁶⁴: quando se mistura abacate, leite e outras frutas no liquidificador, o resultado é sempre verde”(CASTRO & D’ARAÚJO, 2001, p.37). Não temos provas para afirmar se houve a intencionalidade e a conexão com um suposto desejo por parte do Exército de se confirmar a “teoria do abacate”⁶⁴, porém foi uma coincidência impressionante o fato de que em 5 anos somente – justamente do período em que se começou a aventar a possibilidade da criação do Ministério da Defesa até a sua criação de fato – o número de componentes da cúpula militar terrestre tenha aumentado em significativos 26,7%. A porcentagem de generais em relação ao total de oficiais de carreira⁶⁵ havia aumentado de 0,79% em 94, para 1,04% em 99.

Antes de analisar o restante dos oficiais, sargentos, cabos e soldados, talvez seja interessante inserir algumas considerações em relação aos critérios usados para a construção e análise dos gráficos. Primeiro, no quantitativo dos oficiais de carreira estão inseridos todos os oficiais que possuem estabilidade garantida, com exceção feita aos oficiais generais, pois já foram analisados à parte. Digo isso porque, por exemplo, os oficiais do QAO (quadro auxiliar de oficiais) seguiram sua carreira militar na verdade como sargentos e, como uma espécie de recompensa aos bons serviços prestados ao Exército, alguns selecionados são promovidos a oficial, nos postos inferiores, podendo chegar a capitão. Foram colocados juntos porque em fontes de alguns anos não havia a separação entre as várias “espécies” de oficiais de carreira⁶⁶. Mas, a seguir, algumas distinções serão feitas no intuito de observar algumas tendências diferentes entre o número de oficiais combatentes e oficiais técnicos formados ao longo dos anos.

Segundo, no gráfico de cabos, soldados e taifeiros estão inseridos também aqueles já estabilizados – que, por consequência, podem ser caracterizados também como militares de carreira. Ainda existem alguns milhares deles no Exército, e ainda vão existir pelo menos por mais meia geração, até que completem o tempo para reserva. Eles foram computados juntos pois nas fontes não há a discriminação de efetivos de estabilizados e de não estabilizados. Porém, por observação direta, pode ser dito que a porcentagem dos estabilizados, mesmo chegando na casa dos milhares, é bem pequena em relação ao universo total dos cabos e soldados. Terceiro, os subtenentes estão computados no efetivo dos sargentos, pois fazem parte de um mesmo círculo hierárquico e, por isso mesmo, estabelecem uma cumplicidade profissional entre si. Por último, apesar de ter sido considerado o universo dos taifeiros junto com o dos cabos e soldados, houve

⁶⁴ Levamos em consideração o peso do poder simbólico que significa o generalato nas Forças Armadas Brasileiras, ápice não só da carreira dos oficiais, mas de toda a hierarquia militar.

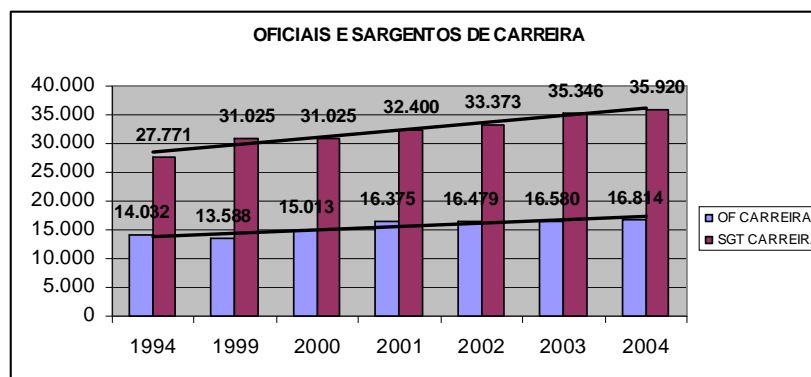
⁶⁵ Incluídas no universo considerado todas as carreiras de oficiais que não chegam ao generalato, tais como o Quadro complementar de Oficiais (QCO), o Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO) e o Quadro de Capelães Militares (QCM).

⁶⁶ Nove ao total: Os das armas, material bélico e o de intendência (todos formados na AMAN); os médicos, dentistas e farmacêuticos (formados na Escola de Saúde do Exército); os Engenheiros Militares (formados no IME); os do Quadro Complementar de Oficiais e os Capelães Militares (formados na Escola de Administração do Exército).

uma diferença de tendência entre eles. Os taifeiros, ao contrário de seus colegas de círculo, tiveram uma elevação em seu quantitativo,⁶⁷ e isso possivelmente tem há ver com a elevação do número de generais, tendo em vista que aqueles são os principais serviçais destes em suas cozinhas, copas ou despensas. Dito isso partiremos para as análises.

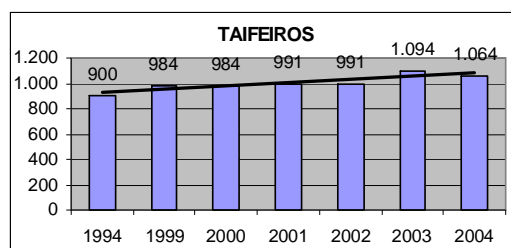
Os números mostram uma tendência de crescimento nos efetivos de oficiais e de sargentos de carreira, sendo que o efetivo de sargentos teve um aumento ligeiramente maior (29,3%) que o de oficiais (19,8%). O gráfico a seguir mostra numericamente esse aumento:⁶⁸

Gráfico n° 3



Na verdade esse é um crescimento mais por inchaço interno do que por causa de novas entradas. Me explico melhor. A nova Lei de Remuneração dos Militares de 2001⁶⁹ havia cortado algumas vantagens do pessoal de carreira como a possibilidade de ir para a reserva com um posto acima e de contar em dobro as licenças especiais não gozadas. Criou ainda o Adicional de Permanência, que incentivava os militares que possuíssem tempo de serviço para se aposentarem a permanecerem na ativa. Isso tudo fez com que muitos militares permanecessem na ativa, apertando o gargalo das promoções e inchando parte dos quadros, tanto de oficiais quanto de sargentos de carreira. Com isso, pelo menos no caso dos sargentos, o interstício para as suas promoções teve uma mudança radical. Enquanto que em 1994 o tempo médio para a primeira promoção de um sargento era de cerca de 5,5 anos aproximadamente, em 2004 esse tempo já era de cerca de 8 anos. Além disso, como o número de generais havia aumentado significativamente de 1994 a 1999, é certo que o número de coronéis que preferissem ficar

⁶⁷ Conforme o gráfico a abaixo:

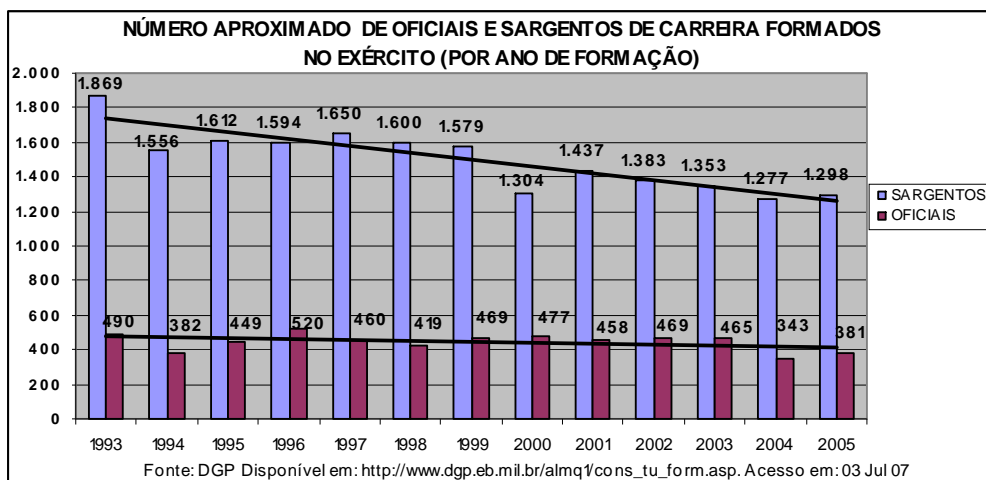


⁶⁸ Foram considerados todos os oficiais de carreira, ou seja, tanto os formados pela AMAN, quanto os formados pela EsAEx, EsSEx e IME. Já, no caso dos sargentos, há várias escolas, mas o concurso é o mesmo para todas elas.

⁶⁹ Medida Provisória 2215, de 31 Ago 2001.

esperando sua promoção ao generalato aumentasse. Todos esses fatores contribuíram para que naturalmente o gargalo das saídas fosse se fechando e fazendo com que o fluxo de promoções tanto de oficiais quanto de sargentos diminuísse. Dessa forma, o efetivo teve um aumento de forma “artificial”, ao atrasar as promoções de sargentos, mantendo-os mais tempo na ativa⁷⁰ e mantendo mais coronéis na expectativa de serem promovidos. Na realidade as vagas para a formação de novos oficiais e sargentos de carreira estão tendentes a diminuir, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico n° 4



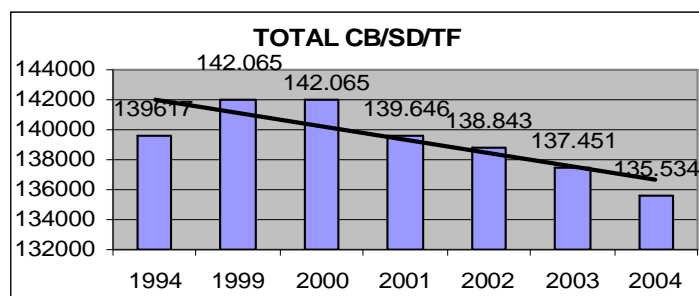
Nesse mesmo gráfico pode ser reconhecida uma outra importante informação. O número de sargentos formados a cada ano tem sofrido uma diminuição bem maior que a dos oficiais e isso indica um provável futuro – a longo prazo pelo menos, já que no momento, como dito anteriormente, a quantidade de sargentos tem mostrado uma tendência de aumento muito maior que a de oficiais – de diminuição da proporcionalidade entre as duas classes. Se em 1993 foram formados em média 3,81 sargentos para cada oficial, em 2005 essa média havia baixado para 3,37.

A quantidade de cabos e soldados, realmente o “grosso da tropa”, e regulamentarmente os elementos de execução, também foi diminuída nesse período. Em 94 havia cerca de 140 mil deles, com um pequeno aumento para 142 mil em 99, para depois serem reduzidos a 135,5 mil em 2004, o que representa uma queda de cerca de 4%.⁷¹

⁷⁰ Como referido no texto inicial, escrito por um sargento, o sonho de uma boa parcela deles é alcançar o oficialato. Isso se dá pelo fato de que, para aqueles praças graduados, os oficiais representam o “grupo de referência” (DUBAR, 2000, p.67). Se o QCO se apresenta oportunidade nova para tal ascensão, o QAO já é institucionalizado de longa data.

⁷¹ Dialogando aqui com um passado recente, é digno de nota que em 1964 havia uma proposta tramitando no EME sobre uma alteração do efetivo de praças, mais particularmente de “diminuição de cabos e soldados e aumentos de sargentos” (ESTEVEZ, 1996, p. 398). Tendo em vista que os quadros fazem parte da equipe formadora da identidade militar dos jovens soldados, a Instituição parece, em épocas de paz, preferir investir mais na formação daqueles do que na dos soldados.

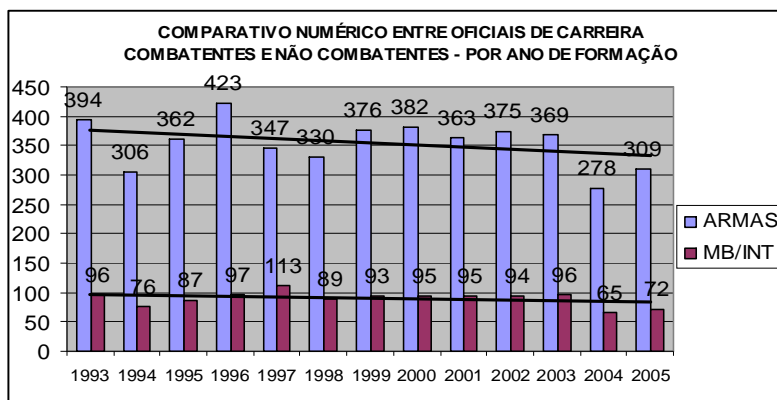
Gráfico n° 5



Leva-se em consideração aqui, genericamente, que a sociedade militar como um todo possui elementos socializantes homogêneos, que proporcionam, ou pelo menos buscam uma congruência quanto à maneira de pensar e quanto às atitudes. No entanto, cada um dos degraus hierárquicos possui formas próprias de socialização que os distinguem do amplo e, aparentemente, monolítico sistema, dando a ele uma característica de possuir em seu seio diferentes subsistemas que acabam mantendo determinadas relações de contradições entre si. Portanto, determinadas variações dos efetivos desses degraus hierárquicos podem ter como possíveis conseqüências variações nas suas escalas de poder.

Diante dessa perspectiva, o Exército tem apresentado características interessantes em relação ao seu efetivo pois tem mostrado variações importantes nestes últimos anos. A começar pelos oficiais, eles aumentaram de cerca de 14 mil em 94, com um ligeiro decréscimo em 99, chegando a quase 17 mil em 2004, apresentando, portanto, um aumento de cerca de 19,82% nesses 10 anos. Os sargentos já tiveram um aumento mais significativo nessa década, passando de um efetivo de 27.771 em 94 para 35.920 em 2004, marcando assim uma elevação de 29,34 pontos percentuais. O peso do efetivo, portanto, foi coincidente com o peso da pressão social exercida pelos sargentos.⁷²

Gráfico n° 6



⁷² Serão feitas considerações a esse respeito em momento oportuno.

Gráfico nº 7

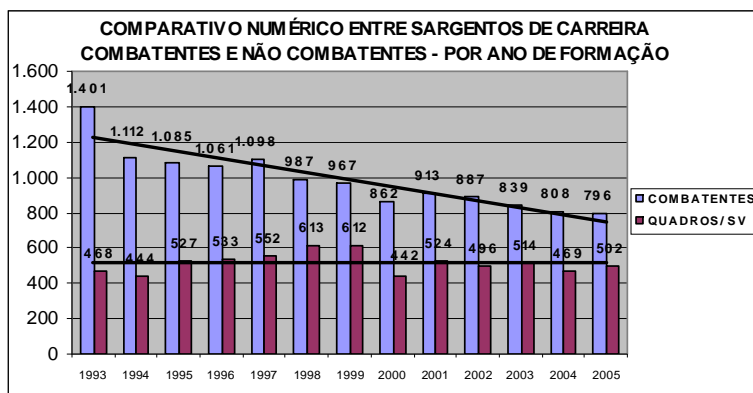
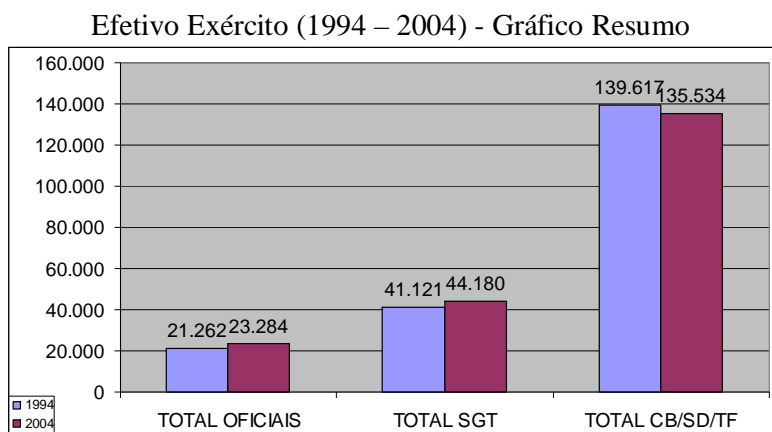


Gráfico nº 8



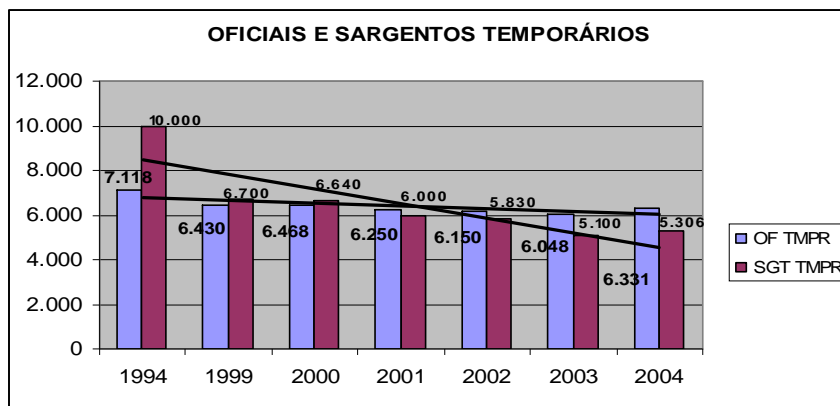
De uma maneira geral, o efetivo de militares temporários do Exército – oficiais, sargentos, cabos e soldados⁷³ – tem tendido à diminuição. Como dito no parágrafo anterior, os oficiais temporários foram reduzidos de 7.118 em 94 para 6.048 em 2003, sofrendo novamente um ligeiro aumento em 2004 para 6.331.⁷⁴ O número de sargentos foi ainda mais drasticamente reduzido. Em 1994 havia um efetivo previsto de 10.000 sargentos temporários. Já em 2003 esse efetivo passou para 5.100, com um pequeno aumento em 2004 para 5.306⁷⁵, o que significa uma queda de cerca de 50%.

⁷³ No Exército, havia a possibilidade de seguir carreira como soldado ou cabo sem a realização de concursos, porém, os últimos cabos e soldados incorporados que conseguiram estabilidade após os dez anos de serviço foram os incorporados em 1992. A partir de 2002, a Instituição resolveu se adequar ao Inciso II, do Art 37, da Constituição Federal de 1988, que preconiza a necessidade de concursos públicos para o preenchimento de cargos públicos permanentes.

⁷⁴ Lembro aqui que os oficiais temporários ocupam somente os cargos de 1º e 2º tenentes.

⁷⁵ Os sargentos temporários ocupam cargos somente de 3º sargentos.

Gráfico nº 9



Das análises realizadas sobre os gráficos anteriores podem ser tiradas duas conclusões parciais. Primeiro, quanto ao decréscimo dos oficiais e sargentos temporários, pode-se afirmar que nestes 10 anos o Exército tem tido uma tendência, diferentemente de períodos anteriores, de lentamente “desprecarizar” sua mão-de-obra voltada para as atividades-fim, no sentido de que o número de contratações de oficiais temporários combatentes tem sido bem menor que o efetivo contratado de oficiais técnicos temporários. Em 2004⁷⁶ estava previsto o efetivo de cerca de 1.650 primeiros e segundos tenentes combatentes⁷⁷ temporários e 2.934 combatentes de carreira. Em contrapartida, quanto à contratação de recursos humanos especializados em áreas civis, tem tendido à precarização. Se tinham 4.625 tenentes da área técnica⁷⁸ temporários e apenas 1.658 de carreira. Se retirarmos desse cômputo os profissionais da área de saúde, somam a 999 os profissionais técnicos temporários, já com formação universitária, de áreas diversas que, antes da segunda metade da década de 1990⁷⁹, não existiam nos quadros organizacionais da Instituição. O Exército de maneira pragmática, para economizar recursos com formação de pessoal e com o sistema previdenciário, principalmente, tem adotado a estratégia aplicada globalmente de contratar “trabalhadores flexíveis” (HARVEY, 1992, p.144), por meio de “relações trabalhistas precárias” (CASTELLS, 2000, p.97), para suprir suas necessidades em mão-de-obra especializada.

⁷⁶ Conforme Portaria nº 014-DGP, de 02 de fevereiro de 2004, publicada no Boletim do Exército nº 11, de 12 de março de 2004.

⁷⁷ Incluídos aqui generalizadamente os intendentes e matbelianos.

⁷⁸ Engenheiros, médicos, dentistas, professores, administradores, etc. As habilitações consideradas de interesse do Exército tendem a aumentar a cada ano. De acordo com um documento recente, para o nível superior – que é o caso dos oficiais temporários – já são 27 habilitações na área das Ciências Exatas e Tecnológicas, 9 nas Ciências Biológicas e da Saúde, 7 nas Ciências Agrárias, 21 nas Humanas, 7 em Letras, 16 no magistério e, ainda, Padres católicos e Pastores protestantes.

⁷⁹ Na Portaria nº 043, de 26 de outubro de 98, publicada no BE nº 045, de 1998, adotou-se o nome de Serviço Técnico Temporário, substituindo o Estágio de Serviço Técnico de criação ainda recente naquela época, normatizando a prestação do serviço militar voluntário de especialistas, homens e mulheres, de nível superior, ou seja, oficiais. Uma curiosidade é a de que as mulheres chegaram a ser, em muitos casos, como foi o da 11ª Região Militar (com sede em Brasília-DF), em 98, a maioria escolhida. Naquele ano foram incorporados 29 homens e 99 mulheres. Fonte: Exército Brasileiro – CComSEX. Revista Verde Oliva nº 164, Nov/Dez 98, p. 7)

Sem dúvida alguma seria bem menos dispendioso para a Instituição contratar temporariamente cidadãos que já chegam nela para prestarem seus serviços com um certo nível de maturidade, muitos deles já com experiência profissional na sua área, além da formação técnica / superior, restando ao Exército o trabalho apenas de aplicar-lhes algumas semanas de instrução militar – cerca de 45 dias – para depois fazê-lo aprender a ser um militar pela prática cotidiana dos quartéis, em um ano de estágio, já no quartel onde fosse trabalhar.⁸⁰ Não há a mesma intensidade no processo de socialização que há em relação aos alunos de CPOR/NPOR, que passam 10 meses de instrução (em regime de meio-expediente, com uma relativa carga de intensidade), somados aos estágios que têm que realizar para serem convocados como oficiais. E é bem menos intenso, ainda, em relação aos cadetes formados pela AMAN, que lá são incorporados ainda pouco maduros, com 16 ou 17 anos apenas – a maioria já conhecedora da disciplina militar nos colégios militares e, depois, na Escola Preparatória, ou seja, semi-socializados – e, ainda por cima, passam por um processo absorvente de formação identitária durante o período de 4 anos de academia. Com a contratação daqueles especialistas, pouquíssimo socializados dentro do modelo “tradicional” do Exército, a Instituição demonstra já um pensamento diferente daquele desejado – mesmo ainda em tempos recentes – de se manter um certo grau de isolamento, ainda que muitas vezes somente simbólico, dos seus membros em relação aos civis, chamados pejorativamente de “paisanos”(CASTRO, 1990, pp.15-51). O mundo civil vem se achegando ao mundo militar pela própria necessidade funcional deste.

Uma maior inserção nos quartéis de profissionais que chegam com uma combinação desses três elementos: menor tempo e intensidade na socialização militar, nível cultural mais elevado adquirido no mundo civil, e maior maturidade⁸¹ tem dado sua parcela de contribuição para uma relativa redução do exagerado *sprit de corps* também do Exército, já que, segundo José Murilo de Carvalho, haviam conseguido diminuí-lo na Marinha e na Aeronáutica com a

⁸⁰ Portaria nº 043-DGP, de 26 de outubro de 1998: “Normas para Inscrição, Seleção, Convocação, Incorporação e Prestação do Serviço Técnico Temporário (STT).” A Revista Verde-Oliva nº 164, Nov-Dez 98 trouxe como reportagem de capa o Estágio de Serviço Técnico para profissionais com nível superior. A revista, que publicou entrevistas concedidas por dois estagiários do segmento masculino e duas do feminino, reflete um certo ar de naturalidade do Exército em relação à essa limitada socialização, permitindo trazer, inclusive, para o terreno do humor a total falta de identidade desses estagiários com a lógica do guerreiro e com o seu padrão mais duro de formação. Os casos contados na revista, como os dois a seguir, trazem um nível de humanidade ao processo de socialização militar que não é encontrada em reportagens sobre escolas de formação de militares combatentes. Um dos estagiários nos conta que “Ainda existem aqueles atrapalhados para marchar e que já saem marchando com o pé errado”. Ou ainda, “O pelotão estava em forma e o instrutor pediu que o ‘xerife’ deslocasse o pelotão. Então o xerife comandou: ‘Pelotão, à minha direita ‘de quatro.’ ‘”

⁸¹ Para ingressar no Exército como oficial técnico temporário o cidadão devia já ter concluído alguma graduação de interesse do Exército, e como dito, muitas vezes o indivíduo incorpora às fileiras do Exército com uma experiência de trabalho no mundo civil. De acordo com a portaria nº 043-DGP, de 26 de outubro de 1998, citada anteriormente, que regula o Serviço Técnico Temporário, o indivíduo passa por uma seleção de prova de títulos, exames médicos e físicos e o limite de idade para ser voluntário é de 38 anos. Ou seja, bem menos rigorosa que as seleções para oficiais técnicos de carreira, do IME, cuja concorrência é reconhecidamente grande. Em 2005, por exemplo, a relação candidato/vaga foi de “36,88 inscritos por vaga na ativa e 23,57 na reserva”. Relação candidato vaga do concurso do IME, em 2005: Disponível em: http://www.universia.com.br/html/noticia/noticia_clipping_cged.html. Acesso em: 29 Jun 07.

contratação de civis para tarefas técnicas e de mulheres⁸² (CARVALHO, 2005, 137). Mesmo que o Exército não tenha escolhido o caminho da contratação de civis, a contratação de técnicos especializados, transformados em oficiais temporários em um curtíssimo prazo, tem contribuído para que haja, no Exército, uma maior fluidez nas fronteiras entre militares e paisanos. E os principais fatores que levaram a cúpula do Exército a tomar essa medida são de ordem material. Primeiro, a necessidade premente de mão-de-obra técnica especializada e, principalmente, atualizada em relação às novidades teóricas e tecnológicas trazidas pela sociedade pós-moderna; segundo, as verbas insuficientes para se formar adequadamente (militarmente falando) mais militares técnicos de carreira, e, por último, “visão de futuro” do Exército acerca da necessidade de diminuir os gastos com aposentadorias do pessoal de carreira. Entre a necessidade tradicional, e idealizada, de militarizar seus técnicos, com maior custo na sua formação e nas suas aposentadorias, e o pragmatismo de economizar recursos com elas, mas correndo o risco de tornar mais “civilizada”⁸³ uma importante camada de sua oficialidade, e quem sabe catalisar um processo de “contágio social” em relação aos oficiais de carreira de baixa patente, a cúpula do Exército acabou preferindo esse último.⁸⁴ Na cúpula do Exército, a lógica do militar “guerreiro”, pelo menos neste ponto, cedeu um espaço importante à lógica do militar “administrador”, tendência atual já descrita por Mário César Flores (2002, p.37).

Outra tendência que se pode perceber de maneira indireta nesses gráficos é o desejo da Instituição de se especializar com conhecimentos atualizados, produzidos no mundo civil. A maior contratação de oficiais técnicos qualificados, ainda que as relações trabalhistas sejam “precárias”, pois são maioria temporários, parece indicar um desejo da Instituição de se adequar em relação a conhecimentos especializadíssimos e tecnologicamente modernos, voltados também para a atividade-meio. Natural em um momento em que, em seu discurso, o Exército afirma estar mantendo “perfeita sintonia com o processo de evolução dos cenários político, econômico e social do Brasil e do mundo, no contexto de uma nação emergente e inserida em um mundo globalizado.”⁸⁵

⁸² A influência das mulheres na socialização militar será discutida a seguir.

⁸³ Num contexto diverso – maior contato da oficialidade com a política o que levaria à sua politização – mas com um sentido que se assemelha, ou seja, tornar mais civil os militares, Huntington utilizou-se da expressão “civilianization” que foi empregada por Ernesto Lopez como “civilianizar” (MATHIAS & SAINT-PIERRE [Org], 2001, p.97).

⁸⁴ Samuel Huntington diferenciou nitidamente o oficial de carreira do reservista, afirmando que as motivações destes últimos, “seus valores e seu comportamento costumam diferir muito daqueles do profissional de carreira” (HUNTINGTON, 1996, 35-36), o que pode acabar provocando uma clivagem no corpo de oficiais. O ex-soldado do Exército Alberto Rodrigues nos conta que nos anos 70, “era notável a disputa ou conflito entre oficiais R1 e R2.(...)Naquela época, na PE, os R2 eram disfarçadamente considerados oficiais de 2ª ou de 3ª categoria, embora fossem indispensáveis – um mal necessário” (RODRIGUES, 2001, p.194). Deve ser lembrado que os oficiais R2 existentes na época eram somente os combatentes, formados em CPOR ou NPOR. Não eram especialistas de nível superior como são a maioria dos oficiais R2 de 2004.

⁸⁵ Exército Brasileiro – CComSEx. Revista Verde-Oliva Edição Especial: “Exército Brasileiro – Evolução 2003-2006, Fev 07.

Se em um momento anterior a idéia era empregar uma parcela da mão-de-obra já disponível nas atividades-meio – desviando militares de carreira com formação militar na atividade-fim, dotados ou não de alguma formação em determinada área de conhecimento civil – para um certo improviso dessa sintonia, a tendência que vemos, iniciada ainda no início da década de 90, é a de empenhar o pessoal especializado nas atividades-fim nela própria e deixar as atividades-meio para técnicos com formação específica. Procurando deixar claro que esta é apenas uma tendência, longe de se tornar um padrão estabelecido.

2. Penúria material x coesão institucional: a utilidade do discurso

No Exército Brasileiro, as discussões envolvendo dificuldades materiais não tiveram nascimento recente, vindo pelo menos desde a Guerra do Paraguai, a maior e mais cruenta experiência militar brasileira. Diante do fornecimento precário, ou mesmo da falta, de equipamentos e uniformes adequados, e, ainda, “sem nenhum treinamento”, os combatentes brasileiros da “Tríplice Aliança” viram-se obrigados a improvisarem como pudessem seu material de campanha. José Murilo de Carvalho nos conta que “a alimentação dependia muitas vezes da captura de animais pertencentes ao inimigo”, que “soldados morreram de fome e oficiais desertaram para se apresentarem em outras unidades melhor abastecidas”(CARVALHO, 2005, p.184). Sobre o Exército do início do século XX, Edmundo Campos Coelho conclui que a contenção de despesas daquela época mantinha um Exército com “equipamento deficiente, armamento obsoleto, falta de munição até mesmo para exercícios de tiro, instalações inadequadas e péssimas condições materiais de vida do pessoal nos corpos de tropa”(COELHO, 1976, p.72).

Mesmo ainda no início da 2ª Guerra Mundial, outra importante atuação militar brasileira, as dificuldades materiais do Exército continuaram sendo tão evidentes e um fator tão relevante, que o fornecimento de uniformes⁸⁶ e equipamentos para nossos pracinhas na Itália, diante da impossibilidade do Exército Brasileiro em fazê-lo adequadamente, ficou ao encargo do IV Corpo do 5º Exército Americano.

A marcha para o golpe de 1964, conduzida pelo general Olympio Mourão Filho, de Juiz de Fora ao Rio de Janeiro, segundo o seu próprio comandante, foi “realizada na base de soldadinhos⁸⁷ e do material paupérrimo” que dispunham (MOURÃO FILHO, 1978, p.265).

⁸⁶ Relatos de ex-combatentes, como a seguir, deixam claro o quanto, à época da 2ª Guerra Mundial, o Exército Brasileiro era precário em termos de materiais básicos: “Acontece que o general Mark Clark, comandante do V Exército Aliado, ao qual estava subordinada a atuação da Divisão Brasileira, — “decepcionado com a imprestabilidade dos uniformes, agasalhos e calçados dos brasileiros” — interferiu, pessoal e diretamente, para que todos os soldados brasileiros que combatiam na Itália, fossem, socorridos no devido tempo. Assim, com a presença das primeiras nevascas, mais uniformes chegaram, via aérea, atendendo aos pedidos de urgência do general americano, e foram distribuídos para todos os expedicionários.” Extraído do livro “Verdades e Vergonhas da FEB” de Leonécio Soares. Citação disponível em: <http://www.academiamontese.rg3.net/>. Acesso em: 15 Dez 06.

⁸⁷ Notar o *ethos* preconceituoso do termo “soldadinhos”.

Porém, percebe-se que, nos discursos institucionais de cada época, e de cada órgão interno, de um modo geral, há uma gradação dinâmica nas reclamações quanto à escassez material, que parece ter variado conforme os interesses institucionais de cada momento. Foram tendentes a serem menos incisivos, ou quase inexistentes, em períodos onde os governos eram presididos por militares. E, em contrapartida, coincidentemente ou não, o discurso da escassez parece ter tendido a ser mais incisivo em momentos de abalo ou mesmo de crise de coesão interna, em épocas em que os diálogos da cúpula militar com a classe política foram inibidos por clivagens entre essas duas elites, e/ou, principalmente, de maneira óbvia, em períodos posteriores a governos que realizaram grandes investimentos nas Forças Armadas, ou pelo menos tinham nelas importantes aliadas. Assim, o discurso da escassez pode ser traduzido, de certo modo, como uma importante arma política da Instituição para atrair pessoas influentes e cooptá-los para sua histórica causa: a modernização e o reaparelhamento de seu material bélico. Afinal,

“o Exército seria uma organização que compete e sempre competiu por recursos escassos como outras organizações, para tanto, desenvolvendo táticas de ação política, produzindo doutrinas e ideologias, gerando e educando seus próprios líderes e liderados” (COELHO, 1976, p.9).

O início dos anos 60, por exemplo, teve a característica de agrupar algumas daquelas tendências citadas anteriormente. Entrevistados da cúpula do Exército apresentaram como razões militares para o golpe de 1964, dentre outras causas – essas mais políticas ou mais tendentes a defesas de posições ideológicas –, a “crise hierárquica militar” e a “interferência do governo nos assuntos, na hierarquia e na disciplina militares” [que podem ser classificados como um somatório entre crise de coesão e clivagem entre cúpula militar e governo civil]. Acrescentando, ainda, a “insatisfação dos militares com salários” e a “redução do orçamento militar” [após o “gordo” período de JK] (SOARES & D’ARAÚJO, 1994, p. 32).

1964 e 1965 foram anos difíceis para o Exército, internamente. Foram anos de tensão no interior da tropa, marcada pelo medo dos expurgos, transferências a bem da disciplina e perseguições de vários tipos⁸⁸. Período em que a desconfiança em relação aos próprios companheiros de farda tornou-se corriqueira nos quartéis. Foram os primeiros anos do período de “cirurgia inicial” (SOARES & D’ARAÚJO, 1994, p. 163) encetado exemplarmente nas

⁸⁸ “No período que se seguira ao ato revolucionário não houvera abertura de inquérito. As prisões se sucediam a todo o instante. As pessoas simplesmente desapareciam misteriosamente. Muitos desses companheiros só voltariam a revê-los anos depois. Alguns tinham sido excluídos do Exército e outros transferidos de unidades. Um clima de tensão voltaria a tomar conta do quartel. Companheiros eram presos e levados para longe da unidade. Os que temiam ser presos, prevenidos, guardavam em seus armários um kit de material de higiene pessoal. Outros seriam posteriormente transferidos da unidade. Eu participaria deste grupo.” Trecho da autobiografia do Capitão QAO do Exército J.G.Pimentel. Disponível em: http://www.jgpimentel.com.br/texos_sitelist.asp?key_m=48&img=sim_ultima; Acesso em 17 Mar 06.

próprias carnes da Instituição. Isso dificultava sobremaneira a manutenção de um princípio básico da sobrevivência de um Exército, que é a sua coesão. Além disso, os orçamentos militares, que no período 56/60 atingiram 23 % da despesa federal total,⁸⁹ iniciaram um processo de franca decadência no período imediatamente posterior, o que trouxe conseqüências naturais ao aparelhamento da Força no pré e mesmo no pós-64.

O relatório anual do EME, elaborado no final de 1964, apresenta um discurso de “penúria” em um grau que poderíamos dizer “forte”, onde a escassez aparece como limitadora ou mesmo impeditiva do pleno exercício profissional. Segundo o relatório, a aparelhagem do Departamento do Serviço Geográfico era insuficiente para atender as suas reais necessidades, e aquele órgão há muito “se ressentia da falta de apoio financeiro adequado”, pois o que havia sendo dado era de “pequena monta”(ESTEVEVES, 1996, p. 396). No ano seguinte, em 1965, as verbas advindas de convênios com “organizações civis” – muitas por certo estatais – possibilitaram a execução das tarefas normais da diretoria, “quase sem ônus para o Exército”. Orgulhoso, o Chefe do EME tece louvores à “alta administração do País”⁹⁰, por esta, finalmente, ter reconhecido a “necessidade de mapas, como instrumento fundamental para o sucesso de um governo” (ESTEVEVES, 1996, p. 403). Como os recursos vieram de convênios não podemos considerar este caso específico como exemplar de todo o Exército. Prova disso é que, em 1966, o discurso da “penúria” retorna ao relatório. Contudo, neste ano ele é sensivelmente abrandado. Vê-se o general Orlando Geisel, Chefe do EME, afirmando que, “a despeito de óbices encontrados, tais como os referentes a recursos financeiros”, as missões do EME foram cumpridas no decorrer daquele ano (ESTEVEVES, 1996, p. 411).

Finalmente em novembro de 1971, em clima de euforia com o “milagre” econômico brasileiro e com praticamente toda a Instituição sob o rígido controle disciplinar, o general Alfredo Souto Malan, saudosos em ser apenas “soldado” e otimista com os tempos vindouros, em texto de saudação aos generais recém promovidos e fazendo referência a um discurso anterior do Ministro do Exército, afirmou que:

“...verificamos estar à vista o momento em que a existência de quadros civis suficientemente amplos, diversificados e capazes, permitirá aos militares concentrar-se no exercício de uma profissão no qual ninguém os poderá substituir: a de soldado.(...) O programa de reestruturação e reaparelhamento do Exército, já aprovado na sua primeira fase e em curso de execução, fornecer-nos-á os instrumentos necessários ao propiciamento daquela segurança e tendentes a favorecer o desengajamento a que nos referimos [refere-se ao discurso do Ministro do Exército, confiante em logo poder voltar novamente a Instituição para suas atividades ‘profissionais’]” (ESTEVEVES, 1996, p.473). [Grifos nossos]

⁸⁹ M.V. Benevides, citada por LOPES, 2005, p.25

⁹⁰ Lembro que à essa época presidido pelo general Castello Branco.

Parece haver uma intencionalidade por parte do autor em contribuir positivamente com o ambiente de regozijo do governo militar por causa de seu momentâneo sucesso econômico. Afirmando que o programa de reaparelhamento estaria “em curso de execução” o general desfocou o fato de que em sete anos no poder a cúpula militar ainda não havia reaparelhado a Instituição. Inserindo peso no que tem buscado realizar e retirando peso do que ainda não fez, o chefe do EME parece desejar manipular as vontades de seus subordinados para com os projetos maiores dos governantes militares, não deixando de ser uma forma muito especial de manter a disciplina de sua tropa. No ano seguinte houve realmente uma política de reaparelhamento das Forças Armadas, como será visto abaixo, fruto da maior participação militar no orçamento federal, cerca de 20% (FLORES, 2002, p.98).

De qualquer maneira, naquela época, é curiosa a premissa de que o reaparelhamento e a reestruturação do Exército proporcionariam a “segurança” necessária e favorável ao “desengajamento” do Exército em relação à política. Essa insólita ancoragem parece querer dizer: “estamos realizando a reconstrução do país e a próxima etapa será a modernização e a reorganização das Forças Armadas.”⁹¹ Qual era a idéia da cúpula militar? Seria a de se manter no governo enquanto o Exército não estivesse preparado materialmente para sua “missão de grandeza”, que era a de proporcionar segurança e estabilidade à nação? Supondo que a resposta seja positiva pode-se concluir que, se antes a falta de verbas era considerada um fator impeditivo para o perfeito cumprimento das missões *interna corporis*, ela parece ter passado a ser considerada, no período do milagre econômico, um fator impeditivo para a volta dos governos civis. Porém, pelos imponderáveis das duas chamadas “crises do Petróleo” (1973/1979), e das transformações emblemáticas de um paradigma capitalista a outro,⁹² o “milagre” teve sua duração encurtada. Por um “erro estratégico”, não tendo sido capazes de saberem a hora certa de deixarem o poder⁹³ legaram aos governos civis uma herança indesejável de instabilidade econômica, desigualdades sociais e desconfiança em relação à sociedade fardada (D’ARAÚJO, 1994, p. 159). Enquanto isso, a elite fardada lentamente viu afastar-se a realização do seu sonho de um Exército “moderno, tecnologicamente atualizado, com soldados motivados e bem

⁹¹ A cúpula do Exército, pelo menos, parece ter trabalhado levando em consideração essa concepção. É de 1971 a elaboração de um novo Plano de Trabalho para o EME, que “buscava adaptá-lo às importantes e profundas modificações na organização do Exército, que vinham ocorrendo”. Esse documento fazia parte da primeira fase da nova Sistemática para o Planejamento do Preparo e Emprego da Força Terrestre”, que, na ponta da linha, deveria tocar medidas relacionadas com o preparo e emprego da Força Terrestre, que abrangia, dentre outras coisas, aspectos como “Equipamentos da Força Terrestre” e “Expansão da Força Terrestre”. O “Projeto Especial de Reaparelhamento do Exército”, de 1972, foi fruto dessa vontade geral da cúpula em se modernizar a Instituição. A transformação de grande parte das unidades de cavalaria hipomóveis em mecanizadas ou blindadas, de infantaria a pé em motorizadas, a dotação de material autopropulsado à unidades de artilharia e a criação de unidades logísticas, a reorganização e a criação de unidades e comandos, um novo Estatuto dos Militares foram algumas realizações concretizadas nesse período. (DINIZ, 1996, pp. 453-471; 481-491)

⁹² Conforme estudo realizado por Harvey, *op.cit.*

⁹³ Talvez a insistência em permanecerem no poder seja um indício de que a idéia dos militares tenha sido realmente reaparelhar as Forças Armadas e inseri-las na modernidade para depois sim, concretizarem seu afastamento do poder.

adestrados, à altura da projeção de poder que o País forçosamente passará a exercer, mercê do seu peso específico no seio das nações”.⁹⁴

Na verdade não é esse o foco do nosso trabalho, mas é importante observar como os discursos da “penúria” (associados às reais dificuldades materiais da Instituição)⁹⁵ podem ser utilizados, e foram utilizados historicamente, de formas variadas pela Instituição ou por membros ligados a ela. Tendem a contribuir com a coesão institucional em torno dos ideais da cúpula, em épocas em que os governos civis são contrários ideologicamente àquela. No limite a “penúria” ajudou a legitimar internamente o movimento militar de 1964. Ao término dos governos militares, à época do governo Sarney, esse tipo de discurso voltou a tomar força gradativamente e novamente inserir-se no cotidiano da retórica militar. De começo tímido, aliás, tendo em vista a estreita relação das Forças Armadas com o Executivo e a elevação dos níveis de gastos militares proporcionados por ele. Porém, como será visto a seguir, o capitão Jair Bolsonaro, ao dar seu depoimento à revista *Veja* em 1986⁹⁶, trouxe à baila o assunto dos baixos salários ao mesmo tempo em que havia colocado em xeque a autoridade do então ministro Leônidas Pires Gonçalves, o único autorizado a falar em nome da Instituição.

3. Modernidade do Exército: preocupações geopolíticas x coesão institucional

É inerente aos profissionais da guerra a preocupação em aumentar sua capacidade de combate. O que recai em tempos modernos na procura por aparelhos mais sofisticados que facilite e poupe o trabalho humano na economia do morticínio. Esse trajeto de procura não é exclusividade dos dias atuais. Conforme Manuel Domingos, “A intenção de organizar um exército moderno no Brasil é manifestada ao longo do século XIX, em particular após a Guerra do Paraguai” (DOMINGOS, 2004, p. 34). Já mais recentemente, os relatórios anuais do EME, dos anos de 1964, 65 e 66 são ricos em reclamações de ordem financeira e da necessidade de reorganização e reaparelhamento da “Forças Terrestres”, no plural, já que à época o Exército era compreendido semântica e sintaticamente como o somatório de Exércitos de Campanha, o total de 4 (o I Exército com sede no Rio de Janeiro, o II com sede em São Paulo, o III em Porto Alegre e o IV em Recife), e Comandos Militares (o da Amazônia e o de Brasília, ou do Planalto)⁹⁷. É encontrado em documentos dessa época o conceito de Força Terrestre tanto no singular como no plural. Se não havia segurança semântica de apenas uma “Força Terrestre”, no

⁹⁴ Trecho da saudação proferida pelo presidente do Clube Militar, general Lessa, em sessão comemorativa ao Dia do Soldado, em 25 de agosto de 2002. Publicada na Revista do Clube Militar nº 398, Set/Out de 2002.

⁹⁵ Geralmente os discursos de penúria aderem aos seus enunciatários porque correspondem, ainda que parcialmente, à realidade factível, como será visto a seguir.

⁹⁶ Bolsonaro, Jair. “O salário está baixo”. Revista *Veja* de 3 de setembro de 1986, p. 154.

⁹⁷ MIRANDA, Expedito Hermes; e MOTA, Orlando Ferreira. (Capitães de Infantaria) Guia de Instrução Militar (GIM), 1967, pp.524-525. O manual foi prefaciado pelo coronel Hugo de Andrade Abreu, então comandante do 1º

sentido palpável a unidade de pensamento e a coesão institucional também se viram prejudicadas com os acontecimentos do 31 de março de 64. De acordo com o general Murici, os comunistas procuravam penetrar nas Forças Armadas de maneira a destruir suas bases, a disciplina e a hierarquia, tentando quebrar a união, jogando irmãos contra irmãos (SOARES & D'ARAÚJO, 1994, p. 39). Isso trazia para os quartéis um clima de insegurança e de patrulha ideológica que dificultava a confiança mútua entre os círculos, fundamental à coesão do grupo:

“Ainda deste período conturbado, vem-me à memória a atitude conciliadora desenvolvida por alguns companheiros mais antigos que procuravam amenizar o clima de tensão reinante na unidade. Alguns oficiais chegavam a manter ostensivamente praças e graduados de sua confiança como seus seguranças pessoais. Esse quadro vigorou antes e depois de já deflagrado o movimento revolucionário.”⁹⁸

Os expurgos e perseguições haviam dado uma nova forma aos aspectos relacionais dentro do Exército, que perdurariam ainda por muito tempo, onde a expressão do pensar, diferente do prescrito oficialmente, passou a ser traduzido como sintomático de tendências comunistas.

No sentido de se evitar o contágio ideológico dos militares com a esquerda⁹⁹, o Exército passou a adotar métodos ditos educativos com sua tropa, com sessões de instrução, principalmente com oficiais e sargentos, de informações e contra-informações e guerra revolucionária, no intuito de “neutralizar a propaganda comunista”(EME-Documentos Históricos, 1996, pp. 397-401).

Atuando não somente com ações profiláticas em relação ao seu público interno contra as tentativas de contágio “inimigo”¹⁰⁰, a Instituição encaminhou-se na direção de modernizar seus equipamentos e na qualificação profissional de seus quadros.¹⁰¹ A modernização, além do caráter prático do poderio de combate frente ao inimigo interno, parecia ser visualizada pela cúpula como uma ferramenta importante de reforço do orgulho por pertencer uma Instituição forte; e a qualificação profissional tinha sua característica óbvia de

Batalhão de Guardas no Rio de Janeiro, que seria, já como general, o futuro comandante das operações contra a guerrilha do Araguaia.

⁹⁸ Memórias de um praça que servia no 1º Grupo de Canhões 90 Antiaéreo (Rio de Janeiro) à época do golpe. Disponível em: http://www.jgpimentel.com.br/texos_sitelist.asp?key_m=48&img=sim_ultima; Acesso em: 19 Jul 07.

⁹⁹ Preocupação que se estendeu por muito tempo depois. Ver Plano Básico de Instrução Militar do CAUD/5, sediado em Curitiba-PR, ao determinar uma entrevista com os conscritos já incorporados para se descobrir neles o “envolvimento com partidos políticos, principalmente os de ideologias espúrias.” (EXÉRCITO, 1994, p.06)

¹⁰⁰ Lembrando aqui que para os militares da época, o país vivia em estado de guerra. Ver: RODRIGUES, 2001, pp.91-92; Guia de Instrução Militar (GIM), Prefácio do Coronel Hugo Abreu; Academia Militar das Agulhas Negras: Manual do Prisioneiro de Guerra, s/data.

¹⁰¹ São ainda de 1964 as propostas de criação do Centro de Instrução de Guerra na Selva e do Centro de Estudos de Pessoal, a elaboração das Diretrizes de Instrução relativas ao Ensino de História, a reorganização do então Ministério da Guerra e a adoção do Fuzil Automático Leve (FAL), calibre 7,62 mm, belga (que posteriormente começou a ser fabricado no Brasil, pela IMBEL, em Itajubá-MG. O FAL ainda é o principal armamento usado no Exército.

reforçar os laços individuais de seu pessoal em relação às coisas da caserna. Ambos, pareciam ser elementos importantes de coesão dos seus membros em torno das regras impostas pela cúpula do Exército.

Parece haver, em certo sentido, um paralelismo entre a conjuntura político-ideológica percebida pela cúpula do Exército – ou seja, o estado de guerra – e a necessidade sentida por eles de reorganizarem o processo de socialização do seu público interno, principalmente os mais subalternos, por meio de uma educação que mantivesse “bases sólidas para a concepção democrática”¹⁰². O susto tomado pelas revoltas dos sargentos e dos marinheiros havia deixado a cúpula militar insegura em relação à lealdade das camadas inferiores das Forças Armadas, que deveria ser reforçada a qualquer custo. Além disso, era um fator preponderante para o cumprimento daquela verdadeira missão bélica contra os comunistas – semi-desconhecidos em termos de suas capacidades organizacionais e materiais – uma reorganização administrativa sobre uma nova base tecnológica de materiais de emprego militar. Tudo o que o Exército conhecia acerca de doutrinas, estratégias e equipamentos eram percebidos como insuficientes ou ultrapassados diante da nova grande ameaça: o inimigo interno.¹⁰³ Prefaciando o Guia de Instrução Militar¹⁰⁴, o coronel Hugo de Abreu (futuro comandante da Brigada Pára-quedista à época da Guerrilha do Araguaia), ao elogiar a iniciativa dos dois capitães que organizaram aquela coletânea de instrução e a oportunidade do momento, escreveu:

“Antigas publicações do mesmo gênero, que prestaram seus serviços a outras gerações de instrutores e monitores, já estão completamente ultrapassadas. *Novas armas, novas técnicas, novos processos de combate* e até mesmo um novo tipo de inimigo – o inimigo interno, tudo isso tornou obsoletas idéias até há pouco aceitas como verdadeiras. A Guerra Revolucionária, por exemplo, é uma realidade nova a desafiar a argúcia e o valor do soldado dos dias atuais, implantando o que poderíamos chamar de uma nova mentalidade de combatente. O soldado de hoje tem que ser fisicamente forte pra enfrentar a luta tenaz e obstinada do guerrilheiro, *profissionalmente capaz para poder utilizar-se de todos os meios que a ciência lhe põe ao alcance* e mentalmente preparado para enfrentar o tremendo desgaste da Guerra Psicológica (grifos nossos).”¹⁰⁵

Além da educação e da modernização, o Exército internamente procurou realizar outras ações que desenvolvessem a coesão do seu pessoal em torno da causa anticomunista. Para

¹⁰² EME-Documentos Históricos...pp. 397-401.

¹⁰³ Relativizemos essa novidade, tendo em vista que os comunistas já eram antigos inimigos das Forças Armadas desde 1935. Contudo, em 1964 a lógica do inimigo interno, depois de ter sido várias vezes revisitada desde a Intentona, adquiriu um peso de predominância na cúpula da sociedade militar, ganhando um colorido todo especial.

¹⁰⁴ Um espécie de coletânea resumida contendo as diversas matérias ministradas aos soldados no decorrer da instrução básica

¹⁰⁵ GIM (Guia de Instrução Militar)-Prefácio, 1967.

uma boa resposta de seu público visualizou-se a necessidade de produzir nele todo um imaginário de medo, um medo estratégico, em relação aos seus inimigos:

“Devíamos saber que o inimigo era traiçoeiro, cheio de truques, sujos e desleais...No CFC (Curso de Formação de Cabos), o tenente Madruga repetia em detalhes informações dadas para todos os soldados do batalhão por outros instrutores, confirmando que, no Brasil, os guerrilheiros tinham planejamento para atacar quartéis e roubar armas...”(RODRIGUES, 2001, p.111). [grifos nossos]

Concomitantemente a esses aspectos subjetivos da formação da identidade militar, baseada, em grande parte, na caracterização de uma imagem negativa do “outro”¹⁰⁶, possuidor de valores opostos aos da Instituição (“sujos e desleais”), os aspectos objetivos, materiais, dessa formação eram buscados incessantemente, por meios de constantes reengenharias internas, adequações administrativas e do discurso de modernidade, reforçados por algumas práticas efetivas de reaparelhamento e modernização do material militar.¹⁰⁷

Na busca pela construção de um Exército efetivamente moderno em termos administrativos, e de uma imagem modernizante e modernizada – afinal, a Instituição que governava o país em nome do crescimento e da modernização deveria dar o exemplo em seu próprio terreno, mesmo que com um certo atraso, como será visto a seguir – o Exército passou a adotar discursos que se aproximavam muito dos discursos de conceituados teóricos da Administração da época, influenciados, em sua grande maioria, pela “Teoria Geral dos Sistemas”, surgida, entre as décadas de 1950 e 1960, com a publicação das obras do biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy.¹⁰⁸ De acordo com Edmundo Campos Coelho a Doutrina de Segurança Nacional facilitava “a coexistência dos aspectos seculares do novo profissionalismo militar com os valores tradicionais da profissão. Valores como honra, lealdade e serviço público – e a auto-imagem ‘heróica’, tradicional – compatibiliza[va]m-se com os valores geralmente associados à ciência e à tecnologia – e com a nova auto-imagem ‘empresarial’” (COELHO, 1976, 165).

¹⁰⁶ Me apropriado aqui da concepção utilizada por Evaldo Sintoni, que diz que a corporação militar “reafirma sua identidade tendo na sua frente o seu diferente, isto é, o inimigo” (SINTONI, 1999, p.228).

¹⁰⁷ EME-Documentos Históricos...pp.397-416 e 438-440.

¹⁰⁸ Segundo sua teoria, dentre outras coisas, havia-se a necessidade de se avaliar a organização como um todo e não somente em departamentos ou setores, e na importância de se identificar o maior número de variáveis possíveis, externas e internas que, de alguma forma, influenciam em todo o processo existente na Organização. Parece ter havido alguma relação entre as influências desse pensamento buro-tecnocrático e as várias frentes adotadas pelo Exército com a finalidade de garantir a “coesão” de seu público interno, desde a aplicação de instruções das mais variadas, como já comentado, até a busca pela diminuição dos pontos de contato de seus integrantes do baixo escalão com a sociedade organizada, através de ações como a proibição do voto aos cabos e soldados pela Constituição Federal de 1967 e os inúmeros dispositivos do RDE que tolhiam o direito de ir e vir, de expressão e de outras liberdades a todos os militares, principalmente aos praças. Ainda que não houvesse nenhuma influência nesse sentido, a teoria dos sistemas em nada afrontava a visão de mundo da cúpula militar. Ambas adotavam uma teoria funcionalista do indivíduo. No Exército o militar era concebido como um cumpridor de missões, obediente aos seus papéis hierárquicos. Na Teoria dos Sistemas o indivíduo era analogamente considerado um ser cumpridor de papéis.

Com o Decreto nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 o governo fardado estabeleceu a Reforma Administrativa. Curiosamente, o Exército se atrasou em 4 anos para iniciar alguma efetivação do que o seu próprio governo havia determinado, publicando documento que orientava, dentre outras coisas, o funcionamento geral da Instituição, explicando que a “administração de uma organização constitui em seu todo uma verdadeira máquina, integrada por uma série de mecanismos administrativos que se comportam como Sistemas.”¹⁰⁹

Por mais “moderna” que fosse a teoria da administração por sistemas, ela não obrigava a Instituição a nenhum malabarismo conceitual afim de adequar-se a ela, porque, também funcionalista, a teoria não afrontava os pilares do Exército, a hierarquia e a disciplina. Ao contrário, reforçava-os, dentro do princípio biológico de que cada órgão ou célula possui suas funções naturalmente definidas, da mesma forma que na Instituição as funções eram estabelecidas naturalmente de acordo com a posição hierárquica dos indivíduos, mantendo a fórmula também biológica, já encontrada nos pensadores iluministas, da cabeça pensante x membros executantes. A principal alteração advinda desse modelo administrativo foi o discurso da necessidade da descentralização administrativa¹¹⁰, que obteve resultados nulos no mundo vivido dos quartéis, pela própria característica organizacional das instituições militares, desenhadas sobre a idéia da centralização das decisões na figura do chefe.

O discurso da desburocratização – também recorrente no funcionalismo público civil – viria em 1983 fazer parte da documentação do alto escalão do Exército, em uma fase de transformações globais do capitalismo, numa transição entre a rigidez do modelo produtivo fordista e a flexibilidade do modelo pós-moderno descrito por Harvey. O projeto de desburocratização do Exército tinha como principais medidas criar uma “atitude mental favorável”, sensibilizando oficiais, praças e funcionários civis da necessidade de se “aligeirar com urgência” a estrutura administrativa, porém quanto à capacitação de pessoal buscava apenas a formação de organizadores (oficiais). O plano sequer dava alguma diretriz ou objetivo específicos.¹¹¹

Já em 1979, pelo menos uma parcela da cúpula do Exército já tomava contato com alguns elementos teóricos anteriormente citados, os quais de certo modo afrontavam completamente a estrutura do sistema organizacional estabelecido no Exército da época, baseado na rigidez de conceitos como hierarquia e disciplina. A prescrição de elementos anárquicos e revolucionários – por certo, para um militar de carreira, tudo o que escapa funcionalmente aos conceitos de centralização de comando e de controle possui essas características – de

¹⁰⁹ Port nº 116-EME, de 10 Nov 70, IN: EME-Documentos Históricas...p.431.

¹¹⁰ Plano de trabalho do EME, 1971, IN: EME-Documentos Históricas...p.457.

¹¹¹ Portaria nº 51, de 20 Jun 1983: Diretriz de execução para a desburocratização no âmbito do Ministério do Exército, IN: EME...pp.529-531.

descentralização, de desburocratização por meio do enxugamento de equipes de controle inseriu-se no contexto discursivo da Instituição, somando-se ao discurso sistêmico anterior (MATOS, 1979, p.154). Lentamente, o discurso economicista da “organização produtiva” (responsável em “produzir segurança”¹¹²) – que coexistia subordinada ao discurso do “heroísmo” da profissão militar e dos seus valores tradicionais como a honra e a lealdade, desde as formulações da Doutrina de Segurança Nacional (COELHO, 1976, p.143,165) – acabou conquistando um espaço privilegiado nas manifestações discursivas, no sentido de enxugar e flexibilizar a máquina administrativa para torná-la mais eficiente.¹¹³

4. A socialização em tempos difíceis: a realidade material do Exército

Nas organizações armadas dos dias atuais, a logística implica não só a alimentação da tropa e a manutenção do material bélico, mas também, na aquisição e na manutenção de equipamentos, dotados necessariamente de tecnologias cada vez mais avançadas, o que torna a conservação de um exército mais dispendiosa. Mário César Flores faz uma comparação que fala por si só: um avião P-51, da 2ª Guerra, bom para sua época, custava cerca de 350 mil dólares; um avião bom para hoje, um caça normal sem a tecnologia *Stealth*,¹¹⁴ custa em torno de 30 a 40 milhões de dólares (FLORES, 2002, p.36).

Além de tudo, materiais tecnologicamente avançados exigem um nível maior de conhecimento e de profissionalismo por parte de seus operadores. Essa necessidade de proporcionar maiores conhecimentos aos profissionais da guerra trazem novas questões acerca das suas dinâmicas de socialização, e porque não, da dinâmica das relações entre as sociedades militar e civil. Manuel Castells afirma que

“Avanços impressionantes da tecnologia militar nas duas últimas décadas propiciam as ferramentas para a implantação dessa estratégia sócio-militar. Forças armadas profissionais bem-treinadas, bem-equipadas e trabalhando em horário integral não requerem o envolvimento da população em geral no esforço da guerra...”(CASTELLS, 2001, p.482).

Certamente ele fala aqui de uma realidade que pertence aos Exércitos de países desenvolvidos, mas que são sempre os referenciais utilizados pelo Exército Brasileiro para se equipar e se organizar. E não são mais necessárias visitas de intercâmbio de oficiais brasileiros a

¹¹² Pensamento reproduzido em discursos de cadetes do final da década de 1980 (CASTRO, 1990, p. 159).

¹¹³ Portaria nº 51-EME, de 20 Jul 83, IN: EME-Documentos Históricos...pp. 529-531

¹¹⁴ Tecnologia capaz de eludir radares.

organizações ou indústrias militares americanas,¹¹⁵ francesas,¹¹⁶ inglesas¹¹⁷ ou russas,¹¹⁸ para mostrá-los os tipos de equipamentos militares aqueles países possuem. Atualmente as guerras mostradas pela TV expõem seu poder de destruição em tempo real. Os *sites* da internet, as revistas especializadas e as informações oriundas dos Adidos Militares “selecionados previamente pelo EME” bombardeiam o imaginário dos nossos militares com “as principais tendências doutrinárias e inovações tecnológicas”¹¹⁹ dos materiais militares empregados pelos países de “primeiro mundo”. A comparação com o nosso material obsoleto e de qualidade muitas vezes duvidosa é inevitável. E essas informações não se limitam a permanecer na cúpula como acontecia antes. Toda a tropa toma conhecimento, por fontes das mais diversas, acerca dos materiais empregados por Exércitos de países mais adiantados tecnologicamente. No início da década de 1990 esse contato passou a ser feito cada vez mais por observação direta, no caso do número crescente militares que fizeram parte de missões de paz organizadas pela ONU.

A partir da época do governo Collor, as questões acerca do orçamento e, por sua vez, de uma maneira mais geral, do aparelhamento militar federal vêm sendo discutidas não só no âmbito dos próprios militares, através de reuniões de altos escalões ou de notícias individuais difundidas por seus meios internos de comunicação, mas também no ambiente acadêmico, no meio político, e mesmo na mídia, que aos poucos vão se interessando pela temática militar¹²⁰. Com representantes de vários matizes ideológicos, os debates variam desde o envolvimento dos militares de escalões mais baixos com a política, as perdas salariais das classes militares, o sucateamento das Forças Armadas, a relação entre o poder militar e a posição do país no cenário político-estratégico internacional.¹²¹ Em todos esses debates as questões materiais das Forças Armadas geralmente entram como pauta de discussão, sendo quase unânime a conclusão de que as Forças Armadas brasileiras atualmente estão com sua estrutura material ultrapassada e com

¹¹⁵ Conforme Boletins do Exército (BE) nº 09, de 04 Mar 94; nº 10, de 11 Mar 94; nº 20, de 20 Mai 94; nº 26, de 1º Jul 94; nº 27, de 08 Jul 94; nº 30, de 29 Jul 94; nº 35, de 2 Set 94; nº 36, de 9 Set 94; nº 37, de 16 Set 94; nº 38, de 23 Set 94; nº 39, de 30 Set 94 (2 palestras e 1 visita de instrução); nº 41, de 14 Out 94; nº 44, de 04 Nov 94; nº 49, de 09 Dez 94.

¹¹⁶ Conforme Boletins do Exército (BE) nº 18, de 06 Mai 94; nº 21, de 27 Mai 94; nº 22, de 03 Jun 94; nº 25, de 24 Jun 94; nº 41, de 14 Out 94; nº 44, de 04 Nov 94.

¹¹⁷ BE nº 22, de 03 Jun 94.

¹¹⁸ BE nº 34, de 26 Ago 94.

¹¹⁹ De acordo com a portaria 109, de 25 Fev 99 (Instruções Gerais para o Funcionamento do Sistema de Doutrina Militar Terrestre), publicada no BE nº 10, de 12 Mar 99, alguns adidos militares escolhidos devem produzir e remeter ao Estado-Maior do Exército um relatório contendo as principais tendências observadas nos países em que servem.

¹²⁰ Ainda que de maneira muito superficial, mas representativa desse relativo interesse foram as discussões para a controversa “Política Nacional de Defesa” anunciada em 1996.

¹²¹ Para o envolvimento atual de militares diretamente com a política, ver artigo “Sindicalismo militar também tem candidatos” (Por Leonel Rocha) *Jornal Correio Braziliense* de 03 Out 05, Disponível em: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=223513>, Acesso em 10 Ago 06; e os comunicados do deputado Jair Bolsonaro, Disponíveis em: <http://www.bolsonaro.com.br/jair/comunicado/antigos>, Acesso em: 03 Jul 07. Para perdas salariais e sucateamento, ver: “Novas Armas Úteis” (Por Gen Iberê Mariano da Silva) IN: *Gazeta Mercantil* de 03 Dez 04, p. 8. Para a relação entre o tamanho das Forças Armadas e sua posição mundial, ver o artigo “Tamanho é documento”, do 1º Ten Engenheiro Militar do Exército Renato Henrique Guimarães Dias, IN: *Revista Segurança e Defesa* nº 85, Disponível em: <http://www.segurancaedefesa.com/Tamanho.html>, Acesso em

pouca perspectiva de melhora nesse quadro. O Comandante do Exército chegou a afirmar em tom de quase resignação que “dificuldades de toda ordem, particularmente a carência de recursos financeiros, sempre existiram e tendem a persistir.”¹²²

Já é sedimentada, de alto a baixo na hierarquia militar, uma concepção de que o investimento¹²³ nas Forças Armadas seria estreito demais e, por isso, insuficiente para possibilitar-lhes condições de realizarem seus treinamentos e suas atividades de maneira satisfatória. E, também, de que seus salários não seriam adequados ou compatíveis à relevância das suas atividades nem à sua posição social, que deveria ser destacada justamente pela relevância da profissão. Parecem emitir em seus discursos uma sensação de que toda a nação trata suas instituições armadas com uma profunda ingratidão pelos relevantes serviços que prestam à Pátria. Geralmente são discursos permeados de um recorrente *ethos* salvacionista.¹²⁴ Aspiram o reconhecimento do “povo”, esperando “dele” a definitiva legitimação para sua existência e suas ações, fato recorrente em suas falas desde o segundo Império. Queixam-se do desprezo das elites. Toda essa lamúria deixa exposta o que José Murilo de Carvalho chamou de “complexo de inferioridade social dos militares” (CARVALHO, 2005, p.142)¹²⁵.

Todavia, a contundência das lamentações, suas pertinências e todo o conjunto gerador desse complexo de inferioridade social sofre importante influência do contexto global na atualidade. As constantes reclamações do sucateamento das forças armadas parecem ter uma íntima ligação com três elementos. Primeiro, a situação de rápido desenvolvimento de novas tecnologias para os materiais de uso bélico, acabam deixando ultrapassados materiais com pouco uso; segundo, e relacionado a este primeiro, a obsolescência planejada e antecipada dos produtos industrializados visa o encurtamento da vida útil desses produtos, empreendendo cada vez mais o aumento do número de suas vendas; e, por último, com os artifícios de indução de necessidades de consumo de novas tecnologias, características da “acumulação flexível”¹²⁶, toda a sociedade (também a militar) é direcionada a desdenhar os artefatos mais antigos, que até então cumpriam sua finalidade, diante de produtos mais avançados tecnologicamente. O desejo de jogar fora o “entulho terceiro-mundista” proposto por FHC reflete em discurso uma espécie

23 Dez 06; e “Orçamento de Defesa”, Disponível em: http://www.defesabr.com/md_Parte3.htm ; Acesso em 08 Jan 07.

¹²² General-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque, então Comandante do Exército, em texto denominado “Palavras do Comandante”, publicado na revista Verde-Oliva nº 177, 1º trimestre de 2003, p.3.

¹²³ O termo “investimento” é polêmico, pois muitos críticos, principalmente aqueles que vêem as Forças Armadas como instituições socialmente inúteis, preferem utilizar o conceito de “gasto”.

¹²⁴ Salvacionismo refletido na auto-concepção de *ultima ratio regis* em caso de confronto bélico e em caso de convulsões sociais. Concebendo-se como uma Instituição “salvadora”, era de se esperar que seu desejo fosse o de ser uma Instituição valorizada pelo seu povo e, por conta disso, sem problemas materiais.

¹²⁵ Evaldo Sintoni buscando as raízes desse complexo diz que “Esse desprezo pelas forças militares é algo que vem dos tempos coloniais e cada vez mais se faz presente no seio da sociedade brasileira, alimentado sobretudo pelo liberalismo individualista” (SINTONI, 1999, p.63). Maria Celina D’Araújo nos faz pensar ainda em uma potencialização da perda de prestígio social e da desvalorização dos militares após os governos dos generais de 1964 a 1985 (D’ARAÚJO, 1994, p.158-159).

¹²⁶ Sobre a obsolescência planejada dos produtos industriais na pós-modernidade, ver Harvey, 1992, p.148.

de ideal nacional de buscar uma aparência de país desenvolvido, em que os recursos financeiros não correspondem às expectativas. E com os militares não poderia ser diferente.

Não quer dizer que o prolapado discurso de sucateamento das Forças Armadas seja uma representação falsa da realidade, mas ela é apenas parte de uma problemática bem mais complexa, que envolve não somente a estrutura material das Forças Armadas em si, mas que tem há ver, também, com as suas representações identitárias. Ela toca em quatro elementos da identidade militar, a saber. Primeiro, uma construção social das representações que todos os seus membros têm de si em relação à sociedade civil, que não têm sido muito positivas pelo menos desde os fins dos governos militares (D'ARAÚJO, 1994), mas que já arrastam uma sensação de preconceito social desde o império (CARVALHO, 2005, p. 142) ou mesmo antes, desde tempos coloniais, “e cada vez mais se faz presente no seio da sociedade brasileira, alimentado sobretudo pelo liberalismo individualista” (SINTONI, 1999, p.63). Segundo, uma construção social das representações que os altos administradores militares têm de si como responsáveis diretos pela defesa do país, enquanto detentores formais do monopólio da violência estatal e, por conta disso, também como controladores internos da disciplina de suas tropas.¹²⁷ Terceiro a construção das representações que esses mesmos membros têm dos exércitos dos países que potencialmente podem mostrar algum grau de agressividade à nossa soberania. E, por fim, uma fricção existente entre as três Forças Armadas nacionais. Resumindo, há ao todo quatro clivagens que influenciam no que se definiu chamar de “discurso do sucateamento” – que, lembro, não é apenas um discurso vazio de significação, mas corresponde a um certo nível, ainda que parcial, de “verdade”.¹²⁸ A clivagem existente entre a sociedade civil e a militar, a que existe entre as camadas de oficiais e de praças,¹²⁹ a clivagem entre exércitos de países desenvolvidos e o brasileiro, e, ainda, a existente entre Exército, Marinha e Aeronáutica brasileiras. E cada uma delas ajudam a construir e a reforçar identidades, que são específicas em relação a cada grupo de oposição.

Os efeitos discursivos da penúria e os elementos de heroísmo abnegado e mística salvacionista que ela possui, acabam muitas vezes operando como uma espécie de reforço identitário do Exército, inculcando em seus enunciatários (tanto público interno como externo) uma compreensão de que sendo a Instituição nacional mais devotada aos interesses do país, estaria disposta mesmo a abrir mão de seu sonho de modernização e bem-estar organizacional em prol do bem comum social. Uma instituição que não somente na atualidade, mas já historicamente, exorta – um tanto quanto utópica e romanticamente – aos seus membros a

¹²⁷ Se não há dinheiro para acampamentos e manobras, permanece-se tempo demais na rotina de serviços e formaturas nos quartéis, o que parece ser preocupante para a cúpula da Instituição do ponto de vista do controle disciplinar.

¹²⁸ A uma “verdade” de quem considera o poder atual do Exército pouco para o que ele deve realmente representar em termos de poder regional.

¹²⁹ Podemos ainda desmembrar, conforme será visto na parte sobre os movimentos sociais militares, em mais uma clivagem, que é a que passou a existir entre os oficiais subalternos em relação aos oficiais superiores e generais.

somarem “esforços para realizar, no presente, com um trabalho integrado, o Brasil com que sonhamos.”¹³⁰

Ainda no final da década de 1990, quando comparadas as três Forças, era comum ouvir de muitos militares, principalmente os de níveis inferiores e médios, que “a Marinha esbanjava, a Aeronáutica gastava e o Exército economizava”.¹³¹ Esse é um discurso de clara demonstração de antinomia entre o Exército e as outras duas Forças Armadas, fazendo parte da construção continuada daquilo que Celso Castro tão bem definiu como um “espírito militar”, que seria próprio do Exército.¹³² Nessa posição, o Exército coloca-se como a Força Armada mais parcimoniosa em seus gastos, de espírito mais simples e mais “rústico”, onde os enunciadores desse discurso estariam auto-reproduzindo a construção da imagem de uma Força Armada que se pretenderia mais preocupada com o bom uso do dinheiro dos contribuintes, mais competente na administração do erário público, logo, mais dedicada aos interesses nacionais.

E parece refletir um certo nível de “injustiça”, sentida pela Força Terrestre, na distribuição do orçamento federal às três Forças Armadas, pois, com efetivo pessoal e estrutura material maiores, havia-se a idéia de que o Exército deveria receber mais dinheiro dos cofres públicos para se manter. Enquanto na Marinha e na Aeronáutica, menores em termos de estrutura material e pessoal, o dinheiro era suficiente, no Exército, o orçamento seria freqüentemente apertado.

Lembrando que o orçamento de defesa brasileiro, em média, tem sido dividido aproximadamente dentro das seguintes proporções: Exército $\frac{1}{2}$ do orçamento, Força Aérea $\frac{1}{4}$ e Marinha $\frac{1}{4}$.¹³³

¹³⁰Ordem do dia do Comandante do Exército de 31 de março de 2004. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/NE/2004/03/10138/capa138.htm>; Acesso em 21 Jun 07.

¹³¹Muitas vezes ouvido pelo autor.

¹³²Afirma Celso Castro que, “segundo os cadetes (da AMAN), os militares da Marinha se acham de um nível superior e mais educados que os do Exército, além de desfrutarem de algumas vantagens financeiras, como o pagamento em dólares durante viagens ao exterior”, enquanto que “os militares da Aeronáutica são considerados ‘um pessoal mais malandro, meio playboy e tal.’ “ Ainda que sejam “mais simpáticos aos olhos dos militares do Exército do que os da Marinha,” os militares da Aeronáutica representam “‘um militarismo diferente’, muito voltado para o lado técnico e para o estudo – espírito considerado oposto ao do Exército” (CASTRO, 1990, pp. 98 e 99).

¹³³ Os gastos militares brasileiros, de 1994 a 2000, distribuíram-se da seguinte forma: (Valor em R\$ Mil)

ANO	EXÉRCITO	AERONAUTICA	MARINHA	DEFESA
1994	3.130.033	1.646.336	1.950.669	6.727.038
1995	6.032.767	3.588.430	3.657.377	13.278.574
1996	6.670.897	3.583.335	3.757.112	14.011.344
1997	7.220.662	3.896.644	4.079.908	15.197.214
1998	8.084.180	4.027.520	4.744.737	16.856.437
1999	8.773.070	4.229.873	4.913.427	17.916.370
2000	9.422.754	5.602.118	5.556.596	20.581.468

Fonte: Balanços gerais da União 1986-1999. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria Federal de Controle Interno, v.2, [1987-2000]; Balanço geral da união 2000. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria Federal de Controle Interno, 2001. v. 2

OBS: Em valores brutos, não levados em consideração a inflação ou qualquer outro tipo de desvalorização monetária.

Cruzando dados recentes, relativos aos efetivos do ano de 2005, mas cujo padrão não tem sofrido alterações desde meados da década de 1990, chega-se a um padrão distributivo per-capita realmente desigual. Dividindo-se os gastos anuais de cada força pelos seus efetivos, a Marinha teria investido um montante de aproximadamente R\$ 120.533,73 por militar, a Força Aérea 98.625,90 e o Exército 49.125,81.¹³⁴ Certamente, a Marinha e a Força Aérea, historicamente, possuem aparelhos mais caros e de manutenção mais dispendiosa. Porém, no Exército, o efetivo é bem maior e, recentemente, os equipamentos antigos de baixa tecnologia têm sido substituídos aos poucos por aparelhos de tecnologia mais recente, e também mais dispendiosos, o que, de certo modo, tem colocado o Exército em pé de igualdade em relação às outras Forças.¹³⁵ Um fator que agrava o custo do Exército em relação à Marinha e à Aeronáutica, é a quantidade de equipamentos e armamentos que a Força Terrestre possui. Segundo dados do Exército – que destoam um pouco de outras fontes consultadas, principalmente quanto ao número de helicópteros, blindados e carros de combate – eles estão distribuídos da seguinte forma:

- Blindados: 580;
- Carros de Combate: 520;
- Carros de transporte de tropa: 845;
- Canhões: 570 ; (120 tipos diferentes);
- Lançadores de foguetes: 05 baterias, com um total de 19 lançadores;
- Helicópteros: 52;
- Armamento leve (pistolas, fuzis, metralhadoras de mão): em torno de 500 mil.¹³⁶

O discurso do sucateamento parece amalgamar uma série de questões subjetivas, relacionadas aos aspectos identitários citados, e objetivas, relacionadas à falta de recursos que possam remediar uma condição atual de defasagem material. Como havia dito, o que é chamado de sucateamento por parcela da sociedade militar, também parece corresponder a uma “verdade”, a um nível de realidade concreta sentida pelos militares e observável empiricamente.

¹³⁴ Dados referentes aos efetivos disponíveis em http://www.defesabr.com/md_Parte3.htm Acesso em: 12 Dez 06. Dados relativos aos gastos com a defesa em 2005 ver: **Relatório de Gestão / 2005**, da Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa, Disponível em: https://www.defesa.gov.br/transparencia_adm/tomada_contas_anual/deorf/Relatorio%20de%20Gestao%20%202005%20-%20SEORI-MD.pdf

¹³⁵ Por exemplo, o Exército adotou o uso de helicópteros em 1988 (em 2006, a aviação do Exército dispunha de 81 helicópteros, sendo 16 HB 350L Esquilo, 19 AS 550A2 Fennec, 34 AS 565K Pantera, e 4 S-70A-36 Black Hawk e 8 novos Cougars AS 532 UE), blindados e carros de combate com equipamentos tecnologicamente mais avançados que os que havia até então, apesar de a maioria ter sido comprado de segunda mão e posteriormente “modernizados” ou “repotencializados” (37 Viaturas Blindadas Obuseiros Autopropulsadas M 109 adquiridos do Exército Belga entre 1999 e 2001; 90 M-60 americanos e 120 Leopard 1-A1 alemães); 19 lançadores múltiplos de foguetes do sistema ASTROS II da Avibrás; mísseis portáteis como o russo IGLA-S; equipamentos de visão noturna, etc. Fontes: BASTOS, Expedito Carlos Estephani. **Obuseiro autopropulsado M 109 A3: maior alcance para a artilharia brasileira**. Disponível em: www.ufjf.edu.br/defesa Acesso em 08 Mar 07; **Exército Brasileiro - EB: meios disponíveis e futuros** (sem indicação de autor). Disponível em: <http://www.defesabr.com/eb.htm>. Acesso em 10 Mar.

¹³⁶ Informações do site oficial do Exército. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/01inst/DMF/dmf.htm#29>. Acesso em 08 Mar 07.

Inúmeros dados correlacionados nos conduzem a essa afirmação. O quadro a seguir apresenta com nitidez as diferenças no tocante aos investimentos em defesa entre 1995 e 2002:

Tabela 1

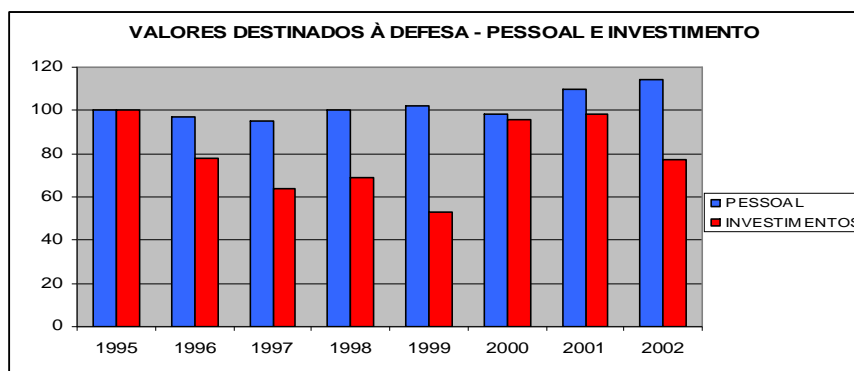
VALORES DESTINADOS À DEFESA (EM MILHÕES DE REAIS) NOMINAL
Índice de correção (IGPI-DI/FGV)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Gastos nominais totais: executados	13.276	14.145	15.020	16.663	17.869	20.755	25.556	28.224
Índice corrigido 1995=100	100	93	90	93	98	95	106	106
Gastos Nominais totais executados – pessoal	9.413	10.513	11.266	12.757	13.210	15.120	18.725	21.334
Índice corrigido 1995=100	100	97	95	100	102	98	110	114
Gastos nominais totais executados – Investimentos	1.099	984	888	1021	798	1.730	1958	1.694
Índice corrigido 1995=100	100	78	64	69	53	96	98	77
Inflação anual	14,77	9,33	7,48	1,71	19,99	9,8	10,4	26,41

Fonte: SIPRI, em Divisão de Orçamento e Finanças do Ministério da Defesa (DIOFI/MD), *apud* Fuccille:2006, e FGV/índices inflacionários. Citado por (FERNANDES, 2006, p. 81).

Visualiza-se melhor as condições de investimentos e gastos com pessoal no gráfico a seguir, onde 100 é o valor referencial de 1995:

Gráfico n° 10



As 3 Forças Armadas,¹³⁷ apresentaram um aumento de gastos com pessoal em cerca de 14% entre os anos de 1995 a 2002. Além disso, os gastos com pessoal superaram com relativa vantagem os investimentos em material. Talvez isso tenha acontecido pelo fato de mantermos “um aparato de Defesa numeroso, com aproximadamente 290 mil integrantes, ainda

¹³⁷ Não temos dados específicos do Exército em termos de gastos com pessoal, mas com os dados disponíveis, que são globais em termos de Defesa, pode-se inferir uma situação análoga para as 3 Forças Armadas. Certamente o Exército deve ter gasto muito mais em pessoal que a Marinha e a Força Aérea, mas somente por causa de seu maior

que esse número seja relativamente baixo, em proporção à nossa população” (FERNANDES, 2006, p.79)¹³⁸. Mas também, parece ter conseqüência no fato de que o orçamento das Forças Armadas, de maneira geral, tenha apresentado características de encurtamento. Como os gastos com pessoal já são previstos com antecipação no orçamento anual, e mais ou menos fixos, pois constitucionalmente os salários não podem ser reduzidos, pelo menos nominalmente, dificilmente nesse item o governo realiza cortes consideráveis.¹³⁹ Em casos de necessidade de corte de despesas os governos lançam mão, mais comumente, das que são destinadas aos investimentos nas áreas não consideradas prioritárias. Quanto aos cortes, no caso das Forças Armadas nacionais, do final da década de 1990, houve ainda um fator agravante. Bartholomeu Fernandes ressalta que, ao longo do período estudado por ele, ou seja, durante a “Era FHC”, uma forma recorrente utilizada pelo governo para se tentar exercer o “controle civil sobre os militares”, foi “por meio do orçamento.” E, finaliza, “Um mecanismo utilizado para esse controle foi o estrangulamento de recursos, puro e simples.” Esse estrangulamento constante (vide gráfico anterior) acabou redundando “em prejuízo para a qualidade do serviço prestado, sem a contrapartida política desejada” (FERNANDES, 2006, p.87). Ou seja, a capacidade operacional das Forças sofreu significativa queda, sem que os resultados políticos esperados – controle civil sobre a classe fardada – fossem plenamente alcançados.

Para o Exército esse estrangulamento resultou em cortes nas aquisições de materiais novos e de insumos para manutenção dos já existentes.¹⁴⁰ Todo esse estado de coisas abriu margem ao acirramento do discurso das alas mais radicais de direita, ligadas à Instituição, principalmente os oficiais da reserva, que viam nos cortes feitos pelo governo um reflexo de sua postura política “revanchista”.¹⁴¹

Os efeitos desses cortes, porém, foram sentidos de maneira diversa, dependendo do órgão considerado. Trabalharemos mais especificamente com o órgão da Instituição responsável por receber o grosso das verbas para os investimentos e os distribuir para suas diversas finalidades: o Departamento Logístico (DLog). Lembrando: quem define as prioridades desses gastos geralmente é o Estado-Maior do Exército, em cumprimento a determinações do Comando da Força. Não há nenhuma ingerência de elementos civis de qualquer um dos três poderes nessa definição.

efetivo, já que não há, na legislação em vigor, possibilidade de aumento de vencimentos para cada Força separadamente.

¹³⁸ O que seria uma aferição discutível para alguns autores. Mário César Flores afirma que “aceitar que o poder militar deva ser dimensionado pelo tamanho da população é dar marcha a ré na história, é voltar à época em que o controle do povo era importante razão de ser dos Exércitos...” (FLORES, 2002, p.93)

¹³⁹ O que não quer dizer que não possa priorizar determinadas áreas ou tipos de funcionários em detrimento de outros, na hora de aumentar-lhes os vencimentos.

¹⁴⁰ Vide planilha da página a seguir.

¹⁴¹ Assunto que será abordado oportunamente.

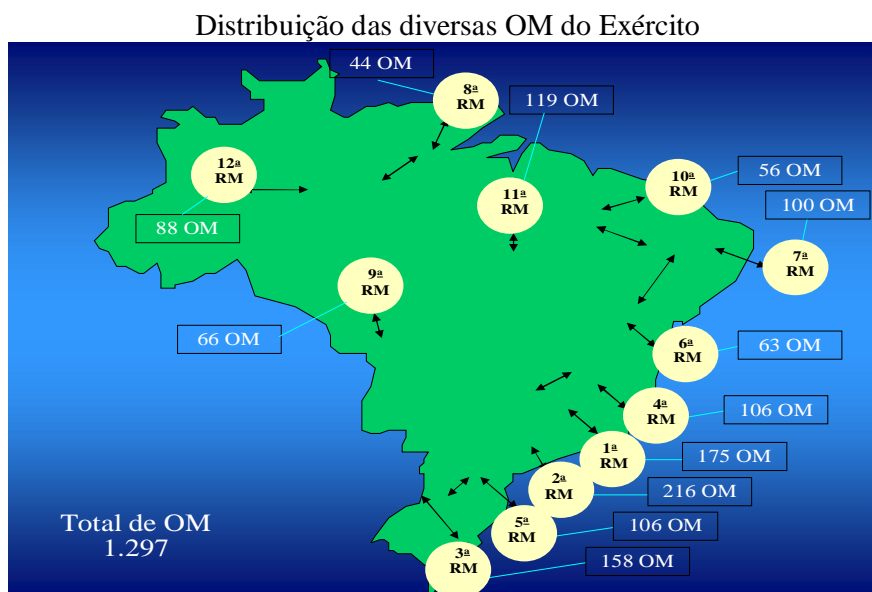
Ilustração 1



Fonte: Palestra do Chefe do Departamento Logístico. IN: CD de Palestras do 2º Seminário Logístico do Exército. Brasília-DF, de 23 a 26 de maio de 2006.

Segundo o gráfico elaborado pelo órgão máximo da logística no Exército, houve uma brusca queda no recebimento de verbas em 96, seguindo uma seqüência constante de baixa até 2003 (com exceção de 2000), ascendendo novamente, em 2004, ao maior valor desde 1995. Ou seja, isso representa praticamente uma década de limitações orçamentárias impostas ao órgão de gestão de material da Instituição. Os valores podem parecer vultosos a primeiro momento, mas é interessante lembrar que estamos falando aqui de uma Instituição com cerca de 1.300 unidades e com um efetivo humano de mais de duzentas mil pessoas, espalhadas por todo o país. O mapa a seguir resume a distribuição das Organizações Militares do Exército:

Ilustração 2



Fonte: Palestra do Chefe do Departamento Logístico. IN: CD de Palestras do 2º Seminário Logístico do Exército. Brasília-DF, de 23 a 26 de maio de 2006.

Para visualizarmos melhor a relação entre a grandeza daqueles valores citados e o tamanho do que eles deviam suprir, é necessário indicar quais áreas eles deveriam abastecer. Para isso, serão utilizados os dados de 2003, 2004 e 2005 como exemplos:¹⁴²

Tabela 2

GASTOS DO DEPARTAMENTO LOGÍSTICO

ÁREA DE DESPESA	2003		2004		2005	
	VALOR	% DoTotal	VALOR	% Do Total	VALOR	% Do Total
ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL	164.152.935,00	58,27	223.746.364,00	52,80	238.295.405,00	49,94
AQUISIÇÃO FARDAMENTO	32.899.889,00		84.418.244,00		87.157.999,00	
AQUISIÇÃO COMBUSTÍVEIS / LUBRIF	21.090.534,00		26.162.896,00		34.100.000,00	
AQUISIÇÃO MUNIÇÃO	9.038.669,00		17.559.373,00		21.670.305,00	
SUBTOTAL 1	227.182.027,00	80,6	351.886.877,00	83,0	381.223.709,00	79,9
AQUISIÇÃO ARMAMENTOS	0,00		0,00		1.333.333,00	
AQUISIÇÃO VIATURAS	0,00		0,00		2.500.000,00	
AQUISIÇÃO MATERIAL INTENDÊNCIA	1.011.000,00		450.000,00		2.930.000,00	
SUBTOTAL 2	1.011.000,00	0,4	450.000,00	0,1	6.763.333,00	1,4
MANUTENÇÃO ARMAMENTO	6.979.943,00		2.852.412,00		5.283.379,00	
MANUTENÇÃO BLINDADOS	639.114,00		4.068.130,00		5.263.273,00	
MANUTENÇÃO VIATURAS	901.937,00		5.433.699,00		8.780.530,00	
SUBTOTAL 3	8.520.994,00	3,0	12.354.241,00	2,9	19.327.182,00	4,1
MANUTENÇÃO AVIÔNICA	33.120.353,00	11,8	41.363.671,00	9,8	48.840.345,00	10,2
PROJETOS	4.298.917,00	1,5	0,00	0,0	0,00	0,0
OUTROS GASTOS	7.585.970,00	2,7	17.677.023,00	4,2	21.027.106,00	4,4
TOTAL	281.719.261,00	100%	423.731.812,00	100%	477.181.675,00	100%

Fonte: Adaptação da palestra do chefe do Departamento Logístico. IN: CD de Palestras do 2º Seminário Logístico do Exército. Brasília-DF, de 23 a 26 de maio de 2006.

Do total de despesas recebidas pelo DLog, em 2003, por exemplo, 58,27% foram gastos somente com alimentação. Contabilizando também o valor utilizado para a aquisição de bens de consumo não duráveis, que não agregam nenhum valor ao patrimônio da Força, como fardamentos, combustíveis, lubrificantes e munições, isso já perfaz 80,6% do total. Para manutenção de armamentos, blindados, viaturas diversas e helicópteros foram gastos 14,8 % de tudo o que o órgão recebeu. E é notável que destes 14,8%, somente a manutenção de helicópteros tenha levado 11,8%. Sendo um tipo de equipamento novo no Exército, pois, antes do final da década de 1980, não havia helicópteros, os gastos com aquisição e manutenção desse item representam novidade. Como o orçamento para a Força não tem aumentado ao longo dos anos 1990 e 2000, é de se deduzir que para se investir em helicópteros e outros equipamentos mais sofisticados do que os que se tinha, e, por isso, mais caros, o dinheiro teve que ser retirado de algum lugar. Ou seja, itens que recebiam uma relativa atenção no passado, como a alimentação da tropa e aquisição de suprimento para manutenção de viaturas, deixaram de ser prioridade diante das vultosas somas necessárias para adquirir e manter aqueles equipamentos

¹⁴² Como acontece com algumas outras fontes analisadas, há discrepâncias entre determinados valores apresentados na planilha que se segue e os mostrados no gráfico anterior.

mais desenvolvidos. Seria natural a comparação entre orçamento do passado, relativamente “rico” e o do presente relativamente “escasso”, dependendo, é claro, dos pontos de vista.

Para aquisição de materiais foram gastos irrisórios 0,4% para materiais de intendência e alguns outros materiais menores, incluídos na planilha como outros gastos. Nos anos de 2003 e 2004, não foi adquirido nenhum armamento ou viatura pelo DLog. Os gastos com o item “aquisições” tiveram algum aumento somente dois anos depois, mas ainda assim, somente 1,4% do total. Note-se ainda que o item “projetos” recebeu somente 1,5% do gasto. Em 2004 e 2005, neste último item, não foi gasto absolutamente nada.

Essa escassez de verbas acabou trazendo sérios problemas para os planejadores da Instituição e, por conseqüência, também para toda a tropa. Poucos recursos acabaram significando manutenção precária do material existente e um alto índice de materiais indisponíveis. Um relatório de 2005 acusava que do total das 6.434 viaturas existentes no Exército naquela época, 2.555 estavam indisponíveis, ou seja, cerca de 40%. Se não funcionavam por carência de peças ou de manutenção especializada, não transportavam soldados para exercícios no terreno. Em casos específicos, a situação de indisponibilidade chegou a ser muito pior, ultrapassando os 70% das viaturas mais velhas.

Naquele mesmo ano de 2005, os recursos recebidos para aquisição de combustíveis atingiram o irrisório índice de 39,43% do ideal planejado pela Força. Se o número de viaturas rodando, em condições de transportarem soldados para seus treinamentos cotidianos, já havia sido reduzido por escassez de peças de reposição, o seria também pela escassez de combustíveis.

E não só a atividade fim foi prejudicada com a escassez de verbas. Ela também parece ter acarretado a falta de peças de reposição para a manutenção em geral de equipamentos diversos, o que deve ter deixado muitos militares técnicos ociosos em seus expedientes.

Ainda sobre a planilha anterior, pode ser observada, em dois anos, no montante total, a queda de cerca de quase 9% da participação dos gastos com alimentação da tropa. Como será visto posteriormente, o efetivo total de militares do Exército não sofreu nenhuma queda nesta última década e essa diminuição dos gastos com alimentação só foi possível por causa de uma política interna de meio-expedientes.

Até a primeira metade da década de 1990 – com exceção dos dias festivos nos quartéis, em que havia apenas formaturas e depois a liberação da tropa – havia geralmente apenas um dia de meio-expediente ao mês, que eram as sextas-feiras após os dias de pagamento. Estas tardes de sexta eram concedidas, pelos comandos de unidades, aos seus subordinados, com a finalidade de resolverem seus problemas financeiros em órgãos que normalmente não realizam atendimento em horários não comerciais, como bancos, correios, cartórios, etc.

Por conta de contenção de despesas, esta situação evoluiu. A partir da segunda metade da década de 1990, a maioria dos quartéis adotou o meio-expediente em todas as sextas-feiras, sendo os trabalhos realizados somente pela parte da manhã, sem almoço para a tropa. Já

no final da década, ainda por questões de contingências orçamentárias, a situação se agravou ainda mais, sendo adotada a política de meio-expedientes também nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Nestes meses, para economizar no item “rancho”, a maioria dos quartéis do Exército passou a conceder meio-expediente de “folga” para sua tropa, praticamente em todos os dias, pela parte da manhã, sendo os expedientes cumpridos à tarde.¹⁴³ A economia deveria ter sido dupla nesse caso, pois o almoço e o café da manhã, que são normalmente fornecidos à tropa, foram poupados. E ao adotar o expediente pela parte da tarde, quebrando o dia pelo meio, restringia para sua tropa as possibilidades de exercerem alguma outra atividade remunerada,¹⁴⁴ o que é proibido pelo Estatuto dos Militares.

Em 2002, algo inédito aconteceu. Os recrutas que haviam sido incorporados em março daquele ano foram quase todos licenciados no mês de julho, sendo que apenas a instrução básica havia sido ministrada. Na maioria dos quartéis do Exército, a política dos expedientes pela metade fora antecipada já para aquele mês. Naquele ano, portanto, cerca de seis meses foram de expedientes cumpridos pela metade. Somados aos meses de janeiro e fevereiro do ano seguinte, perfizeram o total de oito meses consecutivos em que as instruções e os trabalhos administrativos dos quartéis tiveram que ser realizados em regime de expedientes não integrais.

No relatório anual apresentado ao Ministério do Planejamento, relativo ao exercício financeiro daquele ano, a cúpula do Exército apresentou um panorama preocupante:

“Devido ao contingenciamento orçamentário, o Exército, a fim de adequar a consecução das ações do Programa aos recursos disponíveis, reduziu a duração do tempo do Serviço Militar Inicial, a aquisição das peças de fardamento, a quantidade de munição adquirida, a participação nos exercícios combinados. Foram, nas organizações do Exército, adotados o regime de meio expediente, em janeiro, fevereiro e dezembro, e cancelamento de exercícios e operações militares. Destaca-se que a conseqüência direta da dificuldade de se alcançarem as metas físicas das ações do Programa foi a redução do índice de operacionalidade da Força. Considera-se especialmente que se trata de um conjunto de atividades complexas, cujas habilidades são adquiridas no longo prazo, mas que rapidamente se perdem, caso não venham a ser exercitadas com os meios e a freqüência necessários.”¹⁴⁵

¹⁴³ O horário de trabalho era geralmente das 13:00 às 18:00. No entanto, os horários variavam de quartel para quartel, dependendo em certa medida do humor de cada comandante. Não houve mudanças em relação às sextas-feiras, em que os trabalhos permaneceram pela manhã, geralmente das 08:00 às 12:00, e a folga à tarde. Em quartéis onde as missões eram imprescindíveis e prioritárias, não podendo nem devendo perder continuidade em seus trabalhos ou treinamentos, como alguns batalhões de engenharia de construção ou unidades chamadas de “Pronto emprego” ou de “Forças de Ação Rápida”, o rancho continuou sendo abastecido normalmente e o expediente permaneceu sendo integral. Não houve mudanças em relação às sextas-feiras, em que os trabalhos permaneceram pela manhã e a folga à tarde.

¹⁴⁴ O que passou a ser corriqueiro, principalmente nas camadas menos favorecidas da sociedade militar: os soldados, cabos e sargentos. Ver Artigo: **Militares fazem ‘bicos’ para sobreviver**, (Por Antônio Góis) Folha online de 25 Ago 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fohla/brasil/ult96u35460.shtml>; Acesso em: 31 Jul 2004.

¹⁴⁵ Trecho do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2000-2003, relativo ao ano de 2003, apresentado pelo comando do Exército ao Ministério do Planejamento. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/planejamento_investimento/conteudo/relatorio_ppa/v1/dados/docs/005%20%20md/0620%20-

De acordo com o trecho do relatório, por conta de cortes orçamentários, o “índice de operacionalidade da Força”, que tem se reduzido com o passar dos anos, possui íntimas relações com determinadas “habilidades”, que seriam adquiridas somente a longo prazo e perdidas rapidamente, caso não houvesse exercícios com os “meios e a freqüência necessários”. Se interpretarmos essas habilidades como sendo os frutos objetivos (práticos) de todo um complexo processo de socialização profissional, talvez possa ser dito que habilidades em decadência, ou mesmo esquecidas, signifiquem o eco de um processo de socialização deficiente, nesse caso em específico, por conta da falta de exercícios e de meios.

O alto índice de indisponibilidade de viaturas, a falta de combustíveis, e outros problemas enfrentados pela Instituição por insuficiência no orçamento acabaram significando a necessidade de redução de exercícios militares no terreno, o que atinge em cheio a própria identidade militar. Em épocas menos restritivas, havia pelo menos dois exercícios de 3 ou 5 dias por ano em uma unidade normal, onde a maioria do efetivo da unidade era deslocada para o acampamento, inclusive o pessoal da administração. Esse período de acampamento deveria ser aquele em que cada um dos militares envolvidos se lembrassem da real finalidade de sua profissão: a atividade bélica. O exercício no terreno possui uma rotina completamente diferente da dos quartéis, já que tem a finalidade de levar ao limite da realidade a simulação de uma zona de combate, ainda que as instruções sejam ministradas e executadas de maneira estanque. Esse reforço semestral – em muitos casos bimestral, de certo modo, ajudava seu público interno a responder na prática a difícil pergunta: “qual a finalidade da Instituição a que pertencço?”.

Com a diminuição desses exercícios na maioria dos quartéis, e com a limitação deles aos recrutas e a uma pequena parte do efetivo profissional da unidade, basicamente os envolvidos diretamente nas instruções e a um reduzido pessoal de apoio, grande parte do efetivo dito “antigo” tem permanecido distante dos acampamentos durante muito tempo. Isso significa que, para muitos militares, a rotina administrativa dos quartéis, as formaturas, os serviços de escala e as relações sociais que surgem daí, acabam sendo muitas vezes as únicas atividades responsáveis por dar continuidade ao seu processo de socialização militar, durante anos.¹⁴⁶ Com menos oportunidade de exercitar a liderança de seus chefes, em todos os níveis, e a disciplina de seus subordinados em exercícios no terreno, a sociedade disciplinar vem utilizando as rotinas burocráticas da administração militar como a principal ferramenta de treinamento da liderança e de manutenção da disciplina de seus subordinados, inculcando em cada um de seus membros, dessa maneira, a certeza da coerência do modelo hierárquico do qual é disposto o Exército. Isso

%20adestramento%20e%20 operações%20militares% 20do%20exército%20do%20brasil.doc ; Acesso em 15 Jan 07.

¹⁴⁶ O texto inicial da dissertação dá um bom exemplo de um militar saturado com o fato de estar sendo socializado apenas na obrigação de “chamar garotos de senhor”, de “tirar serviços” e de ir a formaturas. Não reclama em

trouxe para a Instituição um problema de perda de foco de difícil solução a curto prazo: a atividade-meio acabou se transformando no principal objetivo em muitos quartéis e um número cada vez maior de membros da sociedade militar tem sido inculcado de valores e mentalidades oriundos da burocracia civil. A própria adoção de novas teorias administrativas impostas pela cúpula tem favorecido esse aspecto. Não se pode dizer com isso que o Exército esteja se “apaisanando”, porém estes podem ser indícios de que as fronteiras que separavam a sociedade militar da sociedade civil estejam se tornando menos rígidas.

Um outro fator que, em princípio, pode parecer irrelevante para o processo de socialização militar, é a adoção dos microcomputadores como ferramentas de rotina nos quartéis. Até praticamente 10 ou 15 anos atrás, toda a burocracia era realizada de maneira muito mais lenta, pois a documentação era toda produzida uma a uma, manualmente, tendo como ferramenta principal a máquina de escrever. O tempo do expediente dos burocratas era praticamente todo tomado pela confecção dos documentos normais das seções, sendo necessário, muitas vezes, o prolongamento dos trabalhos fora do horário previsto. Contudo, em meados da década de 90 o computador entrou em cena e passou a agilizar o trâmite de informações, ordens e contra-ordens que fazem parte da ampla e pesada burocracia militar. Tornou mais fácil e ágil a confecção de documentos repetitivos com a utilização de editores de texto, malas diretas e outras ferramentas. Se anteriormente levavam-se horas para confeccionar alguns ofícios, planilhas numéricas, mapas quantitativos, depois de meados da década de 1990 passaram-se a levar apenas alguns minutos. Muito mais pessoas passaram a ter durante determinados dias um tempo ocioso que poderia ser empregado em outras atividades. De certo modo, isso tornou possível a muitos desses militares a dedicação aos estudos,¹⁴⁷ ao acesso a novas fontes de conhecimento, ou outras atividades menos “militares”, o que trouxe como consequência mais direta uma lenta, mas gradativa, aproximação de alguns militares ao mundo, às mentalidades e aos valores “paisanos”. Muitas daquelas características “assimiladoras” e “totalizantes” (CASTRO, 1990, p.32) das instituições militares, estudadas por alguns autores, parecem perder sua força diante dessa maior abertura do Exército ao mundo paisano. O Exército poderia ser considerado, enfim, uma Instituição “quase-total”¹⁴⁸ em toda a sua acepção semântica.

nenhum momento por ter ficado distante de casa durante semanas em exercícios, ou em quaisquer outras atividades de adestramento militar.

¹⁴⁷ O crescimento do número de militares do Exército com formação universitária será analisado no Cap. IV..

¹⁴⁸ Gláucio Dillon Soares, se inspirando no conceito de Erwin Goffman, definiu como “quase-totais aquelas instituições que dificultam, mas não impedem, o contato de seus membros com outros membros da sociedade global.” (SOARES & D’ARAÚJO, 1994, p. 46).

5. *Panis et circensis: decadência*

Se a escassez de recursos afronta o próprio *status quo* da posição do Exército em relação às outras instituições no conjunto do corpo social, ou seja, modificando os aspectos macro-sociais dos processos de socialização de seus membros, parece também ter contribuído com pequenas transformações nos micro-processos dessa mesma socialização. Mesmo aspectos aparentemente irrelevantes nas práticas da formação das identidades profissionais de seus membros, para uma Instituição fortemente marcada pelos simbolismos de suas cerimônias, como o é a Instituição militar, esses aspectos tomam um caráter de suma importância.

Em ofício, de 2003, a Diretoria de Suprimento avisava que não podia dispor de recursos para “aniversários de OM..., festas de patrono..., passagens de comando e competições esportivas...”¹⁴⁹ Não que essas comemorações haviam deixado de existir a partir daquele ano, pois outras verbas, não orçamentárias, poderiam ser utilizadas para mantê-las. Porém, a cúpula administrativa da Instituição havia formalizado com o documento a demonstração de uma atenção menor em relação a elas. Em momentos anteriores essas festas parecem ter conseguido, de certo modo, contribuir com o processo de socialização dos militares em geral, reforçando seu orgulho por pertencerem a uma Instituição capaz de proporcionar ao seu público interno e a seus familiares o conforto de um farto coquetel – ainda que diferenciado quanto à distribuição das suas iguarias – após as cerimônias militares relativas àquelas comemorações. Já dizia um antigo manual de chefia, em 1953, que “o orgulho em pertencer a uma unidade é manifestação segura de moral elevado”, moral esse que era considerado um dos traços característicos de uma tropa bem adestrada.¹⁵⁰ Em muitas cidades interioranas, essas comemorações eram, e ainda são até hoje, esperadas durante todo o ano pela população por causa da fartura com a qual eram recepcionadas. São festividades que têm o caráter de aproximar a família dos militares – principalmente as dos jovens soldados – aos discursos e aos valores da Instituição. Elas operavam como mais uma faceta do processo de socialização do soldado.¹⁵¹ Além de reforçarem nos próprios militares os vínculos identitários com a Instituição, por meio dos rituais das cerimônias militares, buscavam reforçar, também, nos seus familiares o orgulho pelo pertencimento de um de seus membros ao Exército. E a disposição de se fazer presente, ainda que obrigatória por parte dos militares, era recompensada e, por isso, reforçada pela abundância

¹⁴⁹ Ofício nº 01-DLog/CI I, de 27 Fev 2003.

¹⁵⁰ Ministério da Guerra. **Manual de Campanha Princípios de Chefia**. EME, 1953, p. 9.

¹⁵¹ Para famílias estruturadas no modelo patriarcal, principalmente interioranas e mais carentes de recursos, o Exército era visto como uma Instituição educativa disciplinar, uma extensão e um reforço da família (o que coincide com o discurso de alguns cadetes entrevistados por Celso Castro em seu livro *O Espírito Militar*). Ver o filho servir ao Exército e se destacar em relação ao aspecto disciplinar era – e para muitas famílias pobres ainda é – um motivo de orgulho para os pais, pois a docilidade do filho operava como uma confirmação de que a educação dada pelos pais havia funcionado e gerado bons frutos. Por conta disso, uma punição do filho no quartel, pelo contrário, era motivo de vergonha e causava a ele uma também uma reprimenda familiar.

dos comes e bebes. Esses rituais socializantes vêm se repetindo a cada ano, sempre nas mesmas datas e com cerimônias semelhantes.

São rituais importantes no sentido de que fogem do cotidiano das relações de poder ao mesmo tempo em que as reforça simbolicamente. Dão vazão a conceitos apreendidos na vida militar e dão oportunidade aos militares de se apresentarem aos seus como pertencentes a uma Instituição nacional. Celso Castro justifica a importância dos rituais para a preservação da Instituição, ao dizer que:

“Não basta que os indivíduos pensem que fazem parte de uma determinada coletividade: é preciso agir, e agir em comum. É preciso também comemorar – lembrar em conjunto. Através dos rituais, as crenças tornam-se efetivamente sociais para seus participantes. É a repetição regular e coletiva dos rituais que cria e recria a própria coletividade enquanto tal, renovando em seus participantes o sentimento de pertencerem a algo em comum – no caso, o Exército Brasileiro.” (CASTRO, 2002, p.79)

Contudo, por conta da escassez de recursos, a maioria das unidades militares viu-se obrigada a limitar o cronograma dessas festividades quase que aos cerimoniais militares das formaturas com a tropa, ou pelo menos teve que reduzir bastante o número dos familiares convidados.

6. Distribuição diferenciada dos recursos: socializações não homogêneas

Fruto da necessidade de gerir racionalmente seus recursos, além da introdução de programas gerenciais, a Instituição passou a adotar o conceito de “núcleos de modernidade” ou seja, “áreas selecionadas para o emprego prioritário de recursos”.¹⁵² A idéia do comando do Exército seria iniciar um processo de modernização nessas organizações militares que fosse capaz de se espalhar para o restante do Exército. Uma espécie de teoria “foquista” do gerenciamento dos recursos. Definindo melhor o que seriam esses núcleos de excelência, a revista institucional Verde Oliva afirmou que se tratava de:

“...um conjunto de órgãos aos quais se atribui a mais alta prioridade em pessoal e em meios: os institutos de pesquisa, as escolas de formação, especialização, aperfeiçoamento e altos estudos, além das diversas unidades de pronto emprego, incluindo a Aviação do Exército.” (VO nº141, 3º Trim 1994, p. 5.)

E cujos objetivos principais seriam:

¹⁵² General Zenildo de Lucena, à época ministro do Exército, em entrevista publicada na Revista Verde Oliva nº 161, Mai/Jun 98, p.10.

“...reduzir o hiato tecnológico entre a Força e os exércitos mais modernos; manter os quadros motivados para a necessidade de contínuo aperfeiçoamento profissional; servir de centro irradiador de novas técnicas e táticas para a Força em sua totalidade. Espera-se que, a médio prazo, esse núcleo de excelência irá se expandir, de modo a englobar todo o Exército” (VO nº 141, 3º Trim 1994, p. 5).

Nesses quartéis prioritários¹⁵³, o recebimento de verbas passou a ser diferenciado em relação a todos os demais. A tabela a seguir exemplifica essa diferença:

Tabela 3

VERBAS GASTAS EM ALGUMAS OM DO EXÉRCITO (2004)¹⁵⁴

COLOCAÇÃO*	ORGANIZAÇÃO MILITAR	RECEBIDO EM 2004 (R\$)	SITUAÇÃO
7	AMAN	28.913.936,26	ESCOLA
29	EsAO	9.571.663,20	ESCOLA
30	EsSA	9.537.501,24	ESCOLA
39	ECEME	6.600.564,22	ESCOLA
87	55º BATALHAO DE INFANTARIA	1.662.079,33	FAR (a)
101	54º BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA	1.157.771,87	CMA (FAR)
110	53º BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA	1.092.823,05	CMA (FAR)
125	5º BATALHAO DE INFANTARIA LEVE	948.268,61	FAR
254	3º BATALHAO DE INFANTARIA	427.424,82	NORMAL
255	12º BATALHAO DE INFANTARIA	424.646,58	NORMAL
259	1º BATALHAO DE GUARDA	413.457,80	NORMAL
292	47º BATALHAO DE INFANTARIA	367.306,75	NORMAL
356	58º BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO	229.336,70	NORMAL

(a) Força de Ação Rápida.

*Obs: Colocação em ordem de recebimento de verbas, consideradas o total de 422 OM com autonomia administrativa. As primeiras colocações quanto ao recebimento de verbas foram normalmente das organizações administrativas de comando superior, por gerais, ou, ainda, das organizações militares de suprimento. Como o nosso intuito aqui é somente demonstrar as enormes diferenças quanto ao recebimento de verbas entre OM operacionais ditas prioritárias e as não-prioritárias, foram privilegiados, como exemplares, somente os valores das escolas (estabelecimentos principais da socialização formal dos militares de carreira) e de algumas organizações operacionais.

¹⁵³ Os que compõem a FAR – Força de Ação Rápida – tais como os da recém criada Brigada de Operações Especiais (Goiânia-GO), da Brigada de Infantaria Pára-quedista (Rio de Janeiro -RJ), das Brigadas de Infantaria de Selva [área amazônica, sob domínio do CMA(Comando Militar da Amazônia)], das Brigadas Aeromóvel (Caçapava-SP) e de Aviação (Taubaté-SP); e as escolas de formação profissional.

¹⁵⁴Fonte: Portal Transparência do governo Federal. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalComprasDiretasOEUnidadeGestora.asp?Ano=2004&Valor=74474452251626&CodigoOS=52000&NomeOS=MINISTERIO%20DA%20DEFESA&ValorOS=2660644977981&CodigoOrgao=52121&NomeOrgao=COMANDO%20DO%20EXERCITO&ValorOrgao=1274410386842&Ordem=1;> Acesso em: 9 Out 06.

Essa distribuição desigual acaba refletindo na operacionalidade dos militares componentes das unidades que não são prioritárias. No *site* do Exército há uma relação de inúmeras manobras que envolveram mais de uma unidade do Exército, ou combinadas com as outras duas forças armadas brasileiras, ou, mesmo, com forças armadas de outros países. Grande parte dessas manobras foi realizada por unidades pertencentes ao quadro prioritário do Exército.¹⁵⁵ As tropas consideradas prioritárias se repetem em muitos desses exercícios, fazendo três ou mais deles por ano. Já as unidades que não são consideradas prioritárias pela cúpula, vêm realizando manobras com emprego limitado de tropas, mas na base de rodízios a cada dois ou três anos entre as Regiões Militares e Divisões de Exército. A conclusão natural que pode ser tirada é a de que a “penúria” não foi, nem é sentida em todos os quartéis de modo análogo. Nota-se que alguns quartéis acabam sofrendo bem mais que outros, em decorrência das restrições orçamentárias. Por consequência, sentirão, também, de maneira diferenciada, os resultados da escassez no processo de socialização de suas tropas.

As correlações entre as medidas tomadas pela cúpula, com a finalidade de manter a estabilidade da Instituição, e as resultantes muitas vezes inesperadas dessas medidas no aspecto da socialização de seus homens e mulheres são inúmeras. Isso de imediato nos lembra que a Instituição da “ordem” é apenas uma construção artificial e que na realidade encontra-se circundada por um universo onde projeções “futurológicas” são proporcionalmente tão difíceis de fazer, quanto maiores forem os números de fatores envolvidos. Não há como prever o comportamento da Instituição e dos seus indivíduos daqui para adiante. Ainda no calor dos acontecimentos há uma certa dificuldade em se avaliar o grau de influência entre as condições materiais do Exército e o seu modelo socializante. Até onde as condições materiais vão influenciar as transformações nos processos de socialização de grande parcela dos indivíduos da Instituição? Não há ainda uma resposta clara a esta pergunta. No momento, o que pode ser concluído é que há apenas uma única teoria explicativa possível, no qual se apoiar: a teoria do caos.¹⁵⁶ O que pode ser dito é que o sonho da cúpula do Exército em se construir uma firme coesão de vontades, principalmente a partir de um projeto de socialização homogeneizada e homogeneizante – não que ele tenha sido implementado na sua totalidade, mas ainda assim representava um projeto de instituição ideal – iniciado na década de 1930 e vigente até pouco tempo atrás, parece vir perdendo sua força vital, por consequência, dentre outras coisas, da carência material.

¹⁵⁵ Para ver as chamadas “operações” desde 1999 e as suas unidades componentes: Disponível em: http://www.exercito.gov.br/03_ativid/operacoes/indice.htm; Acesso em: 05 Jun 07.

¹⁵⁶ “Um dos conceitos-chave desta teoria é a demonstração da impossibilidade de se fazer previsões que não sejam no curto prazo, pois o comportamento desses sistemas dinâmicos é extremamente sensível às suas condições iniciais tanto internas quanto externas.” PAIVA, Wagner Peixoto. **A teoria do caos e as organizações**. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, Vol. 8, nº 2, Abr/Jun 2001, pp.85. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Cad-pesq/arquivos/v08-2art07.pdf>; Acesso em: 11 Jan 07.

7. Captação de recursos por meio de “missões”

Dentro desse complexo contexto de contingenciamento de recursos, o Exército viu-se obrigado a adotar por conveniência do seu preparo algumas medidas administrativas, com a finalidade de sanear suas contas e tentar manter-se em um nível mínimo de operacionalidade. Além da aproximação da Instituição com órgãos públicos, mantendo com eles convênios, ela passou a interessar-se pela participação de missões de paz conduzidas e patrocinadas por organismos internacionais, principalmente a ONU. Tudo isso fazendo parte de uma estratégia da alta administração do Exército que visava buscar “recursos extra-orçamentários provenientes de convênios, Op Mnt Paz (Operações de Manutenção da Paz), Op GLO (Operações de Garantia da Lei e da Ordem), Ap (Apoio) às eleições e outros.”¹⁵⁷ Essa tem sido uma linha de ação no nível político da cúpula militar para, ao mesmo tempo, conseguir recursos para ajudar a equipar adequadamente a Força e empregar suas tropas em um ambiente operacional diferente do convencional dos acampamentos de instrução. As tropas de engenharia de construção passaram a ser maciçamente empregadas em obras de convênios com órgãos federais e estaduais, contribuindo para a aquisição de novos equipamentos para seus batalhões; tropas do Exército foram empregadas em ações de polícia (institucionalmente chamadas de Garantia da Lei e da Ordem) em oito estados da federação, motivadas pelas greves das polícias desses estados; foram empregadas também no apoio à segurança das eleições nos últimos anos, em vários estados e municípios; e por fim, vêm participando maciçamente em missões de paz organizadas pela ONU, sendo que a maior delas tem sido a MINUSTAH, no Haiti, iniciada em 2004, empregando um efetivo de cerca de mil homens do Exército por contingente, sendo que a cada 6 meses é feito um rodízio desse pessoal.

Além disso, a Força tem realizado o remanejamento de inúmeros imóveis a ela pertencentes, que tem gerado recursos extras utilizados principalmente na construção de outros imóveis. De acordo com o órgão de imprensa do Exército, até novembro de 2006 foram recebidos pela Força Terrestre R\$ 103,3 milhões em remanejamentos patrimoniais.¹⁵⁸

Cada uma dessas ações acabou contribuindo de vários modos à socialização dos militares do Exército. Tomando as missões de paz como exemplo. Além de terem trazido uma nova identidade de emprego para a Instituição, resolvendo em parte o problema da sua crise

¹⁵⁷ Fonte: Palestra realizada pelo Chefe do Departamento Logístico, no 2º Seminário Logístico do Exército. Brasília-DF, (23 a 26 Mai 2006)

¹⁵⁸ Para ver as obras de convênios entre os batalhões de engenharia de construção e os órgãos públicos, entre 2003 e 2006, e os novos equipamentos adquiridos: Revista *Verde Oliva*, Edição Especial, Fev 2007, p.31-32; para obras anteriores ver o *site* da Diretoria de Obras de Cooperação (DOC), Disponível em: <http://www.doc.eb.mil.br/>; Acesso em: 19 Mai 07. Para ver sobre Operações de Força de Paz: Revista *Verde Oliva*, Edição Especial, Fev 2007, p.21; e *site* do Exército, Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/03ativid/missaopaz/efetivos.htm>. Acesso em: 19 Mai 07. Para atividades de polícia (GLO) e apoio a eleições: Revista *Verde Oliva*, Edição Especial, Fev 2007, p.28-29. Para recursos extras oriundos de remanejamento de imóveis ver: Revista *Verde Oliva*, Edição Especial, Fev 2007, p.33.

existencial, trouxeram também um maior contato com outros povos, outras culturas e outras línguas. Isso acabou contribuindo, de certa forma, como provocador de algumas mudanças de postura dos seus militares, principalmente os de carreira, em relação à tolerância das diferenças e, principalmente, em relação a um certo nível de anti-intelectualismo, que, de acordo com alguns autores, é um elemento característico da Instituição (DIXON, 1977, p.338). O contato com culturas diferentes trouxe, para aqueles que participaram de missões de paz, a obrigação do convívio diário com hábitos e culturas diferentes, o que acaba obrigando a rever seus antigos e, muitas vezes, rígidos conceitos acerca de culturas e valores diferentes dos seus, levando-os a um grau de flexibilidade frente às diferenças.

Como um importante quesito na escolha para essas missões é o de estar habilitado em uma língua estrangeira, o aprendizado de outras línguas passou a ser cada vez mais procurado pelos militares de carreira¹⁵⁹; a contribuição disso foi justamente mexer em posturas anti-intelectuais consolidadas em muitos militares, que passaram a ser obrigados a rever conceitos e posições ao ter que cultivar seu intelecto na aquisição de conhecimentos não especificamente militares.¹⁶⁰ Além disso, creio eu, que a busca por uma outra língua contribuiu também para um maior contato de militares com o mundo civil, pois muitos militares acabavam preferindo cursar essas línguas em escolas civis, mesmo tendo o Exército disponibilizado um sistema de ensino de línguas próprio.

Essas foram algumas das respostas “externas” da cúpula da Força Terrestre à escassez de recursos. Respostas externas porque não dependiam a priori de nenhuma ação interna da Instituição para sua consecução. Não se desenvolveram para dentro, mas para fora dela. Foram buscados em seu exterior determinados lenitivos para ajudarem a combater o “sofrimento” causado pela escassez de verbas. Com a visualização de que a curto e a médio prazo os recursos fornecidos à Instituição, pelo Estado, não seriam reajustados de acordo com o ideal proposto por ela, passou-se a buscar outras fontes de verbas que não as orçamentárias. E viu-se que essas ações externas, tomadas mais no nível político do Exército, acabou acarretando mudanças na socialização de muitos de seus integrantes.

Mas somente a captação de recursos não fora suficiente para manter são o organismo militar do Exército. Medidas internas de economia e racionalização dos recursos recebidos deveriam ser adotadas no âmbito de toda a Força com a finalidade de mantê-la minimamente operante. Dentre os poucos caminhos existentes, a serem trilhados pela Instituição, um foi

¹⁵⁹ Dos 4.215 oficiais do Exército atualmente habilitados em língua inglesa, 3.790 foram habilitados depois de 1994, isso perfaz quase 90% do total. Com relação aos sargentos, dos 621 habilitados em inglês, 593 se habilitaram depois de 1994, o que representa cerca de 95,5% do total deles. Aos cabos e soldados não é permitido o credenciamento interno em uma outra língua; nem mesmo realizarem os cursos internos, à distância, e ainda por cima pago, eles podem. Fonte: Planilha feita pelo autor tendo como base o banco de dados interno do DGP, Disponível em: http://www.dgp.eb.mil.br/almq1/procura_cursos_u3.asp. Acesso em: 19 Ago 07.

¹⁶⁰ A postura anti-intelectual dos militares terá como motivo principal de sua decadência a maior procura de seus quadros por cursos superiores, assunto que será tratado posteriormente.

escolhido convenientemente pela sua cúpula: a concepção empresarial e capitalista da Força Terrestre.

8. Reforma administrativa, ou da socialização militar empresarial

A necessidade de se manter uma maior racionalidade na gestão dos recursos acabou implicando em trazer para as instituições armadas novas formas de gerenciamento que fossem mais adequadas às incertezas dos orçamentos públicos. Todas essas formas de gerenciamento, de um jeito ou de outro, acabavam derivando do chamado Toyotismo, surgido no Japão a partir da década de 50 e difundido no mundo inteiro com a introdução de um modelo de produção capitalista que, de acordo com Harvey, tornava-se mais flexível. De acordo com Marli Futata, citando Giovanni

“Ao término dos anos 60 a empresa japonesa Toyota já estava totalmente dentro desse novo modelo de produção flexível e o modelo era divulgado dentro e fora do Japão. Os princípios ideológicos e organizacionais desse modelo passaram a sustentar as práticas empresariais como modelo de administração e, [...] com a mundialização do capital, na década de 1980, o toyotismo tornou-se a ideologia universal da produção sistêmica do capital”(Giovanni, citado por FUTATA).¹⁶¹

Teóricos e escolas ocidentais da ciência administrativa, principalmente americanos, deram suas contribuições ao modelo toyotista, ajudando a construir socialmente uma verdadeira revolução no capitalismo do fim de século, com profundas modificações no modelo organizacional predominante. No contexto geral, segundo Manuel Castells, “a principal mudança pode ser caracterizada como a mudança de burocracias verticais para a empresa horizontal”, sendo que esta parece apresentar, ainda segundo o autor, sete tendências principais: Organização em torno de processo, não da tarefa; hierarquia horizontal; gerenciamento em equipe; medida do desempenho pela satisfação dos clientes; recompensa com base no desempenho da equipe; maximização dos contatos com fornecedores e clientes; informação, treinamento e re-treinamento de funcionários em todos os níveis”. Sedimentando essas tendências sobre um modelo de administração “enxuta”, que proporcionasse a eliminação de tarefas e, por conseqüência, a economia de mão-de-obra, o mundo empresarial visaria, em última instância a diminuição dos custos de produção (CASTELLS, 2001, pp.211-221).

Nesse contexto de transformações nas concepções de gestão, muito mais preocupadas do que antes em relação à economia de custos, entram as Forças Armadas

¹⁶¹ FUTATA, Marli Del Mônico de Araújo. **Breve análise sobre o toyotismo: modelo japonês de produção.** Revista Espaço Acadêmico nº 47, Abril de 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/047/47cfutata.htm>. Acesso em: 15 Jan 07.

brasileiras. Como apresentado anteriormente, elas têm passado por dificuldades em manter seu aparato material em condições de emprego, sendo inevitáveis a obsolescência e o atraso tecnológico em relação aos exércitos dos países desenvolvidos, por conta de uma crônica escassez de recursos. Conciliar e manter o equilíbrio entre a defasagem material sofrida por aquelas instituições e a necessidade de manter índices mínimos de operacionalidade tem sido uma preocupação constante de chefes militares. As atividades logísticas mais do que nunca passaram a representar um papel preponderante nos campos de batalha modernos e o uso racional dos recursos recebidos passou a ser uma das principais prioridades das cúpulas fardadas. César Flores constata que:

“Não é de estranhar...que a gestão do orçamento tenha emparelhado (se não até superado) com a estratégia como a grande preocupação dos profissionais de defesa em altos cargos, que estão tendendo a ser tão ou mais gerentes de recursos que chefes militares na sua acepção clássica. *Essa tendência, é claro, vem fazendo que a mística militar tradicional ceda algum espaço à administração e à tecnologia* infiltradas na estratégia; que ceda espaço ao equacionamento de questões que combinam tecnologia, hipóteses de emprego e, muito importante, recursos disponíveis” (FLORES, 2002, p.37). [Grifos nossos]

Se os militares de alto escalão têm tendido a se tornarem gerentes administradores – ou pelo menos se esforçado muito nesse sentido – os quartéis têm sido conduzidos como uma verdadeira empresa. Em 1994,¹⁶² o Exército havia implantado um programa chamado “5S”, baseado em um programa de modernização gerencial japonês do pós-guerra. Originalmente o programa japonês fora desenvolvido com o objetivo de “transformar o ambiente das organizações e a atitude das pessoas, melhorando a qualidade de vida dos funcionários, diminuindo desperdícios, reduzindo custos e aumentando a produtividade das instituições.”¹⁶³ O "Programa 5S" ganhou esse nome devido às iniciais das cinco palavras japonesas que sintetizam as cinco etapas do programa: Seiri (descarte), Seiton (arrumação), Seiso (limpeza), Seiketsu (saúde) e Shitsuke (disciplina). Para uma Instituição que se coloca como em permanentes dificuldades financeiras e que tem como princípios basilares a ordem e a disciplina, e como um dos principais objetivos a redução de incertezas, esse tipo de programa soava como música aos ouvidos de sua cúpula. Ao mesmo tempo em que ele fora pretendido como uma importante ferramenta para o controle e diminuição de gastos, ele mantinha ou mesmo reforçava o aspecto de ordenamento e de disciplina da Instituição.

Entretanto, o programa exigia uma flexibilidade que a Força ainda não estava preparada a aceitar e houve pontos em que a adaptação do modelo administrativo ao Exército deu-se de maneira enjambrada. Determinadas incongruências com o sistema rigidamente

¹⁶² Portaria Ministerial nº 065, de 16 Fev 1994.

¹⁶³ Disponível em: <http://www.ipem.sp.gov.br/3emp/5esses.asp?vpro=abe>. Acesso em 09 Jul 07.

hierarquizado do Exército não foram sanadas. O modelo, baseado na responsabilidade coletiva e na cooperação de gerentes e trabalhadores visando alcançar os objetivos da Instituição que o adotasse, subentendia a necessidade de um certo grau de subversão comportamental em relação ao tido como “natural” distanciamento entre os círculos hierárquicos. Idealmente, ser um militar moderno, um chefe moderno, teria que significar saber trabalhar em equipe, aceitar opiniões de subordinados e contar com a colaboração espontânea de todos, o que de forma alguma coadunava com as concepções autoritárias que sempre fizeram parte das relações sociais entre as camadas hierárquicas da Força Terrestre. Além disso, não havia como apresentar incentivos palpáveis aos seus “funcionários” pois, se naquela “empresa” não havia lucros, menos ainda se poderia falar em participação nos lucros.

Mas o programa foi sendo desacreditado na “tropa” por outros motivos. No Exército, uma instituição burocrática, muitas vezes os meios substituem os fins em seu grau de importância. Daí a naturalidade em que, em muitos quartéis, a simples etiquetagem com o nome de todos os seus apetrechos passou a ser vista como um fim em si mesmo e um simbolismo de que o responsável pela seção ou pelotão havia entendido o “espírito” do programa. Fato prático que parece ter ajudado a sustentar a tese de Norman Dixon quando aquele autor alega que “os piores excessos da rotina e o apego a um ritual anacrônico tiveram uma importância não desprezível no atraso da máquina militar” (DIXON, 1977, p.311).

Anos depois, em 2003, o Comando do Exército, na figura do general Albuquerque, que havia recentemente assumido a função, estabeleceu a sua política e as suas estratégias para o período de 2003/2006. Segundo o documento publicado, o objetivo político da corporação seria:

“Melhorar os padrões de excelência operacional, logística e administrativa do Exército. Para a consecução deste objetivo político, considerar as seguintes premissas básicas: - a missão constitucional do Exército; - a já existência de um considerado padrão de excelência no âmbito da Instituição, fruto das administrações anteriores; - o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx); - o Exército no contexto político da globalização; - o Brasil e os países vizinhos; - as necessidades básicas e as capacidades do Exército; e - as restrições de toda ordem.(...) Para atingir o objetivo político estabelecido, adotar as seguintes estratégias: a. *reorganização das atividades internas sob a égide da excelência*; e b. *aperfeiçoamento das relações da Instituição com a sociedade (público interno e externo)*. Na consecução destas estratégias, considerar os seguintes fundamentos da excelência: - *preocupação com resultados*; - comprometimento dos chefes em todos os níveis; - *valorização das pessoas*; - *gestão baseada em processos, projetos e informações*; - capacitação de recursos humanos; - *responsabilidade social*; - *interação com a sociedade*; e - *intercâmbio de cooperação técnica com as demais organizações civis e militares.*”¹⁶⁴ (Grifos nossos)

¹⁶⁴ Portaria nº 191 de 17 Abr 2003, publicada no Boletim do Exército nº 17, de 25 Abr de 2003

Seguindo os parâmetros propostos por essa diretriz, foi traçado um planejamento administrativo mais específico, intitulado Plano de Excelência Gerencial (PEG-EB), publicado em julho daquele mesmo ano. Tentando dar continuidade ao plano de 1994¹⁶⁵, baseado no modelo “5S”, apontava como sendo suas principais características: “o desempenho (*administração por resultados*); a *satisfação dos usuários*; a *valorização das pessoas*; a comparabilidade; a melhoria e o aprendizado contínuos; e a pró-atividade.”¹⁶⁶ De acordo com a avaliação da cúpula, o PEG “foi idealizado com o objetivo de aperfeiçoar, continuamente, a gestão de todo o Exército Brasileiro e de melhorar a operacionalidade e o bem-estar do público interno”. Com a finalidade de atingir o objetivo proposto pelo programa houve em, diversas oportunidades, o “apoio de conferencistas renomados como os professores César Romão, Luiz Marins” e muitos outros. A Instituição passou a manter cada vez mais contato com a mentalidade do mundo civil empresarial e a perceber uma significativa vantagem nisso. Ainda de acordo com a sua cúpula, “as trocas de experiências entre OM do Exército e entidades públicas e privadas brasileiras e Forças Armadas amigas se tornaram uma rotina” estando o PEG alinhado com os esforços empregados no sentido de “dotar a Instituição de uma moderna filosofia gerencial, adotada por organizações públicas e privadas bem-sucedidas em todo o mundo.”¹⁶⁷ Seja lá qual fosse o entendimento da cúpula acerca do que significasse uma Instituição “bem sucedida”, percebe-se que a adoção dos “atuais” modelos de gestão utilizados por elas pareciam ter a finalidade de contribuir para que o Exército, ainda que de modo muito incipiente e muito teórico, buscasse um controle maior e mais sistemático dos seus gastos, impondo uma maior racionalidade no gerenciamento do seu material e também do gerenciamento dos seus indivíduos, o que será tratado logo em seguida.

Apesar da conhecida dificuldade de enquadrar qualquer teoria americana acerca das relações civil-militares na América Latina (FERNANDES, 2006, p.27), observa-se que Morris Janowitz, havia verificado, em 1960, que no caso americano:

“a nova guerra, que se apresentava e que exigia dos exércitos uma organização cada vez mais “empresarial”, conduzia o profissional militar a um comportamento mais próximo do civil, como um gestor dessa engrenagem administrativa...verifica, em seu trabalho, uma transição, em exércitos de sociedades avançadas (o exército americano serviu-lhe de objeto de estudo), do líder heróico para o líder gerencial...” (Janowitz, citado por FERNANDES, 2006, p.13).

Um oficial formado pela Academia Militar das Agulhas Negras, após desenvolver uma pesquisa, em 2003, sobre a influência da instrução de “lutas” na afetividade dos cadetes,

¹⁶⁵ O “Projeto 5S” acabou caindo no esquecimento do seu público interno sem nenhuma revogação oficial. Apesar do frisson causado no momento de seu lançamento, acabou não “colando”.

¹⁶⁶ Portaria nº 348, de 1º Jul 2003, publicada no Boletim do Exército nº 27, de 04 Jul 2003.

¹⁶⁷ Revista Verde Oliva Edição Especial, sem número, intitulada *Exército Brasileiro: Evolução (2003-2006)*, Fev 2007, p.7-8)

afirma com um certo tom de tristeza que aquela instrução retrata a “esperança de despertarmos o espírito combativo em nossos futuros oficiais, espírito esse *há muito adormecido* nos que, por vezes, se esquecem do verdadeiro propósito da profissão militar: o combate.”¹⁶⁸ Esse espírito combativo estaria sendo adormecido por conta de um processo de socialização que tem privilegiado o aspecto teórico e “gerencial” em detrimento das virtudes “guerreiras”? Observemos a grade disciplinar da AMAN relativa ao ano de 2004:

Tabela 4

GRADE DE DISCIPLINAS DA AMAN (2004)¹⁶⁹

1º ANO	2º ANO
MATÉRIA/CARGA HORÁRIA Matemática-90 h Mecânica-60 h Português-120 h Oratória-30 h Psicologia I-60 h Idiomas-120 h Informática-60 h Emprego Tático I-70 h OPEFT-99 h Comando, Chefia e Liderança I-30 h Técnicas Militares I-172 h Tiro I-44 h Treinamento Físico Militar-150 h Complementação-655 h Total: 1760 h	MATÉRIA/CARGA HORÁRIA Métodos e Técnicas de Pesquisa-60 h Comando, Chefia e Liderança II-60 h Química-60 h Estatística-60 h Economia-60 h Psicologia II-60 h Introdução ao Estudo do Direito- 60 h Idiomas-60 h Física-60 h Emprego TáticoII-89 h OPEFT-110 h Técnicas Militares-144h Tiro II-36 h Treinamento Físico Militar II-188 h Complementação-653 h Total: 1760 h
3º ANO	4º ANO
MATÉRIA/ CARGA HORÁRIA História Militar Geral-60 h História Militar do Brasil-60 h Geografia-60 h Ciências Gerenciais I-60 h Filosofia-60 h Didática-60 h Idiomas-60 h Emprego Tático III-292 h OPEFT-84 h Técnicas Militares III-170 h Treinamento Físico Militar-166 h Tiro III-28 h Complementação-600 h Total: 1760 h	MATÉRIA/CARGA HORÁRIA Apoio ao Combate e Logística-56 h Emprego Tático IV-295 h Ciências Gerenciais II-78 h Direito Administrativo-60 h Direito Penal Militar-60 h Sistemas Operacionais-38 h Idioma Instrumental-19 h OPEFT-180 h Comunicação Social-30 h Tiro IV-24 h Treinamento Físico Militar IV-123 h Estágio de Preparação Específica-344 h Complementação-453 h Total: 1760 h TOTAL GERAL: 7040 h

Tânia de Oliveira nos propõe que sendo a Força Armada “mais diretamente vinculada ao combate”, o Exército, possuía em 2004 uma carga curricular nas disciplinas militares “acentuada”. A referida autora menciona todas as disciplinas militares, inclusive as

¹⁶⁸ Pereira, Eduardo Rocha (Cap Inf). **A Instrução de Lutas e sua Influência no Desenvolvimento dos Atributos da Área Afetiva**. Revista *Sangue Novo* (Revista eletrônica da AMAN), Jul 2006. Disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br/sanguenovo/>; Acesso em: 17 Jul 07.

¹⁶⁹ Fonte: AMAN, *apud* OLIVEIRA, 2004, pp.133-134. Para visualizar a grade curricular atual, relativa ao ano de 2007, ver página eletrônica da AMAN: Disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br/pvisaogeral.htm>. Acesso em: 15 Jul 07. Não houve alterações significativas nesses 3 anos.

teóricas. Somando-se todas elas, nos quatro anos de academia o cadete possuía uma carga horária considerável, de 2.554 horas de matérias “militares” (práticas e teóricas) contra 1.781 horas de matérias “não militares” (disciplinas humanísticas, científicas, filosóficas e tecnológicas). Porém, se somarmos a carga horária de “Complementação”, que não compõe transmissão sólida de conteúdos militares, à carga horária de disciplinas técnicas (que podem ser aprendidas em qualquer universidade civil, tais como história militar, informática ou geografia) perfazem o total de 4.142 horas. Computando o estágio – ocorrido apenas no 4º ano – como matéria “militar” (o que não é sempre verdadeiro, pois o que geralmente ocorre é um misto de atividades militares com recreativas e culturais), totalizam cerca de 2.898 horas de atividades “estritamente”¹⁷⁰ militares. Levando em consideração que o curso na Academia tem duração de 4 anos, com uma carga horária completa de 7040 horas de atividades, pode-se concluir que em apenas 1,64 anos o cadete já estaria apto a desempenhar suas funções de oficial combatente, se dependesse somente de seus conhecimentos “estritamente” militares. Ou seja, cerca de mais da metade do tempo em que o cadete permanece à disposição da academia é preenchido por disciplinas que não diretamente atuam no processo de construção de sua identidade militar propriamente dita, ou, ainda, é tomado pelo contato com o mundo civil, em festividades na própria academia ou em férias.

Tendo contato com conhecimentos, ainda que superficiais, nas áreas de Administração, Direito, Economia, Psicologia e Filosofia os jovens oficiais certamente passaram, de alguma forma, a sofrer influências de seus conteúdos. Alguns dos objetivos da academia ao ministrar as disciplinas de Ciências Gerenciais seriam os de “evidenciar uma administração aberta e flexível às novas metodologias gerenciais” e “valorizar a racionalização e a otimização dos recursos disponíveis”¹⁷¹. O aprendizado de economia estaria visando a oferecer ao futuro oficial do Exército “instrumentos fundamentais para o desenvolvimento de sua capacidade de análise do ambiente sócio-econômico do Brasil e do mundo”¹⁷² Sobre a História Militar o seu instrutor afirma que “ao contrário do que muitos pensam, não é domínio exclusivo dos militares”¹⁷³

¹⁷⁰ “Estritamente” entre aspas, porque foram também consideradas como disciplinas militares as teóricas e as de cunho socializante não especificamente militares (como Treinamento Físico Militar, Tiro, Comando, Chefia e Liderança, etc.)

¹⁷¹ Página eletrônica da Academia Militar das Agulhas Negras. Disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br/cienger/objetivos.htm>. Acesso em: 15 Jul 07.

¹⁷² Na página eletrônica da AMAN há um estabelecimento de correlações entre a competência profissional de seu corpo docente e a sua formação civil, o que, de certo modo, contradiz, até certo ponto, a lógica existente na década de 80, e brilhantemente estudada por Celso Castro (1990), de antagonismo entre “mundo paisano” e “mundo militar”: “Os professores da Cadeira de Economia são oficiais do Exército, todos bacharéis em Ciências Econômicas e, a maioria, pós-graduado com Especialização ou Mestrado, o que *revela um corpo docente altamente qualificado*.” (Grifo nosso). Disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br/econ/>; Acesso em: 15 Jul 07.

¹⁷³ Carvalho, L.P. Macedo. Disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br/hist/artigoperiodiazacao1.htm>; Acesso em: 18 Jul 07.

Não somente a necessidade de proporcionar uma formação administrativa aos futuros oficiais da linha bélica os trouxe para mais próximo do mundo civil, mas também a formação humanística numa sociedade política e ideologicamente não mais bipolar. De acordo com Stepan (1986, p.63), um general aposentado, que apoiava a “Abertura”, o havia dito pessoalmente que, após as “campanhas ideológicas” dos militares, ocorridas em 1961-1964 e 1968-1972, que haviam exigido um “intenso esforço de educação”, qualquer esforço de abertura real para a democracia exigiria uma “imensa ressocialização da ESG e das demais escolas militares”. Na década de 1980, houve um esforço, ainda que limitado de mudanças curriculares da AMAN, no sentido de adequar os futuros oficiais às transformações tecnológicas trazidas pelos novos tempos, porém, era como se o processo devesse correr sem rupturas.

O cadete da AMAN tem seguido um plano de disciplina com matérias bastante diversificadas, tendendo, como afirmou Celso Castro a predominar a “cultura geral” em relação às matérias estritamente profissionais (CASTRO, 1990, p.161). Tudo isso, talvez visando “adaptar os militares aos meandros do processo democrático”. Porém, de acordo com a opinião do almirante Flores, essa adaptação deveria ser parcial, pois, segundo ele, “não é e nunca foi viável no mundo, introduzir nas Forças Armadas, alicerçadas na hierarquia e na disciplina, regras de funcionamento democrático, como preconizam levianamente algumas opiniões” (FLORES, 1992, p.130).

Determinadas mudanças no processo formal de socialização das escolas militares passaram a ser percebidas como necessárias pela cúpula, não somente com o intuito político de adaptar os jovens oficiais à nova conjuntura democrática. O novo modelo de sociedade (do conhecimento, informacional, ligada em rede) exigia adaptações quanto à transmissão e utilização do conhecimento em todos os níveis e em todos os segmentos. Metodologias de ensino menos rígidas – que apresentavam uma abordagem holística entre as disciplinas, buscavam trabalhar a relação professor / aluno de maneira mais “democrática” e, principalmente, tratavam a produção do conhecimento em sala de aula não mais a partir da relação professor dono do saber x aluno assimilador do saber, e sim dentro da perspectiva do professor facilitador e incentivador de competências – aplicadas há algum tempo no mundo civil com um grau relativo de “sucesso”, passaram a ser referências também para as escolas militares. Essas referências, muito se devem à entrada de profissionais das áreas psico-pedagógicas nessas escolas, por intermédio de concursos e contratações. E a partir daí, pela difusão osmótica dessas novas idéias – através de cursos de extensão, ofertados aos oficiais combatentes de maior patente – até os graus mais elevados da hierarquia militar.

Os processos de ensino-aprendizagem ofertados pela AMAN, e também pela EsPCEEx (Escola Preparatória de Cadetes do Exército), estavam embasados em doutrinas pedagógicas bastante “tradicionais”. O Estado-Maior do Exército, vislumbrando uma necessidade de atualização nesse sentido, em uma publicação chamada “Política Educacional

para o Exército Brasileiro: Ano 2000”, de 1995, propôs alterar alguns elementos desse processo, no intuito de desenvolver determinadas qualidades desejáveis ao futuro oficial de carreira do Exército¹⁷⁴, tais como a capacidade de integrar conceitos, reforçados cada vez mais no mundo empresarial civil, como a adaptabilidade, a capacidade de trabalhar em equipe e a iniciativa.

Diante dessas propostas de mudanças, mesmo que de maneira bastante conservadora, a Academia, em fins da década de 1990, passou por uma reorganização interna – modificando e atualizando algumas práticas pedagógicas (OLIVEIRA, 2004, p.125-130) – processo que de certo modo ainda não terminou. A criação do Quadro Complementar de Oficiais, e a conseqüente incorporação de professores com uma certa experiência didático-pedagógica no mundo civil, como dito, tem oferecido consideráveis oportunidades nesse sentido. A academia militar tem afirmado em seu *site* que a sua cadeira de filosofia, por exemplo, propicia ao cadete “a capacidade de perceber e compreender o ambiente, as características e sentimentos de pessoas e/ou grupos, buscando atender aos seus interesses e necessidades, desenvolvendo, assim, a *sensibilidade*”¹⁷⁵, talvez uma qualidade que faltava ser melhor cultivada nos futuros oficiais, já que no final da década de 1980, em entrevista a Celso Castro, um cadete lamentava que no curso da AMAN:

“você perde muito o contato com o pessoal de fora, até mesmo no trato com o pessoal de fora. Porque aqui você ta acostumado...*aqui todo mundo é ‘grosso’* – grosso entre aspas – porque determinadas brincadeiras que você faz aqui, você não pode fazer lá fora. (...) *Você perde tudo, você perde a sensibilidade, você perde tudo*” (CASTRO, 1990, p.154). [Grifo nosso]

A EsPCEEx também passou por uma série de mudanças quanto à sua dinâmica de ensino. Por questões de economia de recursos, nos anos 90 a referida escola diminuiu sua oferta de carga horária, ministrando somente a 3ª série do ensino médio e não mais os 3 anos como era antes, passando também a ser a única porta de acesso ao curso da AMAN, já que o concurso de admissão, diretamente para a Academia, fora extinto. Além disso, a partir de um convênio daquela escola com a UNICAMP, foi elaborado, em 1995, um ousado projeto denominado “EsPCEEx 2000” (FÁZIO, 2003, p.55), de aplicação difícil – já que visava implantar as teorias construtivistas piagetianas de ensino-aprendizagem na *práxis* de uma instituição de ensino tão inflexível quanto uma escola militar – e de duvidoso alcance prático, mas que pelo menos expunha, dentre outras coisas, uma intencionalidade da cúpula militar em transformar o modelo de ensino militar, diante do fato incontestável de que aquele vigente já se mostrava insuficiente para suprir os atuais interesses da Instituição. Já não forjava mais nos indivíduos todas as

¹⁷⁴ VIEIRA, General Gleuber (Comandante do Exército). **Orientações Gerais ao Exército**. IN: Revista Verde Oliva nº 168, jan/abr, 2000, pp. 06-07.

¹⁷⁵ Cadeira de filosofia da AMAN, Disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br/filosofia/>; Acesso em: 15 Jul 07.

qualidades desejáveis do militar ideal. Nas palavras do então comandante do Exército – diante de uma instituição cujos indivíduos tiveram, durante muito tempo, a fama (procedente ou não) de serem anti-intelectuais –:

“o sistema de ensino militar, em todos os seus níveis, deve[ria] desenvolver atitudes favoráveis à auto-aprendizagem, condição essencial para um processo de educação continuada, indispensável aos dias em que vivemos.”¹⁷⁶

Mesmo que – no bojo de todo o longo processo de socialização sofrido pelos oficiais do Exército – os efeitos práticos dessas transformações nas etapas de socialização formal sejam bastante limitados, elas, a médio e longo prazo, tendem a surtir algum efeito na mentalidade das novas gerações de líderes militares. O contato, na academia militar, com disciplinas que apresentam a cada um deles um verniz do mundo dos direitos humanos, ou, ainda, com instruções que indiquem novas perspectivas de liderança menos autocráticas parecem querer apontar neste sentido.

9. A liderança de modelo empresarial no Exército: ou do abrandamento das relações internas de poder.

A introdução de elementos civis na condução da administração militar não trouxe como tendência a extinção do modelo de relações de poder “tradicional” do *modus vivendi* castrense, porém acabou por trazer uma resultante de grande relevância na maior humanização dessas relações, com a mudança de concepção dos seus chefes a respeito do material humano que possuíam. E essa mudança, acrescida a outros elementos já discutidos aqui, ou ainda a discutir, trazia como conseqüência direta uma mudança no processo de socialização dos militares do Exército.

Contando sua experiência militar como recruta na década de 70, o ex-soldado Rodrigues nos fala de uma época de personalismos exacerbados, de quase total desconsideração pelo aspecto da satisfação de seus subordinados e de tratamento humano puramente baseado em sentimentos pessoais, o que abria margem muitas vezes ao descontrole emocional e a reações de violência moral e física de superiores para com subordinados.¹⁷⁷ Sobre um dos tenentes de sua companhia ele conta que “quando gostava, gostava. Quando não gostava, pegava no pé, atacava na hora” além de ser nítido o fato de que “ele não tinha nenhuma habilidade no relacionamento

¹⁷⁶ VIEIRA, General Gleuber (Comandante do Exército). **Orientações Gerais ao Exército**. IN: Revista Verde Oliva n° 168, jan/abr, 2000, pp. 06-07.

¹⁷⁷ Fora o aspecto trazido pelos novos modelos administrativos, as mudanças acerca do tratamento estão intimamente relacionadas também ao contexto de maior pressão de organismos nacionais e internacionais em busca de um maior respeito aos direitos humanos, principalmente nas instituições públicas e ao medo mesmo dos

pessoal com os seus comandados.” Numa ocasião de instrução, conta o nosso autor que o mesmo tenente se dirigiu a um dos soldados da seguinte maneira:

“ ‘- Levanta firme[a metralhadora], Mariano! o inimigo está vindo e seus companheiros precisam de cobertura. Vamos com isso! Rápido!’ O soldado Mariano tentou mais uma vez e não conseguiu suportar o peso, deixando a arma cair novamente.(...) O tenente Roberto num átimo atacou o soldado Mariano, deu-lhe porradas no peito e nas costas, e gritou enfurecido: - Pegue logo seu cretino! Vai deixar seus companheiros morrerem por falta de cobertura? Vamos lá! Pega firme! Deixa de moleza!’ E tocou mais pancadas nas costas do infeliz.” (RODRIGUES, 2001, p. 103)

Sobre um dos sargentos ele também conta que, durante a instrução:

“Se algum soldado tentava embromar, não se deitando e rastejando direito, logo o sargento estava por perto e, sem mais nem menos, pisava nas costas do enrolador, colocando no pisão todo o peso do seu corpanzil...A instrução...de vez em quando, era feita em locais onde havia vegetação com espinhos rasteiros, ou muitos pés de juá, o que causava escoriações nas mãos...O sargento Agapenor divertia-se meio sádico nessas situações.” (RODRIGUES, 2001, p. 123)

A “liderança” militar – se é que se podia chamar de liderança, pois na realidade nem mesmo os manuais militares até o início da década de 80 privilegiavam o uso do termo, tratando a condução dos subordinados apenas como “chefia” – era exercida muitas vezes por intermédio do medo da coação moral e da violência física. E, de certo modo, a forma como eram conduzidos os subordinados era apenas a materialização de uma concepção teórico-militar de que o cumprimento da “missão” era o dever primordial do chefe e de que “mesmo o bem-estar de seus homens fica[va] subordinado a isso.”¹⁷⁸ O modelo de condução de homens no Exército lembrava o que o senso comum atribui até hoje a Maquiavel: “os fins justificariam os meios”. Brutalidade e violência moral eram características que faziam parte desses meios. E não eram somente condutas adotadas por “comandantes” inescrupulosos ou desumanos. Fazia parte do imaginário do militar a idéia de que essa era a maneira correta de se formar o bom militar. De acordo com o trecho de uma música utilizada para se cantar com a tropa, “é sob o fogo forte que se forja o aço bom”¹⁷⁹; e a força desse fogo dependia muito da “têmpera” dos indivíduos que conduziam a instrução, o que muitas vezes poderia abrir margem à vazão de instintos perversos por parte de oficiais e sargentos mais sádicos.

problemas jurídicos que o indivíduo possa vir a sofrer caso desrespeite qualquer desses direitos. Isso está conectado com o aumento das ações judiciais contra o Exército.

¹⁷⁸Ministério da Guerra. *Manual de Campanha Princípios de Chefia*. EME, 1953, p. 7.

¹⁷⁹ O treinamento para o combate previa uma atenção especial ao desenvolvimento da rusticidade, por meio do desconforto dos indivíduos. Além disso, uma das atribuições dos indivíduos com encargos de comando era a de “exigir que a instrução de equipe [fosse] executada com realismo”, o que subentendia buscar sentir-se sob a pressão dos fogos inimigos. Ver: Ministério da Guerra. *Manual de Campanha Princípios de Chefia*. EME, 1953, p. 25.

Porém, com o advento de um novo paradigma capitalista globalizado, a adoção de novas perspectivas de liderança, oriundas de empresas civis, somada a novas concepções acerca dos direitos humanos e, principalmente, com a maior abertura da justiça, houve uma radical transformação na postura discursiva e na postura prática de comandantes em relação a seus comandados. Sobre a nova ótica de como liderar equipes, inúmeros teóricos passaram a se destacar no mundo da cúpula empresarial como verdadeiro gurus. Howard Gardner com a sua teoria sobre as inteligências múltiplas, Daniel Goleman com sua teoria da inteligência emocional e John P. Kotter sobre liderança e motivação, dentre muitos outros, são bons exemplos de teóricos que sobremaneira influenciaram toda uma geração burguesa em busca de sucesso e de prestígio. No Brasil, o administrador Ricardo Semler tornou-se emblemático com seu livro “Virando a Própria Mesa”, de 1988. Esses escritores, e toda uma série de “especialistas” em uma espécie de literatura de “auto-ajuda” empresarial, apresentaram teorias que aos poucos foram influenciando a mentalidade dessa burguesia em relação ao tratamento de seus funcionários. Todos eles levavam à conclusão que funcionários felizes produziam mais e melhor.

O Exército, normalmente com alguns passos à retaguarda da sociedade no aspecto das relações humanas, ainda que tardiamente, também fora influenciado por essas novas fórmulas de conduzir homens a perseguirem os objetivos impostos pelo topo da pirâmide organizacional. Certamente que as influências exercidas por essas novas concepções utilizadas por administradores de grandes empresas, em termos mais gerais, foram muito maiores e sentidas muito mais cedo na cúpula da Instituição, pois, de acordo com Piero Leirner, esse é

“um segmento do Exército [que] “se ‘especializou’ em articular a corporação com a sociedade civil. Esse segmento ... basicamente ... oficiais superiores, espalhados em grandes unidades e reconhecidos internamente como uma elite da Força, [é] de certa maneira encarregada de lidar com essa outra elite – a civil” (LEIRNER, 1997, p. 15).

No entanto, seria questão de tempo para que essas idéias se difundissem institucionalmente, por gravidade, até a base da escala hierárquica. Os oficiais intermediários e os sargentos, alguns anos depois de formados, aprenderiam novos conceitos de liderança mais “humanizados” nas suas respectivas escolas de aperfeiçoamento, ou mesmo, muitos, como veremos a seguir, nas faculdades de administração. Passariam a ser formalmente socializados com esses conceitos, o que não quer dizer absolutamente que os resultados dessa socialização já mostrem resultados práticos de maneira homogênea em todo o Exército.

O modelo de liderança autoritária, que, idealmente, havia deixado de ser um padrão exequível nas instituições privadas já na década de 80, considerado contraproducente e desgastante, apresentando um sem número de efeitos colaterais, passou a ser sinônimo de atraso

institucional também no Exército. Apesar de afirmar que a liderança é situacional, devendo ser usado o estilo mais adequado para cada situação, uma palestra realizada para os alunos da EsAO, em época recente, afirmou que “o líder não irá obter adesões às suas idéias e pontos de vista pela força bruta, mas por intermédio do emprego inteligente de sua capacidade de convencer pessoas e de sua credibilidade.”¹⁸⁰ É curioso como se operam as mutações em instituições tão rígidas quanto o Exército. Surpreendentemente, alguns conceitos ou pareceres acerca do que deveria ser considerado correto em determinada época pela coletividade, transformam-se radicalmente anos depois em algo detestável e pernicioso. Naquela mesma palestra, de modo não menos curioso, são aplicados os conceitos atribuídos a Maquiavel – vistos anteriormente e que eram empregados pela Instituição quase trinta anos antes como algo positivo – só que agora de uma maneira totalmente negativa. Um dos slides da já citada palestra diz que se o oficial for do tipo que “... acha que os fins justificam os meios, ninguém confia neles.”¹⁸¹ O que antes era uma postura de comando a ser estimulada, em trinta anos passou a ser uma postura a ser idealmente combatida.

A ótica em relação à liderança transformou-se coincidentemente em um momento de dificuldades materiais dentro do Exército, aliado, como dito anteriormente, ao contexto de visualização das cúpulas das organizações de que o esforço pela satisfação de determinados interesses dos seus funcionários acabava saindo um investimento relativamente barato para as empresas e de retorno imediato por meio do lucro conferido pela sua maior produtividade. E é óbvio que muitos desses discursos de necessidades satisfeitas não deixaram de ser somente discursos. Representavam estratégias de convencimento ideológico – empresarialmente falando, estratégias de ‘marketing’ institucional – acerca da preocupação das corporações em relação aos seus funcionários. Dentro desse contexto, a própria Instituição militar acabou sendo “contaminada” por essa postura discursiva do mundo civil de capitalismo pós-moderno.¹⁸² A visualização de Norman Dixon, de que o soldado era feito para gastar (DIXON, 1977, p. 201), passou a se contrastar sobremaneira com os discursos oficiais, que pretendiam fazer acreditar que valorizavam os indivíduos que compunham a Instituição:

“O ser humano é o principal recurso de uma Instituição. Deve ser, portanto, o centro das atenções, pois somente pessoas comprometidas, capazes e qualificadas poderão produzir e

¹⁸⁰ Fonte: Palestra (sem data) realizada pelo coronel R1 Mário Hecksher aos alunos da EsAO, sob o título “Precisamos de Líderes”. Disponível em: <http://www.esao.ensino.eb.br/lider/Precisamos%20de%20lideres.ppt>. Acesso em: 19 Jul 07.

¹⁸¹ Idem, Ibidem.

¹⁸² No *site* do Comando de Operações Terrestres existem 20 links com artigos e páginas de máximas sobre liderança, sobre excelência gerencial e outros assuntos, sendo que a maioria deles têm como autores “gurus” da administração. Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/Oapic/peg/pegcoter01.asp>; Acesso em: 12 Jul 07. O próprio Exército criou em 2003 uma assessoria especial para o Programa de Excelência Gerencial, disponibilizando manuais sobre o assunto para todas as organizações militares, sugeriu que cada uma delas criassem uma seção do PEG e disponibilizou em um site inúmeras informações acerca de medidas a serem tomadas individualmente e

prestar serviços de qualidade. E o militar motivado busca no aperfeiçoamento profissional a chave para o reconhecimento, a promoção e o sucesso na carreira.”¹⁸³

O discurso representa muito bem, portanto, todo esse contexto de condução da Instituição como uma verdadeira empresa, preocupada em motivar seus indivíduos com a finalidade de fazê-los produzir mais e com melhor qualidade. A “militarização insidiosa das grandes oficinas” (FOUCAULT, 1999, p.119) acontecida entre os séculos XVII e XVIII, estaria agora fazendo o caminho inverso quanto à transferência de conhecimentos. As grandes empresas têm devolvido ao pesado, e mais que secular, sistema de controle dos quartéis toda a ciência e toda a experiência de um controle individual mais racionalmente elaborado, mais econômico e eficiente porque, em muitos casos, menos diretamente atritivo.

Mas a despeito do discurso de maior atenção ao homem, outros discursos acabam contrariando essa expectativa. Por exemplo, quando a cúpula lançou como uma de suas diretrizes para reduzir seus gastos a concentração das “restrições orçamentárias sobre o item alimentação,”¹⁸⁴ ela parece ter querido dizer que o item alimentação não era a prioridade da Força no momento. Como lembrado anteriormente, agora em seu nível de significação original, a premissa básica de Napoleão Bonaparte sobre a logística era a de que os exércitos marchariam sobre seus estômagos. No nível individual, daí inferindo, os combatentes renderiam mais em suas jornadas diárias se bem alimentados. Se, almejando seus objetivos políticos, o Exército deveria utilizar-se de estratégias calcadas na excelência gerencial e considerar a valorização das pessoas, como a portaria nº 191, citada bem acima, apregoava, é curioso que o item alimentação devesse ser o de primeira prioridade nos cortes de gastos. Parece haver uma incongruência entre as duas falas. Nos parece que a preocupação com os resultados, esta sim, ainda continua sendo o fundamento principal da estratégia do Exército, tanto é que no nível do discurso a preocupação com os resultados é inserida em primeiro lugar no texto daquela portaria, vindo a valorização das pessoas apenas em terceiro lugar.

Ainda assim, com todas as dificuldades enfrentadas para o básico da alimentação de suas tropas, e de certo modo respondendo a elas, a cúpula da organização desejava a chegada de dias melhores, conforme o que parece ter querido dizer o discurso da imagem a seguir, utilizada em um seminário sobre logística militar:

coletivamente visualizando a “excelência gerencial” do Exército. Disponível em: <http://www.portalpeg.eb.mil.br/>; Acesso em: 06 Ago 06.

¹⁸³ Exército Brasileiro – CComSEx. Revista Verde-Oliva Edição Especial: “Exército Brasileiro – Evolução 2003-2006, Fev 07, p. 40.

¹⁸⁴ Fonte: Palestra realizada pelo Chefe do Departamento Logístico, no 2º Seminário Logístico do Exército. Brasília-DF, (23 a 26 Mai 2006)

Ilustração 3

Fonte: Palestra do 1º Seminário Logístico do Exército, realizado em Brasília-DF, de 09 a 11 de agosto de 2005.

CAPÍTULO III

AINDA EM BUSCA DE IDENTIDADE: INDEFINIÇÕES DE ESPAÇOS DE PODER E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO EXÉRCITO

1. Sobre a figura do “revanchismo” do pós-período militar

Uma preocupação que perseguiu a cúpula militar na fase final dos governos dos generais e logo em seguida a eles foi com o que foi chamado por essa mesma cúpula de “revanchismo”. Uma ação importante, que foi adotada com a finalidade precípua de tentar neutralizar futuras ações ditas “revanchistas” foi a de conceder a anistia “ampla e irrestrita” em 1979, o que diretamente possibilitaria o retorno à uma vida normal dos perseguidos políticos, mas que também salvaguardava os militares empregados no aparelho repressivo. Com o término do período militar, mesmo com a anistia, a cúpula militar começou a se perceber vítimas de perseguições morais a que eles denominaram “revanchismo”¹⁸⁵, por parte de parcelas influentes da sociedade, definidas por eles como sendo defensoras de ideologias de esquerda. Conforme um artigo sobre o coronel Brilhante Ustra:

“A mídia tem procurado mostrar o período revolucionário como sendo o período do arbítrio, da violência, do desrespeito aos direitos dos cidadãos. Ataques pessoais são feitos àqueles que trabalharam e lutaram contra o terrorismo, tachando-os de torturadores e de assassinos. Apresenta testemunhos duvidosos, feitos por pessoas impregnadas de revanchismo. Numa posição de desforra, a esquerda revolucionária e jornalistas tendenciosos estão permanentemente atacando, de forma implacável e impiedosa, aqueles que combateram o terrorismo.”¹⁸⁶

O artigo acima apresentado parece estar querendo dizer que o grande inimigo moral das Forças Armadas continuaria sendo a mesma esquerda revolucionária do período ditatorial militar. Segundo Celso Castro e Maria Celina D’Araújo, “Na Nova República, os militares estariam, no seu entender, enfrentando ideologicamente essa mesma esquerda, agora atuando na imprensa e no Parlamento, mas ainda em busca de desforra”; ou seja, não teria havido “anistia moral” para os militares, que teriam vencido a esquerda revolucionária quando estavam no poder, mas haviam perdido a “luta pela memória histórica do período” (CASTRO&D’ARAÚJO,

¹⁸⁵ Conforme os seguintes artigos: “Brigadeiro Burnier - obituário”, “General Ricardo Agnese Fayad”, “Civil ou militar?”, “Revolvendo o passado”, “Inquietantes indenizações”, “A testemunha”, “Os procuradores de ossos”, “Revanchismo via ‘Guerrilha do Araguaia’: os ‘procuradores de ossos’ e os ‘jornapongas’”, “O terrorismo e as reflexões de ‘Marcito’”, “Pronunciamento do Dep Cel Ubiratan sobre revanchismo”, e muitos outros encontrados no sítio da ONG “Terrorismo Nunca Mais”. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/revanche.htm>. Acesso em 21 Jun 07.

¹⁸⁶ Artigo intitulado “Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra” Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/revanche.htm>. Acesso em 21 Jun 07.

2002, pp. 20-21). Aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção passaram a reclamar por justiça e a exigir reparações, enquanto a imagem das Forças Armadas veio a ser amplamente ancorada à violência e ao “desrespeito pelos direitos humanos” (D’ARAÚJO, 1994, p. 160).

Com profundos traumas gerados pelo processo de exercício e, depois, abandono do poder; não sendo capazes de fazer o *mea culpa* dos excessos e dos erros cometidos; com a percepção de que perderam prestígio social e sem interlocutores que lhes dessem credibilidade, as Forças Armadas, que retoricamente se julgavam, e, em muitos momentos, ainda se julgam, principalmente o Exército, a “espinha dorsal” da nacionalidade, passaram a entrar em profunda crise de identidade. Crise que se agravou à medida que o “inimigo” conhecido até então – o comunismo – passou a ser declarado por muitos analistas como já morto e enterrado.¹⁸⁷

Num momento em que tantos fatores se confluíam, proporcionando um clima de incertezas, de angústias e indefinições a uma Instituição que, conforme já dito anteriormente, tem como características fundamentais o controle, a previsão, a segurança da rotina para perceber-se estável em seu ambiente, seria natural que alguns elementos dessas novas realidades fossem associados, e mesmo comparados aos elementos “desagregadores” já conhecidos da velha ordem, mesmo que estes não se apresentem mais como antes. É natural que leve um certo tempo até que uma visão de mundo, construída e cristalizada no Exército, em tantos anos de maçantes e repetitivas instruções, indicativas de quem eram os inimigos, os “soldados ideológicos”¹⁸⁸ do movimento comunista, suas características e de como eles agiam, aceite com real convicção que eles já não mais oferecem ameaça à segurança nacional.

Soma-se a isso o fato de que o jogo “democrático” e “livre” das informações e da troca de pensamentos ainda era, e é, incompreensível para muitos indivíduos socializados dentro de uma perspectiva baseada na crença de determinadas verdades e certezas absolutas, organizadas, difundidas e reproduzidas por uma instituição que busca a homogeneização das almas através dessas crenças. Onde outros vieses, opostos aos seus valores, eram e são considerados em muitos casos injuriosos¹⁸⁹, até mesmo ameaçadores da disciplina e da

¹⁸⁷ Com exceção de uma corrente de extrema-direita que crê que o estágio cultural atual da sociedade global encaminha-se para uma comunização do mundo por meio de uma “revolução passiva” sob o viés gramsciano. Ver dezenas de artigos disponíveis em: <http://www.olavodecarvalho.org>; <http://www.midiaseemascara.com.br/editoria.php?id=22>, Acesso em 21 Jun 07. Para versão de que o comunismo encontra-se morto: Lucien Seve em “Começar pelos fins...” afirma ter o jornalista Robert Maggiori, do jornal francês *Liberation*, decretado a morte do comunismo em artigo daquele jornal, em 19 Jan 90. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/seve/1999/0.htm>, Acesso em: 21 Jun 07; “O mundo não só empobreceu como emburreceu”(entrevista concedida por Rodolfo Konder, irmão de Leandro Konder, exilado e torturado na ditadura) Disponível em: <http://www.facasper.com.br/cultura/site/entrevistas.php?tabela=dialogoentrevista&id=47>, Acesso em: 22 Jun 07.

¹⁸⁸ Nota de Instrução de “Prisioneiro de Guerra”- SIESP/AMAN, sem indicação de data, mas provavelmente editada na Academia entre os anos de 1975 e 1980. Outra característica curiosamente dada aos comunistas é a de “ser condicionado”, conforme o livreto intitulado “O Comunismo”, que teve como base uma palestra proferida na ADESG, em 1982, pelo então General de Divisão Paulo Campos Paiva (sem indicação de editora e lugar).

¹⁸⁹ Em entrevista, concedida a Celso Castro, um cadete da AMAN, já em fins da década de 1980, chegou a associar a incitação ao direito de greve de uma líder comunitária católica a uma provável contestação à sociedade militar: “Então, era como se fosse uma reação antimilitarista, né? Falava sobre greve – ‘tem que fazer greve!’ – e tudo.” (CASTRO, 1990, p. 147).

hierarquia e, no limite mesmo, da própria estabilidade da Instituição. E é importante dizer que essa especificidade da Instituição apenas faz corroborar e potencializar as relações de poder da sociedade brasileira forjadas dentro de uma “tradição conservadora” que, segundo Gilberto Freyre, “sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em ‘princípio de autoridade’ ou ‘defesa da ordem’”(FREYRE, 1999, p. 52).

E é justo neste momento em que quaisquer formas de dominação política direta mais efetiva – não falo aqui do modelo “micropolítico”(PIRES, 2003) utilizado hodiernamente para se manter a dominação política e econômica – e as suas instituições representativas (família, escola, forças armadas, as igrejas) vão perdendo cada vez mais sua legitimidade “natural” e seu caráter “consensual” (DUBAR, 2005, p. XVI). Com a agravante de as Forças Armadas, principalmente o Exército, terem participado ativamente de um período longo de governo onde muitos direitos foram tolhidos da população. Seria natural que as Forças Armadas fossem as mais afetadas das instituições.

Inclusive instituições empresariais e midiáticas, que apoiaram os governos militares e que sobremaneira se beneficiaram deles, passaram a rever seus conceitos, buscando serem “politicamente corretas”, e começaram a divulgar informações nada favoráveis a respeito do regime fardado, acusado de casos de tortura e desaparecimento de presos políticos.¹⁹⁰ É todo esse complexo estado de coisas – compreendido por muitos militares como um amplo movimento da esquerda, cujo objetivo principal seria o de ruir as Forças Armadas – que a cúpula das instituições armadas denominam de “revanchismo”.¹⁹¹

Ainda em 1994, as Instruções Gerais de Contra-Inteligência para o Exército¹⁹² traziam todo um *ethos* de guerra fria em seu discurso, afirmando que era de interesse de “Organizações adversas” o “desgaste da imagem da Instituição e de seus chefes perante a opinião pública e o público interno.” O discurso, produzido pelo CIE, certamente falava, ainda que de maneira indireta, de determinados órgãos da mídia e de determinadas notícias veiculadas nela, que desagradavam a cúpula não só do Exército, mas das Forças Armadas em geral, preocupadas com os aspectos negativos que essas notícias podiam trazer para a sua imagem, tanto em relação ao público interno quanto ao do público externo. Fazendo parte de uma Instituição da ordem e da disciplina, onde o conflito é tido como patológico, os membros da cúpula do Exército não admitiam, e até hoje não admitem, em muitos casos, críticas em relação aos seus atos, sendo inclusive uma transgressão disciplinar passível de punição, um militar

¹⁹⁰ Ver documentário televisivo, produzido pela BBC em 1993, intitulado “Muito Além do cidadão Kane” sobre a história da Rede Globo de Televisão e de sua relação íntima com os governos militares, e depois, ainda no governo Sarney, o início de várias publicações de denúncias de torturas e desaparecimentos de presos políticos.

¹⁹¹ De acordo com o general Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, à época presidente do Clube Militar, em artigo não datado intitulado *Campanha Contra As Forças Armadas-Aleria*, “é preciso denunciar à Nação essa maléfica e bem orquestrada campanha contra as Forças Armadas, desmoralizando-as, enfraquecendo-as e desmotivando-as, no afã de afastá-las das grandes decisões políticas que afetam a nacionalidade como um todo”. Disponível em: <http://www.acontinencia.com/>; Acesso em: 15 Mai 07.

¹⁹² Publicadas no Boletim do Exército nº 39, de 30 de setembro de 1994.

“censurar” qualquer ato de seu superior hierárquico.¹⁹³ As críticas, por menos relevantes que fossem seu alcance, principalmente se feitas por órgãos da imprensa, eram, de modo irritado, compreendidas como “hostilidades” (CASTRO & D’ARAÚJO, 2001, p.22), desrespeito e como um potencial abalo à posição hierárquica do chefe e à soberania de suas decisões, e não como um elemento natural, de construção dialética das relações em sociedade.

A própria cúpula do Exército parecia estar acreditando numa provável perda de controle da coesão de suas tropas, por conta de um provável “contágio” delas pela mídia supostamente anti-militarista. Dentro dessa realidade percebida pela cúpula militar como adversa, o Exército passou a adotar uma postura de manutenção e construção estratégicas de sua boa imagem diante do seu público interno e da opinião pública de um modo geral. Se o relacionamento das máquinas militares com a sociedade civil, dentro de um contexto de “sociedade em rede”, passou a ser pautado pelo íntimo “manuseio da informação, formação de imagem e prática de guerra” (CASTELLS, 2001, p.482), o Exército, diante de uma opinião pública nacional até certo modo vista como avessa à sociedade fardada, haveria de buscar “fortalecer a vontade nacional e o moral de nossas tropas, de forma permanente” e influenciar essa mesma opinião pública “favoravelmente à imagem do exército”.¹⁹⁴ Por esse motivo, o órgão central de propaganda da instituição, o CComSEx (Centro de Comunicação Social do Exército) e todo o seu sistema de comunicação social, tem crescido cada vez mais de importância no cenário estratégico da Força, centralizando seu foco principal no “esforço pelo fortalecimento das convicções e da auto-estima do público interno”, mas também na busca pela melhoria da “imagem do Exército Brasileiro junto ao público externo.”¹⁹⁵

Por meio de um jornal distribuído mensalmente nos quartéis (o Noticiário do Exército – NE), de uma revista trimestral (a Revista Verde- Oliva) e de noticiários informativos casuais (os Informex), o CComSEx tem como finalidade manter a coesão ideológica dos membros da instituição, centralizando suas vontades sob a direção do comandante do Exército, sendo na verdade o seu porta-voz. Para isso – a partir de falas autorizadas pelo poder central – formula novos discursos, reativa outros antigos, faz a releitura de fatos passados e relaciona-os em prol dessa ordem a ser mantida ou construída. Desse modo procura manter ou construir uma visão de mundo particular, também autorizada pelo poder central da instituição, pois, de acordo com Bourdieu, “...a palavra pela qual o porta-voz anuncia uma vontade, um projeto, uma

¹⁹³ Regulamento Disciplinar do Exército: nº 106 do seu Anexo I.

¹⁹⁴ BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha: Operações Psicológicas**, 1999 (p.5). Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/1sch/manuais/C%2045-4.pdf>; Acesso em: 07 Jul 07

¹⁹⁵ General Albuquerque, Comandante do Exército. Fonte Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/revista/indice.htm>. Acesso em : 05 Dez 06. O Plano de Comunicação Social do Exército, para o triênio de 2000 a 2002 confirma serem, dentre outras, as premissas básicas da comunicação social: “a. Fortalecimento das convicções do público interno sobre a Instituição; b. Manutenção da coesão do público interno; c. Manutenção da credibilidade, da confiabilidade e do prestígio da Instituição junto às comunidades nacional e internacional.” Fonte: Comandante do Exército, Portaria nº 545, de 30 de setembro de 1999, Plano de Comunicação Social de Exército para o Triênio de 2000 a 2002. Boletim do Exército nº 43, de 22 de outubro de 1999.

esperança ou, muito simplesmente, um porvir a um grupo, *faz o que ela diz* na medida em que os destinatários se reconhecem nela, conferindo-lhe a força simbólica e também material..que lhe permite realizar-se” (BOURDIEU, 2000, p.187).

2. Comparações com outras carreiras de Estado

A auto-imagem de qualquer Instituição pública pode ser afetada por inúmeros fatores, dentre os quais podemos citar a “valorização” e o “respeito” conferido pela sociedade. Dito de outra forma. A socialização profissional de um indivíduo, e seu orgulho de ser um profissional de determinada área ou de pertencer a uma organização, possui íntimas relações com a valoração que a sociedade dá para esta mesma Instituição ou profissão. Isso significa que o histórico da Instituição, suas relações com a sociedade e a valorização conferida por essa mesma sociedade podem representar fatores preponderantes na sedimentação do processo de socialização dos indivíduos que a ela pertence.

Depois dos governos fardados, os militares vêm se sentindo cada vez mais desprestigiados tanto pelos governos, como pela mídia e pela sociedade em geral com poder de formação de opiniões. A sensação de perseguição social e governamental se resume a uma única palavra, recorrente nos discursos dos militares mais antigos: “revanchismo”, este já estudado ainda há pouco. Esse é um problema interdependente ao de recebimento de verbas e que atinge em cheio o orgulho militar.

Os três últimos governos vêm demonstrando um padrão de privilégios às carreiras de estado cuja missão específica seja a de controlar e/ou aumentar a arrecadação. Com isso, no Executivo federal, algumas das carreiras que mais foram valorizadas em termos de investimentos foram as da polícia federal e os dos órgãos de fiscalização. Mas não só algumas carreiras do Executivo têm recebido maior atenção do erário. O Judiciário e o Legislativo também tiveram um considerável aumento do quinhão de investimentos do governo federal.

Tudo isso se contrapõe com a realidade das Forças Armadas e, portanto, do Exército. Segundo uma reportagem do Correio Braziliense de 2005,

“As estatísticas do governo revelam ainda que, na última década, as despesas com militares ativos são as que menos cresceram. Entre 1995 e início de 2005, variaram 109%, sem descontar a inflação do período. Os gastos com pessoal civil ativo do Executivo subiram 196%, do Legislativo, 127% e do Judiciário, 244%. Há dez anos, o servidor civil do governo federal custava em média 50% mais que o militar. Hoje, essa diferença já está bem maior, 121%. Em 1995, o gasto médio por funcionário do Legislativo e do Judiciário era 309% e 172% maior que os dos membros dos quartéis, respectivamente. Atualmente, a diferença está em torno de 360% em ambos os casos.” [(Por Ana D’Angelo) Brasília, *Jornal Correio Braziliense*, 06 Jun 05, p. 4]

A dar crédito à reportagem, de 2001 a 2004, as despesas médias por servidores ativos, que incluíam os gastos com pessoal de um modo geral foram as seguintes, em R\$:

Tabela 5

DESPESAS MÉDIAS POR SERVIDORES FEDERAIS

CARREIRA	2001	2002	2003	2004
Executivo – Cíveis	2.410,00	3.700,00	3.513,00	4.143,00
Executivo – Militares	1.493,00	1.930,00	1.936,00	1.913,00
Legislativo	6.413,00	6.810,00	8.648,00	8.640,00
Judiciário	6.270,00	6.550,00	7.125,00	8.704,00

Fonte: Boletins estatísticos do pessoal do Ministério do Planejamento de fevereiro de 2005; citado por Ana D'Ángelo: *Jornal Correio Braziliense*, 06 Jun 05, p. 4

Nota-se que, no período considerado, o Executivo civil quase dobrou seus gastos com pessoal, enquanto que o Legislativo e o Judiciário aumentaram em aproximadamente em 30%. Em termos absolutos pode ser dito que cada servidor civil do Executivo, por exemplo, passou a custar aos cofres públicos o dobro que o servidor militar. A diferença, em termos absolutos, dos gastos com cada um dos servidores civis em relação aos servidores militares tem-se tornado cada vez maior nos últimos anos. Isso traz uma sensação de desprestígio nas camadas militares e a certeza de que o governo as trata como secundárias. Fundamenta a idéia e de que uma parte dos servidores civis possui regalias demais em comparação com o restante dos trabalhadores nacionais em relação aos servidores militares. Esse desprestígio, como havia dito, acaba transformando-se em socialização mal sedimentada e, somado a outros fatores, acaba fazendo surgir em muitos militares a necessidade de se ver atuando em profissões mais reconhecidas, o que possui uma íntima ligação com um dos tópicos do capítulo seguinte, o qual trata das evasões dos militares do Exército.

3. O reforço da segurança pública dos estados x a identidade salvacionista do Exército

Se levarmos em consideração o pensamento de alguns estudiosos das profissões, o monopólio na execução das tarefas profissionais geralmente é baseado, entre outras coisas, em “uma competência tecnicamente e cientificamente fundamentada” e em uma “formação profissional longa em estabelecimentos especializados”¹⁹⁶, (Chapoulie, citado por DUBAR, 2005, p.174). Habilidades profissionais deficientes poderiam significar redução de operacionalidade e do grau de “competência” dos membros de uma Instituição, até ao nível da perda de confiança da sociedade nela?¹⁹⁷ Caso a resposta a esta pergunta seja positiva, essa

¹⁹⁶ Quanto ao tempo de formação do militar, serão desenvolvidos alguns argumentos em momento oportuno.

¹⁹⁷ Uma maneira encontrada pela cúpula de tentar manter pelo menos a imagem de uma organização operacional junto à população civil tem sido a ampla campanha em prol da boa imagem da Instituição, reforçando seus feitos no cenário nacional e, ainda, a maciça divulgação, tanto interna quanto externa, de pesquisas de opinião, que

deficiência poderia, em última instância, ameaçar o próprio monopólio da execução de suas atividades. Daí a crermos na proposição de que a carência de recursos mostra-se, até certo ponto, afrontadora para a própria manutenção do *status quo* da Instituição, regulada como uma das três instituições “nacionais, permanentes e regulares” (BRASIL, 1988, Art 142) detentoras do monopólio da violência estatal.

A disputa de forças entre mais especificamente o Exército – força armada terrestre – e as Polícias já é de longa data. No período regencial, Feijó cria a Guarda Nacional e também busca concretizar um enxugamento do efetivo do Exército, com a finalidade de esvaziar seu relativo peso político do pós-independência. Isso descontentou grande parte da oficialidade e provocou uma série de revoltas. Como já citado anteriormente, a Guarda Nacional preteria o Exército em quase tudo, inclusive no recrutamento, fazendo com que este, geralmente, não conseguisse atingir o efetivo previsto. No que tange aos aspectos operacionais entre uma e outra Força,

“As armas de carregar pela culatra pretendeu-se destiná-las à Guarda Nacional ficando o Exército com as de carregar pela boca e, prioridade para a Guarda Nacional no uso das cavalhadas do Exército em exercícios.”¹⁹⁸

Com o decorrer do tempo, isso foi produzindo um mal-estar enorme entre as duas corporações. Com a extinção da Guarda Nacional em 1918, o papel de corporação “rival” do Exército nas escalas de poder centralizou-se na figura das Polícias Militares Estaduais, “maior obstáculo à expansão do poder das Forças Armadas durante a Primeira República” (CARVALHO, 2005, p.57). As Polícias Militares representavam o braço armado das oligarquias estaduais e, de certo modo, dificultavam a centralização de idéias e projetos – principalmente na área de defesa – nas mãos do núcleo nacional de poder. No nível micro, as relações sociais entre os militares do Exército e os das Polícias também não eram das melhores, refletindo os conflitos do nível macro nas constantes e violentas hostilidades entre policiais e soldados. Isso, muito por causa de ciúmeiras entre os militares do Exército que, muitas vezes faziam as mesmas funções que os da polícia e ganhavam geralmente bem menos que estes (CASTRO, IZECKSON & KRAAY [Org], 2004, pp. 260-261).

Com o fim da Primeira República, a situação começou a mudar em favor do Exército. O prestígio e o poder político do Exército viram-se, até certo ponto, aumentados graças à sua instalação no centro de poder nacional por conta da sua relevância na Revolução de 1930. No entanto, as rugas entre policiais militares e militares do Exército não diminuíram.

colocaram o Exército como uma das instituições mais respeitadas e confiáveis do país. Ver: http://www.exercito.gov.br/05notic/paineis/2007/11nov07/pesq_sensus.htm;

¹⁹⁸ BENTO, Cláudio Moreira. **A guarda nacional de novo!**. Disponível em: <http://www.resenet.com.br/guardanacional.htm>; Acesso em: 13 Nov 07.

Aliás, esse é um padrão recorrente na história entre as duas corporações até bem pouco tempo atrás, deixando marcas profundas na mentalidade de um ou de outro lado. Um ex-recruta do Exército, de 1969, nos conta que um dos sargentos de seu pelotão “manifestava, sempre que tinha oportunidade, seu ódio pelos soldados da Polícia Militar, chamando-os de 'bananas-maduras', pela cor amarelada da farda...” (RODRIGUES, 2001, p. 124).

Resumindo, o relacionamento entre Exército e Polícia Militar historicamente não tem sido dos melhores, muito pelo fato de as duas corporações, em muitos casos, realizarem tipos de trabalho semelhantes – o da violência estatal – e serem tratadas de modos distintos, para melhor ou para pior, conforme a época e o lugar.

No Brasil, após os governos militares, a sociedade militar como um todo, conforme já visto, passou a perceber-se vítima do que foi denominado, pela extrema-direita, de “revanchismo” político. Isso significa, dentre outras coisas, indiferença política ante as necessidades e reivindicações corporativas. Nisso as Polícias Militares não se diferenciaram do Exército. No entanto, por conta de condições de trabalho insatisfatórias, salários considerados baixos e um aumento da violência urbana – que significava, por conseqüência, um aumento do risco de vida, e também um aumento da “importância social” de sua função –, policiais de vários estados desencadearam um movimento grevista sem precedentes na história das corporações. Com ganhos e perdas, em médio prazo, as polícias pareciam ter lucrado. Pelo menos o fato de terem sido foco de discussões políticas a respeito de sua operacionalidade e da necessidade em se pagar melhores salários aos seus policiais já havia sido um avanço importante. Diante disso, muitos estados da federação iniciaram um processo de reaparelhamento de suas polícias, buscando melhorar os serviços prestados à população e sua imagem perante a opinião pública. Também passaram a pagar salários melhores, conforme tabela a seguir:

Tabela 6
Salários médios das Polícias Militares de alguns Estados (Atualizada em Novembro de 2007)

POSTO/ GRAD	NORTE			SUL	CENTRO-OESTE			NORDESTE						SUDESTE			
	TO	RO	AP	PR	MS	DF	GO	RN	AL	CE	PE (9)	SE	PB	BA	RJ	SP	MG
SD 3ª Classe	-	972,51	-	-	1.800,00	-	-	-	-	-	-	1.193,66	-	-	-	-	-
SD 2ª Classe	-	1.330,56	-	-	1.600,00	2.631,14	1.458,03	-	-	-	882,20	1.198,77	-	-	786,69	-	1.933,22
SD 1ª Classe	1.510,46	1.526,91	1.092,35	1.083,63	1.397,00	3.368,01	1.745,09	1.594,73	1.248,49	1.147,71	1.157,69	1.204,10	1.081,91	1.412,34	1.137,49	1.369,37	2.259,63
CB	1.972,87	1.619,31	1.238,15	1.184,72	2.200,00	3.573,26	1.939,13	1.637,91	1.772,20	1.193,61	1.185,77	1.237,72	1.158,91	1.473,25	1.369,73	1.456,45	2.615,20
3º SGT	2.737,03	1.787,94	1.715,51	1.394,62	3.200,00	4.227,01	2.202,38	1.879,83	1.772,20	1.218,80	1.782,32	1.257,64	1.416,65	1.638,24	1.810,17	1.631,89	3.017,32
2º SGT		1.953,11	2.116,96	1.477,48		4.579,64	2.403,46	2.173,36	1.928,39	1.405,88	1.889,68	1.325,17	1.703,61		2.066,28	1.786,53	3.419,44
1º SGT		2.159,85	2.439,26	1.586,38	4.100,00	5.079,48	2.672,57	2.222,34	2.232,02	1.566,08	2.126,91	1.502,08	1.989,33		2.533,19	1.957,67	3.917,17
ST	3.095,25	2.634,56	2.899,40	2.054,38	4.500,00	5.601,40	3.145,71	2.350,95	2.481,11	1.768,27	2.350,17	1.713,78	2.309,06	1.721,53	2.854,84	2.130,25	4.395,20
Cad 1º ANO	1.501,24	-	2.029,85	-	-	2.631,14	2.202,38	1.112,98	-	1.483,91	825,94	-	-	-	786,69	-	3.180,93
Cad 2º ANO	1.535,88	-	2.029,85	-	-	2.631,14	2.403,46	1.156,30	-	1.483,91	825,94	-	-	-	786,69	-	3.180,93
Cad 3º ANO	1.608,64	-	2.029,85	-	-	3.274,53	-	1.244,33	-	1.699,78	887,00	-	-	-	786,69	-	3.180,93
ASP	3.411,35	2.772,00	2.944,08	2.075,61	4.500,00	5.738,77	3.145,71	2.155,51	1.964,98	1.781,64	1.628,00	1.937,70	2.066,06	816,55	1.710,44	2.587,41	4.395,20
2º TEN	4.009,20	2.918,69	3.383,07	3.011,09	5.000,00	6.912,37	4.155,00	3.000,72	2.623,80	2.019,31	2.841,11	2.252,41	2.619,04	3.653,83	2.530,02	3.000,00	4.892,94
1º TEN		3.736,43	3.745,19	3.459,86	6.200,00	7.350,99	4.750,00	3.791,75	3.003,57	2.261,65	3.163,37	2.556,99	3.001,77		3.057,68	3.814,47	5.759,04
CAP	4.852,53	4.502,19	4.266,76	Falta	7.500,00	8.084,44	6.874,00	4.800,00	4.128,29	3.228,88	4.175,63	3.211,82	3.442,06	4.055,17	3.733,46	4.165,09	6.473,29
MAJ	5.204,87	5.131,67	5.249,97	Falta	10.500,00	9.562,42	7.860,00	5.511,58	7.607,76	3.713,38	4.928,18	4.318,14	3.834,71	4.925,37	4.873,52	4.490,73	6.993,25
TC	5.908,76	5.461,83	6.068,15	Falta	11.000,00	10.166,66	9.400,00	6.518,33	8.886,30	4.682,21	5.607,25	4.729,40	4.158,27	5.284,00	6.370,41	4.933,77	7.845,70
CEL	7.034,78	5.857,01	6.505,20	Falta	12.000,00	10.542,55	10.473,83	7.310,52	11.500,00	5.870,31	6.170,35	5.615,17	4.915,59	5.856,84	7.314,47	5.178,99	8.698,15

Fonte disponível em: <http://www.salariospm.xpg.com.br/>; Acesso em: 12 Dez 07.

Mesmo com muitos estados, principalmente da região nordeste do país, pagando salários menores que os oferecidos pelas Forças Armadas, na maioria deles os salários dos policiais militares são mais elevados. Principalmente o Distrito Federal, que paga, para quase todas as camadas hierárquicas, o melhor salário do Brasil, e em média, o dobro dos salários das Forças Armadas. Ver tabela a seguir:

Tabela 7Salários médios das Forças Armadas ¹⁹⁹

Posto ou Graduação	Soldo (R\$) (a partir de 1º de agosto de 2006)
1. OFICIAIS-GERAIS	
Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro	6.156,00
Vice-Almirante, General-de-Divisão e Major-Brigadeiro	5.868,00
Contra-Almirante, General-de-Brigada e Brigadeiro	5.610,00
2. OFICIAIS SUPERIORES	
Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	5.118,00
Capitão-de-Fragata e Tenente-Coronel	4.911,00
Capitão-de-Corveta e Major	4.695,00
3. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS	
Capitão-Tenente e Capitão	3.693,00
4. OFICIAIS SUBALTERNOS	
Primeiro-Tenente	3.447,00
Segundo-Tenente	3.075,00
5. PRAÇAS ESPECIAIS	
Guarda-Marinha e Aspirante-a-Oficial	2.871,00
Aspirante, Cadete (último ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia (último ano)	558,00
Aspirante e Cadete (demais anos), Alunos do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva	453,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos	411,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete	402,00
Aprendiz-Marinheiro	318,00
6. PRAÇAS GRADUADAS	
Suboficial e Subtenente	2.583,00
Primeiro-Sargento	2.253,00
Segundo-Sargento	1.923,00
Terceiro-Sargento	1.560,00
Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor	1.089,00
Cabo (não engajado)	249,00
7. DEMAIS PRAÇAS	
Taifeiro de 1ª Classe	1.026,00
Taifeiro de 2ª Classe	945,00
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1ª Classe (especializados, cursados e engajados), Soldado-Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe e Soldado Pára-Quedista (engajado)	741,00
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval, Soldado de 1ª Classe (não especializado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 2ª Classe, Soldado do Exército e Soldado de 2ª Classe (engajado)	618,00
Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado, Soldado-Recruta, Soldado de 2ª Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe	207,00

Obs: Até 2001 o soldo representava apenas uma pequena parte da remuneração militar. Atualmente, o soldo representa, na média, praticamente o salário mensal, já computados os descontos e as gratificações.

Isso significa, de certa forma, perda de prestígio para os militares das Forças Armadas e uma certa continuidade no conflituoso padrão de relações entre o poder público, os

¹⁹⁹ Fonte: Lei nº 11.359, de 19 de outubro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11359.htm#art3

policiais e os militares federais. Além disso, trazem à tona uma outra questão, que é a da profissionalização das corporações. Alguns estados não somente têm pago melhor seus policiais, mas também têm investido no reaparelhamento e na modernização de suas corporações, majorando sua operacionalidade e as colocando num patamar otimizado de serviços prestados à população. Enquanto isso, o Exército, e as Forças Armadas de um modo geral, têm sofrido sucessivos cortes orçamentários, tendo que sobreviver com um nível mínimo de operacionalidade, com equipamentos obsoletos e, mesmo, inoperantes.

Todas essas variáveis, acrescidas ao fato de que os efetivos somados das polícias têm tendido a serem maiores que o efetivo da ativa do Exército, parecem ser indícios de que, na atualidade, a ameaça da perda de monopólio da violência pelas Forças Armadas é no mínimo factível.

Tabela 8

Efetivo profissional e gastos com as polícias militares de 20 estados da federação

Unidades da Federação	Valor Gasto Total	Total do Efetivo por Categoria Profissional	
		N.Abs	(%)
Acre	R\$ 57.083.994,98	383	0,2
Alagoas	R\$ 142.602.291,97	1256	0,5
Amapá	R\$ 70.098.726,91	2259	0,9
Bahia	R\$ 736.291.672,00	4240	1,7
Ceará	R\$ 191.575.579,10	7662	3,1
Goiás	R\$ 63.011.193,09	135829	54,5
Maranhão	R\$ 130.824.654,21	38854	15,6
Mato grosso	R\$ 28.599.271,16	48077	19,3
Mato Grosso do Sul	R\$ 25.763.957,56	3434	1,4
Minas Gerais	R\$ 3.765.706.184,95	7	0,0
Parana	R\$ 394.176.516,00	11	0,0
Pernambuco	R\$ 713.405.794,84	146	0,1
Rio de Janeiro	R\$ 96.424.430,99	6977	2,8
Rio Grande do Norte	R\$ 164.639.049,91		
Rio Grande do Sul	R\$ 607.298.766,00		
Rondônia	R\$ 0,00		
Roraima	R\$ 12.205.285,95		
Santa Catarina	R\$ 460.540.917,00		
Sergipe	R\$ 81.130.631,81		
Tocantins	R\$ 84.612.601,76		
Total	R\$ 7.825.991.520,19	249135	100,0

Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil Organizacional das Polícias Militares 2005. *Apud*: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP Relatório intitulado “*Perfil das Organizações Estaduais e Municipais de Segurança Pública*”, 2006, pp. 74; 80. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/SENASP/estatisticas/organizações%20estaduais%20e%20municipais.pdf>. Acesso em: 17 Jun 07.

Bastante desiguais entre si, mas, somados, os gastos das Polícias Militares de 20 estados brasileiros, chegaram à ordem de 8 bilhões de Reais em 2004. Mesmo sem dados correspondentes aos estados de São Paulo (o estado da federação que mais gasta com sua segurança pública), Amazonas, Espírito Santo, Paraíba, Piauí, e do Distrito Federal²⁰⁰ aquele

²⁰⁰ Unidade da federação onde os salários dos policiais são os mais elevados. Segundo dados atuais, de 2007, o salário de um soldado da PM/DF gira em torno de R\$ 2.900,00. Fonte: Jornal *Folha de São Paulo* – Domingo, 15 de Abril de 2007.

valor se aproximou do volume de gastos do Exército naquele mesmo ano.²⁰¹ Apenas o estado de Minas Gerais teve um gasto equivalente a cerca de 30% dos gastos do Exército. Vale lembrar que, com exceção de alguns poucos helicópteros, as polícias militares, normalmente, não são dotadas de carros de combate ou outros quaisquer grandes engenhos que possuam um custo de manutenção tão elevado quanto os apetrechos do Exército. Aliado ao fator “material de investimentos”, há ainda o fato de que o efetivo nacional das PMs, com folga, tem ultrapassado os cerca de 202 mil militares da Força Terrestre.

Quando em 2004 fora esboçado uma nova Instituição de defesa interna, a “Força Nacional de Segurança Pública”, o *status* policial salvacionista das Forças Armadas viu-se ainda mais abalado. Em notícia de 09 de agosto de 2004, o Ministério da Justiça afirmava que

“A idéia é que a Força atue apenas em situações emergenciais ou quando for detectada a urgência de reforço na área de segurança pública estadual, como uma alternativa ao uso das Forças Armadas, cuja atuação direta na área de segurança pública é controverso. ‘O nosso ordenamento estava todo montado para uma criminalidade local e tão logo a capacidade local era esgotada, as nossas Forças Armadas já eram chamadas para atuar no ambiente policial’, afirmou o secretário da Senasp, Luiz Fernando Corrêa, avaliando que essa prática causava uma série de problemas.”²⁰²

Todo esse estado de coisas, de certo modo, afrontava e afronta a sobrevivência de um certo caráter de “polícia nacional” conferida às Forças Armadas pela Constituição Federal. Caráter esse que historicamente acabou reforçando, de tempos em tempos, nos meios militares uma postura salvacionista, que muitas vezes desembocou em intervenções fardadas na política do país. A possibilidade de as Polícias Militares, guardadas as devidas proporções, estarem em melhores condições operacionais que o Exército tenderia a trazer o esvaziamento dessa lógica e a reforçar ainda mais a “crise” de identidade da Força Terrestre.

No entanto, a disputa pelo poder da violência na guerra interna não estaria terminada ainda. Se a perda “prática” do “inimigo” comunista havia novamente despertado a crise de identidade do Exército, a perda jurídica e política da responsabilidade pela “guerra interna”, num país com poucos riscos de possuir inimigos estrangeiros, talvez fosse um golpe forte demais para a Instituição. Diante disso, e aliado a fatores políticos o Exército começou a repensar suas estratégias e suas doutrinas com a finalidade de atualizá-las em relação ao tempo presente.

²⁰¹ Segundo dados do portal da transparência o Comando do Exército foi contemplado com R\$ 12.744.103.868,42 em 2004. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/index4.asp>. Acesso em: 08 Jun 07.

²⁰² Disponível em: <http://www.mj.gov.br/noticias/2004/agosto/rls090804-fnsp.htm>. Acesso em: 09 Set 06.

4. Guerras interna e externa: de guerra revolucionária a GLO²⁰³

O imaginário militar necessita da construção ideal de um inimigo comum, não apenas para socializar-se em conjunto, dentro de um espírito único e coeso, mas também para, com fins práticos, equipar-se de acordo com o nível de ameaça. Evaldo Sintoni reflete sobre o paralelismo entre a sedimentação da figura de um “inimigo” comum no imaginário da oficialidade do Exército²⁰⁴ e a necessidade de coesão desse mesmo grupo após a guerra civil de 1930. E de como essa mesma imagem foi retomada e relida em várias ocasiões em que a Instituição sentiu a necessidade de se manter coesa, em torno de interesses profissionais ou mesmo de intervenções políticas. A partir da Revolução de 30, e muito mais depois da Intentona Comunista de 1935,

“a presença comunista torna-se uma real ameaça ao Exército, mas, paradoxalmente, também, ‘uma arma poderosa, quando utilizada por uma liderança hábil, para criar um clima de solidariedade interna’. Como resultado da revolta comunista, houve uma maior aproximação entre os chefes militares...a consciência de que a existência de um inimigo comum podia ser manipulada como fator de coesão maior, fazendo com que esta se estendesse aos demais escalões” (SINTONI, 1999, p. 67-68).

Neste período, o Exército passou por amplas reformas em seus aspectos doutrinário e material. O reaparelhamento da Força, prioridade em alguns momentos do governo Vargas, passou a ser cada vez mais posto em discussão.²⁰⁵ A construção da doutrina, compunha inúmeros elementos mitológicos que remetiam à origem da Instituição militar, ao nascimento de seu poder, ao papel que ela acreditava ter que desempenhar na sociedade e às normas que organizam a sua estruturação interna e o seu relacionamento com os grupos civis (SINTONI, 1999, p.61; CASTRO, 1990, p.129). Neste sentido, a formação de um inimigo comum serviu como importante direcionamento de construção e reafirmação da própria identidade militar:

“Assim como a sociedade, no dizer de Durkheim, é antes de tudo constituída pela idéia que faz de si mesma, a corporação militar também pode ser analogicamente enquadrada nessa afirmação. Ela é, antes de tudo, constituída pela idéia que faz de si mesma e reafirma a sua identidade tendo na sua frente o seu diferente, isto é, o inimigo. O trajeto percorrido pelos

²⁰³ “Garantia da Lei e da Ordem”

²⁰⁴ As concepções dessa construção e a sua coerência foram elaboradas basicamente pelo general Góes Monteiro.

²⁰⁵ O relatório do Estado-Maior de 1938 afirmava que um dos esforços daquele órgão era o de “Forjar um Exército nas condições exigidas pela técnica moderna, capaz de garantir a integridade territorial do País e permitir a segurança, o trabalho e o crescimento da Nação, em todos os ramos do progresso, - eis a necessidade primordial a satisfazer.” (Trecho do Relatório de Trabalho do EME de 1938, In: DINIZ, 1996, p.217)

militares na vida brasileira ressalta que, a partir de 1945, eles irão adquirir uma auto-imagem positiva” (SINTONI, 1999, pp. 228-229).

Auto-imagem positiva construída sobre a imagem negativa do inimigo: o movimento comunista internacional. Toda uma estrutura de socialização foi montada a partir desta dualidade. Existem relatos de que em alguns quartéis que tomaram parte nos combates contra a guerrilha na região do Araguaia, durante o regime militar,

“Ocasionalmente, havia uma espécie de instrução diferente: consistia em depoimentos de guerrilheiros ou terroristas presos e 'arrepentidos', que se dispunham a colaborar com o Exército... O palestrante contava, então, detalhadamente, para silenciosos, atentos e assustados recrutas, os planos que tinham para invadir quartéis e matar soldados. O prisioneiro palestrante relatava seus planos para explosões de bombas em locais públicos e em sedes de meios de comunicação, bem como os projetos que tinham sido elaborados para explosões de pontes, linhas de transmissão de energia elétrica e outros alvos estratégicos. O terrorista explicava tudo em exposição com roteiro e tempo definidos, sendo que uma vez um palestrante utilizou um cavalete contendo grandes folhas brancas de papel, para desenhar croquis, com pincel atômico, como se fosse um professor dando aula. Esses depoimentos e testemunhos representavam a preparação psicológica oferecida para cada soldado estar atento e saber que o inimigo era real e não estava brincando.” (RODRIGUES, 2001, pp.91-92)

Com a derrocada do regime soviético a localização do inimigo passou a ser cada vez mais difícil e a certeza da sua realidade começou a se esmaecer.

“Os quase cinquenta anos de Guerra Fria habituaram o público em geral e até mesmo os analistas e estudiosos do relacionamento internacional à comodidade de “personificar” o inimigo num país ou grupo de países. Em consequência, no mundo pós-1990, uma das principais dificuldades com que se deparam os responsáveis pela formulação e implementação da PDN reside na identificação do “inimigo”, sobretudo em termos de fácil compreensão e aceitação pela respectiva sociedade. (CÔRTEZ, 2000?, p. 5)

Essa realidade trouxe uma nova perspectiva para as Forças Armadas que foi o agravamento de uma “crise de identidade”. Crise que parece possuir uma íntima conexão com a falta de alteridade, falta do inimigo comum, que nas últimas décadas foi um importante fator de coesão interna. Para muitos, saudosistas (?) o inimigo continua sendo o comunismo, agora numa versão modernizada, de viés gramscista²⁰⁶; para outros, os inimigos são os países avançados que ameaçam nossa soberania territorial, principalmente na região amazônica; para outros, ainda, a

²⁰⁶ Normalmente os defensores dessa tese são membros de grupos ligados à extrema-direita, dentre eles muitos militares da reserva e da ativa. Ver artigos publicados nas seguintes páginas da Internet, dentre outras: <http://www.midiaseemmascara.com.br/editoria.php?id=22>; <http://www.olavodecarvalho.org/>; Acesso em: 06 Fev 07.

marginalidade, ligada ou não à movimentos ditos subversivos, ou a grupos terroristas. A elaboração das “novas” doutrinas do Exército Brasileiro parece estar se baseando em uma mescla desses “inimigos”, que continuam sendo tratados subliminarmente como “subversivos”.

Na portaria 018-COTER²⁰⁷, de 01 Nov 00, que publicou o Plano Básico de Instrução Militar para aquele ano, a parte que tratara do preparo da Força Terrestre para as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) veio como um anexo do plano, totalizando sete páginas. Trouxe a antiga²⁰⁸ expressão “Forças Adversas” como sendo composta por

“grupos de pessoas que, agindo isoladamente ou infiltrados em movimentos sociais, entidades de classes, órgãos do governo, forças auxiliares e organizações não-governamentais, atuando no país ou no exterior, com motivação ideológica ou não, utilizam procedimentos ilegais...” (COTER, 2000, p.Q-1).

Ao utilizar-se de expressões como “movimentos sociais”, “motivações ideológicas” e “procedimentos ilegais” para compor o argumento do que vem a ser uma “força adversa”, o manual militar parece trazer indistintas as figuras do marginalizado social, do adversário político, e do inimigo social propriamente dito, ou seja, o criminoso comum. Certamente, cada uma dessas figuras conceituais guarda em si a possibilidade de múltiplas interpretações, porém, o Exército as trata de modo bastante particular ao condensá-las em uma única composição, buscando articulá-las por intermédio de um ponto comum entre os três, a ilegalidade. Busca construir um padrão que organize os “grupos que praticam o crime organizado (narcotráfico,...roubo de cargas) “ e os chamados “grupos de pressão” – “que agem por intermédio de meios ilegais em busca de seus objetivos políticos e/ou da aprovação de suas reivindicações (reforma agrária, aumentos salariais, impedimento de privatizações, etc)”(COTER, 2000, p. Q-2). Ambos, manteriam ligações com o exterior e procurariam utilizar a “população desassistida (desempregados, favelados, menores abandonados, flagelados e populações rurais carentes) como massa de manobra”. Porém, a fonte indica que o grupo mais temido pela cúpula militar²⁰⁹ era o dos movimentos sociais, pois além de estarem “praticando a desobediência às leis, invadindo propriedades rurais, saqueando casas comerciais, ocupando

²⁰⁷ Comando de Operações Terrestres (COTER).

²⁰⁸ Tanto o conceito de “forças adversas” quanto a sua composição são elementos de permanência dentro da dinâmica do período pós-democratização

²⁰⁹ O responsável pela elaboração do Plano de Instrução Militar anual é o Comandante de Operações Terrestres, um general de quatro estrelas (general-de-Exército, último posto, em época de paz, na carreira do oficial do Exército), assessorado por oficiais superiores (majores, tenentes-coronéis e coronéis) possuidores do Curso de Comando e Estado-Maior e que servem no COTER. Porém, a própria apresentação do plano pelo seu responsável afirma que sugestões de melhorias seriam bem vindas. O que não significa que as sugestões vindas de todo o Exército foram maciças, e muito menos que as que foram recebidas foram acatadas em algum ponto mais relevante. Não tenho dados que forneçam conclusões consistentes nesse sentido, mas sabedores de que a hierarquia no Exército não somente rege a estrutura interna da Instituição, mas também toda a visão cosmológica de seus indivíduos (LEIRNER, 1997, pp. 20-21), pode-se concluir que escalões muito inferiores aos responsáveis pela elaboração do plano dificilmente sugeririam algo de muito inovador, ou relevante, que fosse capaz de alterar o direcionamento geral proposto no documento original.

agências bancárias e prédios do governo, pregando a violência, aterrorizando pessoas, bloqueando rodovias”, o seu prognóstico (das elites militares) era o de que a evolução desses movimentos sociais à ação armada – “sabotagem e terrorismo” e a associação ao crime organizado seriam possibilidades não descartadas²¹⁰ (COTER, 2000, p. Q-2).

Diante dessas “ameaças”, a cúpula militar realizou na década de 1990 alguns estudos a respeito do emprego de tropas nas operações de defesa interna ou em distúrbios civis, dois conceitos agora englobados em um só, o de Garantia da Lei e da Ordem, ou GLO (COTER, 2000, p.Q-3). Para o ano de 2001, por exemplo, o Comando de Operações Terrestres previu que os quartéis de cavalaria e de infantaria deveriam dispor permanentemente de no mínimo uma subunidade (ou seja, uma companhia, de efetivo aproximado de 100 militares), e quartéis de outras “armas” de um pelotão (os chamados PELOPES, Pelotões de Operações Especiais, de efetivo aproximado de 40 militares) em condições de emprego. Porém, todo o efetivo deveria ter instruções específicas de GLO, inclusive os recrutas, que estariam aptos após o período de instrução básica (COTER, 2000, p. Q-4 a 6).

A importância dada pela cúpula do Exército às chamadas operações de garantia da lei e da ordem teve um peso crescente após a década de 90. Enquanto que no Plano de Instrução Militar (PIM) até do ano de 2002 o assunto foi descrito em um mero anexo ao plano, já em 2003 o assunto recebeu um capítulo inteiro só para ele. As abordagens de alguns aspectos sofreram mudanças significativas, demonstrando ser um sintoma de algumas adequações, ainda que tardias, da Instituição militar ao emolduramento de uma nova realidade dita democrática. Um pequeno exemplo disso é a maior atenção dada ao aspecto formal do ordenamento jurídico civil²¹¹. A organização jurídica nacional encontra-se disposta seguindo um princípio hierárquico das leis, onde a Constituição Federal representa o seu ápice, o que não era respeitado nas legislações anteriores. O espírito de independência e mesmo alienação da sociedade militar em relação às leis civis²¹² e sua hierarquia pode ser demonstrado simbolicamente pelo fato de que, até o ano de 2002, na descrição das referências documentais para a realização das instruções de GLO (COTER, 2002, p. G-3), a Constituição Federal vinha listada em 14º lugar. Até 2002, os manuais militares de referência para aquelas instruções eram listados de acordo com sua

²¹⁰ Desde o golpe militar de 1964, acompanhando uma lógica particular da guerra fria e de certo modo obedecendo a concepções estratégicas de influência americana, a preocupação com a chamada “defesa interna” tem sido, com pequenas oscilações, uma das prioridades da cúpula do Exército, em termos de planejamento e organização. A própria estrutura da Força teve que sofrer transformações, ao longo da história recente, para se ajustar ao nível de importância conferida ao “inimigo interno”, com a destinação de uma Brigada por Comando Militar de Área que deveria se especializar em operações internas. Esse conceito, elaborado pelas elites das Forças Armadas, principalmente do Exército, e re-significado recentemente em adequação ao momento histórico do pós-guerra fria, apresentou variações significativas desde os governos militares, contudo guardou elementos importantes de permanência. Toda uma mentalidade e um imaginário militares, construídos sob a égide do combate ao movimento comunista internacional, serviram de base para a construção de uma imagem de inimigo interno baseado na confusa indistinção entre reivindicações políticas, movimentos sociais e criminalidade.

²¹¹ Aspectos práticos do maior respeito à legislação civil por parte do Exército serão citados mais à frente.

²¹² Lembrando que a Constituição Federal, como a lei máxima do país, rege tanto a sociedade civil quanto a militar.

denominação militar, e entre parênteses a portaria que o aprovou, o que também pode ser tomado como mais um elemento simbólico da destacada subordinação militar aos preceitos puramente militares e, somente em segundo plano, ao ordenamento civil e sua nomenclatura. Contudo, a partir de 2003, as normas que regem os assuntos relacionados à GLO são listados de acordo com a hierarquia das leis, com a Constituição no topo da lista, e os regulamentos militares passaram a ser designados por meio da sua terminologia jurídica civil (Leis, Decretos, Portarias, etc) e, somente entre parênteses, a nomenclatura militar.

Outra pequena, mas significativa, alteração do Plano de Instrução Militar foi a retirada de um de seus documentos base, até então, para a elaboração das instruções de GLO; as Instruções Provisórias 31-17 – Operações de Defesa Interna – aprovadas pela Portaria nº 084, do EME (Estado-Maior do Exército), de 24 Set 69.²¹³ A omissão deste último documento em 2003 (COTER, 2003, p. 4-3) e a maior consideração pela formalidade jurídica civil indicam dois importantes elementos a serem analisados. O primeiro é a massiva influência, formalmente pelo menos até o ano de 2002 (COTER, 2002, p. G-3), de uma doutrina militar baseada em concepções estratégicas sedimentadas em um momento histórico absolutamente diverso do atual. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), fruto de um pensamento estratégico surgido no período de “Guerra Fria”, ainda manteve-se por muito tempo como a base filosófica da cúpula militar do Exército para compor o referencial teórico da formação dos seus quadros e de sua tropa, mesmo quase duas décadas após a derrocada simbólica dos grandes regimes socialistas. O segundo elemento, é justamente a tentativa da cúpula do Exército de renovar seu pensamento estratégico, buscando revogar manuais antigos e inserir produções novas, com concepções atualizadas ou pelo menos re-significadas, de acordo com o momento histórico presente, nas referências bibliográficas para a elaboração da instrução.²¹⁴

Porém, de qualquer forma, como um elemento histórico de média duração, a influência da DSN acabou se impregnando também nos novos manuais. Além de terem sido elaborados tendo como base os antigos “manuais da guerra fria”²¹⁵, foram redigidos por uma geração de oficiais superiores ainda profundamente influenciada pela lógica do inimigo interno de esquerda. Exemplos dessa permanência de mentalidade são as Normas para a Organização da Força de Operações Especiais para a Defesa Interna (Port nº 118-5ª SCh EME-Reservada, de 12 Dez 89) e a chamada Doutrina Alfa (Port EME 041-Reservada, de 05 Jun 97), ou Bases para a Modernização da Doutrina de Emprego da Força Terrestre na Defesa Interna.

²¹³ O referido manual havia sido produzido no auge do combate à guerrilha urbana; o embaixador americano Charles Elbrick fora seqüestrado por membros do Grupo MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de março) exatamente vinte dias antes da data da assinatura da portaria.

²¹⁴ Os manuais do Exército, em junho de 2007 estavam atualizados da seguinte maneira: Editados na década de 60: 18; Editados na década de 70: 21; Editados na década de 80: 37; Editados na década de 90: 63; Editados de 2000 em diante: 41. Resumindo: 60, 70 e 80 (76 manuais); 90 e 2000 (103 manuais).

²¹⁵ Conceito que define os manuais militares publicados pelo Exército no período histórico em que predominou toda uma lógica, uma visão de mundo e uma gama de conceitos baseados na dualidade entre capitalismo e socialismo.

Foi e é dentro desse clima de conflito entre o arraigado apego às tradições, ao controle, à segurança do que já é conhecido e sedimentado e, por isso, previsível – o que é uma característica inerentemente militar (DIXON, 1977, p.239) (nesse caso em específico a tradição mantida é em relação a concepções estratégicas e ao conhecimento livresco dos manuais militares) – e a necessidade de atualizar ou re-significar conceitos de defesa nacional a uma nova realidade pós-moderna que a cúpula do Exército buscou, e continua buscando na atualidade, adaptar elementos de concepções antigas da DSN a novos pensamentos doutrinários e a nova realidade material. Essa dinâmica que obriga elementos que, num passado recente, eram diametralmente opostos a permanecerem unidos, pela própria necessidade de ser pragmático, estrategicamente falando, traz alguns conflitos difíceis de serem apaziguados no imaginário de militares formados na geração da contraguerrilha ou, ainda, influenciados por ela. Soa contraditório para muitos desses elementos, por exemplo, o fato de recentemente a Instituição ter iniciado a adoção de táticas oriundas de manuais de guerrilha produzidos pela esquerda, na guerra fria, como parte do treinamento normal de uma de suas principais tropas, as de selva.²¹⁶

Hipoteticamente os EUA seriam o principal país interessado em ameaçar o território nacional, segundo a ótica nacionalista militar atual, visando nosso principal ponto sensível: a Amazônia. Talvez essa seja uma das fortes razões pelas quais os termos comparativos são sempre com exércitos bem equipados materialmente e bem adestrados, como o é o americano. Para fazer frente a um exército de “primeiro mundo”, apenas um outro exército com potencial semelhante. No entanto, o comando do Exército Brasileiro tem se esforçado para se adaptar realisticamente às condições materiais que dispõe, adotando, por exemplo – por ironia do destino ou por puro pragmatismo pós-moderno – uma doutrina de guerra “assimétrica” utilizada pelos comunistas *vietcongs*, que empregaram táticas de guerrilha em ambiente selvático na Guerra do Vietnã.

Geraldo Cavagnari afirma que “Uma intervenção militar na Amazônia não é uma possibilidade real, é apenas uma possibilidade teórica que deve, no entanto, ser considerada no planejamento estratégico-militar – bem como a estratégia da resistência.”²¹⁷ Desde 1999 o Exército vem intensificando a aplicação dessa estratégia, conforme Noticiário do Exército nº 9.595, de 15 Set 1999.

²¹⁶ Conforme comenta um importante site de divulgação de pesquisas relacionadas a defesa, “O Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), em Manaus é a Casa do Guerreiro de Selva, sendo reconhecida como a melhor escola do tipo no mundo. (...) Nas aulas teóricas, lêem os trabalhos de Ho Chi Minh, do general Giap, e de Che Guevara. As muitas ações sociais que desenvolvem, tratando da população civil nos seus hospitais, e difundindo o ensino do português nas escolas, são parte da preparação militar, pois é o povo quem sustenta uma guerrilha, como descobriu-se no Vietnã. A Selva não pertence ao mais forte, mas ao sóbrio, habilidoso e resistente.” Disponível em: <http://www.defesabr.com/eb.htm> Acesso em: 26 Nov 07

²¹⁷ Artigo: **Introdução à Defesa da Amazônia**. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nee/art4.htm>. Acesso em: 06 Dez 06. Sobre as operações “Ajuricaba”, realizadas pelo Exército em 2003 e 2005, empregando a estratégia da resistência ver “Operações” Disponível em: <http://200.181.6.49/03Brafor/operacoes/indice.htm>. Acesso em 05 Dez 06.

A estratégia da resistência incide justamente no poder dissuasório de qualquer arroubo invasivo de Exércitos mais fortes. Segundo Castells para uma guerra ser aceitável em termos modernos – ou, como diria Harvey, “pós-modernos”,– ela deve ser “cirúrgica” e principalmente “curta”, mesmo “instantânea”(CASTELLS, 2001, pp.481-482). A “resistência” emprega forças descentralizadas que têm como objetivo principal aumentar o quanto mais a duração do conflito, no intuito, grosso modo, de vencer o inimigo pela exaustão tanto em termos de logística, quanto em termos de pessoal empregado, visando também desgastar politicamente o governo agressor perante a opinião pública de seu país. A resistência é um tipo de estratégia que além de se moldar às necessidades operativas de um terreno específico – a floresta amazônica – é uma maneira de formalizar e fornecer um aspecto doutrinário e formal a um tipo de combate quase que “improvisado”, por conta da pobreza material e tecnológica de um exército, perante o poderio e o avanço material de um exército inimigo muito mais forte. E é dentro dessa perspectiva estratégica que uma parcela considerável da sociedade militar do Exército tem sido socializada. Temos que considerar, por último, que a imagem do combatente de selva é valorada muito positivamente no intra-muros dos outros quartéis, sendo reconhecido como uma das tropas de elite do Exército Brasileiro.

CAPÍTULO IV

A SOCIALIZAÇÃO MILITAR E A “ADEQUAÇÃO” ÀS FÓRMULAS CULTURAIS DA NOVA SOCIEDADE

1. “Paisanos” e “milicos”: a construção de uma identidade militar e a cultura pós-moderna

Segundo alguns pensadores militares atuais, oriundos do Exército, por questões de pura vocação a rusticidade²¹⁸, a frugalidade e o desapego à vida material deveriam ser atributos essenciais do militar da Força Terrestre.²¹⁹ No nível da idealização e seguindo modelos hierárquicos de distribuição material²²⁰, a vida cotidiana da caserna, como preparação para o combate, deveria reproduzir com a maior proximidade possível as prováveis condições materiais e as agruras físicas e psicológicas de uma guerra. Essa idealização teria relações com um modo de socialização baseado na rudeza, cuja representação melhor acabada é o tratamento de naturalidade em relação a uma alimentação com um preparo pouco atencioso e uma qualidade duvidosa, uma rotina de pouco ou nenhum conforto e, por fim, uma vida materialmente parcimoniosa, situações semelhantes ao vivido em combate. Estes aspectos, de acordo com esse princípio de socialização, estariam contribuindo para a formação do caráter profissional do militar do Exército e ajudando a moldar o seu “espírito combatente” (BROCHADO, 2005, p.121), baseado, ainda, numa cultura totalmente androcêntrica.²²¹

Porém, o texto apresentado no início da dissertação nos propõe que essa idealização não tem apresentado ancoragem na vida real daquele militar. O discurso daquele sargento mostra um alto nível de pragmatismo se formos compará-lo aos discursos socializantes

²¹⁸ Qualidade “que se reflete não só no preparo físico mas também em agüentar qualquer coisa: o clima, o sono, a fome, a sede... Tudo isso tem que ser superado.” (Grifo nosso). Cadete da Academia Militar das Agulhas Negras descrevendo uma das qualidades do infante (CASTRO, 1990, p. 62 e 63).

²¹⁹ “É da própria essência da vocação, por exemplo, a desatenção do candidato - não propriamente o desinteresse -, para a expectativa salarial ou de vantagens materiais para seus profissionais, pois, mesmo insatisfatórios, não seriam capazes de demovê-lo da aspiração” (BROCHADO, 2005, p. 81).

²²⁰ De modo algum, afirma-se aqui que os efeitos da moderação no consumo material e no ganho financeiro tenham sido compartilhados por todos os escalões do Exército, em todos os quartéis, e em todos os períodos de sua história. Pelo contrário até, a distribuição do conforto, e certamente dos salários, sempre foi diferenciada conforme os níveis hierárquicos. Por consequência disso, as condições materiais acabavam por ser bem mais precárias no círculo dos praças, muito mais no dos cabos e soldados, base da pirâmide hierárquica. E essa diferença acabou por ser praticamente normatizada como sendo um padrão usual e inquebrável. Há um caso bem humorado, se não beirasse a insanidade, ocorrido na Segunda Guerra, em que um dos comandantes de companhia da FEB, ao ver pela manhã seus soldados vestindo o mesmo uniforme de frio que o dele, se enfureceu e solicitou ao coronel da intendência americana, responsável direto pelo fornecimento dos agasalhos novos, o recolhimento dos uniformes e o fornecimento para seus praças de “ uniformes mais ordinários ou agasalhos mais baratos”. Extraído do livro “Verdades e Vergonhas da FEB” de Leonércio Soares. Citação disponível em: <http://www.academiamontese.rg3.net/>. Acesso em: 15 Dez 06. A diferenciação hierárquica na distribuição do “rancho” é tratada como algo natural por muitos que foram ou são militares (RODRIGUES, 2001, p. 47).

²²¹ Esse discurso opera como defensor e legitimador importante do *status quo* institucional, e será discutido depois.

promovidos pela Instituição a que pertence. É o discurso que parece vir de um militar frustrado com a falta de dinheiro, que vem afetando a sua vida particular e familiar. É um discurso que trata racionalmente de problemas que lhe afligem não só dentro, mas também fora do quartel. Ou seja, privilegia nele os problemas básicos do cotidiano, quase sempre guiado pelo aspecto financeiro, em oposição à idealização da profissão proposta pelos legitimadores do sistema.

Aquele autor preferiu seguir o viés das dificuldades financeiras individuais para construir seu discurso, ao invés de explicar mais especificamente sobre os outros tipos de obstáculos que encontrou durante sua vida militar (ele mesmo cita alguns sem se aprofundar muito neles). Isso pode significar que – pelo menos dentro do objetivo do seu texto, que parece ser o de esclarecer e mesmo convencer outras pessoas a não seguirem a carreira militar, porque nos parece ser um texto de convencimento antes de qualquer coisa – talvez a sua sensibilidade para outras dimensões de dificuldades e sofrimentos inerentes à vida militar perderia terreno frente ao frio pragmatismo das dificuldades materiais sentidas por ele e por sua família. E isso não foge à regra de uma sociedade que dá um imenso valor às posses, ao consumo, e em consequência disso, às questões salariais. Talvez, em seu imaginário, seu convencimento devesse surtir mais efeito se seguisse por esse viés. Além disso é o aspecto que mais afeta seu cotidiano. E assim o fez.

Mas o fez também, porque é um texto de desabafo de alguém que talvez esperasse maior *status* social para a posição que ocupa. Um discurso que dialoga com o pensamento de Eisenstadt, quando este afirma que “uma das principais ‘atrações’ dos grupos etários para os membros individuais é sua expectativa de realizar suas aspirações de pleno status...por meio da qualidade de membros nestes grupos” (EISENSTADT, 1976, p.272). Dialoga também com Merton e sua teoria da “socialização antecipatória”, que é “o processo pelo qual o indivíduo aprende e interioriza valores de um grupo (de referência) ao qual deseja pertencer” (Merton, citado por DUBAR, 2005, p.67). O sargento do texto – que parece ter vindo de família humilde, pois afirma que “via a faculdade como um sonho distante, via tudo com muita dificuldade” – compara-se aos seus antigos colegas de cursinho, que, no momento, estão em condições de vida que podem ser enquadradas como de classe média, seja lá o que este termo queira significar. Pois bem, essa comparação sendo feita com grupos de profissões que exigem escolaridade superior suscita um certo grau de assimetria entre a sua realidade objetiva (ser sargento do Exército, profissão em que o grau de escolaridade exigido é apenas o ensino fundamental completo) e sua realidade subjetiva (ser alguém que fez um curso superior). O seu grupo de referência não corresponde ao grupo ao qual pertence objetivamente e isso acaba lhe trazendo um conflito enorme e também o que Merton chamou de uma “frustração relativa”. Com isso, “começa a querer parecer com eles para um dia, talvez, ser reconhecido por eles como ‘membro’” (Merton, citado por DUBAR, 2005, p.67). A faculdade cursada tardiamente e, certamente, em período noturno já indicava essa frustração e uma tentativa de compensá-la.

A frustração é também refletida em sua fala ao esbarrar no conflito causado pelo “preconceito de não ser oficial”. Ou seja, frustra-se duplamente: em relação aos seus antigos colegas, por não conseguir possibilitar à sua família o nível de vida material que aqueles podem proporcionar; e em relação aos seus superiores (oficiais), pois, mesmo tendo um curso superior, não percebe nenhum reconhecimento interno por isso. Isso pode ser dito dentro do modelo proposto por Bourdieu: mesmo tendo o capital cultural suficiente para se habilitar a ser um “igual” (no caso em relação aos oficiais), jamais terá o capital simbólico para tal.

Dá um enfoque todo especial na escassez do seu salário, mas menciona muito pouco acerca das suas atividades, direcionando sua lente somente no que é obrigado a suportar em termos disciplinares. E nada relacionado às características de treinamentos militares para a guerra, como acampamentos ou manobras, etc. Apenas tenta convencer o provável enunciatário do seu discurso dos “benefícios” de não entrar na carreira militar, pois “não vai tirar serviço nos finais de semana, não vai chamar garotos de Senhor...Não vai em formaturas”. Isso nos faz pensar, ainda, na possibilidade de que o cotidiano do quartel em que serve está se resumindo em serviços burocráticos, na manutenção da sua própria vida vegetativa, em formaturas e em serviços de escalas. Possivelmente esse é um fato que possui relações com a escassez de recursos para atividades especificamente militares.

Além de sentir-se socialmente inferiorizado, reproduz no seu texto uma idéia de que “a carreira militar não proporciona ao militar condições para que se dedique exclusivamente a ela”²²². Tudo isso é indicativo de que os militares têm sofrido uma socialização incompleta, o que de modo algum é causa de alarde, pois “a socialização nunca é total nem está jamais acabada” (BERGER&LUCKMANN, 1978, p.184).

Há em seu discurso sempre o contraponto entre a sua condição de militar e a de seus colegas civis. Esse conflito social reproduzido no texto, possui alguns pontos semelhantes em relação às situações conflitivas vividas pelos cadetes da AMAN em meados da década de 1980. Porém, há uma peculiaridade nesse texto escrito pelo sargento, e uma diferença quase total em relação aos discursos dos cadetes e às conclusões chegadas por Celso Castro, quase 20 anos antes.²²³

Celso Castro, a partir das análises de entrevistas concedidas por cadetes do Exército, havia chegado a duas importantes conclusões. A primeira delas foi que, mesmo já havendo um desejo por parte de muitos cadetes (cerca de 40%) de estudarem em faculdades civis, nos discursos da maioria deles havia uma valoração extremamente positiva do “‘espírito de renúncia’, [do] desapego a bens materiais”, “do respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia” apreendidos no Exército. A outra conclusão, que se relaciona intimamente com a primeira, foi a de que na maioria de seus discursos “a notícia que eles [os cadetes] transmitem é clara: os

²²² Conforme o pensamento do coronel engenheiro militar Péricles Cunha (CUNHA, 1994, p.27).

²²³ Ver Cap 4-“Os Cadetes e o mundo de fora” IN: “O Espírito Militar”, pp.147-162

militares são diferentes dos paisanos. E não apenas diferentes, mas também melhores” (CASTRO, 1990, pp.42-43).

De acordo com Celso Castro, quando estavam no “mundo de fora”, os cadetes sentiam-se discriminados e desprestigiados em relação à classe média civil e como que vivendo num certo descompasso em relação à sociedade englobante. Muitos sequer tinham certeza do nível de escolaridade proporcionado pela Academia, sem muita convicção de ser realmente um curso superior²²⁴. Na tensão entre alguns discursos, que faziam e fazem eco na sociedade brasileira, como os da necessidade de distinção pelo padrão de consumo e/ou pelo conhecimento, ou mesmo de uma “sociedade do conhecimento” – relacionada às necessidades de se dominar as novas tecnologias da era pós-industrial ou pós-moderna, da valorização do investimento no capital humano, etc – e os discursos institucionais das virtudes de uma vida militar de “sacerdócio”, ascetismo, frugalidade, rusticidade, de “dedicação exclusiva” à carreira, e dos prováveis benefícios que esses valores poderiam trazer para os futuros oficiais do Exército, estes últimos acabavam prevalecendo, pelo menos nas etapas iniciais da formação das suas identidades militares. Afinal, “tanto a escola como outros tipos de grupos etários inculcam as primeiras disposições para a identificação com a sociedade, seus valores e normas gerais de comportamentos e símbolos coletivos” (EISENSTADT, 1976, p.223). Entre o “complexo de inferioridade social”, sentido fora dos quartéis, e o “complexo de superioridade moral”, sentido dentro deles, ainda havia uma predominância ou pelo menos uma resistência muito forte deste último no imaginário do cadete e futuro oficial.

Como exemplo dessa auto-valorização positiva dos cadetes, o autor construiu um quadro relacionando as diferenças colocadas por eles quanto ao padrão da sua formação na AMAN em relação aos cursos superiores civis:

Tabela 9

AMAN /AQUI DENTRO	FACULDADE / LÁ FORA
<ul style="list-style-type: none"> - seriedade/profissionalismo/competência - atividade contínua - maturidade - atenção - professores dão o exemplo - boa apresentação individual - linguajar correto - verdadeira liberdade - disciplina - (ordem) - (militares) - (+) 	<ul style="list-style-type: none"> - falta de: seriedade/profissionalismo/competência - ociosidade - infantilidade - desatenção (apatia) - professores não dão o exemplo - má apresentação pessoal - gírias, palavrões - falsa liberdade - displicência - (desordem) - (paisanos) - (-)

Fonte: (CASTRO, 1990, p.41)

²²⁴ “A minha formação na Academia é um nível superior, mas não chega a ser uma faculdade, né?(...) Não se pode considerar a Academia...como um nível superior, uma faculdade” (Cadete do 2º ano, *apud* Castro, 1990, p. 157).

Já no caso do texto do sargento, ao reclamar sobre a sua realidade material, insere o lamento de pertencer à Instituição, dando sempre à alteridade civil uma valoração positiva em relação à sua posição de militar do Exército: “...mesmo que você entre num concurso público civil pra ganhar menos inicialmente, *vale a pena...no meio civil você tem direitos adquiridos e as instituições brigam por você, já o Exército briga contra você, contra os seus direitos...*”

Levando-se em consideração toda a sua fala, pode ser construído um quadro semelhante ao proposto por Celso Castro, porém totalmente oposto àquele:

Tabela 10

VIDA MILITAR NO EXÉRCITO	VIDA CIVIL
<ul style="list-style-type: none"> - Salários insuficientes; - Não há perspectivas de crescimento na profissão a médio ou longo prazo; - Falta de reconhecimento aos que buscam o auto-aperfeiçoamento; - Desprestígio social; - Arbitrariedades, injustiças e direitos negados; - Frustração profissional; - Não vale a pena; <p style="text-align: center;">(-)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Salários dignos; - Há perspectivas de crescimento na profissão a médio ou longo prazo; - Reconhecimento aos que buscam o auto-aperfeiçoamento; - Prestígio social; - Justiça e cumprimento de direitos adquiridos; - Realização profissional; - Vale a pena; <p style="text-align: center;">(+)</p>

Há, sem dúvida grandes diferenças em relação aos dois momentos, e são muitos os fatores que levaram os dois discursos a serem tão divergentes. Celso Castro pesquisou um processo formal de socialização, inicial para a maioria, de uma escola militar, onde “os aspectos preparatórios e instrumentais [para o desempenho de suas profissões] são ressaltados ao máximo” (EISENSTADT, 1976, p.218). Pesquisou futuros oficiais, que são socializados especificamente para as lides do comando e da instrução da tropa no início das suas carreiras.²²⁵ Pesquisou um campo²²⁶ composto por jovens inexperientes quanto aos aspectos práticos da sua [futura?] profissão. E, por fim, pesquisou uma outra época (fins da década de 1980). Certamente, não há surpresa em constatar uma oposição tão grande deste para outro discurso, atribuído a um militar socializado para a função híbrida de comandante, mas principalmente de executante,²²⁷ já com uma certa experiência profissional, e, principalmente, em uma época vinte anos mais tarde. Vê-se que o texto do sargento conferiu valorações opostas às que os cadetes deram a militares e a civis. Para ele a vida militar seria oposta da vida civil, mas pior que ela, diferente do que parece ter querido dizer os cadetes da década de 1980.

Se há inúmeros fatores que influenciaram a diferença discursiva entre uma e outra fonte, penso ser temporal o principal deles. Determinadas conclusões, a que a própria pesquisa de Celso Castro chegou, dá sinais de que o discurso institucional, da necessidade do oficial ser

²²⁵ N° 3), do Art 84 do RISG (Regulamento Interno dos Serviços Gerais).

²²⁶ “Campo” no sentido empregado por Pierre Bourdieu.

²²⁷ Conforme a página na Internet da Escola de Sargentos das Armas, o ensino dos sargentos de carreira é fundamentalmente técnico-profissional, sendo “ministrado de forma prática, considerando que o futuro sargento

um “vacionado” e do imperativo de que a profissão devesse ter características ascéticas em seu exercício, apresentava já sinais de esgotamento, necessitando, portanto, de novas fórmulas de convencimento aos membros da futura oficialidade. Aquele autor concluiu primeiro que, apesar da maioria dos cadetes afirmar que havia entrado no Exército porque “desde pequenininho” gostava “dessas coisas”, o normal era que os cadetes tivessem tentado ingresso não apenas para a AMAN, “mas também para as academias da Marinha e da Força Aérea e para universidades civis; muitas vezes o Exército não era a primeira opção” (CASTRO, 1990, p. 35).²²⁸ E segundo, que já havia cadetes que visualizavam a possibilidade de poder sair do Exército após formados na AMAN: “ ‘...pô, de repente se eu faço uma faculdade civil e vejo que a vida civil é melhor pra mim do que a vida militar? Daí eu vou embora.’ [Cad 3º ano]” (CASTRO, 1990, p. 157). E é exatamente isso o que tem acontecido com muitos oficiais do Exército, que se evadem da Instituição já depois de um certo tempo de experiência profissional.

Resumindo, parece que o descontentamento do referido sargento em relação à sua profissão tem correspondido, também, a um grau de descontentamento de alguns oficiais. Neste sentido, as senhas de diferenciação entre as hierarquias se diluem, por mais que o processo de socialização formal dos oficiais seja muito mais reforçado, com a finalidade última, talvez, de ancorá-los bem mais aos princípios da Instituição.²²⁹ Desse modo, passam a existir apenas os “descontentes” do sistema, o que de certo modo subverte toda a lógica de reprodução [controlada?] dos *habitus* de classe. Até em qual grau se poderia confiar a reprodução do sistema a alguém pouco conectado a ele e, porque não, disposto a se evadir para outras profissões mais compensadoras? É uma pergunta para a qual não temos nenhuma resposta conclusiva. Temos apenas indícios esparsos que nos levam a crer que tem crescido no seio da cúpula da oficialidade a preocupação quanto a isso e que, com a finalidade intrínseca de procurar manter seus membros sob controle, no seio dos valores da Instituição, tem crescido ainda mais o interesse pela aplicação de rituais e fórmulas legitimantes de todas as espécies. Para o momento, interessa analisar somente o crescente grau de “desapego” (?) de muitos militares em relação à Instituição, o que, ao meu ver, pode ser percebido pelo crescente número de baixas de seus oficiais e sargentos.

deve ser, ao mesmo tempo, chefe e executante.” Disponível em: <http://www.esa.ensino.eb.br/atividades/>; Acesso em 07 Jul 07.

²²⁸ Utilizando-se de dados apresentados pela dissertação de Regiane Rossi, Ednéia Fázio conclui que dos cinco elementos mais citados pelos alunos da EsPCEX que justificavam suas escolhas pela vida militar, três deles eram de cunho econômico: estabilidade, status social e boa remuneração. (FÁZIO, 2003, p. 104)

²²⁹ Os oficiais de AMAN possuem um tempo inicial de socialização formal, escolar, de no mínimo 5 anos (1 ano de EsPCEX e 4 de AMAN), enquanto que os sargentos de carreira possuíam um tempo de apenas 10 meses.

2. “Não está satisfeito? vá embora!”: uma instituição em debandada?

“Robert McNamara afirmou certa vez que ‘os cérebros são como os corações, vão para onde são apreciados’”(DIXON, 1977, p.207). Esta é uma frase que se aplica ao nosso estudo e que resume muito bem, guardadas as proporções, é claro, o que tem ocorrido nas Forças Armadas e, mais especificamente no Exército Brasileiro. Muito do que já foi analisado anteriormente, acerca da “socialização antecipatória” e da “frustração relativa”, associado ao aumento do nível de escolaridade dos oficiais e dos praças, pode ser utilizado para ajudar a explicar o aumento da insatisfação dos militares de carreira em relação à profissão. Os atuais índices de evasão dos oficiais e dos sargentos²³⁰ refletem, de algum modo, o descontentamento de alguns deles em relação à Instituição e, também, aos salários pagos por ela. Para muitos²³¹, a grande justificativa pela busca de outra carreira tem sido os baixos salários, no entanto há outros fatores que parecem ter sido decisivos na escolha de sair. De acordo com matéria publicada no jornal “O Dia” as alegações para os pedidos de baixa passam não só pelos baixos soldos, mas também pelo reconhecimento profissional. “Ter que ficar no quartel até tarde sem motivo claro foi decisivo para a desistência,”²³² diz um entrevistado, ex-militar da Marinha. Como há semelhanças quanto ao processo de socialização das três Forças, pode-se considerar que também no Exército muitos tomaram a decisão pelo mesmo motivo: o desconforto provocado por causa das ordens dadas sem nenhuma finalidade aparente, senão a disciplina por meio do controle e da vigilância dos indivíduos. A postura pragmática, bastante característica do modelo de sociedade pós-moderno, parece entrar em conflito com as nuances das atitudes e concepções militares, muitas vezes totalmente simbólicas e destituídas necessariamente de uma finalidade prática em si, senão a de impor uma “relação de docilidade-utilidade” aos indivíduos (FOUCAULT, 1999, p. 117).

Foram analisados gráficos correspondentes aos quantitativos de oficiais e de sargentos do Exército que deram baixa da Força, após 1997. Esse ano foi impositivo, pois somente a partir dele temos dados disponíveis a respeito.

Começaremos com os oficiais da AMAN, da linha bélica, que, comparativamente com os oficiais das linhas técnicas, formados em outras escolas, não foram muitos. Em princípio, foram consultadas como fontes as relações das turmas, de todas as armas, de 1989 a 2005. Ampliou-se um pouco mais o leque das turmas de formação com a finalidade de observar em quais postos do Exército tem-se o maior índice de evasão. Os dados mostram que a grande maioria dos oficiais de AMAN que saíram da força, o fez já no posto de capitão, e em segundo

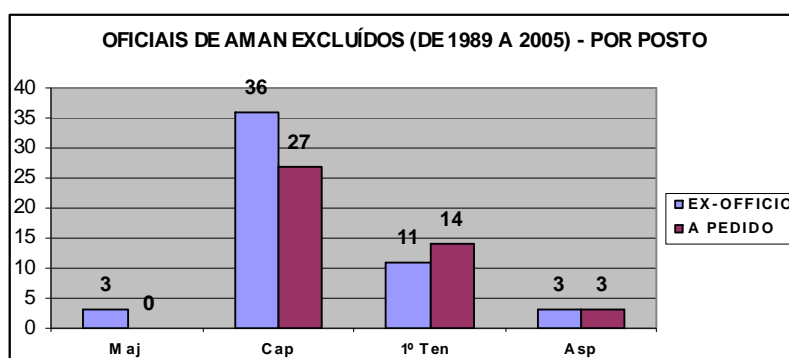
²³⁰ Não há dados sobre os cabos e soldados, mesmo porque atualmente grande parte deles está ligada ao Exército por meio de engajamentos temporários.

²³¹ Ver site do deputado Jair Bolsonaro: <http://www.bolsonaro.com.br>; Acesso em: 17 Nov 06.

²³² Reportagem de Cristiane Campos; Rio de Janeiro, Jornal “O Dia”, 14 Mar 07.

lugar no de primeiro tenente. Poucos aspirantes, nenhum segundo tenente e poucos majores. Ou seja, a maioria absoluta dos que saíram do Exército já possuíam uma relativa experiência de vida castrense; encontravam-se acostumados aos seus signos, ao seu cotidiano e adaptados às suas dificuldades reais; socializados sim, mas não ainda em um estágio que pudessem se tornar completamente dóceis ao sistema. Encontravam-se em um ponto da carreira no qual estavam ainda distante da aposentadoria, sem vislumbrar melhorias significativas ao longo de sua trajetória na carreira militar. Em contrapartida, com a visualização de melhores perspectivas fora da Instituição. Não parecem ter saído impulsionados por razões emotivas simplesmente. Saíram por motivos racionalizados, com total consciência quanto à sua decisão. Diferentemente do que pode ter ocorrido com os aspirantes-a-oficial.²³³

Gráfico n° 11



O número mais elevado dos oficiais excluídos ex-officio²³⁴ parece indicar uma certa preferência em continuar-se mantendo em um trabalho mais estável, proporcionado também pelos cargos públicos. Ou seja, muitos preferem manter o padrão de estabilidade da vida militar, que, no caso dos oficiais de carreira, é garantida desde a formatura. E a estabilidade tem sido uma justificativa bastante utilizada pelos candidatos a cadetes da AMAN, ainda como alunos da EsPCEx. De acordo com dados de Rossi, citados por Ednéia Fázio, enquanto em 1998, 312 alunos da Escola Preparatória haviam dado como principal motivo da sua escolha pelo curso a “estabilidade da carreira” e 48 a “instabilidade no país”, em 2000 esses números já aumentaram para 331 e 99 respectivamente (FÁZIO, 2003, p. 104). Diante dessa busca pela manutenção da estabilidade, parece que muitos daqueles oficiais, ao se formarem na Academia, depois de algum tempo, procuraram cursar alguma faculdade ou, depois de 1999, começaram de imediato a se preparar para concursos públicos civis que remunerassem melhor.

²³³ Os aspirantes levam somente 6 meses para serem promovidos a 2º tenentes, um tempo bastante curto para o indivíduo elaborar estratégias que o habilitem intelectualmente a alguma outra carreira. A menos que tenha havido na própria academia o interesse pelos indivíduos em dedicarem-se a alguma estratégia dessa natureza. Fato que parece não ter sido difícil de ocorrer. Em 2004, por exemplo, diversos cadetes (oficialmente, cerca de 20) da Academia Militar das Agulhas Negras, no auge do seu processo formal de socialização, prestaram concurso para o cargo de patrulheiro rodoviário federal. Ver: “Militares reforçam revolta do funcionalismo”; Reportagem de Evandro Éboli, Jornal “O Globo”, Rio de Janeiro, 26 Mar 2004, p.11.

²³⁴ Modalidade em que o indivíduo que haja sido aprovado em um concurso público é excluído das fileiras do Exército, pela impossibilidade de seguir as duas carreiras ao mesmo tempo.

Aqui faz-se necessário um pequeno adendo. A partir de 1999 os oficiais passaram a ter o direito de realizar concursos públicos de nível superior sem mais a necessidade de cursarem uma faculdade porque, naquele ano de 1999, o curso da AMAN oficialmente passou a ser considerado como um curso superior pelo MEC, recebendo inclusive o título de “bacharelado em ciências militares.”²³⁵ A Instituição cumpriu um dos seus principais papéis socializantes que é o de “zelar pela aprendizagem e pela reprodução do ritual entre os profissionais” revalidando o diploma e o mandato de seus membros (DUBAR, 2005, p.179). Em uma época na qual um diploma de nível superior é tão valorizado, o Exército haveria de buscar uma equivalência do diploma acadêmico de seus oficiais da linha bélica com a titulação civil. Como diria Bourdieu, o título, além de funcionar à maneira de um grande nome (nome de grande família ou nome próprio), conferindo todas as espécies de ganhos simbólicos ao seu detentor:

“tende a fixar as hierarquias e, ao fazê-lo, a sancionar e a consagrar uma relação de força entre os agentes a respeito dos nomes de profissão e de ofício, componente essencial da identidade social” (BOURDIEU, 2000, p. 147-148).

O IME, por exemplo, desde há muito tempo era reconhecido como uma Instituição de ensino superior das mais conceituadas do país. Já a AMAN, conforme narrado anteriormente por cadetes entrevistados por Celso Castro, não conferia a seus formandos a mesma titulação de nível superior, tão valorizada no restante da sociedade. A titulação pode ser considerada um indício da própria valorização pela sociedade militar das senhas de diferenciação do mundo civil. Tentativa de igualar, ou pelo menos fazer tocar em alguns pontos o universo simbólico militar ao universo civil. De qualquer maneira, busca, também, facilitar o estabelecimento de um diálogo entre ambos e estreitar suas distâncias. Na prática essa titulação serviu também como uma forma de compensar aqueles indivíduos totalmente dedicados às lides castrenses que – ao mesmo tempo em que não queriam se distanciar de seus “valores” particulares e funções especializadas – não desejavam ver-se inferiorizados perante seus colegas (e mesmo subordinados, pois muitos sargentos, cabos e soldados também já possuem cursos superiores, até mesmo pós-graduações), que procuraram ser reconhecidos também através das senhas de diferenciação social do mundo civil, recorrendo aos cursos universitários. Foi realmente um paradoxo o que aconteceu: ao mesmo tempo que parece ter objetivado manter a autonomia do mundo militar em relação ao mundo civil, a titulação de “bacharel” conferida aos oficiais da AMAN uniu simbolicamente esses dois mundos ao adotar algo que é valorizado originariamente

²³⁵ De acordo com o Art. 13, da Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999 (Lei do Ensino do Exército), “Os cursos de formação de oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras são de grau de nível universitário, conferindo-se aos seus diplomados a graduação de *Bacharel em Ciências Militares*.”

no mundo não fardado. Parece ser um reflexo do histórico “complexo paisano”²³⁶ sentido pela sociedade militar brasileira (COELHO, 1976, p. 105). Além disso, a titulação acabou trazendo um resultado não esperado e não desejado pela cúpula militar: a maior facilidade conferida aos seus membros desejosos de abandonar a carreira militar, pois o próprio Exército passou a dar-lhes as ferramentas básicas para seguir outra carreira pública civil. Mesmo que a formação atual seja totalmente diferente da educação dos “bacharéis de farda” (CARVALHO, 2005, p.25) de um século atrás, é inevitável vir na mente uma certa analogia.

Voltemos ao assunto das baixas de oficiais da AMAN. No Exército há um modelo de socialização continuada²³⁷ após o período formal, escolar, em que é praxe a distribuição das tarefas mais difíceis e mais penosas sempre aos recém chegados na tropa, no caso, aos aspirantes recém formados. Isso na prática acaba dificultando, mas não impedindo, o imediato ingresso em algum curso superior civil. Talvez a inadaptação em relação a esse modelo socializante de imposição das maiores dificuldades aos mais “modernos” ajude, até certo ponto, a explicar a evasão dos aspirantes. Mas o que explicaria a evasão dos capitães, diga-se de passagem, a grande maioria que sai? Para tentar responder a essa pergunta devem ser levados em consideração alguns aspectos: 1) o tempo médio de curso em uma faculdade é de 4 ou 5 anos; 2) para aqueles que escolheram sair do Exército, mas quiseram manter uma certa garantia de estabilidade (como visto, uma maioria), há a necessidade de um certo tempo de estudo preparatório para aprovação em alguns concursos mais concorridos, porém, melhor remunerados; 3) para o oficial da AMAN, o interstício para promoção a capitão é de cerca de 7 anos depois de formado, geralmente uma época em que o oficial já possui família constituída e com inúmeros compromissos financeiros para mantê-la dentro de um padrão de vida com um *status* de classe “média”; 4) na carreira dos oficiais, depois da promoção a major, já existe um menor distanciamento em relação ao fim da carreira e, ainda, por cima, acontece numa etapa da carreira em que os pais preferem juntar suas maiores forças no desenvolvimento dos filhos; 5) em complemento a este último motivo, o processo de socialização de um indivíduo com quase 20 anos de carreira já se encontra numa etapa bastante adiantada, fazendo com que se estabeleça no indivíduo um grau maior de resignação, complementado com a proximidade da aposentadoria. Levando-se em consideração todos esses aspectos, podemos associar, ainda, toda uma conjuntura capitalista já discutida aqui, em que, de certo modo: a) o reconhecimento do

²³⁶ Muito por conta de uma relativa discriminação das elites civis em relação à sociedade militar, os militares brasileiros, de acordo com Edmundo Campos Coelho, possuem uma necessidade de reforçarem seu lado paisano, ou a ideologia do “cidadão fardado” (CARVALHO, 2005, p.38). E realmente, isso tem sido recorrente nas campanhas institucionais mais recentes do Exército, com *slogans* do tipo “Exército Brasileiro, igual a você”, ou semelhantes.

²³⁷ O artigo 3º da Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999 (Lei do Ensino do Exército) dispõe formalmente que “O Sistema de Ensino do Exército fundamenta-se, basicamente, nos seguintes princípios: ... III - profissionalização continuada e progressiva; IV - avaliação integral, contínua e cumulativa; ... VI - aperfeiçoamento constante dos padrões éticos, morais, culturais e de eficiência;...”

profissional dá-se principalmente pelo retorno financeiro; b) as “necessidades” materiais são constantemente construídas e não possuem nenhum limite, ajudando a fazer com que aqueles que possuem uma certa fixidez de salários os tenham rapidamente defasados; c) a sociedade passou a ser calcada pelo pragmatismo e pelo materialismo consumista e há um diminuto espaço para o idealismo do herói, que sempre permeou a sociedade militar. Isto posto, parece fácil perceber o motivo pelo qual, em uma etapa de início de maturação na carreira, alguns oficiais decidem abandonar a Força, pois a maioria dos oficiais que retornam à vida civil, o fazem no posto de capitão. Mas antes de mais nada, devemos esclarecer que os oficiais combatentes (formados pela academia militar) que decidem sair, e realmente o fazem, são uma minoria. A grande massa permanece na Instituição. Muitos se dedicando exclusivamente a ela, realizando cursos internos e fazendo o que “todo mundo faz”, ou seja, seguindo “uma carreira normal” (CASTRO, 1990, p.158); outros estudam em faculdades e procuram um crescimento intelectual ao mesmo tempo que se dedicam à caserna; outros ainda apenas deixam o tempo passar, nem muito se dedicando ao Exército, nem a qualquer outra atividade de crescimento pessoal e/ou intelectual; há aqueles que, vendo a carreira como segura, não se afastam dela, mas concomitantemente passam a se dedicar a projetos pessoais ou a outras atividades remuneradas²³⁸; por fim, há aqueles que permanecem no Exército (de um jeito ou de outro) somente até o tempo mínimo para irem para a reserva remunerada com remuneração proporcional – ou seja, 20 anos de serviços – e requerem sua aposentadoria, que nem sempre é concedida, pois, nesse caso, não se trata de um direito dos oficiais, mas uma concessão do comando do Exército. Resumindo: a maioria dos oficiais formados pela AMAN permanece no Exército até o final de suas carreiras, de um modo ou de outro, dedicado inteiramente a ela ou não, mas ficam.

Mas é justamente aos oficiais que ficam e se dedicam integralmente a ela, fazendo o curso de Estado-Maior, esperando serem alçados ao generalato, quem a corporação mais oferece em troca, pois, conforme ensina Bourdieu:

“...a instituição dá tudo, a começar pelo poder sobre a instituição, àqueles que tudo deram à instituição, mas porque fora da instituição e sem a instituição eles nada seriam, e porque não podem negar a instituição sem se negarem a si mesmos pura e simplesmente privando-se de tudo o que eles são pela instituição e para a instituição à qual tudo devem” (BOURDIEU, 2000, p. 192).

Contudo o Exército não possui apenas oficiais de carreira formados pela Academia Militar das Agulhas Negras. Existem ainda os oficiais da Escola de Saúde, os engenheiros

²³⁸ Algumas poucas vezes concretizando o que um dos cadetes da década de 80 já vislumbrava com um certo grau de idealização: “E eu penso na minha vida aí fora também. Pretendo fazer uma faculdade, tipo engenharia civil, ter meu negócio aí fora.” [cadete 2º ano AMAN] (CASTRO, 1990, p. 157)

formados pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e os do, recentemente criado, Quadro Complementar de Oficiais, formados pela Escola de Administração do Exército (EsAEx). Para estes, fazem-se necessários alguns comentários acerca de sua criação e finalidade, antes de entrarmos nas considerações sobre as evasões dos seus membros.

Com a intenção de profissionalizar suas atividades-meio e adequar-se aos novos paradigmas do capitalismo global de busca pela excelência por meio de conhecimentos técnicos especializados, o Exército criou um novo quadro de oficiais de carreira, o Quadro Complementar de Oficiais (QCO), em 1989. Oficialmente, o QCO foi criado com a finalidade de:

“formar para o Exército, oficiais das mais diversas áreas e especialidades para exercerem, na Força, atividades específicas - assessoramentos ao escalão superior, ensino e atividades administrativas – e assim liberar os oficiais de Armas e Serviços para as atividades-fim.”²³⁹

Além de provocar um rearranjo na estrutura da oficialidade, de acordo com o discurso institucional a criação desse quadro contribuiu para o salto de qualidade vislumbrado pelo Exército, pois

“ao implantar o QCO, o Exército possibilitou um avanço significativo para o cumprimento de sua missão, otimizando suas atividades administrativas com a inclusão de pessoal especializado que alia aos seus conhecimentos acadêmicos, a disciplina, o patriotismo e os valores característicos da carreira militar que são desenvolvidos na Escola de Administração do Exército.”²⁴⁰

Já o IME faz parte da organização do Exército desde a década de 1920, quando ainda era chamada de Escola de Engenharia Militar. Em 1928, foi estabelecido que sua missão era “formar engenheiros, artilheiros, eletrotécnicos, químicos e de fortificação e construção”²⁴¹, com uma conexão bastante íntima com o mundo civil. A propósito, de acordo com a página da escola na *internet*,

“o Instituto destaca-se por ter formado inúmeras gerações de engenheiros, civis e militares, que muito contribuíram para o desenvolvimento nacional, não só no desempenho exclusivo da

²³⁹ Noticiário do Exército (NE). *Quadro Complementar de Oficiais*. Brasília-DF, ano XLV, nº 9.895, Out/2001, p.4.

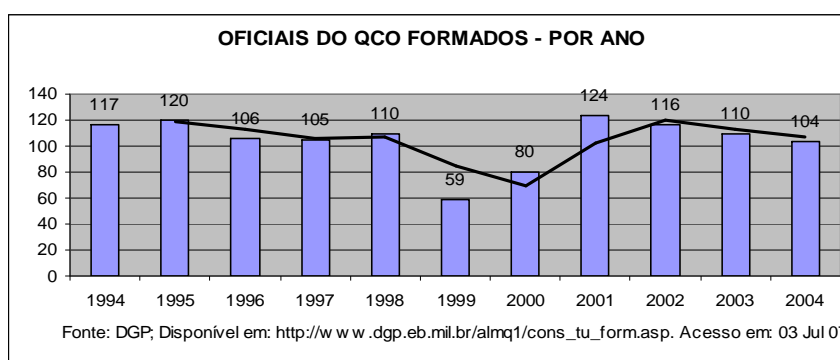
²⁴⁰ Disponível em: <http://www.esaex.ensino.eb.br/esaex/> Acesso em: 12 Set 06. Acerca do salto de qualidade, pelo menos quanto ao aspecto das pesquisas desenvolvidas e quanto ao padrão intelectual dos oficiais do QCO, ver as “Revistas Científicas” da Escola, disponíveis no *site*, que começaram a ser publicadas somente em 2005, mas que dão um parâmetro geral dos perfis dos profissionais que se candidatam a uma vaga naquela escola.

²⁴¹ Fonte: *site* do IME. Disponível em: http://www.ime.eb.br/index.php?option=com_content&task=view&id=30&Itemid=67; Acesso em: 07 Nov 06.

atividade profissional, mas também na qualidade de professores ou mesmo de fundadores de instituições de ensino espalhadas pelo imenso Brasil.”²⁴²

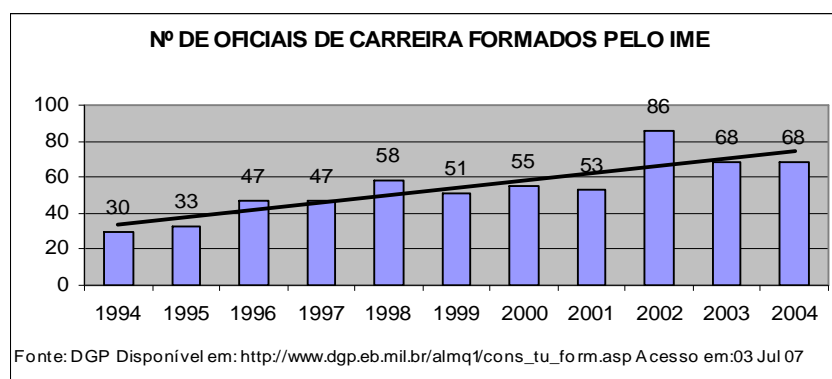
Apresentados os lugares dos oficiais do IME e do QCO na distribuição de poderes da organização, que são de certo modo secundários em relação aos lugares dos oficiais da AMAN²⁴³, serão mostrados dois gráficos com as quantidades de oficiais do QCO e do IME formados entre os anos de 1994 e 2004. O gráfico de oficiais do QCO mostra uma relativa estabilidade do quantitativo incorporado ano a ano, desde 94, com um grande declínio apenas em 99, mas aumentando novamente nos anos posteriores até chegar a um patamar semelhante ao de 98.

Gráfico nº 12



Já quanto aos oficiais engenheiros de carreira, há um crescimento de formados constante desde 1994, atingindo um pico em 2002.

Gráfico nº 13



A carreira dos oficiais do IME os proporciona talvez um ponto de contato pequeno e talvez uma “responsabilidade” menor com a reprodução social dos quadros profissionais, e muito menor ainda com a de soldados, pois os efetivos da maioria dos quartéis em que esses

²⁴² *Idem, ibidem.*

²⁴³ Um dos indícios simbólicos de que esses lugares são secundários em relação aos dos oficiais de AMAN é o fato de não haver, por exemplo, generais-de-Exército (maior posto na hierarquia do Exército) médicos ou engenheiros militares; e os oficiais do QCO podem chegar apenas a tenente-coronel.

oficiais servem é bastante reduzido. Além disso, não faz parte de sua rotina ministrarem instruções tipicamente militares.

Os oficiais do QCO, ao contrário, possuem pontos de contato vastíssimos em toda a cadeia reprodutiva da sociedade militar. Há oficiais do QCO lecionando nos Colégios Militares, na EsPCEX, na AMAN, na ESA, e em todos os outros lugares de formação de oficiais e de sargentos de carreira do Exército. Esse é um dado fundamental, pois cada oficial ou sargento de carreira que vem se formando nos últimos anos passou por alguma instrução com algum oficial do QCO, muitos do segmento feminino.

Acerca dos oficiais do QCO, deve-se ressaltar, de maneira óbvia, que o seu processo formal de socialização não possui as mesmas características da socialização processada com o oficiais da linha bélica formados pela AMAN. A começar pela diferença do tempo de socialização, pois o curso daqueles possui uma duração de apenas 35 semanas, em que os oficiais-alunos tomam contato não só com matérias militares, mas também com disciplinas relacionadas às suas áreas específicas e o seu emprego na rotina do Exército. E outra, pela própria característica das especialidades dos oficiais do QCO, pois estes serão técnicos, não combatentes. É certo que, durante seu processo de construção de identidade militar, na EsAEx, “diariamente os comandantes de grupamento (capitães aperfeiçoados) realizam o Desenvolvimento da Personalidade Militar (DPM),”²⁴⁴ nos alunos do QCO, de maneira individual. Importante saber que seus formadores seriam oficiais “aperfeiçoados”, ou seja, já com um certo nível de amadurecimento em sua identidade profissional. Porém, parece que, na concepção da cúpula do Exército – com formação combatente – os resultados dessa socialização não estavam sendo suficientes. Os oficiais do QCO parecem estar muito mais próximos do processo de socialização do mundo civil, elaborado no seio das suas especialidades universitárias, do que do mundo militar. O Exército parecia estar sentindo necessidade de trazer um pouco mais os futuros oficiais técnicos de carreira para a realidade da formação inerente ao oficial combatente. Em 2004, foi introduzido no currículo da EsAEx a realização de um estágio de instrução, com duração de aproximadamente uma semana, na AMAN. Mas quais seriam os motivos da criação desse estágio?

Podemos apresentar apenas hipóteses quanto aos fatores que levaram a cúpula da Instituição a tentar manter um ponto de contato maior entre os oficiais do QCO e algumas cobranças naturais na formação do oficial combatente. Essas hipóteses se inserem justamente no aspecto da tentativa de homogeneização da socialização militar da oficialidade, pretendida desde à época do coronel José Pessoa, na década de 1930 (CASTRO, 1990, p. 131). Certamente o contexto atual é completamente diverso, porém a busca pela homogeneização, padronização e

²⁴⁴ Atividades da formação militar do oficial do QCO, Disponível em: <http://www.esaex.ensino.eb.br/esaex/>. Acesso em: 24 Jun 07.

ordem é uma característica militar que atravessa gerações e, como não poderia deixar de ser, permeia as sociedades militares da atualidade. Primeiro, há um certo desconforto por parte dos oficiais da AMAN – que são obrigados a cumprirem um tempo de formação de 4 anos, não incluindo aqui o período de 1 ano preparatório, cursado na EsPCEEx, em Campinas – pelo fato de os oficiais do QCO serem formados em apenas 1 ano e ainda serem promovidos diretamente a 1º tenente, e não a aspirante-a-oficial como acontece com todos os oficiais formados pela AMAN. Segundo, há ainda o desconforto trazido pelo imaginário do oficial da AMAN, que passa a conjecturar a respeito das prováveis diferenças quanto aos processos de socialização formais de uma escola em relação à outra, tendo em vista não só as diferenças de finalidades de emprego – os oficiais do QCO terão um emprego²⁴⁵ mais técnico, e porque não, mais intelectual durante toda a sua carreira – mas também pela existência de mulheres no curso da ESAEx. Tudo isso deve fazer supor aos cadetes e aos oficiais formados na AMAN um nível de cobrança em termos tanto físicos quanto psicológicos bem mais brando do que o imposto na Academia. De qualquer forma, se na década de 70 os oficiais R2 eram percebidos pelos oficiais de AMAN como sendo oficiais de “2ª ou 3ª categoria” (RODRIGUES, 2001), na década de 90 os oficiais do QCO parecem ter contribuído com esse quadro de preconceito, engrossando o caldo do “lado de lá”. O estágio do QCO na AMAN parece fazer parte da busca por uma solução quanto a esse preconceito, pois passou a trazer para perto dos futuros oficiais de AMAN uma pequena amostragem da realidade da formação dos seus irmãos técnicos e burocratas, com uma mensagem afirmativa subliminar de que os técnicos, homens e mulheres, também suportam a “ralação” tanto quanto os homens combatentes²⁴⁶.

Por outro lado, o estágio parece significar, também, um conjunto de estratégias encontradas pelo Exército para reforçar a socialização militar dos oficiais do QCO. Se se mostra aos cadetes que os alunos do QCO suportam um estágio de teor também “ralativo”, por outro lado, mostra-se também a estes quanto os oficiais da AMAN têm que suportar para merecer suas “estrelas”. Por isso o deslocamento de uma centena de alunos de Salvador-BA para cumprirem uma semana de instruções em Resende-RJ não deve ser encarado de maneira puramente racional. Esse estágio reveste-se de todo um caráter simbólico de reconhecimento, de

²⁴⁵ Aqui, com todo o potencial semântico da palavra. Por observação direta, para os militares mais antigos do Exército, a utilização do termo “emprego”, no sentido aplicado ao mundo do trabalho, para definir a profissão militar é uma afronta à honra militar, pois encontra-se oposto ao termo “vocação”. Ou seja, a leitura de mundo fabricada pelos legitimadores no passado, retomada novamente em épocas recentes (Ver livro “Das Virtudes Militares” do coronel R1 Pedro Schirmer e a trilogia escrita pelo também coronel R1 Simch Brochado), fez sua colagem no mundo vivido de muitas pessoas. Para muitas pessoas, o militar antes de tudo deveria ser um “vacionado” e não tomar o ingresso no Exército como uma forma de “emprego” pura e simplesmente.

²⁴⁶ De acordo com o *site* da ESAEx, “desde 2004, esse renomado estabelecimento de ensino [AMAN] tem proporcionado um excelente estágio de instrução aos oficiais-alunos da ESAEx, os quais conhecem, por meio de apresentações e demonstrações, a organização e emprego das Armas, Quadro e Serviço, assim como as atividades conduzidas por todos os cursos e seções da AMAN para a formação do oficial de carreira da linha bélica.” As principais atividades realizadas no estágio são pistas de cordas, torres de rapel, instrução de sobrevivência na selva, instrução de abrigos improvisados, acampamento, patrulhas, marchas a pé e bivaque(dormir ao relento com abrigos improvisados. Fonte Disponível em: <http://www.esaex.ensino.eb.br/esaex/>; Acesso em 08 Mar 07.

aproximação, de reforço entre as identidades correspondentes a dois grupos paradoxalmente tão próximos e ao mesmo tempo tão distantes entre si quanto são os futuros oficiais de AMAN e os da EsAEx.

Uma outra ferramenta socializante importante para o QCO são as palavras proferidas pelos seus instrutores, principalmente as que contêm juízos moralizantes e referências históricas ao glorioso passado militar. E por certo essas referências acabam tendo em algum lugar um ponto de contato com a AMAN, “celeiro histórico da oficialidade da força terrestre”²⁴⁷. Em palestra realizada na EsAEx, o então chefe do Centro de Documentação do Exército, desempenhou um importante papel de legitimador dos valores do Exército, ao mesmo tempo que contribuiu com o processo de socialização dos futuros oficiais do QCO, tentando conectá-los de modo simbólico aos corretos valores do oficial do Exército. No entanto, deixa transparecer em seu discurso alguns indícios da existência de um certo temor da cúpula militar (todos da linha bélica, formados na AMAN) acerca dos oficiais do QCO: o de que, com um ensino mais técnico e especializado em áreas inerentemente civis, o Exército volte a se apaisanar como no final do século XIX e início do século XX. Segundo ele, naquela época “consoante depoimento do Gen Tito Escobar, era ativa, nos quartéis, a propaganda das idéias humanitaristas, pregando-se abertamente o pacifismo, o que, no dizer do historiador militar Gen Severino Sombra, ‘apaisanou o Exército.’”²⁴⁸ E, ainda, de acordo com o mesmo palestrante, parece que o fato de “apaisanar” o Exército traria para seu interior conseqüências ainda mais nefastas que a própria “civilidade”: “a introdução de idéias políticas, ideológicas e filosóficas que venham a ferir valores paradigmáticos das virtudes militares tradicionais”²⁴⁹

Para aquele enunciador, o temor citado anteriormente aparentava ser bastante forte, pois, para finalizar seu texto, e buscando uma última legitimação acerca da importância da AMAN para a existência do próprio Exército, o mesmo considera que José Pessoa, o idealizador da academia militar, ao ver sua idealização efetivada, em 1953,

“havia encontrado o justo equilíbrio entre o ensino fundamental e o técnico-profissional, ele que passara, em sua formação militar, por difíceis momentos em que os regulamentos militares eram alcunhados de “regulamentos da alfafa”. Estava, por fim, ‘implantada uma nova ideologia de formação’ para os futuros Oficiais: sólida, *prenhe de simbolismo, respeitadora das tradições, exclusivamente voltada para as lides castrenses, onde a política, de qualquer matiz, não teria guarida.*”²⁵⁰

²⁴⁷ Categorização feita pelo deputado Jair Bolsonaro, então capitão da ativa do Exército, à revista Veja de 03 de setembro de 1986, p. 154.

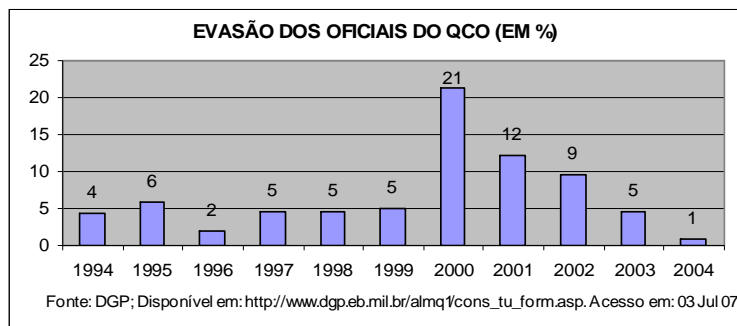
²⁴⁸ Coronel Soriano, Chefe do CDocEx, sem data: “O ensino militar através dos tempos e o QCO”. Disponível em: http://www.cdosex.mil.br/arquivosDocs/o_ensino_mil_atraves_dos_temp_qco.doc; Acesso em: 27 Abr 06.

²⁴⁹ Idem, *Ibidem*.

²⁵⁰ Idem, *Ibidem*.

Mas por que discorrer tanto acerca das legitimações e das tentativas do Exército de reforçar a identidade de “oficial” do QCO, e de vinculá-las à identidade dos oficiais da linha bélica formados pela AMAN? Por que a preocupação com o vigor da dedicação às lides castrenses? O que tem isso há ver com a evasão dos oficiais do QCO? Teria há ver somente com as Evasões do QCO? Talvez os gráficos a seguir nos ajudem a responder tais perguntas.

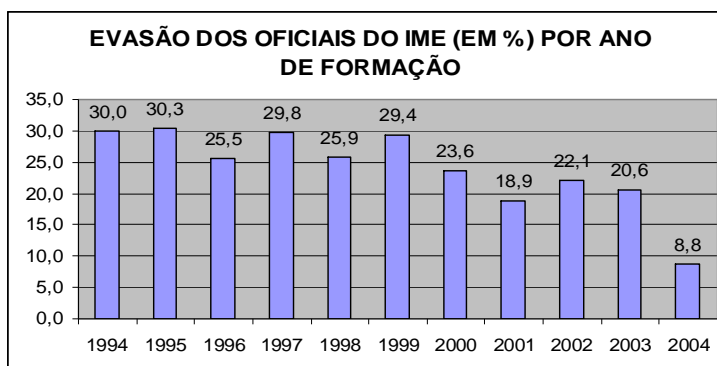
Gráfico nº 14



Em relação aos oficiais do QCO, a turma formada em 2000 foi a campeã das evasões, com uma porcentagem de 21% do total formado. Desse total, os oficiais que deram baixa a pedido representaram cerca de 21,5% do total de baixas e os que passaram em algum concurso público, tecnicamente chamadas de exclusões ex-officio, configuraram a grande maioria, com 78,5%. Ou seja, segue o mesmo padrão das baixas dos oficiais de academia, que também são, em sua grande maioria, realizadas ex-officio. Porém, a quantidade de oficiais demissionários é infinitamente maior que os da AMAN.

Mas se, no caso de algumas turmas, as porcentagens relativas à evasão dos oficiais do QCO podem ser interpretadas como elevadas, o gráfico a seguir, correspondente a evasão dos oficiais do IME, nos leva à categorização de “impressionante”.

Gráfico nº 15



Nas onze turmas consideradas, em média o Exército “perdeu” para o mundo civil cerca de 28% dos seus oficiais engenheiros. Estes, contudo, apresentam uma característica que os diferem dos oficiais da AMAN e do QCO que passaram para a vida civil: não há uma predileção dos engenheiros excluídos pela via da segurança do concurso público, como há com

os oficiais da AMAN e do QCO excluídos. Ficaram equilibrados em cerca de 50% os que escolhem essa via e 50% os que escolhem simplesmente se demitirem. Um outro detalhe importante, e que é um padrão seguido tanto pelos oficiais do QCO e da AMAN que se evadem, é o fato de que o oficial do IME, com algumas exceções, não passa para o mundo civil imediatamente após a formação, o fazendo com normalmente mais de 2 anos de serviços.

As estratégias de reforço da identidade militar incididas nos alunos da EsAEx, em seu processo de socialização, são também empregadas com os futuros oficiais engenheiros. Primeiramente há o reforço negativo, ou a tentativa de mantê-los a serviço da Força por meio da obrigatoriedade de uma indenização caso queiram sair logo após formados. O que a propósito acontece com todos os oficiais de carreira, não somente os formados pelo IME. O Estatuto dos Militares, a lei que rege os militares, prevê uma indenização imposta àqueles oficiais de carreira que pedirem demissão antes de completados 5 anos de oficialato.²⁵¹ No entanto, essa é uma obrigatoriedade que, com a propagação do mundo do direito e a entrada do poder judiciário em assuntos que até então ficavam hermeticamente concentrados nas mãos das cúpulas militares, os oficiais demissionários passaram a questionar.²⁵²

Uma outra estratégia de reforço do processo de socialização militar é a tentativa de conectar na mentalidade do engenheiro militar um espírito semelhante ao encontrado na formação dos oficiais da linha bélica. Toda escola militar possui uma divisão interna chamada ‘Corpo de Alunos’, encarregada geralmente de planejar, coordenar e mesmo ministrar as instruções especificamente militares aos seus educandos. Esse corpo, guardadas as proporções, pode ser analisado como sendo parte da “equipe dirigente”(GOFFMAN, 1974, p.20), e seria natural que houvesse em seus quadros uma composição heterogênea de militares, ou seja, de várias formações. Porém, também seria natural o predomínio dos engenheiros formados pelo próprio IME, compondo o padrão de reprodução identitária intergeracional. Afinal, os futuros engenheiros militares devem se espelhar nos engenheiros militares mais velhos. Porém, não parece ser esse o fato. O *site* do IME mostra todo o orgulho da escola em possuir em seu seio um Corpo de Alunos:

“composto de Oficiais altamente qualificados e treinados, *formados pela AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras)*, que têm como missão fornecer o necessário fundamento destinado a formação militar, que junto com o Ensino Acadêmico das diversas especialidades formarão a personalidade e o caráter dos futuros Engenheiros Militares.”²⁵³

²⁵¹ Inciso I, do Artigo 116 do Estatuto dos Militares (E1-80), Lei 6880, de 9 de dezembro de 1980.

²⁵² Refutando a tese da obrigatoriedade da indenização ver artigo: “Desistência de curso de formação em escola militar e ilegalidade da exigência de devolução de valores gastos.” Jus Navigandi, Teresina, ano 4, n. 45, set. 2000. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/pecas/texto.asp?id=128>>. Acesso em: 25 ago. 2007.

²⁵³ Disponível em: http://www.ime.eb.br/index.php?option=com_content&task=view&id=74&Itemid=157; Acesso em: 15 Ago 07.

Isso parece indicar que os oficiais formados pelo próprio IME, de acordo com o pensamento da Instituição, não estariam habilitados ou qualificados a formarem sozinhos, militarmente falando, a “personalidade e o caráter” dos seus futuros sucessores. Novamente a AMAN, e todo o seu caráter simbólico de escola formadora de militares especialistas na linha bélica, surge como modelo paradigmático, construtora de identidades especificamente militares. O simbolismo da academia ganha nova forma ao considerar aqueles militares, formados por ela, braços de seu potencial doutrinário. Um lugar específico de construção identitária, como é a academia, passa a ser visto como uma espécie de *cellula mater* distribuidora de milhares de outras micro-células reprodutoras de sua área socializante. Cada um dos seus ex-alunos é um braço em potencial de sua força coesiva. É diante desse monumento tentacular (AMAN), garantidor da coesão da Força, que no seio do IME, os professores, mesmo que engenheiros militares, não estariam aptos em termos militares a manter seus alunos coesos em relação aos propósitos e aos valores da Instituição, justamente pelo fato de terem uma formação muito mais técnica e científica e, por isso, manterem um contato muito mais íntimo com os valores do mundo civil que os futuros oficiais da linha bélica.

Lembrando, ainda, que o curso no IME não é realizado em regime de internato como é o da AMAN. O prolongado período de formação tem a característica de ser menos isolador em relação ao mundo civil que o da academia, o que faz toda a diferença no processo de socialização militar. Durante os 5 anos de formação,²⁵⁴ os valores militares transmitidos no Instituto são apropriados pelos seus alunos concomitantemente com os valores civis recebidos no período após o expediente. Não há o mesmo “fechamento” característico do modelo das “Instituições Totais” proposto por Goffman (1974, p.16), nem a mesma sedimentação dos valores militares que há na AMAN. No seio de uma Instituição onde a coesão é um princípio fundamental, garantidor da sua existência, a cúpula deixou a formação tipicamente militar dos seus futuros oficiais engenheiros também nas mãos dos oficiais combatentes, em teoria, militarmente mais habilitados a sedimentar naqueles os valores pregados pela Força. Mas como visto antes, mesmo com todo o reforço desses valores, na tensão entre o que a vida civil pode oferecer aos oficiais engenheiros e o que a vida militar lhes confere e garante, parece haver por muitos a visualização de uma relativa vantagem em relação ao mundo paisano, dado a quantidade de oficiais que deixam a farda.

No nível dos praças de carreira a situação não é diferente. Dados relativos à evasão dos sargentos da linha bélica, formados pela Escola de Sargentos das Armas (ESA), mostram que, apesar de a porcentagem das evasões ser muito menor que a dos oficiais do IME, por

²⁵⁴ Para o civil com ensino médio o tempo de formação é de 1 ano no curso básico e outros 4 anos nas especialidades em 6 áreas de engenharia: Fortificação e Construção (Engenharia Civil), Eletrônica, Computação, Cartografia, Mecânica e de Armamento e Química.

exemplo, ela chega a ser bem maior que a porcentagem das evasões dos oficiais também da linha bélica.

Gráfico n° 16

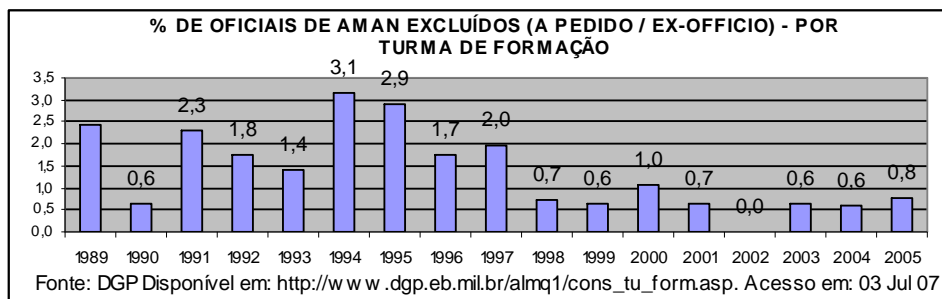
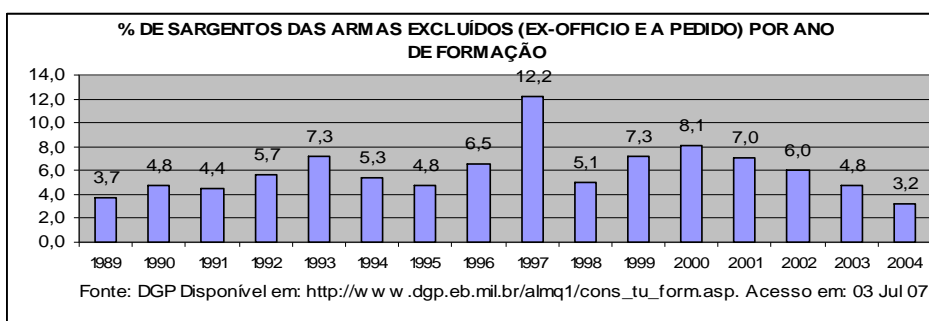


Gráfico n° 17



Enquanto a porcentagem média dos oficiais da AMAN excluídos girou em torno de 1,4%, a dos sargentos das armas ficou em 6%, ultrapassando os 12% em um dos anos considerados. As exclusões dos sargentos também acompanham um padrão encontrado nas exclusões dos oficiais formados pela academia militar e pela EsAEx. A maioria delas foram exclusões *ex-officio*, ou seja, por aprovação em concursos públicos. Em resumo, a preocupação da maioria dos sargentos que buscaram uma outra carreira na vida civil também é com a estabilidade do futuro emprego. E uma preocupação muito grande por sinal, pois cerca de 76,5% dos que optaram pelo retorno à vida civil foram pelo caminho do concurso público.

A cúpula do Exército não permaneceu passiva diante das evasões dos sargentos, da mesma forma que assim não ficou perante as evasões da oficialidade. Mas como será visto em seguida, não foram as evasões dos sargentos o único motivo pelos quais o comando do Exército passou a tomar determinadas atitudes em relação aos seus praças. O risco de um envolvimento político dos sargentos e uma enxurrada de contestações judiciais contra arbitrariedades de vários tipos, fruto de uma conjuntura diferente e de um ambiente interno de forte insatisfação com a carreira, determinaram uma mudança relativa de atitudes do comando em relação à classe intermediária da pirâmide hierárquica do Exército.

As estatísticas das evasões têm sido preocupantes para a Força. Num período anterior para um militar de carreira o ato de dar baixa era considerado sinônimo de traição, deslealdade, apostasia²⁵⁵ e mesmo, de certo modo, formalmente coibido pela Força, afinal, o renegado simboliza toda “a fragilidade dos valores e das lealdades de um grupo” (DUBAR, 2005, p.68). O militar que desejasse realizar qualquer concurso público deveria entrar com um pedido formal de autorização ao seu comandante de unidade.²⁵⁶ Essa modalidade de ultra-controle do seu público interno deixou de existir em 2002, com a obrigatoriedade apenas de “informar” ao comando sobre a realização, não mais tendo que pedir e se explicar do “porquê”.²⁵⁷ E, pela grande quantidade de evasões, nos últimos anos, a escolha por uma outra profissão passou a ser encarada com uma maior naturalidade pela maioria dos militares, principalmente os mais jovens. Os mais maduros ainda são dotados de muito ranço legado pela geração anterior. Tanto, que as baixas, principalmente as de oficiais de carreira, continuam alarmando a cúpula, que ainda tenta impedi-las a qualquer custo.

As matérias da revista Verde-Oliva, por exemplo, são um excelente termômetro da cúpula da corporação, pois elas traduzem em textos e imagens o que é considerado desejável ou não ao Exército. Apenas para ilustrar os modos de tentar reverter essas baixas, a revista Verde-Oliva nº 140, de 94, publicou uma pequena matéria sobre a prioridade do serviço de saúde no Exército. Nessa época, havia tido um aumento de pedidos de baixa dos oficiais de carreira das áreas de saúde. O texto, apesar de focar muito mais as questões de modernização do material de saúde, trazia um curioso parágrafo que afirmava:

“Reverenciando o passado de glórias ao serviço perene, fonte de ensinamentos, transmite essa rica herança, em todo o seu significado, aos futuros médicos, farmacêuticos, dentistas, enfermeiros e demais profissionais da área...”

E, em outra oportunidade, o texto conclui com uma frase tão moralizante quanto ambígua: “amo as glórias da minha profissão, as *únicas a que posso e devo aspirar*” (grifo nosso).²⁵⁸ No Exército estaria longe ainda o que José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2005, p.167-168) percebeu no exército americano – a partir de uma conversa que teve com um de seus coronéis – onde o exercício da profissão militar é democraticamente compreendido pelos militares daquele país como apenas mais uma forma de o cidadão exercer seu patriotismo, e a

²⁵⁵ Merton evoca casos de mobilidade, que implicavam a passagem efetiva de um grupo social a outro, em que são associados a seus atores uma série de designações pejorativas, como as já citadas (DUBAR, 2005, pp.67-68).

²⁵⁶ Muitos regulamentos diferentes previam esse ultra-controle, inclusive os regulamentos dos oficiais temporários. O Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército, em sua versão de 1984, por exemplo, previa, em seu artigo 73, que “O Oficial Temporário [poderia] inscrever-se em concurso de admissão a cargo civil ou para ingresso em outra Força Armada ou Força Auxiliar mediante autorização do Comandante da RM[Região Militar].” Decreto nº 90.600, de 30 de novembro de 1984.

²⁵⁷ Portaria nº 151, do Comandante do Exército, de 22 Abr 02.

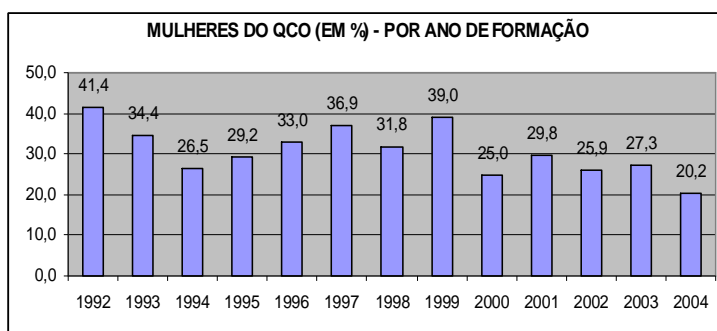
²⁵⁸ Revista Verde-Oliva nº 140, CComSEx, pp.5-6.

escolha pela profissão militar, e por consequência a saída dela, também, dependem única e exclusivamente da “vontade” do indivíduo.

3. As mulheres no Exército e as mudanças nos paradigmas da socialização militar

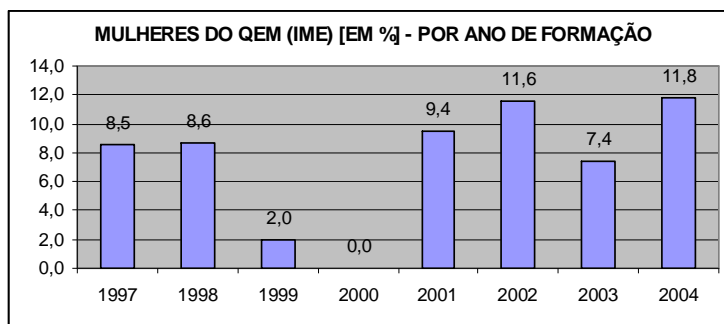
De presença relativamente recente, as mulheres foram e ainda são novidade para muita gente nos quartéis. A terceira turma de formandos do QCO, em 1992, compunha seus quadros com as primeiras oficiais de carreira do Exército Brasileiro. Logo no primeiro ano dessa novidade, 41,4 % do efetivo total do corpo discente era composto por mulheres. Desde 1992 até 2004 foram formados quase 1.400 oficiais do QCO, sendo aproximadamente 430 mulheres, ou seja, 30% do total.

Gráfico n° 18



Cinco anos depois, em 1997, a Escola de Saúde do Exército (EsSEx), responsável pela formação militar dos médicos, dentistas e farmacêuticos de carreira do Exército, e, ainda, o Instituto Militar de Engenharia (IME) começaram a aceitar também o ingresso de mulheres em seus quadros discentes. No IME, por exemplo, do período de 1997 a 2004 foram formados 486 oficiais engenheiros. Trinta e oito eram mulheres, ou seja, somente 7,8 % do total.²⁵⁹

Gráfico n° 19



As áreas do saber do Quadro Complementar de Oficiais são bem amplas, e muitas delas já possuem características de serem historicamente de predomínio feminino, como as de

²⁵⁹ Dados obtidos no site do Departamento Geral do Pessoal (DGP), órgão superior do Exército para assuntos relativos à parte de pessoal. Disponível em: http://www.dgp.eb.mil.br/almq1/cons_tu_form.asp. Acesso em: 04 Jul 07.

enfermagem e magistério, por exemplo. Por certo, não há, hoje em dia, mais cabimento em se rotular determinadas profissões quanto às suas características sexistas. No entanto, a própria sociedade ainda impõe barreiras culturais ao exercício de algumas profissões às mulheres. Não há de ser necessário buscar em fatos históricos remotos para constatar esse fato. Um exemplo bem próximo e recente foi o processo seletivo 2006/2007 para alguns cursos superiores da UFPR. Nele, as mulheres correspondiam a somente 27,7 % dos aprovados no curso de Engenharia Civil, 13,6% do curso de Engenharia Elétrica, e irrisórios 6,8% e 6,4% do total dos aprovados em Engenharia Mecânica e Ciência da Computação, respectivamente.²⁶⁰ No Exército não haveria de ser diferente disso. Possivelmente agravado ainda mais, pela persistência de alguns elementos culturais machistas – a “psicologia do macho” e o “anti-feminismo” (DIXON, 1977, p. 338) – que, mesmo tendentes à decadência, como será visto a seguir, ainda sobrevivem na Instituição. Além disso, persiste no Exército toda uma cultura de tradições, muitas delas “inventadas”,²⁶¹ cujo alcance acabam por extrapolar os benefícios socializantes a que lhes são apregoados para se tornarem ferramentas ativas de conservantismo, inoculadoras do sentimento de aversão a mudanças bruscas no indivíduo. Se a aceitação das mulheres no Exército já seria difícil por si só, para muitos homens, a mescla das duas lógicas – machismo e conservantismo – provavelmente, acaba trazendo ao militar do sexo masculino uma dificuldade maior em se acostumar com o convívio de mulheres que desempenhem funções que, mesmo na vida civil, são encaradas pela parte machista da sociedade como “masculinas”, as relacionadas às engenharias, por exemplo. Enquanto no IME as áreas abertas às mulheres são as histórica e culturalmente ocupadas por uma maioria masculina (as áreas exatas, principalmente as engenharias), o QCO possui algumas especialidades cultural e historicamente ocupadas por uma maioria feminina, como por exemplo as áreas de pedagogia e enfermagem.²⁶² Talvez isso ajude a explicar a enorme diferença entre a participação percentual feminina na oficialidade do QCO (30% de mulheres) e do IME (7,8%).

Outro elemento a que me arrisco a propor é o de que o QCO ainda não possuía tradições sedimentadas de longa data.²⁶³ Por conseqüência, quando as primeiras mulheres entraram, ainda não havia um machismo corporativo arraigado em seus quadros já formados. Em princípio, pelo menos no que tange ao aspecto prático-profissional, não havia a necessidade simbólica da construção para si de uma identidade militar “viril” de “combatente”, afinal, eram

²⁶⁰ Ver página da UFPR. Disponível em: http://www.nc.ufpr.br/concursos_institucionais/ufpr/ps2007/resultado2fase/resultado.htm; Acesso em: 1º Jul 07.

²⁶¹ A concepção de tradição “inventada” segue aqui o modelo proposto por Hobsbawm em: Hobsbawm, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: Hobsbawm, Eric; Ranger, Terence. A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 5-32.

²⁶² Utilizando-nos novamente das estatísticas do vestibular de 2006/2007 da UFPR, para o curso de enfermagem 87,3% eram mulheres e para o de pedagogia, 90, 6%

²⁶³ A primeira turma a ser formada na EsAEx, composta somente de homens, foi a de 1990, apenas dois anos antes das primeiras mulheres se formarem naquela mesma escola.

todos “técnicos” e foi para essa finalidade que o Exército os incorporou. Isso talvez tenha facilitado a aceitação das mulheres em seus quadros.

Ainda que seja um ato meramente simbólico²⁶⁴ – possivelmente com a finalidade maior de manter uma aparência de Instituição democrática, despreconceituosa e politicamente correta – o Exército permitiu o ingresso de mulheres em seus quadros técnico-administrativos e adotou Maria Quitéria como um dos seus patronos. Ela havia combatido nas “Guerras da Independência” vestindo-se de homem, adotando o nome de soldado Medeiros. De acordo com o antigo Chefe do Centro de Documentação do Exército,

“A escolha de Maria Quitéria para o rol de insígnias Patronos da Instituição repercutiu de forma a mais favorável, para os públicos interno e externo da Força. *Além da projeção positiva da imagem da Corporação, que soube valorizar a mulher brasileira*, na relembração da maior heroína da nação, este fato ainda adquiriu proeminente dimensão histórica, eis que o Exército Brasileiro elevou uma mulher, a primeira a assentar praça numa unidade militar em nosso país, às culminâncias de seus mais ínclitos soldados.”²⁶⁵

Patrona de um quadro técnico do Exército, mas reconhecida como combatente justamente por tornar-se “funcionalmente” masculina, evitando dar mostras à sua feminilidade. Diante disso, há que se ressaltar que o Exército, ainda em 1995, publicou uma firme intenção de estender às mulheres a “possibilidade de ingresso, também, na carreira de oficial combatente”, onde seriam direcionadas somente à Arma de Comunicações, ao quadro de Material Bélico e ao serviço de Intendência,²⁶⁶ ou seja, os quadros mais técnicos da linha bélica. Ainda assim, a idéia parece não ter agradado a parcelas influentes da cúpula da oficialidade, pois ela não se materializou.

De qualquer maneira, é de suma importância enfatizar que a presença das mulheres em muitos quartéis do Exército, vem dando sua contribuição, certamente, de acordo com o contexto de cada quartel, em diferentes graus, para as transformações no processo de socialização militar.

Há muita polêmica quanto à aceitação das mulheres por parte dos militares homens, e o efeito da sua presença no mundo predominantemente masculino dos quartéis já possui trabalhos bastante interessantes como o de Alexandre Reis Rosa sobre a dominação masculina e violência simbólica sofrida pelas militares. Faço um pequeno parêntese para dizer que não há

²⁶⁴ Mas, como diria Bourdieu, o poder simbólico tem o “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização” (BOURDIEU, 2000, p.14).

²⁶⁵ “O ensino militar através dos tempos e o QCO”. Palestra proferida pelo coronel do Exército Manoel Soriano Neto aos alunos do QCO, na EsAEx, em Salvador-BA. Sem data. Disponível em: http://www.cdcoex.eb.mil.br/arquivosDocs/o_ensino_mil_atraves_dos_temp_qco.doc; Acesso em: 26 Abr 06.

²⁶⁶ Portaria nº 834, de 21 Dez 1995 (Diretriz para reestruturação da carreira dos oficiais formados pela AMAN), publicada no BE nº 02, de 12 Jan 96.

mulheres servindo em todos os quartéis. Na maioria das vezes, elas se limitam a servir nos Quartéis Gerais, hospitais, escolas de formação ou colégios militares. Raras (mas não inexistentes) são as mulheres que servem em quartéis de armas, o que demonstra que o assunto é ainda visto com um certo grau de tabu pela elite militar.

Mesmo não estando em todos os tipos de organizações militares, é inegável, porém, que a presença feminina, naqueles em que ela existe, trouxe à baila novas considerações de ordem moral tanto em relação ao tratamento e convívio entre os militares de ambos os sexos, quanto à necessidade de um maior autocontrole das expressões de virilidade no ambiente intramuros.

O trabalho de Alexandre Reis Rosa, produzido a partir de entrevistas concedidas por militares dos segmentos masculino e feminino de um colégio militar do Exército, traz uma conclusão interessante, que faz pensar em possíveis tendências à modificações nos comportamentos expressivos e reforçadores de virilidade, até então normais, dos militares. Ele diz ser normal as oficiais chamarem à atenção dos soldados por cuspirem no chão ou ordenarem que não se sentem com as pernas abertas, o que “transmite ao soldado uma forma correta de se sentar, um hábito de mulher, *típico da socialização feminina*” (ROSA, 2007, p. 273). Estão longe de serem generalizados esses procedimentos socializantes, porém, a simples introdução nos quartéis de hábitos (como a vaidade e a delicadeza postural e de tratamento) e de valores (como a sensibilidade para com os seus semelhantes), considerados no universo machista como tipicamente femininos e, com o passar do tempo, a aceitação em vê-los como naturais – ainda que com uma certa resistência por parte de alguns homens – tem a tendência a extinguir os caracteres masculinizantes e masculinizados relativos à Instituição militar, refletidos no pensamento de que o Exército tratar-se-ia de “um espaço cujo imaginário social atribui a qualidade de ser um lugar onde *meninos* ao tornarem-se soldados, tornam-se *homens*” (ROSA, 2007, p. 5). Incorporar ao Exército conferiria ao indivíduo aquilo que Norman Dixon chamou de “selo de masculinidade” (DIXON, 1976, p.260). No seio de uma sociedade de características até certo modo “libertárias”, como a pós-moderna, onde as posturas sexuais não precisam mais ser constantemente reforçadas,²⁶⁷ o Exército se insere como um subsistema a ela conectado.

Uma pesquisa realizada em 1997, que comparou a identidade de gênero no ambiente civil com a mesma identidade no ambiente militar chegou a duas conclusões que corroboram até certo ponto o que havíamos dito até ainda há pouco. Enquanto que na sociedade civil, a pesquisa indicava que “o papel social de masculinidade tradicional, que traz implícita a concepção de superioridade do homem em relação à mulher, está se mostrando inadequado tanto aos homens

²⁶⁷ Dubar afirma que a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, ainda que marcado pela desigualdade, tem tornado mais difícil a reprodução das identidades tipicamente masculinas, ao menos na geração mais jovem (DUBAR, 2005, p.285).

quanto às mulheres,”²⁶⁸ no meio militar, apesar do possível “confronto entre os rígidos valores masculinos tradicionais que caracterizam a doutrina militar e o processo de liberação masculina”, concluiu-se que:

“a visão do senso comum, amplamente difundida em nossa sociedade, de que o Exército é uma ‘escola para ser homem’ não recebeu, portanto, apoio empírico. Parece, assim, que o fato do Exército recompensar a posse de características masculinas numa intensidade maior que a sociedade em geral, não está se mostrando suficiente para o desenvolvimento de um senso de adequação de seus membros ao padrão social típico de masculinidade, isto é, de uma relação direta entre doutrinação militar e masculinidade.”²⁶⁹

Parece ter havido uma tendência de abrandamento de um modelo de socialização realizado por meio de ferramentas reforçadoras de um comportamento tipicamente machista. Não há uma regra, mas, de certo modo, a presença feminina obrigou aos diversos militares que fossem conviver com essas mulheres – e também com as dos quadros de oficiais e, logo em seguida, das sargentos temporárias – a terem uma postura um pouco diferente da adotada na tropa, como a da excelente descrição do já citado livro do ex-soldado Alberto Rodrigues, acerca do padrão de socialização no Exército dos anos 70:

“Fico procurando uma maneira de narrar os fatos, escolhendo palavras polidas. Confesso que a dificuldade é grande, em função da permanente rudeza do vocabulário utilizado ou da franqueza próxima da grosseria. Os xingamentos fazem parte do vocabulário próprio da caserna. (...)Um exemplo dessa circunstância era o emprego, permanente, por instrutores, da terrível expressão ‘juntar os cascos’, como comando substituto para determinar a posição de sentido. Imagine uma pessoa que nunca tivesse ido a um quartel, e ouvisse um sargento gritando: - Soldado, junta os cascos, seu imbecil! (...) Cito aqui alguns exemplos mais comuns desses xingamentos: mcorongo, xibungo, arataca, babaca, animal, toupeira, tabacudo, cavalgadura, besta quadrada” (RODRIGUES, 2001, p.77).

Mas há uma outra modificação quanto ao processo de socialização, principalmente dos futuros oficiais do Exército, por conta do maior contato com o mundo feminino. Modificação ocorrida em um momento bem anterior ao exercício das atividades profissionais nos quartéis, ocorrida nos seus estágios iniciais de socialização militar, nos Colégios Militares (CM), lugares onde normalmente grande parte dos oficiais²⁷⁰ têm seu primeiro contato com o

²⁶⁸ SOUZA, Marcos Aguiar de; FERREIRA, Maria Cristina. Male gender identity in civil and military men. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721997000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Sep 2007.

²⁶⁹ SOUZA, Marcos Aguiar de; FERREIRA, Maria Cristina. Male gender identity in civil and military men. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721997000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Sep 2007.

²⁷⁰ Até 2004, a EsPCEX reservava 50% de suas vagas a alunos de Colégios Militares (FÁZIO, 2003, p.82).

mundo militar e com toda a carga simbólica de manifestações de poder que nele se estabelece. O relato de um monitor de um colégio militar esclarece como era o mundo do colégio em um período em que havia apenas estudantes masculinos:

“Antigamente o CM era militar, hoje ele é Maneiro, Colégio Maneiro...(risos). O espírito do colégio era diferente, exatamente porque tinha um espírito de quartel. Um ritmo de quartel. O aluno...era igual soldado, não tinha moleza não. [...] as meninas não iam agüentar o ritmo de antes. Aqui era igual adaptação na AMAN: ordem unida, ICM, TFM...o que era uma *mini-lavagem cerebral numa criança de dez anos*, porque aqui só entrava na quinta série. Daí os monitores pressionavam mesmo, cobravam mesmo...você forjava até o terceiro ano a mesma turma. (Entrevistado 5)” [ROSA, 2007, p.129]

Note-se que o próprio sargento monitor qualifica como “mini-lavagem cerebral”o modelo de socialização com um “espírito de quartel” processado em meninos de 10 anos. Com a aceitação de meninas nos colégios militares no início dos anos 90 (ROSA, 2007, p.128) e depois com a introdução de professoras civis, o mundo tipicamente masculino daquelas instituições de ensino passou a tomar uma forma mais híbrida em relação ao universo feminino. Lembrando novamente que uma maioria de oficiais dessa época teve sua primeira experiência de socialização nos colégios militares, e levando-se em consideração que a formação no colégio militar faz parte de uma época ainda de socialização primária – justamente a que mais sucesso tem em sedimentar elementos educativos nos indivíduos – seria natural que os militares formados em uma etapa anterior, tivessem comportamentos diferentes dos encontrados nos formados em uma época mais recente. Resumindo: a tradicionalmente machista sociedade militar parece tender a não ser mais tão intensamente machista como antanho.

De qualquer modo, o simples fato de ser possível o ingresso de mulheres nos quadros de uma Instituição histórica e culturalmente destinada a homens, representa um sinal de avanço na mentalidade da sua cúpula. Apesar de um relativo atraso em relação às outras Forças Armadas, que permitiram a entrada das mulheres ainda na década de 1980, o Exército conseguiu romper uma barreira que até algum tempo atrás era inimaginável ser ultrapassada.

4. Níveis educacionais do efetivo profissional

As características de rusticidade, de trato grosseiro, e de pouquíssima instrução, de um modo geral, sempre fizeram parte do imaginário do mundo civil acerca dos militares do Exército, principalmente dos seus quadros inferiores. E não era apenas imaginação dos civis. O recrutamento dos praças era, e ainda é, de certo modo, “consistentemente feito nas classes pobres” (CARVALHO, 2005, p.19), o que não era uma característica exclusivamente brasileira. O general J.F.C. Fuller afirmava que quando incorporou no exército britânico, em 1898, “os

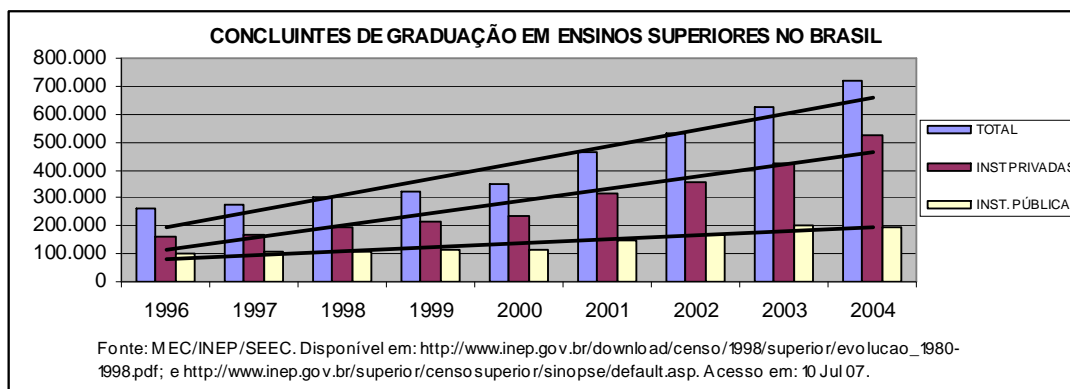
homens – os subordinados – desse tempo eram grosseiros, resistentes e analfabetos, em grande parte recrutados nas classes mais baixas...” (DIXON, 1977, p.281). No nível dos oficiais, no Brasil, o recrutamento passou por mudanças consideráveis ao longo desses cem últimos anos, indo de “aristocrático para endógeno e de classe média” (CARVALHO, 2005, p.19), mantendo-se, na atualidade, na sua maioria, um padrão endógeno por ascensão social, sendo grande parte dos oficiais formados pela AMAN, em épocas recentes, filhos de militares da carreira de praça (CASTRO, 1993, p 226). Se os recrutamentos eram promovidos entre camadas sociais distintas, seria natural – levando-se em consideração os padrões de distinção da sociedade brasileira – que houvesse um certo distanciamento entre a oficialidade e os praças. Além disso, o próprio modelo de organização militar adotado no Brasil, que é comum aos exércitos ocidentais, separa nitidamente o oficialato das praças, deixando estes em uma posição incômoda, pois “se vêem em permanente e rígida desvantagem diante do oficialato” (CARVALHO, 2005, p. 106). De qualquer maneira, esse fosso social refletia-se nas senhas de diferenciação correspondentes aos níveis intelectuais de ambas as camadas hierárquicas do Exército.²⁷¹ No entanto, uma confluência de fatores estruturais e conjunturais iria impor uma mudança radical nas senhas culturais de diferenciação entre os praças e oficiais.

Com menos verbas, a maioria dos quartéis do Exército (pelo menos os ditos “não prioritários”) teve que se adaptar em realizar menos exercícios no terreno, o que, sem dúvida trouxe uma maior disponibilidade de tempo à noite para sua tropa. Além disso, a política de meio-expedientes para economizar “rancho” trouxe ainda mais tempo de folga. A introdução do computador foi um facilitador para aqueles praças já antigos, que trabalham na burocracia, pois o uso de editores de texto e planilhas ao invés de máquinas de escrever deu-lhes tempo ocioso suficiente para que pudessem, dentre outras coisas, estudarem, inclusive, mesmo, durante alguns momentos do expediente. E fez com que raramente se precisasse trabalhar fora do expediente – o que era muito normal em épocas anteriores – para se cumprir a pesada burocracia militar.

No aspecto externo à Instituição houve também mudanças que influenciaram no nível educacional dos seus militares. Nas décadas de 1980 e 1990 houve um sensível crescimento do número de instituições de nível superior no país, sendo as maiores responsáveis por esse crescimento as instituições privadas. É interessante notar que o número de graduados em instituições superiores quase triplicou em apenas oito anos. Com uma política neoliberal, os três últimos governos adotaram medidas que facilitaram a criação de instituições de ensino superior, vistas por muitos como indústrias da educação.

²⁷¹ O termo “sargentão”, que tanta humilhação trouxe ao marechal Hermes, resumia um conjunto de preconceitos mantidos pelas elites civis a respeito dos militares de modo geral. Mas trazia uma outra ofensa, distante da percepção dos civis, porque baseava-se em senhas e em símbolos internos de distinção, desconhecidos do mundo civil. Se no episódio das “Cartas Falsas” em 1921 o marechal Hermes da Fonseca havia-se sentido ofendido por ter sido chamado de “sargentão sem compostura”, é muito provável que o efeito maior tenha sido provocado pelo termo bastante pejorativo “sargentão” (praça rústico e ignorante) do que pelo predicado “sem compostura”.

Gráfico nº 20



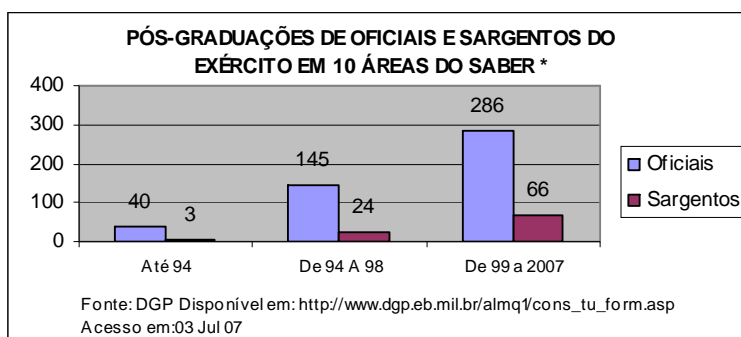
É no contexto de uma ideologia da “sociedade do conhecimento”, da distinção social pelo saber universitário, que todo o corpo social se insere. E como não poderia deixar de ser, toda a sociedade militar passou a sofrer uma enorme influência desses conceitos, principalmente uma parcela dela, que se inseriu ativamente na busca de novos saberes e na tentativa de mudar sua condição social. Por isso o número de militares com titulação universitária aumentou significativamente nesses últimos anos.

Para os gráficos a seguir, que mostram as elevações nos números de militares graduados e pós-graduados em universidades / faculdades civis há que se esclarecer alguns aspectos. Primeiramente, deve-se dizer que para realizar o *mis en place* anterior à quantificação propriamente dita foram considerados apenas os militares que declararam ao Exército suas colações de grau. É necessário dizer isso porque nem todos declararam à Força o seu status intelectual e, por observação direta deste autor, pode-se crer que uma boa fatia não o fez. Outro aspecto a ser dito é o de que os oficiais do QAO foram considerados como fazendo parte do universo dos sargentos, pois, como já dito anteriormente, na realidade eles seguiram a carreira militar como sargentos e só no final de suas carreiras foram promovidos a oficiais. Tanto que, pelo regulamento, não podem exercer cargos privativos de oficiais de carreira, formados pela AMAN. Outra consideração é a de que, na nossa análise, foram considerados somente os oficiais de AMAN, do QCO, e os do Serviço Técnico Temporário que se graduaram no mundo civil. Os médicos, dentistas e farmacêuticos não foram considerados na análise por dois motivos. Primeiro, eles antes de serem socializados na profissão militar, são socializados na profissão médica. Diferente do que costuma acontecer com um hipotético oficial de AMAN, por exemplo. Este, depois de ter sido socializado como um militar profissional, um “combatente”, é que ao escolher cursar uma faculdade, virá a sofrer uma segunda socialização profissional. E é diferente, também, do oficial do QCO e do STT, os quais inseriram especializações e saberes novos à estrutura do Exército, devendo contribuir com esses saberes para uma melhoria efetiva da Instituição, e porque não, introduzir novidades nos processos de socialização militar. Porquanto, médicos, dentistas e enfermeiros já existiam no Exército e suas áreas do saber não

trouxeram nenhuma modificação significativa no processo de socialização abordado pelo recorte do presente trabalho.

No entanto, deve haver a preocupação de ressaltar aqui que as relações de poder entre os chefes de unidades militares e os profissionais de saúde, estas sim, passaram por significativas transformações nesses últimos anos. Há inúmeros casos de ações judiciais de ex-militares contra o Exército, contestando a legalidade de suas exclusões, dando a entender terem sido baseadas em pareceres médicos supostamente direcionados para a exclusão desses militares e que davam ao militar excluído a condição formal de fisicamente “Apto”, mesmo sem o estar.²⁷² O aumento desses casos judiciais parece ter conferido aos médicos e às suas decisões um grau maior de autonomia, dentro da estrutura de poder da Força. Isso, contudo, pouco tem há ver com mudanças em sua formação intelectual e/ou profissional, que é o que nos interessa para o momento. Vamos aos gráficos então:

Gráfico nº 21

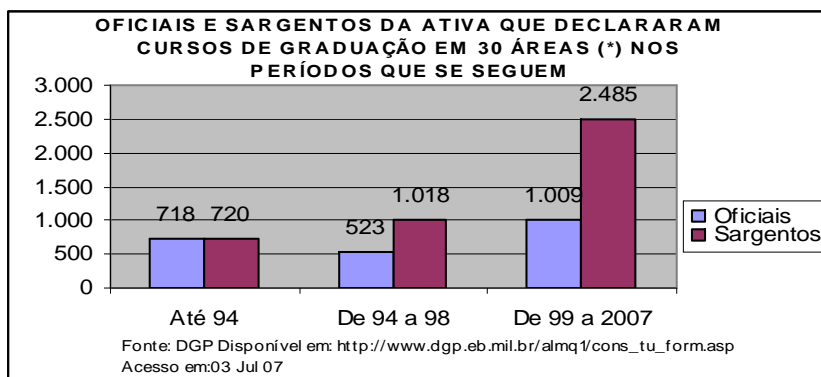


* OBS: As 10 áreas escolhidas como recorte foram: Direito, Economia, Contábeis, Informática, Pedagogia, Gestão Ambiental, Política, Biologia e Comunicação.

No caso dos oficiais, as áreas em que tiveram um aumento mais sensível do número de pós-graduados declarados à Instituição, tanto em nível de especialização como de mestrado, foram as de Informática, Direito e Administração. No nível dos sargentos, as áreas de Direito e Administração foram as preferidas.

²⁷² Como exemplos, ver os acórdãos a seguir publicados pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região/ Porto Alegre-RS: Apelação Cível Nº 2003.71.00.004697-2/RS, do Juízo Federal da 8ª Vara Federal de Porto Alegre, expedida em 19 Out 04, Disponível em: http://www.trf4.gov.br/trf4/processos/pdf_it2.php?numeroProcesso=200371000046972&dataPublicacao=03/11/2004; Apelação Cível nº 97.04.48430-5 (Ementa), 3ª Turma, expedida em 17 Dez 98, Disponível em: <http://www.trf4.gov.br/trf4/jurisjud>; Apelação Cível, 95.04.01938-2 (Ementa), 3ª Turma, expedida em 03 Dez 98, Disponível em: <http://www.trf4.gov.br/trf4/jurisjud>; Apelação Cível nº 94.04.58893-8 (Ementa), 4ª Turma, expedida em 16 dez 97, Disponível em: <http://www.trf4.gov.br/trf4/jurisjud>. Todos os acessos em 09 Jul 07.

Gráfico nº 22



(*)A saber: Administração, Informática, Ciência Política, Ciências Biológicas, Ciências, Ciências Sociais, Comunicação Social, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Educação Física, Enfermagem, Engenharias Civil, Elétrica e Mecânica, Filosofia, Física, Fisioterapia, Geografia, História, Letras, Matemática, Odontologia, Medicina, Música, Pedagogia, Psicologia, Teologia e Química. Incluídos, por fim, os pilotos de aeronave civil de asa fixa.

Muitos militares, por conta própria, procuraram buscar novos conhecimentos – afinal de contas, como constatou Celso Castro, “o Exército não facilita em nada a realização de cursos extra-Instituição pelos oficiais” (CASTRO, 1990, p.155). Há relatos informais de um certo nível de perseguição por parte de alguns comandantes a subordinados seus que cursavam faculdades, em que suas missões eram aumentadas com a finalidade de forçá-los a continuar o expediente noite adentro²⁷³ e a faltarem às aulas. Porém, por mais que o ambiente de patrulha ideológica fosse intenso e atitudes desse gênero fossem generalizadas no Exército, seria muito difícil a esses comandantes exercerem um controle absoluto de seus homens no extra-muros dos quartéis e impedi-los de fazerem o que quer que seja, inclusive cursarem faculdades ou, em casos mais esporádicos, cursarem pós-graduações.

Mas recentemente, já na segunda metade da década de 1990, a própria Instituição parece ter percebido uma certa necessidade em ter em seus quadros, oficiais com conhecimentos além dos que eram oferecidos na AMAN.

Com as mudanças na administração pública, introduzidas a partir de 1995, buscando uma melhoria na qualidade do serviço público (LAMOUNIER & FIGUEIREDO, 2002, pp.370-393), o governo federal repisava um discurso que incentivava uma política de maior

²⁷³ O que, conforme alguns relatos, é corriqueiro em muitos quartéis: “Dois dramas perseguem os militares desde o início de suas carreiras. Um deles é o serviço noturno, dia em que terá que pernoitar no quartel sem receber nenhum adicional remuneratório por isso, e o outro é o expediente “sem-fim”, aquele em que o militar permanece no quartel muitas vezes até altas horas da noite executando serviços por ordem de superiores imediatos, a despeito da rotina das organizações militares ser definida em regulamentos ou ordens internas, geralmente das 08 as 16:30 ou 17:00”. Do artigo “Expediente Ilimitado!”, sem autoria, postado em 24 Fev 06; Disponível em: <http://ocisnengro.tripod.com/>; Acesso em: 13 Jun 06.

transparência dos gastos públicos e de fiscalização das finanças setoriais pelo TCU e outros órgãos federais. Diante desse novo quadro, o Exército teve que repensar suas estratégias de administração, até então bastante independentes, e buscar formas de se adequar²⁷⁴ a uma realidade gerencial que passou a exigir de seus administradores, inclusive os dos níveis mais baixos, uma ferramenta que no universo ideal militar era pouco valorizada²⁷⁵: a ferramenta intelectual. De acordo com o portal do Exército:

“O mercado de trabalho vem exigindo, a cada dia, a figura de um profissional dinâmico, comunicativo, capaz de adaptar-se a situações adversas e que busque, constantemente, o auto-perfeioamento. No meio militar as exigências não são diferentes. A fim de manter essa vitalidade, o Estado Maior do Exército (EME) iniciou, em 1994, o processo de modernização do ensino visando a tornar os recursos humanos da Força capazes de acompanhar os avanços da era do conhecimento e de integrar o Exército do século XXI.”²⁷⁶

A publicação de uma “Diretriz para a Reestruturação da Carreira dos Oficiais Formados pela AMAN”, do final de 1995, e publicada no início de 1996, já indicava que os conhecimentos a que os oficiais eram submetidos não estavam sendo considerados satisfatórios pela cúpula militar. A referida publicação propunha que,

“objetivando o aprimoramento cultural do oficial, em benefício da Instituição, deverão ser realizados estudos visando a que, mediante uma complementação do ensino fundamental ministrado da AMAN, possa ser obtida pelos oficiais a graduação nas áreas de...Administração e Ciências Contábeis.”²⁷⁷

Não sabemos dizer se houve mesmo, na prática, algum tipo de apoio a algum oficial por parte da Instituição (formal ou informal) mas após a diretriz, antes citada, foram credenciados no Exército 21 Capitães, 17 majores, 11 tenentes-coronéis e 5 coronéis com o curso superior de Administração; e 3 tenentes, 16 capitães, 21 majores, 12 tenentes-coronéis e até 1 general com o curso de Ciências Contábeis.

²⁷⁴ Por exemplo, a Portaria nº 87, de 29 Fev 00, do Gabinete do Comando do Exército, publicado no Boletim do Exército nº 10/2000, de março de 2000, criou o *Comitê Executivo Setorial de Desburocratização do Exército*. Outro exemplo seria o ofício nº 004-Gab Sect, do Secretário de Economia e Finanças, de 16 Mar 2004, que em circular aos comandos de área e órgãos gestores, afirmou com todas as letras que “o acompanhamento mais eficaz do Tribunal de Contas da União, o aumento do número de denúncias e o avanço nos conhecimentos de eletrônica, possibilitando o acesso a arquivos e distorção de dados” tem exigido um “cuidado” maior no gerenciamento dos recursos recebidos. Além de produzirem “um crescimento quase sistemático de processos administrativos, perícias contábeis ou Tomadas de Contas Especiais (TCE) que, aliados a maior interferência da Justiça na Administração Militar, nos aconselham a reagir de maneira efetiva e sem constrangimentos, a fim de coibir ações que onerem os cofres públicos e prejudiquem a destacada posição de confiabilidade do Exército Brasileiro, junto à população.”

²⁷⁵ O anti-intelectualismo, de acordo com Norman Dixon, é uma característica das organizações militares (DIXON, 1976, p.338).

²⁷⁶ Fonte: *site* do Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Artigos/0041309.htm>. Acesso em: 12 Dez 06.

²⁷⁷ Portaria nº 834, de 21 Dez 1995, publicada no Boletim do Exército (BE) nº 02, de 12 Jan 96.

A partir daquela diretriz um estudo realmente foi feito, o qual foi o germe para a Nova Lei de Ensino no Exército²⁷⁸. Por meio desta lei, o curso da AMAN passou a ser reconhecido como bacharelado, o curso de aperfeiçoamento de oficiais corresponderia ao nível de mestrado e o curso de estado-maior ao de doutorado em “ciências militares”.

Em relação aos sargentos com cursos superiores, formalmente, não houve nenhum tipo de aproveitamento de seus conhecimentos adquiridos no mundo civil. Não tendo a incumbência regulamentar de planejar ou de realizar qualquer outro tipo de trabalho intelectual,²⁷⁹ pois a Instituição os havia incorporado com a finalidade exclusiva de auxílio dos oficiais e de execução, houve por parte do Exército uma certa reserva em aceitar essa nova realidade vivida por seus subordinados. E em alguns de seus discursos²⁸⁰, os sargentos pareciam querer revelar um sentimento de frustração profissional, de subemprego em relação às suas capacidades e de descontentamento em relação ao tratamento conferido.²⁸¹

Enquanto isso, o acesso de seus subordinados não somente ao conhecimento formal fornecido pelos cursos superiores, mas, mesmo o acesso a todo tipo de informações sem controle, das mais diversas fontes, principalmente por meio da *Internet*, tornou-se uma preocupação constante da cúpula do Exército. De acordo com o general Gleuber, então comandante do Exército,

“nossos comandados, mesmo aqueles servindo nas guarnições mais distantes, podem tomar conhecimento imediato do que acontece nos centros de decisão nacional, segundo o relato da imprensa escrita, falada ou televisiva, ou, de forma cada vez mais ampla, através da rede mundial de computadores. Essa visão dos fatos é, muitas vezes, fortemente influenciada pelas posições particulares dos órgãos de imprensa, nem sempre de posse de todas as circunstâncias que cercam os acontecimentos. O Centro de Comunicação Social do Exército tem se desdobrado para oferecer a versão oficial dos fatos que se relacionam com a Fter [força terrestre], segundo o ponto de vista do seu comandante.”²⁸²

De acordo com essa mesma cúpula, essa falta de controle em relação aos conteúdos das informações e das visões que elas representam poderiam ser suavizadas ou mesmo combatidas com repasses de informações dos escalões superiores para a tropa, “de forma efetiva e oportuna”, desse modo assegurando “a manutenção dos índices desejáveis de tranquilidade e

²⁷⁸ Publicação no Boletim do Exército nº 07, de fevereiro de 1999.

²⁷⁹ Com um tom de humor e de corporativismo classista, um sargento chega a comentar que a mentalidade do oficialato...tradicionalmente considera que ‘o melhor sargento é o que sabe contar até dois’.” **Exército: a rebelião dos praças.** (Por Maurício Dias) Revista Carta Capital nº 270, Ano X, 10 Dez 2003.

²⁸⁰ Novamente remeto como exemplar o texto transcrito no início do trabalho.

²⁸¹ Ver fonte transcrita no início da dissertação.

²⁸² VIEIRA, General Gleuber. “Orientações gerais ao Exército”. Revista Verde Oliva nº 168, 2000; Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/VO/168/cmt.htm>; Acesso em: 25 Nov 06.

confiança no âmbito da Força e da família verde-oliva, propiciando um ambiente favorável ao cumprimento da missão e preservando a auto-estima.”²⁸³

5. “Justiça e cidadania”²⁸⁴: a socialização militar no seio de uma sociedade dita democrática

a. Disputas internas por poder:

Quando o general Gleuber Vieira, comandante do Exército, à época, encaminhou ao ministro da Defesa o ofício nº 133-A2, de julho de 2002, que versava sobre o perigo das ações judiciais sofridas pelo Exército, imediatamente uma cópia do mesmo ofício foi enviada, clandestinamente, à revista Carta Capital, por intermédio de um sargento. Este, ao ser indagado pelo repórter da revista como havia conseguido tal documento, de acordo com a própria revista, respondeu: “- Ora, há algum papel que tramite na burocracia das Forças Armadas sem passar pelas mãos de um sargento?”²⁸⁵

O que primeiro fica latente é a enorme sensação de poder do sargento, não como indivíduo, mas como pertencente a um grupo social. Sua curta frase nos deixa perceber alguém que se sente pertencente à Instituição, mas dotado de poderes capazes de dar vazão ao seu livre arbítrio, a ponto de afrontar a ordem do sistema (nesse caso específico, a ordem presume o sigilo da documentação). Não houve o medo de ser descoberto por tornar público um documento, em princípio, reservado e com destinatário específico? Se houve, ele foi derrotado pela expectativa a respeito dos prováveis resultados de sua transgressão. De qualquer modo, uma questão que se deixa aqui é: qual a intenção do sargento em tornar público um documento que deveria ter circulação apenas restrita entre o comandante do Exército e o ministro da defesa? Sem dúvida o teor da mensagem ajudou a definir tal intenção.

O ofício do então comandante do Exército havia demonstrado claramente o temor da cúpula da Força, ante os prováveis danos à disciplina da tropa, trazidos quando os ventos da plena “cidadania” começaram a soprar também na base da pirâmide hierárquica do Exército. Ele materializava, pela prova do discurso escrito, a contrariedade sentida por essa mesma cúpula ao observar essas mudanças, que afetam diretamente o dia-a-dia das relações de poder entre subordinados e superiores nos quartéis. E neste caso, houve a preferência pelo termo “subordinado”, pois os abusos de poder – muitas vezes legitimados pelo manto da manutenção da disciplina, e por uma presumida necessidade de dureza no processo de socialização militar – foram e, porque não, ainda são cometidos tanto por oficiais quanto por praças graduados.

²⁸³ VIEIRA, General Gleuber. “Orientações gerais ao Exército”. Revista Verde Oliva nº 168, 2000; Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/VO/168/cmt.htm>; Acesso em: 25 Nov 06.

²⁸⁴ *Slogan* contido no site da Associação de Praças do Exército Brasileiro (APEB). Disponível em: <http://www.apeb.com.br/>; Acesso em: 16 Abr 07.

²⁸⁵ **Exército: A rebelião dos praças**, IN: Revista Carta Capital nº 270, de 10 Dez 2003.

Conviver com uma situação semelhante, por certo que desagrada a muitos militares, dentre eles, também, muitos dos sargentos. Tornar pública essa contrariedade talvez fosse visualizado por aquele sargento como o primeiro passo no sentido de evitá-la.

Como complemento a essa questão, seria interessante deixar claro que não há somente a disputa por quotas de poder entre as “classes” dos sargentos e a dos oficiais. Existe também uma querela entre os defensores e os opositores do *status quo*, cujos representantes estão nas duas camadas e compreende geralmente uma relação intergeracional, em que os mais novos são normalmente os que mais anseiam por maiores mudanças e os mais “antigos” são os que buscam garantir o *status quo*.

Dentro desse ambiente, onde as relações de poder muitas vezes são incertas, se configurando na base do conhecido adágio popular “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, o abuso de poder e a violência moral, grandes formadores de uma ótica negativa da sociedade em relação aos militares,²⁸⁶ acabaram sendo, de certo modo, naturalizados no imaginário militar, chegando a fazer parte do enredo de historietas contadas, curiosamente com um etos de comicidade, por ex-chefes. Um pequeno exemplo dessa naturalidade diante do abuso de poder e da violência moral pode ser observado num pequeno conto escrito por um coronel do Exército, publicada na revista do Clube Militar, em 1997. Apesar de fictícia, ela, de um modo ou de outro, reflete um estado de coisas que, via de regra, era naturalizada nas relações não só entre oficiais e praças, mas, também, entre superiores e subordinados de um modo mais geral.

O pequeno conto dizia que um determinado cabo havia pego uma vassoura do gabinete do comandante da unidade e dado a um soldado para varrer o pátio. O comandante, passando próximo do soldado – que de imediato já se justificava pelo fato de estar com a vassoura de seu gabinete –, ordenou a este que se recolhesse preso à sua subunidade. O cabo, ao saber do ocorrido, solicitou audiência ao comandante, prontamente assumiu a responsabilidade pelo ocorrido e intercedeu pelo soldado preso, pedindo ao comandante que reconsiderasse da decisão. O coronel então lhe respondeu da seguinte maneira:

“Cabo, sua atitude é bastante louvável, mas você está cometendo um pequeno equívoco. Quem foi que lhe disse que puni o soldado por ele estar usando a vassoura de minha sala? Não foi por isso, não! *Eu o prendi para ele deixar de ser burro! Ele estava varrendo o pátio contra o vento, só isso!*” (Revista do Clube Militar nº 333, de fevereiro de 1997, p. 23)

Mas, como já dito, o tratamento de superiores para com subordinados muitas vezes tem sido baseado na violência moral, que extrapola a simples e “cômica” literatura fantasiosa.

²⁸⁶ “Não é apenas ao nível das elites políticas que se alojam preconceitos e reservas quanto à organização militar. Ao nível da massa são as experiências com o serviço militar as que promovem estereótipos negativos. As causas imediatas sempre foram as formas violentas com que se fazia o recrutamento militar, o tratamento desumano que se dispensava ao recruta...” (COELHO, 1976, pp.43-44). [Grifos nossos]

Em Tubarão-SC, no ano de 1999, um major do Exército havia chamado um soldado de “macaco” perante o restante de sua subunidade. O soldado entrou com uma ação judicial por danos morais contra o referido oficial, e este alegou, por intermédio do seu advogado, que “há de se esperar o controle e a tolerância com as atitudes enérgicas” dos “superiores nas atividades inerentes às manobras militares”. O juiz responsável por julgar a ação compreendeu, entretanto, que “não se pode tolerar, sob a justificativa do tratamento severo da caserna, que “os subordinados sejam atacados por atitudes indubitavelmente racistas”.²⁸⁷

Diante de situações moralmente constrangedoras, como esta última, o que normalmente se via, até meados da década de 90, era que os militares de baixa patente tinham somente 3 alternativas: ou se calavam, ou se exaltavam verbalmente ou respondiam com agressões físicas. Essas últimas duas opções, geralmente, com perversas conseqüências disciplinares aos seus autores. Todas elas soluções individualizadas e locais para um problema coletivo e global, qual seja os abusos de autoridade de seus membros mais graduados. Porém, logo a partir de meados da década de 1990, e com a difusão de um novo pensamento a respeito das relações entre os indivíduos e a sociedade, essa situação começou a mudar. Formas coletivas e individuais (sob a proteção do estado através do ordenamento jurídico) consagradas pela sociedade ocidental há anos passaram a contemplar os membros mais baixos da caserna e a ajudarem-nos a se antepor a abusos de poder e a subtração de seus direitos de um modo geral. Essas formas coletivas de amparo fazem parte do próximo tópico a ser abordado. As formas jurídicas virão logo em seguida.

b. Constitucionalismo e “Movimentos Sociais Militares”

O uso pelo Exército do discurso de inquestionável respeito à Constituição Federal da Instituição, passou a ser usado constantemente como forma de legitimação e reforço do seu caráter permanente. De acordo com o assessor-de-ordens do então ministro do Exército, a atuação em perfeita concordância com os ditames constitucionais “é parte integrante do nosso pensamento militar e a ela nos devemos inquestionavelmente, cingir.”²⁸⁸ Ao utilizar esse tipo de discurso tinha também a finalidade de tentar apagar da Instituição o estigma de autoritária – fruto da experiência política pela qual o país havia passado no período de 1964 a 1985. Buscava construir uma imagem de cumpridora fiel da Constituição e, também, de sua defensora.

E mais. As conexões entre a formação da nacionalidade e a formação do Exército, tese já centenária, passaram a ser reatualizadas e reforçadas nos discursos da cúpula militar

²⁸⁷ “União deve indenizar ex-soldado do Exército que foi chamado de “macaco” por oficial”. Notícias do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, de 16 de janeiro de 2002; Disponível em: http://www.trf4.gov.br/trf4/noticias/noticia_detalle.php?id=2372; Acesso em: 07 Jul 06.

²⁸⁸ Ver artigo *O Exército do presente na visão do seu comandante: uma interpretação (pelo major Décio Luís Schons)*. Revista *Verde Oliva* nº141, 4º trimestre de 1994, p.3.

ainda no final da primeira metade da década de 90. Procurou-se conectar à Instituição, nesses discursos, também, uma imagem de racialmente democrática e, portanto, de politicamente correta, ao se criar o mito da sua formação por meio de um outro mito: o das “3 raças”, que se uniram sem conflitos para expulsarem o invasor holandês. As comemorações da 1ª Batalha de Guararapes e a escolha do seu dia como sendo o Dia do Exército, em 1994, representaram o esforço da cúpula em manter essas ancoragens (CASTRO, 2002, pp.68-74). Todas essas figuras discursivas parecem ter sido construídas com a finalidade de convencer as elites civis, principalmente as elites políticas, da necessidade de se manter o caráter permanente da Instituição, da existência de suas bases racialmente democráticas e da crença do centenário conceito de “soldado-cidadão”.

Todo esse discurso buscava de certo modo garantir uma aproximação da sociedade em relação à Instituição, pois, de acordo com seu comandante,

“alguns brasileiros fazem restrições à nossa atuação – a maioria deles por não nos conhecerem. Para contornar essas resistências, nada melhor que uma ampla abertura em relação à sociedade. Abram-se as portas dos quartéis para que os brasileiros possam conhecer o seu Exército”(Revista *Verde Oliva* nº141, 3º Trim 1994, p. 6.).

Para a cúpula fardada, abrir as portas dos quartéis e dá-los às visitas da população seria fundamental para que a nação desse o devido valor às realizações da sociedade armada, e perdesse determinados preconceitos em relação a ela.

Mesmo sabendo que nem sempre toda essa predisposição em abrir-se à sociedade tivesse sido efetivada de fato, pode-se dizer que apenas com ela a Instituição já havia dado um sinal claro de interesse por mudanças e um passo importante num sentido talvez não esperado pela cúpula: a abertura do mundo militar ao mundo “paisano” e com isso uma maior flexibilização nas relações entre esses dois mundos até então tão distintos. Afinal, este seria o passo simbólico para uma pretendida fusão entre dois grupos fronteiriços que, até então, tão bem se discerniam (CASTRO, 1990, p. 162).

O discurso do soldado-cidadão sempre deixou à mostra o duplo caráter do soldado, e, até então, havia sido utilizado pela cúpula como ferramenta de legitimação em momentos em que a Instituição viu-se envolvida em atividades políticas, e/ou em que houve algum tipo de tensão entre a sociedade armada e a sociedade civil. Uma forma de simbolicamente aproximar a sociedade civil dos interesses da sociedade armada. No entanto, como afirmou César Flores,

“A dualidade militar-cidadão é fator que pode, eventualmente, induzir perturbações e fraturas nas Forças Armadas. Realmente, a formação dos militares assegura homogeneidade de comportamento, até certo ponto, do conflito entre a ordem e as pressões das demandas insatisfeitas. Além de um certo nível de inadequação da resposta, os militares acabam se

dividindo entre a continuidade do respeito à ordem e o inconformismo com o *status quo*. Nessa situação os rumos e o equilíbrio da atuação militar dependem do grau de controle hierárquico ou, como alternativa, do grau de controle exercido por outras lideranças fortes que substituam a hierarquia formal, ambos tanto mais difíceis quanto maiores forem as insatisfações dos militares como cidadãos e seres sociais” (FLORES, 1992, pp.28-29).

Em fins da década de 1990, o reforço do discurso do soldado-cidadão pela Instituição passou a ser utilizado como uma ferramenta diferente da original e usual. O objetivo geral do discurso – que era o de ancorar a sociedade militar na sociedade civil, ou vice-versa – permaneceu sendo o mesmo, porém o viés considerado e os interesses pretendidos deixaram de ser os da cúpula dirigente do Exército. Algumas células das camadas mais baixas da sociedade militar iniciaram um processo contínuo de apropriação dos discursos daquela cúpula, mas com a única finalidade de legitimar suas reivindicações por maior cidadania.

Se até então o “coeficiente de cidadania” do militar – se é que se pode medi-la de alguma forma – contido no discurso do soldado-cidadão, não era discutido, a partir do início dos anos 2000 ele passou a ser o foco de militares dos baixos escalões, que decidiram se unir em busca dos seus direitos. Concomitantemente, há nesse momento uma explosão do número de praças se instruindo em inúmeras áreas de nível superior, dentre elas a área do Direito²⁸⁹. Mas mesmo não se formando em Direito, grande parte dos sargentos possuidores de cursos superiores partiram em busca de melhores salários através de concursos públicos, alguns dos quais passaram a cobrar um conhecimento geral das disciplinas jurídicas, principalmente a de direito constitucional. Isso de um modo ou de outro acabou proporcionando àqueles militares um bom subsídio intelectual acerca de seus direitos de cidadãos. Além disso, o maior acesso à Internet, mesmo nos quartéis, acabou proporcionando uma facilidade maior em se buscar informações das mais variadas, que inevitavelmente desaguariam na política.

E foi essa mesma condição, ou seja, a de ver-se cidadãos (condição que, lembro, vem sendo reforçada pela própria Instituição), que acabou entrando em choque com determinadas práticas internas utilizadas, há décadas, na manutenção da disciplina e da hierarquia e que eram consideradas, até então, como “naturais” do exercício do mando hierárquico típico da caserna. O presidente fundador da Associação de Praças do Exército Brasileiro (APEB), em projeto de pesquisa apresentado ao curso de mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, em março de 2002, afirmava que

“Não obstante já passados treze anos da promulgação da Carta vigente, há muitos indícios de

²⁸⁹ Entre 1999 e 2007 cerca de 400 sargentos apresentaram, ao órgão de controle de pessoal da Força, seus diplomas de bacharéis em direito. O total atual de sargentos do Exército formados em direito, que declararam essa condição ao órgão de controle do efetivo de pessoal da Força (Departamento Geral de Pessoal), é de 617. O total de oficiais é de 332.

inobservância da norma constitucional pelas Organizações Militares do Exército, refiro-me, especificamente, à questão dos direitos fundamentais dos militares. Não apenas, indícios, queixas, relatos de acontecimentos que corroboram essa afirmação, mas a própria norma dessa Instituição ainda mantém em plena vigência a negação de uma série de direitos tutelados pela Constituição. Pior do que isso, a autoridade militar que, em tese, poderia abster-se de aplicar norma contrária à Constituição, prefere atropelar o princípio do estado democrático de direito a desconsiderar as ordens castrenses, negando ao militar o exercício da cidadania”(Sgt Luiz Carlos P. Elias, 2002).

Seria questão de tempo até que algumas parcelas de militares, que se sentiam prejudicadas e ofendidas com a negação de seus direitos e sem terem a quem recorrer, partissem em busca de soluções que passassem ao largo das formalidades castrenses, disciplinadas, que mantinham a hierarquia, mas que, em termos de justiça, apresentavam resultados muitas vezes inócuos. Se a Internet serviu de ferramenta de difusão de ideais e de conhecimentos, ela também funcionou como um perfeito ponto de encontro ideológico, proporcionando condições para que inúmeros grupos sociais insatisfeitos com suas condições, antes tolhidos de qualquer liberdade de expressão, manifestassem seus ideais, valores e crenças. Isso vale para frações das Forças Armadas – geralmente oficiais e sargentos da ativa mais antigos ou os da reserva – insatisfeitas com relação à perda de poder das Forças Armadas em relação aos civis, trazidas pelas mudanças da sociedade.²⁹⁰ Mas vale também para os grupos que denominei “movimentos sociais militares”.

Esses grupos, formados tanto por oficiais como por praças, muitas vezes insatisfeitos com as condições de tratamento de seus superiores, têm utilizado a *internet*, como uma importante ferramenta de luta em prol dos seus direitos.²⁹¹ E isso no âmbito das três Forças Armadas. A Associação de Praças da Marinha do Brasil, por exemplo, publicou em sua página na *Internet* a seguinte mensagem que acaba extrapolando os limites daquela Força Armada, pela identificação coletiva que incita:

“Se você se sente: Abandonado pela Instituição a qual pertence; humilhado pelos superiores hierárquicos; sem perspectiva de promoção na carreira; perdido nas decisões a seguir; participante de um sistema de saúde falido; perplexo diante das ilicitudes praticadas pela Instituição ante a Carta Magna do País, SAIBA VOCÊ NÃO É O ÚNICO.”²⁹²

²⁹⁰ O Coronel R1 Renato Penteadado Teixeira disse em um jornal eletrônico: “só vislumbro uma solução para as Forças Armadas. É utilizarmos a Internet como meio de alerta e pressão para que os Comandantes das Forças acordem enquanto ainda é tempo.” <http://www.aggio.jor.br/05julho/exercito.htm> ; Acesso em: 12 Jan 07.

²⁹¹ Ver as seguintes páginas da Internet: <http://www.jgpimentel.com.br/>, <http://www.diariodobrito.com>, <http://www.apeb.com.br/>, <http://www.anprafa.com.br>, <http://www.anesprafa.cjb.net>, e muitos outros, principalmente sob forma de *blogs*. A APEB regional Centro-Oeste possui o seguinte *slogan*: “ "Um Novo Tempo!" Firmes e Unidos, até que a Constituição se Cumpra!” Disponível em: <http://www.apecentrooeste.com.br/>; Acesso em: 23 Jul 07.

²⁹² Associação de Praças da Marinha do Brasil – APMB; Disponível em: <http://www.apmbrasil.hpg.ig.com.br/>; Acesso em: 24 Jul 07.

No caso específico do Exército, um “movimento” formado pela união de alguns sargentos teve início em Recife-PE, no ano de 2000. Seguiu a trilha das associações do mesmo tipo fundadas nas polícias militares de vários estados, anos anteriores, mas foi a pioneira em relação às Forças Armadas. Sobre os indivíduos pertencentes a esse movimento, a revista Carta Capital publicou que

“estão dispostos a lutar para participar das decisões administrativas que os atinjam. Pois, como diz o sargento Saint-Clair sem perder o humor, a luta é para mudar a mentalidade do oficialato que tradicionalmente considera que "o melhor sargento é o que sabe contar até dois".²⁹³

A APEB, ao ser fundada, causou um certo temor na alta oficialidade por causa de sua proposta de “defender os interesses gerais das Praças do Exército Brasileiro e de seus associados.”²⁹⁴ Apesar de ter havido uma parca adesão, ela inseriu no contexto socializante dos sargentos uma contrapartida nova, pois representava uma voz, calada até então, de uma camada da sociedade militar que, em palavras de um dos dirigentes da APEB, se via em difíceis condições salariais, sendo humilhada no trabalho e sendo tratada “como mão-de-obra escrava do Estado.”²⁹⁵

Na tentativa de unir forças e aglutinar ideais comuns aos ditos “movimentos sociais” das três as Forças Armadas, em 1º de dezembro de 2003, foi fundada a Associação Nacional dos Praças das Forças Armadas. De acordo com sua diretoria, ela havia sido criada:

“na consciência do militar praça, que comungada pelos desbravadores, tendo sempre como escudo o manto sagrado da Carta Magna de nossa soberana e querida Nação, compartilhando sempre ao respeito às instituições, à autoridade constituída, aos procedimentos formais obedecendo sempre os canais competentes, zelando sempre pela valorização profissional do militar em sua atividade fim, a observância contínua à hierarquia, disciplina e a dignidade da pessoa humana, reunindo os praças e seus familiares...”²⁹⁶

Diante das manifestações desses grupos, apesar de, em sua essência, se mostrarem conservadores, ficam evidentes os choques entre a luta pela legalidade dentro dos quartéis e a soberania das decisões das autoridades constituídas. E esses movimentos organizados, aliados ao crescente número de ações judiciais demonstram a fragilidade do sistema e a permeabilidade da

²⁹³ **Exército: A rebelião dos praças**, IN: Revista Carta Capital n° 270, de 10 Dez 2003.

²⁹⁴ Inciso I do artigo 2º do Estatuto da APEB. Disponível em: <http://www.apeb.com.br/apeb/arquivo/estatuto/estatuto.htm>; Acesso em 06 Jan 06.

²⁹⁵ **Sindicalismo militar também tem candidatos**, (por Leonel Rocha), Jornal Correio Braziliense de 03 Out 05; Disponível em: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=223513>; Acesso em: 12 Jan 06.

²⁹⁶ Histórico da criação da ANPRAFA; Disponível em: <http://anprafa.com.br> ; Acesso em: 07 Jun 07.

Instituição militar ante às influências da sociedade englobante.²⁹⁷ Claude Dubar afirma que nas últimas décadas, todos os movimentos organizados, inclusive os que buscam uma maior igualdade de direitos têm revelado e contestado

“não somente o caráter fundamentalmente desigual das sociedades industriais ‘avançadas’ mas também as formas de dominação sobre as quais repousam: dominação masculina, dominação cultural, dominação econômica.” Com isso, essas formas de dominação, que são “produzidas e reproduzidas por instituições de socialização (a família, a escola, as forças armadas, as Igrejas, as grandes empresas, etc.)” acabam perdendo “sua legitimidade ‘natural’ e seu caráter ‘consensual’” (DUBAR, 2005, p. XVI).

É dentro desse contexto que se verifica a discordância entre grupos defensores da manutenção do *status quo* e de outros que querem transformá-lo, ainda que, como dito, de maneira conservadora. Ao interagir com a sociedade, o Exército mantém com ela uma relação dinâmica, que, naturalmente, vem suscitar conflitos. Conflitos geracionais, aparentemente oriundos das diferenças, entre as gerações, quanto à produção e recepção dos modelos de socialização característicos das instituições militares. E conflitos, entre esses modelos e os encontrados no mundo civil na atualidade. A transcrição seguinte das palavras de um coronel, assessor do comando do Exército, reflete o mal-estar sentido pela oficialidade diante das pressões e dos conflitos de poder trazidos por esses “movimentos sociais militares”:

“participar de entidades de classe, partidos políticos ou mesmo de manifestações coletivas, tanto sobre atos de superiores quanto as de caráter reivindicatório ou político. Portanto, qualquer entidade que traga em sua essência de criação esses conceitos, acaba por ir de encontro aos ditames legais das servidões militares. Os militares das Forças Armadas constituem um grupo peculiar da sociedade, onde valores como a disciplina e a hierarquia são inegociáveis. A história nos lembra que o Império Romano começou a ruir quando seus soldados começaram a reclamar do peso de suas armaduras. A profissão militar é um sacerdócio. O militar que não considera, ainda que remotamente, a possibilidade de "defender a Pátria com o sacrifício da própria vida", deve, o quanto antes, repensar e redirecionar sua vida, evitando frustrações e fugas, estas últimas, muitas vezes, por meio de mecanismos não regulamentares e legais.”²⁹⁸

²⁹⁷ Deve-se lembrar que este não é um caso isolado nem único. Ao contrário, faz parte de um contexto de busca generalizada por direitos iguais nas sociedades capitalistas ocidentais. Norberto Bobbio afirma que: “Com a Declaração de 1948 (Direitos do Homem), tem início uma terceira e última fase [da importância dos direitos], na qual a afirmação dos direitos é, ao mesmo tempo, universal e positiva: universal no sentido de que os destinatários dos princípios nela contidos não são mais apenas os cidadãos deste ou daquele Estado, mas todos os homens; positiva no sentido de que põe em movimento um processo em cujo final dos direitos do homem deverão ser não mais apenas proclamados ou apenas idealmente reconhecidos, porém efetivamente protegidos até mesmo contra o próprio Estado que os tenha violado” (BOBBIO, 1992, p.30).

²⁹⁸ Palestra da 2ª Assessoria do Comando do Exército, proferida em 25 Out 05, na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas. Disponível em: http://www.gabcmteb.mil.br/a1/index.php?option=com_remository&Itemid=31&func=fileinfo&filecatid=2&parent=category; Acesso em 16 Mai 06.

Sociedade da ordem e da disciplina, onde os conflitos entre grupos e as relações estabelecidas dialeticamente são percebidas como patológicas, quaisquer críticas ao ordenamento vigente são encaradas, sob a ótica militar ortodoxa, como um afrontamento da hierarquia e da disciplina. “Ótica” militar que pode ser definida como o produto das especificidades da socialização castrense em relação à socialização do trabalho no mundo civil. Exemplo do quanto essa diferenciação, entre os processos de socialização militar e civil, pode ser fecunda em produzir idealizações e romantismos no imaginário da cúpula da sociedade militar, acerca das suas próprias qualidades, é a análise feita pelo então presidente do Clube Militar, sobre os acontecimentos com os controladores de vôo da Força Aérea entre os anos de 2006 e 2007. Segundo aquele general:

“Esses sargentos amotinados que querem fazer crer que são uns perseguidos, ultra-atarefados e estressados fazem parte de um grupo privilegiado entre os seus pares, com jornadas de trabalho e folgas que os demais não desfrutam, tanto que, *na sua maioria, cursam universidades e exercem segundos empregos ou atividades*. A contragosto, há que reconhecer a culpa da Força Aérea. Entre os muitos erros cometidos na gestão dessa grave crise, está patente que *falhou em não inocular na alma desses amotinados o verdadeiro espírito militar, caracterizado pelo desprendimento, sacrifício, abnegação e devotamento à causa pública e aos interesses maiores do País e da gente brasileira*”.²⁹⁹ (Grifos nossos)

Romantismo que também é sentido também em relação aos próprios oficiais. Idealizando como deveria ser o perfil dos futuros generais do Alto Comando do Exército, um general dá seu parecer de que:

“no processo das promoções, seus membros devem estar infensos a interesses, vaidades e predileções pessoais, colocando-se a salvo da interferência danosa e desagregadora de bajuladores e oportunistas, de forma, não apenas a recompensar desempenhos e competências, mas, a dar-lhes continuidade, atribuindo maiores e mais complexas responsabilidades àqueles que, por seus predicados, obras e atitudes, serão capazes de entender e dar suporte ao papel do Exército junto à Sociedade brasileira. Espera-se que o ACE [Alto Comando do Exército] saiba prevenir-se de escolher, para os altos cargos do Exército, militares de natureza omissa, sem iniciativa, acovardados pela vaidade e pelo medo de errar, ou arrogantes, presunçosos e prepotentes, que, por insegurança ou inveja, tolhem as iniciativas e as virtudes de seus subordinados, escondendo suas fraquezas e mazelas atrás da máscara da soberba.”³⁰⁰

²⁹⁹LESSA, General de Exército Luiz Gonzaga. (ex-Presidente do Clube Militar). Disponível em: <http://www.militar.com.br/modules.php?name=Journal&file=display&jid=483>; Acesso em: 24 Jul 07.

³⁰⁰MEDEIROS, General de Exército Antônio Araújo de. Disponível em: <http://www.militar.com.br/modules.php?name=Journal&file=display&jid=434>; Acesso em: 24 Jul 07.

Um romantismo profissional³⁰¹ que parece não mais guiar homogeneamente os oficiais das novas gerações, pois não é somente no círculo dos praças que tem surgido movimentos organizados em prol de mudanças. Uma parcela de oficiais intermediários, no nível de capitão, organizados em torno de uma proposta de mudanças de regulamentos ultrapassados, se autodenominam como representantes de um movimento chamado por eles próprios de “capitanismo”, clara referência ao tenentismo dos anos 20 do século passado. Esse movimento, que é ao mesmo tempo ordeiro e contestatório, afirma que vem acontecendo hoje nos quartéis, de uma forma geral, manifestações contrárias a uma legislação ultrapassada, onde há um grande conflito entre os regulamentos internos das Forças Armadas e a Carta Maior Brasileira, a Constituição Federal. Segundo um dos líderes do movimento, o capitão do Exército Luiz Fernando de Sousa, candidato a deputado federal pelo Rio de Janeiro nas eleições de 2006:

"No Capitanismo, ao invés das armas, nós empunhamos a Constituição Federal. Esse Movimento está presente em todas as unidades da federação. Somos mais de 5.000 militares organizados efetivamente, cada um em sua área específica".³⁰²

Suas propostas, que são além de tudo plataformas políticas para alguns, vão desde a equiparação do soldo do recruta ao salário mínimo, um projeto de recolocação dos recrutas ao mercado de trabalho, até a revisão da doutrina militar brasileira e dos manuais militares à luz da Constituição Federal.³⁰³

E parcela da sociedade militar, principalmente a oficialidade mais madura, já na reserva remunerada, não aceita como justas, nem mesmo plausíveis, as reivindicações que são feitas pelo grupo. E observam nelas mais uma ação da esquerda para minar o poder das Forças Armadas. O portal do grupo Ternuma (Terrorismo Nunca Mais)³⁰⁴ publicou que:

“Os militares se irritam com a estratégia petista de incentivar a sindicalização de militares de patentes mais baixas, além de apoiar e incentivar, na surdina, o movimento denominado “Capitanismo”, que faz uma série de reivindicações no âmbito das três forças.”³⁰⁵

Contudo, de um modo ou de outro, aceitando ou não as reivindicações feitas pelas camadas inferiores da hierarquia militar, a cúpula militar parece vir se conscientizando da

³⁰¹ No sentido de que princípios de hierarquia e disciplina deveriam se sobrepor a direitos individuais. O próprio fato de haver um movimento de sentido contestatório indica um grau relativo de romantismo idealista, porém de sentido e nível diferente.

³⁰² **Capitanismo**. Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.phtml?cod=41097&cat=Artigos>; Acesso em 15 jul 06.

³⁰³ SERRÃO, Jorge. **Capitanismo**. Disponível em: http://www.jgpimentel.com/texos_siteview.asp?img=&key=452; Acesso em: 15 Mar 07. **É hora do Capitanismo? (Forças Armadas - Jovens oficiais enfrentam o arbítrio que ainda rege os quartéis)** Revista Carta Capital n° 376, 17 Jan 06, pp. 26-27.

³⁰⁴ Contrapartida à ONG Tortura Nunca Mais

³⁰⁵ SERRÃO, Jorge. **Alerta total**. 13 Nov 2006, Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/jserrao90.htm>; Acesso em: 18 Mar 07.

necessidade de reformas e adequações das legislações militares diante das leis civis. O que de certo modo, acaba significando um importante avanço na aceitação do controle político civil da sociedade militar, apesar da resistência de uma parte mais conservadora. Uma das formas pelas quais essas reformas tem sido feitas é pela adequação dos manuais doutrinários do Exército ao novo *status* jurídico do país.

c. Adequação do Exército às normas, princípios e formalidades jurídicas civis

Em 1994, os requerimentos ao Ministro do Exército solicitando direitos pretendidos por algum militar da Força, juntamente com o despacho ministerial eram publicados nos Boletins do Exército de modo bastante sucinto, constando apenas algumas informações sobre todo o processo e quase nenhuma informação acerca do caminho trilhado pelo ministro do Exército até a sua decisão final. Geralmente, o despacho do ministro vinha embasado sob forma de concorde da opinião ou do parecer de algum órgão interno subordinado diretamente a ele. Relacionados a questões de pessoal (recursos humanos) o parecer com o qual o ministro concordava era o do Departamento Geral do Pessoal (DGP).

A seguir, um exemplo do sumarismo com o qual eram respondidos, e quase sempre denegados, os requerimentos de reconsideração de atos ministeriais:

“CONTAGEM DE ANTIGUIDADE NA GRADUAÇÃO DE 1º SARGENTO E PROMOÇÃO À GRADUAÇÃO DE SUBTENENTE – INDEFERIMENTO

No requerimento datado de 10 de dezembro de 1993 em que o 1º Sgt..., solicita Reconsideração de Ato do senhor Ministro do Exército, constante no BE Nr 025, de 25 de junho de 1993, dou, concordando com o DGP, o seguinte: DESPACHO 1. INDEFERIDO. O Requerente não apresentou fatos novos ou documentos capazes de modificar a decisão anterior. (...) 2. Considera-se o assunto esgotado na esfera administrativa. ...”³⁰⁶

Pelo protocolo, o requerimento havia seguido um longo caminho burocrático até chegar nas mãos de algum oficial superior do DGP³⁰⁷, que deu seu parecer e o pôs sob apreciação do Ministro, o qual, neste caso e na maioria deles, concordou com o parecer. O despacho publicado no boletim não foi diferente de nenhum outro publicado até o fim da década de 1990. Todos muito sumários, tanto em relação ao objeto do requerimento, ou sua pretensão, quanto em relação à decisão do ministro. O leitor da fonte, mesmo o “iniciado” na rotina da burocracia castrense, não consegue visualizar maiores detalhes sobre o que foi requerido, em quais circunstâncias objetivas o pedido foi feito, ou ainda, as motivações do ministro para a

³⁰⁶ Nota publicada no Boletim do Exército nº 18, de 06 Mai 94.

³⁰⁷ Órgão superior do Exército, localizado no Quartel General do Exército (QGEx), em Brasília-DF, que é decisório nos assuntos que concernem a parte de pessoal. Ou seja, todas as diretrizes e normas acerca dos recursos humanos do Exército eram e são produzidas DGP, e mesmo as decisões tomadas pelo Ministro (à época), gerais ou específicas, passavam primeiro pelo parecer daquele órgão, por intermédio de um oficial superior.

denegação do pedido. Sabe-se apenas que “O Requerente não apresentou fatos novos ou documentos capazes de modificar a decisão anterior” e que a decisão de manter tal deliberação foi motivada pelo parecer do DGP. Era impossível ao leitor que não conhecesse o caso avaliar questões de mérito da solicitação e do despacho; se havia indícios de má fé por parte do requerente; se havia indícios de injustiça ou de erro administrativo na primeira decisão; ou, ainda, de abuso de autoridade, de favorecimentos ou perseguição. Por certo, a dificuldade em se avaliar a existência de tais elementos na letra fria e formal de um despacho ministerial daria-se, de qualquer maneira, mesmo num texto mais rico em informações. Contudo, a omissão de informações mais precisas a respeito do pedido – e essa omissão, em princípio, poderia nem ser elaborada maquiavelicamente para alguma finalidade específica, a não ser obedecer a princípios burocráticos de produção documental no Exército, como clareza, concisão e precisão – pode ter sido usada como um fator que dificultasse qualquer espécie de avaliação de mérito, por parte do público leitor, da decisão do comandante do Exército acerca dos requerimentos a ele dirigidos.

Seguramente, o princípio jurídico da transparência ficava prejudicado, porém o era em nome da causa da manutenção da ordem interna da Instituição, da hierarquia e da disciplina. Se na publicação do requerimento³⁰⁸, e do despacho do ministro, toda a ‘história’ fosse contada com os detalhes das suas pretensões e da sua fundamentação, isso poderia abrir margem ao público leitor – militares – a interpretações, por exemplo, de que, caso a decisão do ministro fosse negativa ao requerido, ela estaria sendo injusta ao militar; ou, ainda, o contrário, caso o requerimento fosse atendido, isto seria uma prova incontestável da existência de falhas nas decisões das primeiras instâncias da alta administração do pessoal do Exército³⁰⁹.

Interpretações dessa natureza, e sua exteriorização, por parte de subordinados, em relação a decisões superiores são formalmente inadmissíveis na Instituição militar, que preserva imanente a si um princípio autocrático de condução de homens e que pede aos seus subordinados a “confiança em seus chefes” e na sua capacidade de bem liderar seus comandados. Nas organizações armadas, as decisões dos superiores hierárquicos idealmente devem ser vistas por seus subordinados como soberanas e inquestionáveis. Acusar falhas decisórias de superiores é encarada como transgressão disciplinar passível de rigorosa punição. No espírito autocrático do Exército, isto significa uma demonstração de afronta à “soberania” do comando e uma ameaça à disciplina.

Por outro lado, sendo a “justiça” um dos princípios de chefia e liderança, caso existisse alguma possibilidade de interpretação de que decisões superiores tivessem sido injustas

³⁰⁸ Lembrando que estamos falando de um documento (o requerimento do interessado) *interna corporis*, que era produzido, na quase totalidade das vezes, sem o auxílio de profissionais especialistas em Direito, por componentes da seção de pessoal do quartel do “interessado”, conhecedores, ou muitas vezes nem tanto, apenas dos amparos regulamentares da Instituição.

³⁰⁹ O próprio DGP é o responsável imediato pelos atos administrativos do pessoal do Exército e, também, o órgão consultado pelo ministro antes da sua decisão perante qualquer requerimento individual, dirigido a ele, com a finalidade de solicitar reconsiderações de atos.

em relação a subordinados, isso, idealmente, causaria um certo desgaste na necessária “confiança nos chefes”³¹⁰ e, por consequência, no princípio da soberania de suas decisões e ordens.

Com a finalidade de preservar esse princípio, determinadas ferramentas de controle foram utilizadas historicamente pelas sociedades disciplinares militares. Uma delas tem sido a punição propriamente dita³¹¹, calcada modernamente na perda de liberdade, que visa ao que Skinner chamou de “reforço negativo” ao indivíduo transgressor, mas que também funciona como um mecanismo de controle preventivo, que tem como finalidade última coibir novas transgressões, pelo seu caráter de exemplo aos demais do grupo. Uma outra tem sido a manipulação direta do discurso utilizando de forma reduzida alguns princípios jurídicos da administração pública, em tese, já em vigor à época, como os da motivação e a publicidade. Juridicamente, “o princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões” (DI PIETRO, 2004, p.82) e, no Exército, inúmeros atos administrativos acabavam por ferir esse princípio, possuindo uma fundamentação “de direito” e outra “de fato”.³¹² Em 1999, por exemplo, logo após a fundação da APEB³¹³, em Recife-PE, a maioria de seus fundadores foi transferida para outras guarnições (cidades), representando de fato uma espécie de movimentação de militares por conveniência da disciplina, mas de direito, seguindo as formalidades da administração militar, foram transferidos por necessidade do serviço.

Já quanto à publicidade, “o inciso LX [do artigo 5º da Constituição Federal / 1988] determina que a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a *defesa da intimidade* ou o *interesse social* o exigirem...” (DI PIETRO, 2004, p.75). Nos casos específicos dos requerimentos ao Ministro do Exército, solicitando direitos visualizados como certos pelos

³¹⁰ Alusivo do Comandante do Exército, Gen. Ex. Francisco Roberto de Albuquerque ao Dia do Exército, publicado no Noticiário do Exército nº 10.066, de 19 Abr 2003. Disponível em: http://www.exercito.gov.br/NE/2003/04/10066/capa_066.htm. Acesso em: 29 Jun 07. Lembrando que no discurso da oficialidade – diante de manifestações de sargentos em prol das melhorias de condições de trabalho e de vida – o entendimento de que os chefes (oficiais) e o próprio Exército seriam os defensores naturais dos praças é de longa duração. Ver: CARVALHO, 2005, p.70.

³¹¹ O nº 106 do Anexo I do Regulamento Disciplinar do Exército prevê como transgressão disciplinar “censurar ato de superior ou procurar desconsiderá-lo seja entre militares ou seja entre civis”.

³¹² Conforme, por exemplo, discute Helio José de Souza Filho, no resumo de dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco, em 01 Abr 2003, sobre a transferência a bem da disciplina. Nele o referido autor comenta que “Em que pese a transferência não se encontrar relacionada como modalidade de punição no Regulamento Disciplinar do Exército, não se tem dúvida de que é um castigo. Aplicando-se tal sanção após a devida punição, conforme o Regulamento de Movimentação de Oficiais e Praças do Exército Brasileiro, configura-se o desrespeito ao princípio do non bis in idem. Além de inexistir recurso administrativo contra a remoção, não se atende ao princípio constitucional do devido processo legal, nem ao do contraditório ou da ampla defesa, ferindo-se o fundamento da dignidade da pessoa humana. O constrangimento da descabida sanção impõe aos familiares o acompanhamento do militar na transferência, atentando contra o princípio da pessoalidade da pena.” Ver resumo de: FILHO, Helio José de Souza. Responsabilidade do Estado por Dano Moral na transferência por conveniência da Disciplina no âmbito da Administração do Exército Brasileiro. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2003, no banco de teses da CAPES. Fonte: <http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200335525001019029P9>; Acesso em 09 Mai 07

³¹³ Associação de Praças do Exército Brasileiro.

interessados, o que parecia haver não era a ausência de publicidade, mas omissão de parcela de informações importantes para o conhecimento total do público em relação ao fato. Potencialmente, todo o público interno poderia ser um leitor do boletim, particularmente os oficiais e praças graduadas.

Conforme dito anteriormente, muitos desses leitores poderiam se identificar com os objetos pleiteados e as situações apontadas por seus requerentes, percebendo nas decisões do ministro, caso negativas, um tratamento que poderia ser interpretado como sendo injusto, e, caso positivas, uma prova incontestável de que o sistema possui falhas decisórias em suas instâncias superiores. Em ambos os casos, há uma certa incompatibilidade das interpretações dos atos ministeriais com o discurso oficial da necessidade de “confiança nos chefes”. Lembrando, ainda, que, no despacho do ministro, era praxe a colocação de que a sua decisão havia sido tomada baseada no assessoramento de algum órgão superior da Instituição que a ele se subordinava, o que era, idealmente, também, uma forma de preservar a soberania de suas decisões, vinculando-as diretamente ao nível de competência dos assessoramentos prestados.

Porém, a confluência de alguns fatores, relacionados ao contexto social, aos poucos foram contribuindo para que, não só a praxe do sumarismo nos procedimentos administrativos militares se transformasse, como também, e principalmente, as relações de poder entre os militares do Exército.

No final da década de 90, particularmente entre os anos de 1997 e 1999, uma verdadeira explosão de demandas judiciais começou a tomar corpo na sociedade brasileira. Bastante desmoralizado e desacreditado no passado recente, pelos longos anos de espera a que eram submetidos os demandantes até que seus processos fossem transitados em julgado, o judiciário era visto como um órgão onde imperava a incompetência e a burocracia, um verdadeiro símbolo de uma época do funcionalismo público que deveria ser esquecida. Diante dessas pressões da sociedade, uma mobilização do próprio judiciário materializou-se com a adoção de alguns programas como o de reorganização processual, com a criação de um programa de gestão documental e a adoção maciça de recursos de informática e da Internet, do aumento de sua estrutura funcional e a adoção dos “juizados especiais” “orientados pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade”. Estes, dentre outros, são exemplos de algumas medidas tomadas pelo judiciário afim de verem concretizados seus planos de melhoria das suas condições de trabalho, de sua identidade profissional e em última instância da consecução de um projeto maior chamado “justiça para todos”, que baseava seu discurso em uma filosofia voltada ao emprego do judiciário em prol da cidadania e do cidadão, enfim, da “democratização da justiça”³¹⁴.

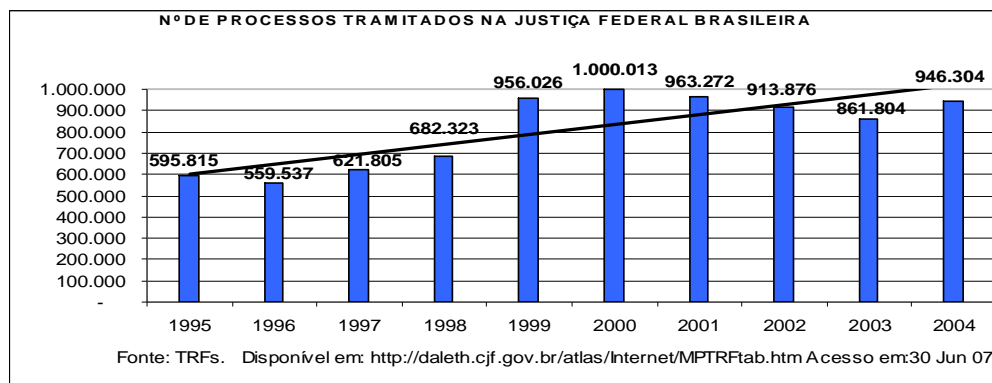
³¹⁴ Ver artigo: ANDRIGHY, Fátima Nancy. **A democratização da justiça**. Revista do Centro de Estudos Judiciários nº 03, Dez 1997. Disponível em: <http://www.justicafederal.gov.br/>. Acesso em: 05 Jul.

Tudo isso fazia e faz parte de um contexto maior de realidade de capitalismo de modelo liberal baseado na tecnologia, causador do aumento de desemprego e de exclusão social, aliado à tomada de consciência de alguns juristas acerca de sua responsabilidade em tentar amortecer o aumento das pressões dos mais pobres provocados pelas tensões advindas daquela realidade. Daí o surgimento de discursos de defesa de uma postura de solidariedade e justiça para com os despossuídos, o que, indubitavelmente, significava um grande avanço na mentalidade do judiciário. Artigos de juízes passaram a expressar toda essa mudança de mentalidade, construída ante a observação direta das injustiças cometidas pelos “poderosos”, inclusive o Estado, aos seus cidadãos:

“O Judiciário se vê acusado de atender a uma faixa cada vez mais estrita da comunidade. Os despossuídos encontram suas portas cerradas. Os poderosos não se curvam à lentidão dos processos convencionais. O povo desacredita de sua justiça. (...)Em lugar da orgulhosa proclamação da vítima: "Vou procurar por meus direitos", o que se vê aqui é a ironia do infrator: "Vá procurar por justiça". Sabem todos como funciona a Justiça: A proliferação de decisões ilegais e de arbitrariedades significa que a administração e outros centros de poder (incluindo os privados) se sentem relativamente impunes em face das suas irregularidades.(...) o juiz consciente se condói da situação dos excluídos da justiça e se preocupa com a técnica facilitadora da eficiência no desempenho. E com isso garantirá efetiva ampliação do acesso de todos ao Direito e à Justiça.”³¹⁵

Todo esse processo parece ter provocado algum efeito na dinâmica social em relação ao acesso à justiça. Conforme observado no gráfico a seguir, o período onde essa explosão de demandas judiciais, ocorridas na sociedade brasileira teve maior amplitude foi no decorrer do ano de 1999, em que foram constatadas quase 300 mil ações a mais em relação ao ano anterior, tramitadas nos Tribunais Federais. Isso significa cerca de 40% de aumento em um espaço de 1 ano apenas:

Gráfico nº 23



³¹⁵ NALINY, José Renato. **Novas perspectivas no acesso à justiça**. Revista do Centro de Estudos Judiciários nº 03, Dez 1997. Disponível em: <http://www.justicafederal.gov.br/>. Acesso em: 05 Jul.

E no Exército parece que as coisas não foram muito diferentes, com o acréscimo de alguns outros fatores específicos, que influenciaram de alguma maneira esse aspecto. Acompanhando uma tendência do capitalismo global que passou a depender bem mais do conhecimento para manter-se de pé³¹⁶, e, com isso, a incentivar o estudo como ferramenta para a inserção dos indivíduos na chamada (ainda que bem mais no nível discursivo do que no concreto) “sociedade do conhecimento”³¹⁷ –, o nível de escolaridade de seus quadros inferiores havia crescido na última década. A sociedade brasileira, de modo geral, tornou-se diferente, e, por consequência disso, também os seus militares. Como expressou um cadete da AMAN em 1988,

“Se você pegar um soldado de trinta anos atrás, de dez anos atrás, ele não é o mesmo soldado de hoje, e o de hoje não vai ser o mesmo soldado de amanhã. Vão ser pessoas que vão estar muito mais politizadas, entende? Com muito mais senso crítico e não tão fáceis de ser conduzidas...o soldado...ele é uma pessoa, entendeu? Então ele tem uma bagagem, e você não vai persuadir..., você não vai convencer que ele tem que fazer aquilo só porque você está mostrando. Talvez isso fosse possível há um tempo atrás, entendeu? Mas acontece que as coisas caminham.” (Cad 2º ano) ” (CASTRO, 1990, p. 156)

E as “coisas” caminharam bem rápido por sinal, pelo menos no aspecto do acesso de militares do Exército à justiça, apesar das pressões da Instituição contra a escolha desse caminho por seus membros.³¹⁸ Segundo dados da Assessoria de Pessoal do Gabinete do Comando do Exército (A1/Gab Cmt), o aumento de demandas judiciais “de interesse do Exército”³¹⁹ entre o ano de 1999 e 2000 foi de 102%³²⁰ :

³¹⁶ DAVID, Paul A.; FORAY, Dominique. **Economic Fundamentals of the Knowledge Society**. Artigo disponível em: <http://www-econ.stanford.edu/faculty/workp/swp02003.pdf>. Acesso em 05 Jul 07.

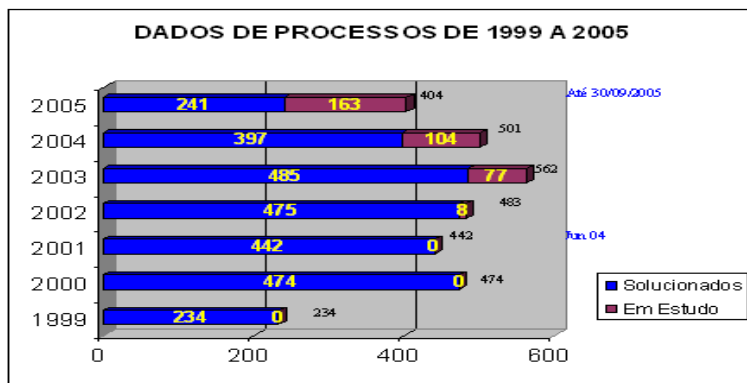
³¹⁷ LUCCI, Elian Alabi. **A Era Pós-Industrial, a Sociedade do Conhecimento e a Educação para o Pensar**. Artigo disponível em: <http://www.hottopos.com/vidlib7/e2.htm>. Acesso em 13 Fev 07.

³¹⁸ A fonte transcrita nas primeiras páginas da presente dissertação menciona a palavra “terror” para designar essas pressões.

³¹⁹ Eufemismo empregado pela Instituição para designar as ações judiciais contra seus atos ou os de seus representantes ou membros.

³²⁰ O gráfico faz parte de uma nota da Assessoria 1 do Gabinete do Comandante do Exército com o título: “O Contencioso de Pessoal e a Disciplina Militar” colocado, me parece, à disposição do público ainda no ano de 2005. Bastante polissêmica em suas finalidades, o discurso da nota alertava de um lado, por exemplo, que “Na profissão militar, a justiça é a pedra fundamental para promover disciplina, eficiência e moral nas Forças, com a finalidade de que a missão militar seja cumprida.” E, ainda, de outro, que “Uma Força Armada é vista, pela sociedade a qual pertence, como uma coletividade de indivíduos que devem abnegar seus interesses pessoais, anseios e temores para perseguir os objetivos da Instituição que integram. O desapego à vontade individual engrandece e fortalece a capacidade face aos desafios e adversidades encontrados. A disciplina é uma importante ferramenta para que tal propósito seja alcançado.” Disponível em: <http://www.gabcmteb.ml.br/a1/>. Acesso em: 12 Nov 06.

Gráfico nº 24



Esses dados, oferecidos pelo próprio Exército, destoam em relação a uma outra fonte, que mostra um índice muitíssimo mais elevado de demandas judiciais:

Tabela 11

Causas contra o Exército que tramitaram no Poder Judiciário

TIPOS DE AÇÃO	2000	2001	2002	2003
Hierarquia e Disciplina	1.021	1.912	723	845
Demais Processos	343	1.021	3.881	3.539
Pedidos Diversos	3.238	3.467	3.522	1.566
Total Geral	4.539	6.400	8.126	5.950

Fonte: Revista Carta Capital nº 270, Ano X, de 10 Dez 2003. Disponível também em: http://www.defesanet.com.br/md/carta_270.htm; Acesso em: 12 Mai 07.

Esse quadro trouxe algumas preocupações para a cúpula da Força. Preocupações essas que se localizavam em três terrenos. No terreno financeiro, porque muitas dessas demandas judiciais foram impetradas por militares ou ex-militares, com a finalidade de requerer direitos financeiros e trabalhistas não concedidos pelos trâmites administrativos. Em 2004, por exemplo, o Exército havia gasto cerca de 6,5 milhões de reais com sentenças judiciais³²¹. No terreno, diríamos político, pelo fato de ver uma intromissão cada vez maior de um ente estatal civil em assuntos que até então eram especificamente da alçada militar, e o que é pior, em assuntos que sempre foram tabus para as Forças Armadas: a hierarquia e a disciplina de sua tropa. Por fim, preocupação “profissional”, por perceber que o domínio da tropa – que parecia ter a intenção de ser, de acordo com a teoria de Goffman, “total” e totalizante – esvaía sua característica de totalidade como areia entre os dedos das mãos dos comandantes militares em todos os níveis.

³²¹ Ver gastos do Centro de Pagamento do Exército (CPEx) relativos a 2004. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalComprasDiretasOEElementoDespesa.asp?Ano=2004&Valor=74474452251626&CodigoOS=52000&NomeOS=MINISTERIO%20DA%20DEFESA&ValorOS=2660644977981&CodigoOrgao=52121&NomeOrgao=COMANDO%20DO%20EXERCITO&ValorOrgao=1274410386842&CodigoUG=160063&NomeUG=CENTRO%20DE%20PAGAMENTO%20DO%20EXERCITO&ValorUG=1159461484111&Ordem=3>; Acesso em: 15 Mai 07.

Diante de uma fonte de poder estranha à Força, que passou a deter um certo nível de controle das suas decisões internas, a cúpula militar percebeu-se cada vez mais consciente de sua perda relativa de poder tanto em relação a outras instituições civis como em relação ao seu público interno. Esse estado de coisas representou um abalo nas estruturas de poder consolidadas no Exército desde pelo menos as grandes reformas dos anos 30 (DOMINGOS, 2004, p. 36) e reforçadas ainda mais com a instalação dos governos militares em 1964, que buscaram a garantia da coesão da tropa pela patrulha ideológica empreendida e pelo relativo isolamento da sociedade.

Decisões de superiores, que prejudicavam subordinados, até então soberanas e inquestionáveis no intra-muros dos quartéis, passaram a ser questionadas no judiciário com uma frequência cada vez maior. Grande parte das vezes batendo na tecla da sua inconstitucionalidade e do abuso de poder:

“Resta demonstrado que, embora a Constituição Federal já tenha sido promulgada há mais de dezessete anos, continuam a existir chefes militares (pequena minoria, repete-se) que aplicam punições disciplinares nos seus subordinados visando não somente puni-los por exercer um direito constitucional, mas, principalmente para impedir que outros castrenses o façam. Ação punitiva que se traduz em flagrante abuso de autoridade.”³²²

Uma correspondência do então Comandante do Exército resume as preocupações que começaram a tocar o imaginário militar da alta oficialidade, receosa em relação a uma provável perda do comando e do controle de seus subordinados, e pasmados pelo fato de que os clamores destes últimos, por um certo nível de igualdade de tratamento, estarem sendo ouvidos por juízes:

“ Ministério da Defesa
Exército Brasileiro
Gabinete do Comandante
Ofício nº 133-A2
Brasília, 08 de julho de 2002
Senhor Ministro

1. Trata o presente expediente da crescente influência do Poder Judiciário em questões eminentemente administrativas e disciplinares da Força Terrestre.
2. Indubitavelmente, a Constituição Federal assegura aos brasileiros o direito de submeter à apreciação do Poder Judiciário a lesão ou ameaça ao direito. Respalhado por essa garantia fundamental, o recurso à via judicial vem sendo, ultimamente, adotado por número crescente

³²²Ação Popular nº 005.51.01.026521 -8, de 14 Dez 05. Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: [http://www.ricardobellido .adv.br/AcaoPopular.pdf](http://www.ricardobellido.adv.br/AcaoPopular.pdf); Acesso em: 21 Jul 07.

de militares com a finalidade de contestar decisões administrativas dos seus comandantes ou superiores hierárquicos.

3. Tal conduta tem sido, via de regra, adotada em detrimento dos recursos administrativos que os regulamentos castrenses garantem, os quais freqüentemente, não são utilizados ou são apresentados em desacordo com as prescrições relativas à tempestividade e obediência à cadeia de comando. A situação vem se agravando, também, em virtude da atuação de advogados que acenam com a possibilidade de obter direitos tais como: anulação de punições e de transferências, concessões de reforma, obtenção de estabilidade entre outras.

4. *O incremento acentuado da utilização de via judicial tem acarretado sensível corrosão nos fundamentos básicos das Forças Armadas: a hierarquia e a disciplina.* As punições aplicadas, as movimentações por necessidades de serviço, o licenciamento do serviço ativo, os engajamentos ou reengajamentos concedidos e os pagamentos de benefícios obedecem estritamente ao prescrito na legislação em vigor. *As anulações dos atos administrativos e disciplinares, por meio de liminares, sem exame do mérito, abalam a autoridade do comando e estimulam iniciativas análogas, tendo em vista a facilidade com que tais decisões são obtidas.*

...³²³ (Grifos nossos)

Além desses lembretes ao Ministro da Defesa, com a finalidade de se evitar o “desgaste” da imagem da Força perante outros setores da sociedade, a cúpula da Instituição cuidou de iniciar uma série de medidas internas, de caráter “preventivo”, como ela mesma definiu. Sem aceitar muito bem a situação, expediu notas de esclarecimentos aos seus comandantes de organizações militares, com a finalidade de aconselhá-los a seguirem a Constituição:

“A quantidade de ações judiciais contra a União (Exército Brasileiro) tem aumentado significativamente a cada dia. Tal fato é consequência de diversos fatores, particularmente dos decorrentes da ampliação dos direitos individuais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Diversas atitudes têm sido tomadas pelo Comando da Força no sentido de contrapor-se a essas ações. Uma delas é a adoção de *medidas preventivas eficazes para evitar as referidas demandas*. Dentro deste contexto, insere-se a divulgação de orientações que possam, de certa forma, auxiliar os Comandantes, Chefes e Diretores de OM no trato dos assuntos relativos à Justiça.”³²⁴ (Grifo nosso)

As medidas preventivas acabaram por significar importantes transformações quanto às relações de poder entre superiores e subordinados. Normas civis, e mesmo militares, que nessas relações e em todo o processo de socialização antes eram desconsideradas, passaram a ser, via de regra, cumpridas à risca, para evitar dissabores de ações judiciais de subordinados

³²³ Ofício do Comandante do Exército ao Ministro da Defesa, publicado na Revista Carta Capital nº 270, de 10 Dez 2003, matéria de capa com o título: Exército: a rebelião dos praças. Reportagem de Maurício Dias.

³²⁴ Nota da Assessoria nº 2 do Gabinete do Comandante do Exército: **Assuntos Jurídicos de Interesse dos Comandantes**. Disponível em: http://www.gabcmt.eb.mil.br/a2/static/artigos/juridico_1.htm

contra a Força ou contra membros descumpridores dessas normas. O medo construído socialmente pelas ações judiciais, cada vez mais corriqueiras, serviu como importante limitador do exercício de poder nas relações sociais e na construção de identidade dentro do Exército.

Além de tentar evitar as demandas – orientando aos comandantes de organizações militares que se mantivessem dentro dos limites legais e regulamentares ao dar suas ordens e tomar suas decisões, portanto, limitando seu poder discricionário – foi aconselhado aos comandantes, em todos os níveis da Força, o estabelecimento de um

“bom relacionamento com as autoridades judiciais...- Magistrados, Procuradores, de todas as instâncias, AGU - *buscando um alto nível de entendimento que facilite a condução das atividades na área jurídica de interesse da Força.*”³²⁵ (Grifos nossos)

Dentro daquelas medidas ditas preventivas às demandas judiciais e fazendo eco às pressões vindas de seus subalternos, o próprio núcleo central de poder do Exército tratou de buscar adequar os regulamentos da Instituição às normas constitucionais vigentes, influenciando no processo de socialização militar. A Portaria nº 397, de 14 Ago 2001, do Gabinete do Comando do Exército, publicada no Boletim do Exército nº 33, de 2001 já havia criado um Grupo de Trabalho com as finalidades de “avaliar o sistema de administrações especiais e de *propor ações de adequação à legislação vigente e aos interesses do Exército...*”. Em agosto de 2002, o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), que se encontrava em vigor desde 1984, sofreu importantes modificações, se adequando, ainda que com um atraso de 14 anos, em alguns pontos, à Constituição Federal de 1988. O artigo nº 64 do antigo RDE, que colocava como uma recompensa (concessão) dos comandantes de unidades e subunidades a licença para seus praças pernitem fora do aquartelamento – e que, segundo interpretação jurídica vigente, passou a ser inconstitucional após a Constituição Federal de 1988 – foi extinto.

O Art nº 15 do novo regulamento passou a amarrar o que seria realmente uma transgressão militar, pois no RDE anterior (Art 13) era dito apenas que eram transgressões as “ações ou omissões contrárias à disciplina militar especificadas no Anexo I “do regulamento, e ainda mais todas as ações ou omissões não especificadas na relação de transgressões...” o que abria um leque tamanho e facilitava sobremaneira os abusos de autoridade.

Outra modificação foi a inserção da socialização militar no contexto não mais fechado em torno do Exército em si mesmo, mas no das Forças Armadas. Diferentemente da preocupação focada somente na Instituição, o Art 8º, § 1º, Inciso IV do novo Regulamento Disciplinar passou a prever a importância da “colaboração espontânea para a disciplina coletiva e a eficiência das ‘Forças Armadas’”. Além disso inseriu-se num contexto juridicamente mais amplo, pois se antes a ordem superior para ser considerada absurda deveria contrariar somente

³²⁵ Idem, ibidem

preceitos regulamentares, o Art 9º do novo Regulamento passou a também considerá-la quando contrariasse preceito “legal”. Passou a encarar como transgressões disciplinares aquelas ações que contrariassem o mundo jurídico inclusive civil: Art. 14. “Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no *ordenamento jurídico pátrio* ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares”. No entanto, tirou do Presidente da República, ou seja, o comandante supremo das Forças Armadas, um civil, a competência para aplicar punição disciplinar a militares, conforme previa o artigo 9º do antigo regulamento.

Parece ter querido, também, preservar a imagem pública do militar perante os seus subordinados hierárquicos, quando limita a possibilidade de a punição de advertência ser aplicada ostensivamente na presença “de superiores ou no círculo de seus pares”, retirando opção de ser também perante “toda ou parte da OM”, como na versão anterior do regulamento (Art 23 do antigo e 25 do novo). Certamente essa foi uma atitude que procurou não só preservar a imagem dos militares punidos, mas também a sua autoridade, o que, indiretamente, acaba por ajudar a preservar o *status quo*.

Busca ser, na medida do possível, politicamente correto, retirando o termo “encarceramento” do artigo do regulamento de 1984, que fala das prisões e omite o artigo que dizia que “a dependência destinada à prisão de praças é chamada ‘xadrez’...” (Art 26 do antigo e 29 do novo RDE).

Ao retirar o artigo do regulamento antigo que dizia que “a punição, para praças de graduação inferior a Subtenente, podia ser agravada para ‘prisão em separado’”, evitou-se que pais de família, muitas vezes com mais de 30 anos de bons serviços prestados ao Exército, fossem “encarcerados” em solitárias, incomunicáveis com suas famílias, por alguma transgressão disciplinar cuja gravidade muitas vezes poderia nem justificar a medida tomada.³²⁶

Extinguiu ainda, a possibilidade de prisão por “necessidade de averiguações”, o que nem era considerada uma punição disciplinar. Bastava haver apenas a desconfiança de algum superior de que algum inferior hierárquico seu estivesse cometendo, houvesse cometido ou haveria de cometer alguma transgressão, para fundamentar-se, dentro do regulamento, da “medida administrativa.”³²⁷ Como dito, extinguiu também a “incomunicabilidade” do preso, que excluía qualquer possibilidade do mesmo receber visitas de seus familiares, muito menos de um advogado, o que já era garantido por lei e não era cumprido.

A parte em que dizia que “nenhum transgressor ser[ia] interrogado ou punido em estado de embriaguez ou sob a ação de psicotrópicos, mas ficar[ia], desde logo, *preso ou detido*” foi substituída por “*convalescendo em hospital, enfermaria* ou dependência similar em sua OM,

³²⁶ A classificação da transgressão e a qualificação da punição são, poderes discricionários do comandante e, se a transgressão cometida fosse contra a sua pessoa, muito provavelmente a agravação da punição era utilizada. Para ver as circunstâncias agravantes: Art 18; prisão em separado como forma de agravação da punição: §1º, do Art 44; poder discricionário da classificação da transgressão: § único do Art 19, tudo do RDE de 1984.

³²⁷ Artigo 79 do RDE de 1984.

até a melhora do seu quadro clínico”(Art 37 do antigo e Art 39 do novo RDE), também indica uma mudança do rigorismo da mentalidade militar, possivelmente abraçando, forçadamente ou não, a causa do “politicamente correto”.

Em certo sentido, restringiu o poder discricionário dos comandantes de unidades na medida em que, por exemplo, passa a obrigá-lo à realizar uma sindicância antes da expulsão de militares sem estabilidade, sendo que na versão anterior do regulamento era necessária apenas uma “análise” das suas alterações pelo seu comandante para concretizar a expulsão de praças de carreira com menos de 10 anos de serviço (Art 32 do novo RDE).

E ainda, inclui a garantia do “contraditório e a ampla defesa, inclusive o direito de ser ouvido pela autoridade competente” para aplicar a punição, não podendo ser punido “sem estarem os fatos devidamente apurados” (Art 35 do novo RDE).

Tem-se por princípio jurídico básico que “o direito não é imutável, posto que é baseado em realidade empírica, tendo, por isso, que evoluir junto com a sociedade. Já que é produto cultural, não pode o direito ficar inerte”³²⁸. Os regulamentos militares, fazendo parte dos ditames jurídicos de uma determinada parcela da sociedade, não estão descolados ou isolados do contexto global. Devem obediência, antes de tudo, à norma maior do país, a sua Constituição. Diante desse princípio, ainda que tardiamente – tendo em vista uma distância de mais de meia geração entre a Constituição Federal de 1988 (CF/88), a chamada “cidadã”, e as modificações e adequações que começaram a surgir – o Exército tem aos poucos tentado enquadrar sua organização e o seu próprio sistema disciplinar ao regime jurídico em vigor desde a nova Carta Magna. Inúmeros exemplos podem ser citados nesse sentido. Para um desavisado acerca da mentalidade militar formalista e burocrática, pode parecer algo menor a simples alteração de um regulamento, porém, cada omissão ou inclusão de artigos em regulamentos como o RISG ou o RDE afeta sobremaneira a qualidade do convívio dos militares nos quartéis. Afeta todo o cotidiano castrense, principalmente o dos pertencentes às camadas mais baixas da sociedade militar, que geralmente sentem com maior vigor o peso do martelo disciplinar a lhe forjar os corpos e as mentes.

d. As relações de poder entre oficiais e praças: mudanças quanto à visão do “subalterno”(?)

As instituições militares, assim como todas as outras, distribuem seus componentes pelas redes de poder tendo como base inúmeras e gradativas senhas de diferenciação, o que gera, no mínimo, uma sensação de “desigualdade” de tratamentos e de reconhecimentos. A

³²⁸ MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. O instituto da prescrição no direito administrativo. Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n. 58, ago. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3070>>. Acesso em: 29 jun. 2007.

segregação e a hierarquização interna do grupo profissional acaba reservando “o essencial do mandato e do segredo unicamente aos profissionais dotados dos traços conformes ao estereótipo dominante” (DUBAR, 2005, p.181).

No caso do Exército, a principal senha de diferenciação produtora do “estereótipo dominante” é o curso da AMAN, pois é o principal meio capaz de fornecer ao indivíduo todas as ferramentas necessárias ao monopólio do “mandato”, que concerne a “determinadas funções sagradas” (DUBAR, 2005, p.180) do desempenho da profissão. No caso, a função sagrada é o próprio ato de comando efetivo e “autorizado” de uma tropa. Função sagrada e distintiva por natureza, mas que implica no cumprimento de determinadas normas e regras que são generalizantes e indiscriminadamente impostas a todos. A frase “Cadetes! Ides comandar, aprendei a obedecer!”, encontrada no pátio da academia militar, encerra essa correlação entre distinção e submissão ao todo.

As senhas de diferenciação social dificilmente são monolíticas em um mesmo tempo ou espaço de um contexto global. O que é simbolicamente importante e distintivo para um determinado grupo social pode não ter a mesma relevância nem mesmo ser reconhecido por outro grupo diferente. Mesmo no seio de um grupo há conflitos entre muitos dos seus indivíduos, “portadores de desejos de identificação e de reconhecimento, e as instituições, que oferecem *status*, categorias e formas diversas de reconhecimentos” (DUBAR, 2005, p.154).

Com o término dos governos militares, o Brasil passou a receber maiores influências do pensamento neo-liberal que já havia se infiltrado em alguns países de economia adiantada. Generalizou-se um tipo de discurso que trazia em evidência uma nova conjuntura de “globalização”, intimamente à da chamada “era do conhecimento”. A difusão desse discurso, que de certo modo correspondia a uma nova realidade material e de relações entre as pessoas³²⁹ trouxe conseqüências ao imaginário social, dentre elas a concepção de que o sucesso pessoal passava cada vez mais a depender do nível de instrução formal do cidadão. As crianças nas escolas primárias passaram a ser socializadas no seio dessa “verdade”, que, em maior ou menor grau, ancorava-se nos indivíduos. Conforme Claude Dubar,

“a ‘formação’ se tornou uma componente cada vez mais valorizada não somente do acesso aos empregos mas também das trajetórias de emprego e das saídas de emprego. Se o emprego é cada vez mais fundamental para os processos identitários (Schnaper, 1989), a formação está ligada a ele de maneira cada vez mais estreita” (DUBAR, 2005, p.146).

³²⁹ Manuel Castells discute mais profundamente as relações entre as novas tecnologias, a difusão do conhecimento e as mudanças na sociedade no fim do milênio (CASTELLS, 2000).

De acordo com a premissa teórica adotada por Berger e Luckman, existem dois processos de socialização, realizados em fases diferentes da vida dos indivíduos. Há a socialização primária – que é aquela sofrida pela criança, em sua fase inicial de desenvolvimento social e psico-motor – conduzida principalmente pelos pais e familiares, mas também pela escola em suas séries iniciais. E há a socialização secundária, realizada em uma etapa já amadurecida da vida dos indivíduos e geralmente voltada à construção social voltada ao mundo do trabalho. Segundo aqueles autores, a socialização primária, como primeira apresentação dos indivíduos à sociedade, garante frutos de maior consistência e com muito mais permanência na formação da personalidade que a socialização secundária. Os indivíduos carregam consigo para toda a vida muitos dos elementos apreendidos em sua socialização primária, que devem ser negociados, harmônica ou atritivamente, com os diversos elementos de sua socialização secundária, fase em que o reconhecimento e a apropriação do *habitus*³³⁰ por parte dos indivíduos em relação à socialização são muito mais plásticas. Fase em que o “indivíduo interioriza a nova realidade, mas em vez de fazer dela a *sua* realidade, utiliza-a como realidade para ser usada com especiais finalidades” (BERGER & LUCKMAN, 1978, p. 227).

Crianças que aprenderam nas escolas que o seu reconhecimento social poderia vir mais facilmente com um diploma de nível superior, certamente não se esqueceriam desse princípio tão cedo, por mais que, repetidamente, em uma socialização secundária realizada em uma Instituição teoricamente anti-intelectual como é a militar, lhe dissessem o contrário. Além disso, ainda seguindo o pensamento dos autores citados, os indivíduos dificilmente são socializados por inteiro. A socialização secundária possui uma grande possibilidade de ser incompleta. Um belo exemplo disso são os cadetes entrevistados por Celso Castro, ainda na década de 80. Uma grande parte deles (cerca de 40%, segundo o autor), ainda na academia militar, já manifestava um profundo interesse em cursar uma faculdade, ainda que sob uma forte pressão contrária, oriunda dos oficiais instrutores e dos próprios colegas (CASTRO, 1990, p.155).

Nesse contexto, ainda que com um certo atraso no “ritmo” social global, muitos militares passaram a se interessar pelo estudo formal civil. Os cabos e soldados tiveram elevados seu nível de escolaridade não porque o Exército havia dado algum incentivo para isso, depois de incorporados, mas pela própria preferência da Instituição, que já vem de longa data, em incorporar indivíduos melhor qualificados intelectualmente para “lidar com o equipamento técnico” (STEPAN, 1975, p. 16-18). Se antes a preferência era por incorporar recrutas pelo

³³⁰ O conceito não é usado por Berger e Luckman, mas pode muito bem ser utilizado neste contexto. Originalmente empregado por Bourdieu, “o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural.” (BOURDIEU, 2000, p.61).

menos alfabetizados ou que haviam cursado o ginásio, a preferência atual é a incorporação de possuidores do ensino médio completo, ou, no mínimo, que o estejam cursando.³³¹

No entanto, no caso dos cabos e soldados especificamente, ainda não foi o caso de uma maior organização “classista” entre eles. Talvez pelas próprias funções regulamentares e pela desarticulação a que são submetidos pelo sistema disciplinar – pois, além de outras coisas, dependem de conceitos de seus superiores para reengajamentos sucessivos de apenas um ano³³² - os cabos e soldados ainda não conseguiram se articular em núcleos que pudessem afrontar, pelo menos organizada e coletivamente, o poder estabelecido.

Os sargentos, assim como os soldados, historicamente também oriundos de classes sociais mais baixas, fazem parte de uma camada “intermediária” da sociedade militar, estando entre os oficiais, que, em tese, são preparados para a arte do comando, e os soldados, que, também, em tese, são preparados para a arte da obediência.³³³ Os sargentos tiveram, nos últimos dez anos, de um modo geral, um aumento no nível intelectual apesar de a Instituição oficialmente não considerar tal fato, pois a escolaridade exigida para o ingresso no Exército como sargento permanece sendo o ensino fundamental. Esse aumento da escolaridade dos sargentos coincidiu, como já visto, com o amplo movimento, ocorrido em toda a sociedade

³³¹ A tabela a seguir representa o universo dos recrutas incorporados no 27º Batalhão Logístico, localizado em Curitiba-PR e seus níveis de escolaridade à época da incorporação. Esses dados não devem ser generalizados, tendo como representativos de uma realidade nacional, pois além do batalhão localizar-se em uma capital, encontra-se situada na região sul do país:

Grau Escolaridade	2003		2004		2005		2006		2007	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fundamental Incompleto	5	4	7	6	20	18	6	5	3	2,5
Fundamental Completo	18	15	19	15	1	1	17	15	11	9,5
Médio Incompleto	63	54	36	30	70	63	51	45	37	32
Médio completo	29	25	59	48	20	18	39	34	64	55
Superior Incompleto	-	-	-	-	1	1	-	-	1	1
TOTAL	115		121		111		113		116	

Fontes: Para 2003: Aditamento ao Boletim Interno nº 002-BI 044, de 06 Mar 03, do 27º Batalhão Logístico.

Para 2004: Aditamento ao Boletim Interno nº 002-BI 042, de 01 Mar 04, do 27º Batalhão Logístico.

Para 2005: Aditamento ao Boletim Interno nº 004-BI 040, de 01 Mar 05, do 27º Batalhão Logístico.

Para 2006: Aditamento ao Boletim Interno nº 004-BI 040, de 01 Mar 06, do 27º Batalhão Logístico.

Para 2007: Aditamento ao Boletim Interno nº 005-BI 041, de 01 Mar 07, do 27º Batalhão Logístico.

³³² Processo de controle que inclusive teve mudanças no ano de 2000, com a diminuição dos períodos de reengajamento tanto para os cabos e soldados quanto para os próprios sargentos de carreira. Os cabos e soldados tinham seus reengajamentos de 2 em 2 anos, diminuindo para 1 ano, até o tempo limite de permanência na ativa. Tempo este, que sofreu variações constantes nestes últimos 10 anos, mas que girou em torno de 5 a 6 anos. Não há mais a possibilidade de cabos e soldados serem estabilizados e seguirem carreira. Os sargentos de carreira, até 2000, tinham seus reengajamentos de 2 em 2 anos até o seu décimo ano, quando atingia a estabilidade. A validade do contrato destes também passou a ser de apenas um ano, até a estabilidade, que continua a ser garantida após o décimo ano de serviço. Isso certamente garante um maior controle das atitudes dos praças. Os rituais de dominação dos oficiais – chefes diretos desses praças – sobre seus destinos e a rememoração acerca das suas condições de submissos do sistema passaram a se repetir bem mais amiúde. No nível prático, a preocupação com o reengajamento e o auto-controle trazido pela visualização do quanto uma punição poderia interferir negativamente nesse reengajamento, por certo foi um dos principais objetivos dessa mudança. Ver Portaria nº 600, publicada no BE nº 46, de Nov 2000.

³³³ Em tese, porque, no nível cotidiano de um sistema disciplinar, como disse Foucault (1999, p.148), todos os seus membros estão dispostos em um duplo ordenamento em que o modelo piramidal hierárquico se mescla com um modelo estruturado em rede, provocando um entrecruzar de relações de poder tanto vertical quanto horizontal. O Manual do Exército intitulado *Comandante: Chefe e Líder* de certa forma se conformava a essa teoria dizendo que

englobante, pelos direitos individuais (já discutidos aqui) e com uma procura cada vez maior dos órgãos judiciais para a solução de problemas que até então eram resolvidos apenas internamente, com um grau de satisfação dos envolvidos no mínimo duvidoso.³³⁴

Com o aumento do padrão educacional dos sargentos, no seio de um contexto de maior acesso à informação, houve um crescimento do nível de politização dessa camada intermediária da Instituição.³³⁵ Politização essa que, no limite, conferiu ferramentas ideológicas a uma pequena parcela desses praças para que eles passassem a se envolver na luta por melhores condições de trabalho, reconhecimento profissional por parte dos seus chefes, menores desigualdades quanto ao tratamento e correção de injustiças historicamente ocorridas, tais como: “punir sem ouvir o transgressor, rigor excessivo no enquadramento e/ou sanção, dupla sanção pelo mesmo fato, abuso de autoridade, punir várias vezes subordinado em início de carreira, negligenciando a orientação,”³³⁶ etc.

Com mínimas condições de realizarem uma pressão mais organizada na oficialidade, houve um início de articulação dos sargentos nesse sentido, ainda que bastante limitada. O símbolo máximo e o germe dessa organização foi a fundação da APEB³³⁷ em 2000, em Recife. Núcleo nacional que acabou se espalhando para diversos estados da federação e hoje conta com 5 sedes regionais.³³⁸ Tendo provocado temores na cúpula da oficialidade, a sua fundação foi marcada por IPMs e denúncias de perseguição aos seus fundadores. Um destes, em entrevista à revista *Carta Capital*, concita aos seus companheiros:

"Preparem-se! Ajustem vossos equipamentos intelectuais pois o embate não tarda (...) O ritmo alucinante da vida nesse planeta globalizado (...) não permite que continuemos algemados em

“Por mais alta que seja sua posição hierárquica, você sempre será também subordinado a alguém” (Ministério do Exército. EME, *Comandante: Chefe e Líder*. 1986, p.10).

³³⁴ De acordo com a revista *Carta Capital*, dos anos de 2000 a 2003 o poder judiciário foi acionado 4.501 vezes contra decisões do Exército, em questões de “hierarquia e disciplina” de seus subordinados; em outras palavras, militares que se percebiam prejudicados por resoluções da Instituição – que permaneciam autocráticas e soberanas, no âmbito da própria Força, até bem pouco tempo – passaram a ter no judiciário um canal legítimo de contestação dessas decisões e externação de sua insatisfação. Fonte: Revista *Carta Capital* 10 Dez 2003 - Ano X - Número 270; Disponível em: http://www.defesanet.com.br/md/carta_270.htm; Acesso em: 12 Mai 07.

³³⁵ Ver *sites*: Associação dos Militares Inativos de Guaratinguetá e Adjacências: <http://www.amigafa.com.br/index.php>; Associação Nacional dos Praças das Forças Armadas: <http://www.anprafa.com.br/>; Associação Nacional das Esposas dos Militares: <http://www.anesprafa.cjb.net/>; Associação Sul-Mato-Grossense da Família Militar <http://www.assufamil.org.br/>; Portal Militar: <http://www.militar.com.br/>; APEB: <http://www.apeb.com.br> ; Acesso: em 17 Fev 07.

³³⁶ De acordo com palestra da Assessoria nº 1, do Gabinete do Comandante do Exército, aos comandantes de unidades, em 2004, essas eram as falhas mais comuns no assunto de “contencioso de pessoal”, no âmbito do Exército. Fonte: Palestra da Assessoria nº 1 do Gabinete do Comandante do Exército, para os comandantes de unidades, 2004. Disponível em: http://www.gabcmt.eb.mil.br/a1/index.php?option=com_remository&Itemid=31&func=selectfolder&cat=1; Acesso em: 05 Jun 06.

³³⁷ Ver tópico anterior sobre o que foi denominado “movimentos sociais militares”.

³³⁸ Ver *site* da Associação de Praças do Exército Brasileiro (APEB). Disponível em: <http://www.apeb.com.br>; Acesso em: 28 Ago 07.

travas de regulamentos e normas anacrônicos reacionários, brutais e subversivos à dignidade da pessoa humana e aos princípios constitucionais..."³³⁹

Já outro, que preside a APEB, acionou uma demanda judicial contra o Exército por “maus-tratos, perseguição, tortura psicológica e danos morais” afirmando que: "Estou há quase três anos sem função e sendo perseguido porque denunciei desmandos administrativos de vários comandantes"³⁴⁰

Fora esses aspectos de afrontamentos explícitos de poder, vindos de subalternos que recorrem cada vez mais a órgãos mediadores civis (judiciário), há também os afrontamentos subterrâneos, subliminares que vão fazendo desmoronar no imaginário dos superiores o seu próprio senso de superioridade universal em relação aos seus subordinados. O fato de cada vez mais serem obrigados a dar ordens a praças melhor instruídos e a conviverem com subordinados mais cultos e, porque não, também um pouco mais politizados, fez com que houvesse na oficialidade uma sensação de pressão vinda de baixo para cima, trazendo como consequência uma mudança de postura no trato. A cúpula passou a perceber que o histórico distanciamento do montante do capital simbólico dos oficiais em relação ao dos praças tendia a diminuir. Além disso, o modelo de socialização adotado pelo Exército há décadas, baseado nessa característica de “isolamento da oficialidade em relação às praças” (CARVALHO, 2005, p. 15), já vinha dando mostras de que não mais obtinha o mesmo resultado prático quanto a manutenção da hierarquia e da disciplina. Pelo contrário, passou a se mostrar contraproducente, pois a total diferenciação no trato entre oficiais e praças – até então percebida com um certo ar de naturalidade, tanto pelos oficiais quanto pelos próprios praças – passou a causar melindres, mal-estares e mesmo insatisfação no seio da tropa, melhor informada e menos submissa à violência moral que historicamente havia guiado as relações internas de poder da Força.

6. A valorização do homem, ou o novo *modus operandi* para um antigo objetivo da instituição disciplinar: os corpos dóceis

Na tentativa de servir de lenitivo a essa crescente insatisfação, buscando diminuir as tensões sócio-profissionais dos sargentos, e acompanhando novas teorias acerca de lideranças³⁴¹, em fins da década de 1990 e início dos anos 2000, a cúpula da Força passou a adotar medidas

³³⁹ **Exército: a rebelião dos praças.** Reportagem de Maurício Dias. Revista Carta Capital nº 270, de 10 Dez 2003. Disponível em: http://www.defesanet.com.br/md/carta_270.htm; Acesso em: 08 Set 06.

³⁴⁰ Fonte: Jornal “Correio Braziliense”, de 05 de novembro de 2005; Disponível em: http://silvalima.zip.net/arch2005-10-30_2005-11-05.html; Acesso em: 11 Set 06.

³⁴¹ Diz um pequeno manual de Liderança, editado pelo COTER em 1999, que “Os oficiais e sargentos deverão ser bons camaradas e terão que cooperar uns com os outros em todos os momentos. Por isto *praticarão a compreensão mútua e a tolerância, evitando atritos ou conflitos que desagregam...*” (Grifos no original). Fonte: Caderno de Instrução. “Liderança: Conselhos aos oficiais e sargentos que servem na tropa”. COTER, Edição experimental, 1999, p. 14

que sedimentassem a coesão da tropa pelo reforço positivo da “valorização” e da distribuição de “benesses” aos seus quadros médios, de maneira menos desigual.³⁴² Reforçando e legitimando essas medidas, um artigo recente do órgão de comunicação da Instituição afirmou que:

“Qualquer profissional, independente da área de atuação, deseja ter o seu trabalho valorizado e reconhecido.(...) Tais objetivos se inserem no universo das realizações pessoais e são decorrentes do movimento de globalização que cria necessidades de consumo, de posse, de poder e de inclusão. Esse quadro competitivo gera uma forte pressão e estabelece a virtual necessidade de o indivíduo preparar-se para uma desabalada corrida em busca de evitar uma eventual carência, ou uma decorrente queda da auto-estima, potencialmente capaz de impedir que o agente se inclua no rol de pessoas bem-sucedidas. (...) Nos últimos anos, em particular, o Exército tem buscado desenvolver projetos no intuito de conferir maior grau de atenção e valor aos seus graduados.”³⁴³

Como afirma o texto, a intenção do Exército não seria a “valorização” dos militares de todas as camadas hierárquicas de maneira homogênea, e sim especificamente a dos graduados. Lê-se sargentos, apesar de os cabos serem tecnicamente, também, graduados. Essa “valorização” deveria seguir vários caminhos, mas, de um modo ou de outro, todos eles, em si, simbólicos. Todos eles funcionando como um “reforço positivo”³⁴⁴ tendo como objetivo final a disciplina de seus quadros médios.

Já fazia parte da diretriz do comandante da Força de 2003 “intensificar a implantação de medidas que [valorizassem] e [estabelecessem] rumo e futuro para as carreiras dos oficiais e das praças... por meio de regulamentação / legislação que permita ascensão ao oficialato por outra via que não apenas o QAO ou o concurso público para a Escola de Administração do Exército (EsAEx).”³⁴⁵ De maneira paradoxal a Instituição possuía a intenção de valorizar a carreira dos sargentos, mas, ao mesmo tempo, ainda que me pareça implícita ou inconscientemente, dessa forma a estaria desprestigiando. A valorização dos sargentos estaria contida justamente no ato simbólico da sua exclusão do seu “círculo” original, oferecendo-lhe a oportunidade de ascensão ao oficialato. Exclusão que se limitaria somente aos mais habilitados intelectualmente, possuidores de cursos de nível superior. Mais habilitados, não porque fossem

³⁴² Adotando uma política de valorização profissional em que houve o rótulo dos elementos a serem valorizados – uma camada específica dos seus componentes – e, ainda, uma devida datação dessa “valorização”, a Instituição parece deixar expor duas coisas acerca da sua política de pessoal: 1) em um momento anterior não havia a devida valorização da camada a ser valorizada, 2) as outras camadas profissionais não pareciam estar precisando de valorização(?). As causas dessa repentina “política de valorização dos sargentos” parecem ser um eco, dentre outros vetores, também dos “movimentos sociais militares” e das ações judiciais individuais, clamando por condições mais igualitárias.

³⁴³ Revista Verde Oliva n° 192, Abr-Jun 2007, CComSEx, Brasília, p.36-37.

³⁴⁴ Conceito *behaviorista* utilizado por Skinner ao descrever algumas alternativas para a punição, que resultassem em menos subprodutos que ela (SKINNER, 1989, p.188).

³⁴⁵ ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de. **Diretriz Geral do Comandante do Exército – 2003/2006**. Disponível em: http://www.gabcmteb.mil.br/static/paginas/diretriz_.htm. Acesso em 05 Abr 07.

mais “inteligentes” que os demais, ou mais estudiosos, ou por conta de qualquer outro critério de aferição. Simplesmente porque tiveram a sorte de terem maiores oportunidades de se aperfeiçoarem intelectualmente em áreas do conhecimento não militares. Sorte de terem comandantes mais compreensíveis, ou de servirem em unidades que não os obrigassem a permanecerem vários dias em exercícios. Aqueles com menos “sorte”, como é o caso daqueles que servem nas unidades de Forças Especiais, por exemplo, se permanecessem desprovidos das ferramentas necessárias à “valorização” – afinal, para serem valorizados, de acordo com essa ótica, os sargentos primeiramente deveriam possuir as ferramentas necessárias, ou seja, o diploma de nível superior – permaneceriam no mesmo patamar. A dedicação exclusiva às “missões” funcionais, caso não houvesse nenhuma outra forma de premiá-la, correria o risco de ser preterida pela dedicação aos estudos.³⁴⁶ De qualquer maneira, esse caminho mostrou ser apenas uma idéia da cúpula que não tomou forma no mundo concreto. Permaneceu letra morta até hoje.

Outras estratégias foram utilizadas com o intuito de dar aos praças graduados uma maior identificação com os propósitos da Força, produzindo-lhes a sensação de que a Instituição estaria dando a eles um importante voto de confiança, atribuindo-lhes missões que – pelo grau de responsabilidade necessária à sua execução – até então somente os oficiais estariam aptos a cumprirem. Dois exemplos são a elaboração de sindicâncias internas³⁴⁷ e a “honraria” de portar o estandarte histórico das unidades, em formaturas e solenidades.³⁴⁸

A primeira dessas atribuições, além da finalidade atribuída pela Força, acabou servindo também como divisor do peso de um importante fardo do dia-dia da burocracia dos quartéis. As sindicâncias são um instrumento burocrático-jurídico que tiveram um aumento significativo nos últimos anos por conseqüência do somatório de alguns fatores, dentre eles o maior acesso de militares ao judiciário e a necessidade de a Instituição se amparar documentalmente contra a investida de futuras ações judiciais. Nesse contexto, todos os acidentes sofridos por militares, ou quaisquer outros fatos que se desviassem da rotina natural das unidades passaram a ser investigadas com o instrumento da sindicância, visualizando a probabilidade de um futuro processo judicial, dos indivíduos envolvidos, contra o Exército. Essa posição defensiva, como dito, passou a ser uma característica de comandantes em todos os níveis diante do temor de um processo judicial. Os comandantes de unidades começaram a se

³⁴⁶ Essas últimas linhas foram apenas uma reflexão, quase que futurológica, da qual não estamos dispostos a fazer aqui. Mas como essa diretriz já estava em pauta na cúpula da Força desde 2003, achei interessante tecer algumas considerações sobre ela e seus prováveis alcances. Mas não com o intuito de prever os acontecimentos, encargo impossível a qualquer um, principalmente a um historiador. Nada disso. Porém, como historiador do processo de socialização militar, tive a intenção, também, de estudar as “idéias” da sociedade militar, principalmente as da cúpula, e de como elas podem afetar o mundo social fardado. Apenas como um exercício de estudo das “idéias” é que tentei mostrar, a partir de um exemplo insignificante, o alcance que quaisquer decisões tomadas pela cúpula pode ter no processo de construção da identidade militar de seus subordinados.

³⁴⁷ Portaria nº 845, do comandante do Exército, de 09 de dezembro de 2004.

³⁴⁸ Portaria nº 080, do Estado-Maior do Exército, de 23 de agosto de 2004.

antecipar aos fatos, munindo-se de provas necessárias e suficientes para refutar essas prováveis ações.³⁴⁹ Então, os sargentos, de um modo geral, com um grau de escolaridade mais elevado, passaram a ser aproveitados pelo Exército nessas produções de provas.

A segunda, ou seja, a “honraria” de conduzir o porta estandarte da unidade em solenidades, teve a intenção de dar distinção aos sargentos recém formados, que se destacassem dos seus companheiros nas atividades diárias da caserna.

No entanto as distinções não são gratuitas. Elas possuem um preço: a disciplina do indivíduo e a sua submissão aos desígnios de seus comandantes. É dentro dessa dinâmica de interesses interdependentes que se estabelecem, no seio da socialização militar, as múltiplas relações de poder dentro da sociedade disciplinar fardada. Os subordinados precisam das distinções concedidas por seus superiores como símbolos de prestígio e como meio de promoção na carreira. Para isso pagam o preço: a sua disciplina. Os superiores necessitam da “disciplina” de seus comandados para poderem manter inabalável a estrutura da Instituição. Para isso, pagam seu preço: a concessão – correndo mesmo o risco da vulgarização – das múltiplas formas de distinções a seus subordinados. É dentro desse jogo entrecruzado de interesses interdependentes que o Exército vem procurando manter sua tropa coesa. Honrarias, cargos honoríficos³⁵⁰ e, também, medalhas são os símbolos perfeitos desse jogo.

A criação de um novo tipo de medalha, premiando aqueles que permanecessem em quartéis ditos de “corpo de tropa” por determinados anos, foi considerada, ainda, uma outra maneira de valorizar, nesse caso, não só os sargentos, mas também eles. Maneira essa bastante econômica de manter o controle disciplinar dos que pretendessem ser agraciados, pois a portaria que regula as suas concessões restringia o direito de recebê-las àquele que “não tenha sido punido disciplinarmente, exceto se a punição for cancelada ou anulada, esteja, no mínimo, no comportamento ‘ótimo’, se praça”, e, ainda, “tenha parecer favorável da autoridade proponente.”³⁵¹ Ou seja, valorizava não o militar em si, mas o disciplinado. Além disso, é preciso ressaltar que o recebimento de medalhas, significando maior contagem de pontos para as próximas promoções, reflete de modo mais direto em uma certa antecipação no aumento dos vencimentos do agraciado, o que não deixa de ser, ainda, uma excelente maneira de legitimar o

³⁴⁹ O caso do 27º Batalhão Logístico é exemplar, significativo e parece indicar uma característica curiosa da sociedade militar, que já fora apontada por Norman Dixon e que não parece querer abandonar seus membros: a de que o “soldado é feito para gastar”. No ano de 2004, enquanto as sindicâncias eram ser feitas somente pelos oficiais, foram realizadas cerca de 50 sindicâncias naquele batalhão. Já em 2005, quando os sargentos passaram, também, a ser obrigados a elaborá-las, esse número subiu para 80. Isso parece indicar que a “mão-de-obra” mais farta ajudou a provocar a necessidade, e não somente o contrário, como era de se esperar.

³⁵⁰ Em 2003 foi criado o cargo honorífico de “sargento brigada”, que, na rotina burocrática das unidades são os sargentos da seção de pessoal encarregados da elaboração e do controle das escalas dos serviços internos e externos. A função já existia e esse termo já era corriqueiro nos quartéis para designar o executante dessa função. O Exército, diante disso, apenas institucionalizou uma “honraria” (?) que já existia, criando um distintivo para ela. Ver Portaria nº 369, de 9 de julho de 2003, publicada no Boletim do Exército nº 29, de 2003.

³⁵¹ Portaria nº 715, do Comandante do Exército, de 21 de outubro de 2004: “Normas para Concessão da Medalha Corpo de Tropa”, publicada no Boletim do Exército nº 44, de 2004.

interesse de militares ditos “carreiristas” pelo recebimento de medalhas. Desse modo o discurso economicista passou a ser uma forma de mascarar o carreirismo.

Além da medalha criada, outras já existentes passaram a ser mais generosamente concedidas aos sargentos. Em 1994, cerca de 322 “Medalhas do Pacificador” foram concedidas a oficiais, 194 a subtenentes e sargentos e 2 a cabos e soldados, somando um total de 518. Levando-se em consideração que o efetivo total do Exército, em termos de sargentos, era bem maior que o de oficiais,³⁵² vê-se que o número de medalhas concedidas era bastante desproporcional entre eles. Já em 2004, foram 617 medalhas distribuídas no total, porém com uma proporcionalidade bastante diferente. Foram concedidas 294 medalhas para oficiais; 302 para sargentos; 21 para sargentos do quadro especial (QE), cabos e taifeiros.³⁵³ O número de sargentos agraciados foi maior que o de oficiais. O número de cabos e soldados continuou sendo mínimo, mas com um relativo aumento.

Sobre a medalha da “Ordem do Mérito Militar” não temos dados muito confiáveis a respeito de 1994, mas acredito que a proporção da distribuição tenha sido, naquele ano, a mesma que a da medalha do “Pacificador”. Dados mais confiáveis a respeito da medalha da “Ordem do Mérito das Forças Armadas” podem ser uma boa referência para os quantitativos entre oficiais e praças agraciados com a Ordem do Mérito Militar. Em 1994, foram agraciados 50 oficiais de carreira (entre generais e oficiais superiores), 5 oficiais do QAO (Quadro Auxiliar de Oficiais, oriundos da carreira de sargentos) e 5 subtenentes e sargentos.³⁵⁴ Tendo esses números apenas como referência, sabe-se que em 2004 foram admitidos no “Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar” 100 novos oficiais de carreira, 21 oficiais do QAO, 56 subtenentes e sargentos e um sargento do Quadro Especial (oriundo da carreira de cabo).³⁵⁵ Os números, apesar de serem ainda muito díspares, entre oficiais e sargentos (não é necessário nem comentar a respeito dos cabos e soldados), se aproximam bastante entre si, diferente da situação observada em 1994, no caso da medalha “Ordem do Mérito das Forças Armadas”.

Além das medalhas concedidas, uma outra forma encontrada pela cúpula do Exército de mostrar as suas intenções de valorizar os sargentos foi a possibilidade de inserção de praças (subtenentes) e oficiais oriundos da carreira de sargentos no grupo encarregado de formular a política de pessoal da Força e na comissão de promoções de sargentos.³⁵⁶

Além dessas medidas ditas valorativas, outras foram tomadas pela cúpula da Instituição com a finalidade de manter os sargentos sob um maior controle disciplinar. A diretriz do comandante do Exército, de 2003, previa a continuação dos estudos que tinham como

³⁵² Em 1994 eram 14.144 oficiais de carreira para um total de 31.121 sargentos (somados os de carreira e os do Quadro Especial), e 140 mil cabos, soldados e taifeiros.

³⁵³ Portaria nº 404, do Comandante do Exército, de 08 de julho de 2004; publicada no Boletim do Exército nº 29, de 16 de julho de 2004.

³⁵⁴ Portaria publicada no Boletim do Exército nº 25, de 25 de junho de 1994.

³⁵⁵ Decreto presidencial de 08 de abril de 2004, publicado no Boletim do Exército nº 16, de 16 de abril de 2004.

³⁵⁶ “Valorização Profissional”, IN: Revista Verde Oliva Edição Especial, CComSEx, Brasília, Fev 2007, p.40.

finalidade além da “reformulação da formação de sargentos, quanto ao nível de escolaridade para o concurso de admissão”, ainda aumentar a duração do curso.³⁵⁷ A escolaridade exigida permanece ainda hoje, 2007, sendo a de nível fundamental, mas a duração do curso de formação veio a aumentar de 10 meses para um ano e meio no ano de 2006. A Força parece pretender reforçar a identidade militar de seus futuros sargentos aumentando o seu tempo de socialização formal escolar.

De qualquer modo, para a cúpula do Exército tem parecido importante difundir e sustentar, junto ao seu público interno, principalmente os sargentos, a imagem de que há uma preocupação em valorizá-los³⁵⁸, de maneira palpável ou não. Além disso, tem buscado reforçar que a disciplina seria a chave para o sucesso na carreira. Para isso, como dito, o *marketing* institucional têm sido incansavelmente utilizado. A revista Verde-Oliva tem servido como uma boa ferramenta nesse sentido. Como um exemplo emblemático, a revista nº 165, de 99, publicando uma entrevista com o sargento Bandeira – á época, campeão mundial do pentatlo militar por 5 vezes, e que servia em Recife-PE – o fez duas perguntas um tanto quanto tendenciosas. A primeira foi: “Você deve tudo isso ao Exército Brasileiro?”, o qual respondeu: “Com certeza. Tudo que eu sou hoje eu devo ao Exército Brasileiro e também à minha família. O apoio prestado nos últimos 19 anos foi fator fundamental para o sucesso alcançado.” A segunda: “Como é o sargento Bandeira no quartel?”, teve como resposta o discurso de um militar exemplar e dedicado à manutenção da disciplina, tudo o que o Exército precisava como um exemplo de sargento: “*É um militar disciplinador e disciplinado, que cobra do subordinado e na minha condição tem que ser militar e atleta e não atleta e militar.*”³⁵⁹ Exemplo que legitima o *status quo* das relações de poder que, naquela mesma cidade e um ano depois, em setembro de 2000, começaram a ser questionadas por uma pequena parcela dos sargentos, com a fundação da Associação dos Praças do Exército Brasileiro (APEB).

No decorrer desses anos a revista publicou várias matérias sobre a formação dos sargentos ou sobre sargentos que houvessem se destacado em suas funções, todas elas fazendo parte de uma ampla campanha institucional de reforço do orgulho em pertencer ao Exército e, com isso, tentar manter a coesão do público interno. Frases como: “mais do que um auxiliar do oficial, o sargento, atuando como especialista, é um verdadeiro assessor do chefe na guerra moderna”, ou ainda “o sargento não é um mero executante, mas um gestor da capacitação

³⁵⁷ ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de. “Diretriz Geral do Comandante do Exército – 2003/2006”. Disponível em: http://www.gabcmteb.mil.br/static/paginas/diretriz_.htm. Acesso em 05 Abr 07.

³⁵⁸ De acordo com o discurso institucional, “a alteração inserida no art. 20 das IG 1011 (IG para a Elaboração de Sindicância no Âmbito do Exército Brasileiro), por intermédio da Portaria nº 845, de 09 Dez 04, do Comandante do Exército, atribuindo ao ST e ao Sgt Aperfeiçoado a possibilidade de realizar sindicância, está consoante com a política de valorização do Subtenente e Sargento implementada pelo Comandante do Exército.” Palestra da Assessoria 1, na EASA, em 06 Set 05. Disponível em: http://www.gabcmteb.mil.br/a1/index.php?option=com_remository&Itemid=31&func=fileinfo&filecatid=1&print=category; Acesso em 15 Jan 07.

³⁵⁹ Revista Verde Oliva nº 165, CComSEx, Brasília, Jan-Abr 99; Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/VO/165/sargent.htm>; Acesso em: 12 Fev 07.

técnica e tática dos subordinados”³⁶⁰ buscaram incutir o orgulho da função subalterna dos sargentos, dentro de um quadro de luta daquela camada por condições igualitárias de tratamento e mesmo, em última análise, de poder. Tentativa de trazer os sargentos para dentro de um quadro maior de responsabilidades gerenciais da Força corresponde, guardadas as proporções, ao novo perfil do “operário ideal, pós-taylorista” batizado por Dubar de “operador polivalente e administrador” (DUBAR, 2005, p.273).

A divisão social do “trabalho militar”, que previa antes, de maneira prática, a distinção entre os “que pensavam” (oficiais) e “os que executavam” (praças), estaria tendendo a uma maior flexibilidade? O fosso histórico entre praças e oficiais estaria tendendo a diminuir? Essas são questões impossíveis de se responder ainda no calor dos acontecimentos, o que sem dúvida alguma é um grande problema da história do presente. O que se sabe é que o processo de socialização imposta aos militares do Exército tem sofrido mudanças significativas nesses últimos anos. Mudanças essas que ocorrem numa época de maior acesso – ainda que desigual – a informações, de crescimento do nível intelectual, e, ainda, do aumento significativo da consciência de cidadania e, porque não dizer, de consciência política de uma boa parcela das camadas subalternas da sociedade militar.

Além de ter pretendido sustentar a coesão da tropa tentando incutir nela um sentimento maior de orgulho de pertencimento à Instituição, a cúpula do Exército pareceu ter buscado garantir a aglutinação de pensamentos por outros mecanismos, dentre eles a adoção de uma política de maior controle em relação à socialização dos sargentos de carreira das armas, a partir da década de 1990. Simbolicamente essa intenção é representada pelo fato de que a ESA (Escola de Sargentos das Armas), maior estabelecimento de formação de sargentos de carreira do Exército, sob comando de um coronel até 1991, passou no ano seguinte a ter um general de brigada como comandante. Desde então, as políticas que, de alguma maneira, trataram a respeito do processo de socialização dos sargentos têm passado por inúmeras transformações. A mais recente, já mencionada, foi o aumento do período de sua socialização formal. De um tempo de formação de 10 meses, até 2006, passou para 18 meses em 2007. E a preocupação da Força não parece tanto com a profissionalização desses sargentos, tendo em vista que o tempo acrescido não foi especificamente direcionado para sua qualificação em suas respectivas armas, e sim para a formação básica do militar. Ou seja, o aumento do tempo de formação demonstrou que o interesse da Instituição foi muito mais reforçar o espírito militar³⁶¹ de seus sargentos do que formar profissionais especialistas em suas respectivas armas, quadros ou serviços.

³⁶⁰ “Profissão: Sargento” IN: Revista Verde Oliva nº 172, Edição Especial, CComSEx, Brasília 2002; Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/VO/172/sgt.htm>; Acesso em: 12 Jan 07.

³⁶¹ Espírito de pertencimento à Instituição antes de tudo, tendo em vista que, conforme Celso Castro, cada especialidade do Exército possui um determinado tipo de espírito militar (CASTRO, 1990).

Outra recente mudança quanto ao processo de socialização dos sargentos foi a criação oficial, em julho de 2005, na Escola de Sargentos das Armas (ESA), da Seção de Instrução Especializada (SIEsp), uma “repartição” que existia somente na AMAN desde de dezembro de 1969. A SIEsp na AMAN tinha sido criada com a finalidade de desenvolver nos futuros oficiais do Exército determinadas “qualidades desejáveis”, inerentes ao guerreiro ideal, tais como a resistência física e mental, a liderança sob condições de extrema pressão, e, curiosamente, como diz um texto de apresentação da SIEsp, a “facilidade de 'agir mais do que pensar', sem esquecer que, em mentes de alta qualidade, o 'pensar' faz-se com tal velocidade que, aparentemente, o raciocínio lógico parece ter sido abandonado.”³⁶² Teve como base as cartilhas utilizadas nos cursos de “Comandos”, especializados em guerra irregular, e “Operações na Selva”. Essa mesma lógica formativa parece ter sido transplantada para a SIEsp da ESA, que, além de ter adotado o curioso bordão “Fé na missão”, adotou também o mesmo mote de sua matriz: “Nós só admitimos os fortes!”.

O bordão anterior é curioso pelo aspecto sentimental com a qual é tratada a função especificamente militar. O conceito de “missão” é tratado como um verdadeiro dogma de fé e seu cumprimento é considerado quase como uma experiência religiosa. O efeito de sentido dessas práticas contrapõe-se ao pragmatismo mostrado no texto já discutido. Se contrapormos o desejo institucional de inculcar nos seus sargentos, tanto quanto nos seus oficiais, a “fé na missão” a um conjunto composto pela soma daquele pragmatismo com a “intelectualização” e a evasão dos sargentos, talvez fique mais fácil compreender a finalidade dessa “prática” socializante apelativa à emoção. Trazendo para o universo simbólico-religioso a “missão”(que pode ser qualquer coisa) desracionalizando-a, não pode ser discutida nesse nível pois passa a ser um dogma. Diante da falta de inimigo, a estratégia da fuga do racionalismo e o conseqüente apelo para o sentimentalismo, cujo mote “fé na missão” é um exemplo, tem sido uma maneira interessante encontrada pela Instituição de tentar manter a coesão de seus efetivos profissionais, tanto de oficiais como de sargentos. Segundo o ex-comandante do Exército:

“Há coisas na vida que foram feitas mais para serem sentidas do que explicadas. Por exemplo: ser soldado. Pode-se perguntar: "Que tipo de estímulo o leva a entregar-se aos sacrifícios sem a contrapartida de maior recompensa senão sentir-se realizado com a missão bem cumprida?" Ou então: "Que o leva a saltar de pára-quedas, escalar montanhas, embrenhar-se na selva e na caatinga, cruzar os pantanais, vadear os rios e atravessar os pampas, indo a toda parte que a Pátria lhe ordenar, sem reclamar de nada?" Impossível responder. Afinal, ser soldado é um estado de espírito. "...Vale a pena ser soldado! Vale a pena ser do Exército Brasileiro!" E ninguém tente entender! Melhor apenas sentir...”³⁶³

³⁶² Disponível em: <http://www.imagemacao.net/page/textos1.asp>; Acesso em: 06 Set 07.

³⁶³ Portaria nº 156, de 23 de abril de 2002. *Vade-Mécum* de Cerimonial Militar do Exército: Valores, Deveres e Ética Militares (VM 10), 1ª Edição, 2002.

Continuemos, então, a respeito da política de “valorização” dos recursos humanos. Sobre os cabos ou soldados não há quase nada de concreto sobre uma intenção do Exército em valorizá-los ou utilizá-los como mão-de-obra capaz de ações intelectuais. Com a curiosa exceção de o COTER disponibilizar em sua página na *internet* uma pequena coletânea com princípios básicos e práticos de direito militar, escrita por um cabo³⁶⁴, não há nada que indique esse caminho. Ainda assim, há controvérsias se se pode caracterizar esse fato como um ato de valorização. Não temos dados que indiquem ou não a existência de algo neste sentido, para o referido cabo. No entanto, apenas o fato de ter disponibilizado seu trabalho em uma base de dados pública, já mostra que a Instituição tem se tornado mais flexível quanto à divisão social do trabalho entre aqueles que pensam e aqueles que executam.

Em poucos discursos a menção ao termo “graduado” pode ser estendida também aos cabos. Na maioria das vezes, quando o assunto é “valorização dos graduados” ele acaba funcionando como um “engrossador” de caldo que busque legitimar ações do Exército que têm como objetivo principal os sargentos. Em recente matéria a revista Verde Oliva publicou que “havia tido um aumento de graduados designados para missões no exterior”, com as fotos de um oficial do QAO e dois subtenentes. O oficial tinha sido auxiliar de adido militar na Rússia, um dos subtenentes havia sido auxiliar da Conferência dos Exércitos Americanos e o outro havia realizado o curso de *Sergeant Major* nos Estados Unidos da América. E o quadro logo em seguida havia a contabilidade, anual, de cerca de dois mil “graduados” em missões no exterior nos últimos três anos. No entanto esse termo está estendido aos cabos, que realmente engrossam o caldo por participarem das missões de paz nas quais o Exército está envolvido, principalmente no Haiti, onde há o maior efetivo. Mas as fotos postadas são apenas de sargentos em missões burocráticas, de maior prestígio, o que pode induzir os leitores a pensarem, por exemplo, que em 2004, 2.122 “graduados” haviam participado de missões daquela natureza.³⁶⁵

Uma das pouquíssimas formas de “valorização” simbólicas dos “graduados” que atingem também os cabos e, talvez, alguns soldados é a concessão de algumas medalhas, mesmo assim, de forma muito reduzida. Com a exceção desses casos, há muito pouca coisa no discurso institucional que faça lembrar da base da pirâmide hierárquica. E curiosamente, muito pouca coisa há nas fontes a respeito de uma política de “valorização” também dos oficiais. Os únicos que são mencionados são os oficiais não possuidores do curso de Estado-Maior (que no cotidiano também são excluídos e discriminados pela elite detentora dessa senha de

³⁶⁴ PASCOALINI, Cabo Marcelo M. **Manual do soldado**; Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/>; Acesso em: 08 Fev 07. De acordo com o autor, seu trabalho teve a intenção de servir como “uma Cartilha Básica que pudesse trazer orientação e possuir um caráter eminentemente preventivo em relação à prática de determinados e mais frequentes crimes militares.” Página do Comando de Operações Terrestres; Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/Oapic/assejur/Justiça%20Militar%20da%20União.pdf>; Acesso em: 03 Dez 06.

³⁶⁵ Revista Verde Oliva n° 192, Abr-Jun 07, CComSEx, Brasília, p.38.

diferenciação) e os oficiais do IME. A respeito destes últimos, pelo menos de acordo com o discurso institucional, tem havido uma “diminuição gradual” da sua “sub-utilização”, pois, por vezes são alocados em funções que poderiam muito bem ser desempenhadas por oficiais com “outras qualificações.”³⁶⁶ E, como já mostrado, são justamente os oficiais do IME os que possuem o índice mais elevado de baixas da Força.

Desse exposto, o discurso da “valorização”, ao que parece, tem sido direcionado especificamente aos sargentos e isso, penso eu, tem sido uma resposta do Exército às pressões daquela camada por uma maior nesga na partilha pelo poder, funcionando como uma espécie de amortecedor das tensões produzidas por essas pressões. As cobranças quanto ao desempenho profissional dos sargentos – com a exigência do conhecimento de informática e de noções de direito, por exemplo – aumentaram sem a contrapartida de nenhum reconhecimento por seus superiores. Além disso, alguns deles mais intelectualizados, politicamente mais atuantes e conscientes de seus direitos de cidadãos, passaram a significar, em graus muito variáveis, uma ameaça ao *status quo* de histórico domínio soberano da oficialidade. Ameaça que lembraria em alguns pontos, guardadas as devidas proporções, o ocorrido na década de 1960, quando “a elevação do *status* educacional e profissional dos sargentos não foi acompanhada por uma elevação correspondente de sua posição social ou política”, fazendo surgir “uma situação de incongruência de *status*”, sendo que “o foco de seu ressentimento era a aguda diferença entre o status legal dos oficiais e o dos sargentos e praças em geral” (STEPAN, 1975, p.118). Novamente recorrendo ao texto apresentado inicialmente, duas frases são exemplares quanto a essa incongruência de status no momento presente. Uma delas é: “aqui você é limitado e discriminado por não ser oficial”; a outra é: “você acha que tem algum reconhecimento por ter curso superior aqui dentro? Nada. Sargento. Você é e sempre será sargento”.³⁶⁷

Porém, há uma diferença fundamental entre o presente e a década de 1960. Segundo entendimento de Alfred Stepan, a elevação de importância e de status interno, com a profissionalização dos sargentos, é que acabou trazendo a incongruência em relação à sua posição social e política no plano civil. “O novo status dos sargentos, dentro da estrutura militar, lhes deu condição para se tornarem um grupo socialmente poderoso e distinto” (STEPAN, 1975, p.118). No momento presente parece ter ocorrido o caminho inverso. A elevação do *status* educacional no plano civil, como já discutido aqui – conseguida de maneira totalmente independente e desvinculada do Exército, já que ainda nos dias de hoje não há incentivo do Exército para que seus sargentos façam cursos superiores – é que parece ter contribuído para as incongruências de *status* no plano interno do Exército.

³⁶⁶ Revista Verde Oliva Edição Especial, Fev 07, CComSEx, Brasília, p.12.

³⁶⁷ Disponível em: <http://www.diariodobrito.com/index.php?conteudo=10&id=260>; Acesso em: 15 Jun 2006.

7. Modificações no tempo de socialização: a despotencialização do olhar disciplinar

Em 1996, o número de recrutas incorporados, na então Companhia de Material Bélico, pertencente ao 27º Batalhão Logístico foi de 37 cidadãos. Por meio da documentação pesquisada na própria subunidade, tem-se a estimativa de que cada um passou em média cerca de 700 horas dentro do quartel, computando-se apenas os serviços de escalas. Os documentos mostram também que cerca de 30% disso foram em dias sem expediente: finais de semana ou feriados. Em dias de expedientes normais –de segunda à sexta-feira – foram em média 1600 horas dentro do quartel. Em exercícios no terreno, que foram dois anuais para todos e três somente para os alunos do curso de formação de cabos³⁶⁸, foram em média 128 horas. Nas missões externas que muitos cumpriram, perfizeram mais 72. Muitos ficaram muito mais tempo que isso, se computarmos os dias punidos. O período de internato, correspondente a um mês, com liberação nos fins de semana – mas muitos acabaram permanecendo no quartel para tirarem seus serviços de escala – computa mais 256 horas. Somando tudo isso, deu uma média total para cada recruta de cerca de 2756 horas sob o manto total da Instituição.³⁶⁹ É importante lembrar que a incorporação de 1996, efetuada em abril, foi tardia em relação ao outro ano de referência, ou seja, 2004, a qual veio ocorrer cerca de um mês antes, em março. Como o número de recrutas incorporados em 1996 foi relativamente maior que 2004, os serviços de escala acabaram dando maior folga naquele ano do que neste último.

Na coleta de dados relativos ao ano de 2004³⁷⁰, consideraram-se os 23 recrutas incorporados naquele ano, na Companhia Logística de Manutenção, e os 303 dias, da data em que incorporaram, 03 de março, até 31 de dezembro.

Somando-se os dias de serviços de escalas de 24 horas cumpridos, cada um deles permaneceu em média 45 dias dentro do quartel. Isso significa, grosso modo, que a cada quatro dias de liberação após o expediente, houve um dia em que aqueles indivíduos permaneceram a totalidade do seu tempo reclusos no sistema disciplinar, sendo socializados na prática dos serviços de sentinela e plantão. Todo esse tempo apreendendo na prática os deveres do soldado, sua posição hierárquica e os regimes posturais e discursivos característicos dela; aprendendo as diferenças entre o que é considerado normal do que é considerado desvio em sua conduta.

Além desses períodos de 24 horas em serviços houve também os dias em que os recrutas permaneceram no chamado internato e ainda os quatro dias de acampamento. É um considerável período de tempo sendo socializado e moldado pela Instituição. No entanto, se

³⁶⁸ Um exercício de 5 dias em junho e outro de 3 dias em setembro para todos. E ainda outro de 3 dias no mês de agosto.

³⁶⁹ As fontes utilizadas para as análises a respeito dos serviços tirados, das missões, dos acampamentos e das punições foram os aditamentos e os pernoites diários, publicados na Companhia de Material Bélico, do 27º Batalhão Logístico.

³⁷⁰As fontes para os serviços de escalas foram as 366 folhas dos pernoites diários, da Companhia de Material Bélico, relativos ao ano de 2004.

compararmos a quantidade de tempo que um recruta passava no quartel em 1996 e em 2004 pode ser visto que na década de 1990 passava-se bem mais tempo sob as asas da Instituição. Lembro que cada um desses números são estimativos, pois certamente a quantidade de tempo dos recrutas envolvidos com as coisas do quartel teve uma variação bem grande, dependendo de sua posição. Os alunos do Curso de Formação de Cabos, por exemplo, deviam ter permanecido bem mais tempo enquadrados pelo sistema, em instruções, missões fora do expediente e, principalmente, como já dito, em um exercício no terreno que normalmente era exclusivo do curso.

Um recruta incorporado em 2004 passou, em média, cerca de 1.784 horas em expedientes normais no quartel. Soma-se esse tempo à média de 480 horas em serviços em períodos noturnos em dias de semana e mais 360 horas em finais de semana, quando em serviços de escala. Isso daria um total de 2624 horas de disponibilidade ao Exército. Contando o período de internato, que foi somente de 15 dias, com liberação no final de semana, e o de acampamento (apenas um e de 3 dias), pode ser dito que a média de tempo de permanência de um recruta da Companhia de Material Bélico sob a totalidade da socialização militar foi de cerca de 2800 horas. Porém, temos que retirar desse montante cerca de 128 horas relativas aos meio-expedientes que foram concedidos em partes dos meses de novembro em todo o mês de dezembro, o que sobra cerca de 2672 horas de média final. Lembrando que também não estamos computando aqui os dias de permanência no quartel daqueles militares punidos. Se os computássemos, o efeito diferencial entre 96 e 2004 seria bem maior, tendo em vista que em 1996 muito mais militares foram punidos que em 2004.

Outro detalhe: se computarmos ainda os meses de janeiro e fevereiro do ano seguinte que também foram de expedientes cortados pela metade, restariam apenas cerca de 2400 horas. De qualquer maneira, na média, em 2004 o tempo de permanência dos soldados dentro do quartel havia sido menor que o de 1996, alterando, para menos, portanto, o tempo de efetiva “dominação” e da implantação do *habitus* militar a cada um dos indivíduos a serem socializados.

Conforme Goffman, se a estada do indivíduo internado for muito longa, acontece o fenômeno de desculturação em relação ao mundo do cotidiano civil. Os chamados grupos dirigentes – por meio do afastamento, que busca, no limite, a alienação do internado da sua realidade civil – “criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional” dos internos, “e usam essa tensão, persistente como uma força estratégica no controle de homens” (GOFFMAN, 1974, p.24). Isso implica que quanto mais tempo se fica sob essa dominação, mais mortificado tende a ficar o “eu” do indivíduo. Esse “eu”, forjado antes da entrada na Instituição Total, ao “diminuir-se” apresenta-se como um facilitador da construção de uma outra identidade. Nesse caso, a identidade militar. Se o tempo de internamento – e de isolamentos contínuos posteriores ao internamento em si – e o

conseqüente afastamento, do indivíduo, em relação à sociedade civil diminui, por certo que a “mortificação” do seu eu e a abertura individual a um processo novo de construção identitária se dará de forma tão mais incompleta quanto for essa diminuição temporal de controle.

Construção identitária incompleta que, possivelmente, tenderia a trazer, como uma das conseqüências, um número maior de desvios de conduta, o que, provavelmente aumentaria o número de punições. Todavia, não é esse o padrão que se tem observado na sociedade disciplinar do Exército Brasileiro.

8. As punições: da descentralização e arbitrariedade à centralização com direito a defesa.

Antes de tudo, são necessárias algumas considerações sobre as fontes principais utilizadas nesta parte da dissertação, que forneceram dados importantes acerca da rotina disciplinar e de serviços de uma subunidade pertencente a um dos quartéis do Exército. Os documentos são chamados de “pernoite”, que nada mais são do que uma planilha de controle diário dos destinos de todas as praças da subunidade, sendo que cada uma das subunidades possui um documento diário com este teor. Os oficiais não passavam e não passam por tal controle. O termo “pernoite” é bastante polissêmico e pode, ao mesmo tempo, significar a) o próprio documento em si; b) o ritual em que os militares de serviço e punidos de todas as subunidades do batalhão devem comparecer todas as noites em um local e horário determinados – geralmente às 21:00, mas a critério do oficial-de-dia, o horário pode variar das dezenove às vinte e uma horas – para uma última chamada antes do recolher³⁷¹, e c) a obrigação de ir para o quartel à noite e lá dormir. Porém, na prática cotidiana da caserna, estar de pernoite ou “colocar” alguém de pernoite significava, antes de mais nada, estar punido ou punir alguém, com a maior economia possível.

Foram utilizados, como fontes, documentos de 1996 e 2004. A pretensão inicial seria utilizar-se dos de 1994, porém estes já haviam sido destruídos. Apenas por mero acaso os documentos de 1996 a 2000 ainda não tinham sido incinerados, tendo em vista que o tempo regulamentar de permanência nos arquivos, da maioria dos documentos ostensivos do Exército, é de 5 anos. E não há nenhum tipo de cultura arquivística no Exército visando o interesse pela pesquisa histórica nesse nível, de subunidade e seu cotidiano disciplinar, existindo somente algumas prescrições da cúpula, acerca da realização de históricos das unidades militares, que encontram, ainda assim, pouco eco na ponta da linha, no nível de execução desses históricos. A maioria dos documentos consultados teve validade institucional somente no instantâneo de seu emprego. O outro único emprego que pode ter tido uma ou outra folha de pernoite daquele ano,

³⁷¹ Por isso o referido ritual de formatura para o pernoite é denominado tecnicamente de “revista do recolher”.

é o de ter servido como comprovante de falta ao expediente de algum militar por mais de oito dias, o que configura o crime de deserção, previsto no Art 182 do Código Penal Militar. Nesse caso, todas folhas de pernoite relativas aos dias em que o citado militar estivesse incluído como faltoso comporiam, como provas em seu processo crime, consolidado pela justiça militar.

Os 366 “pernoites” de 1996 e os 366 de 2004 foram encontrados em ótimo estado de conservação, agrupados em ordem cronológica decrescente, no arquivo do seu próprio lugar de produção, a sargenteação³⁷² da Companhia de Material Bélico³⁷³.

Até 2001, formalmente, a dispensa da revista do recolher, ou pernoite, era uma recompensa, concedida pelo comandante de unidade ou subunidade aos seus praças³⁷⁴, podendo ser suspensa a critério de qualquer um dos dois comandantes. Muitas vezes por motivos disciplinares essa concessão era cassada e o militar era relacionado – no jargão militar “lançado” – no pernoite, devendo se apresentar até às 21:00 h para a formatura do pernoite e, depois disso, dormir no quartel³⁷⁵.

Configurando juridicamente e administrativamente como uma concessão do comandante, o pernoite era inquestionável em seu mérito punitivo, sendo lembrado várias vezes, por pilhéria ou cinismo, por graduados e oficiais, em tom de ameaça a subordinados renitentes a executar alguma ordem, que “pernoite não era punição”.

Sendo uma concessão do comandante³⁷⁶, foi contudo, sistemática e informalmente, utilizado como mais uma ferramenta repressiva do aparelho disciplinar militar. Dos métodos disciplinares que empregavam a restrição da liberdade aos infratores, o Exército utilizava sobejamente o pernoite, de processo mais sumário, menos formal, menos burocrático e mais econômico para o sistema. O Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) de 1984, em seu artigo 21, prescrevia que “a punição disciplinar objetiva a preservação da disciplina e deve ter em vista o *benefício educativo ao punido e à coletividade* que ele pertence.” Conforme o mesmo

³⁷² Sargenteação é o local de trabalho do chamado sargenteante, sargento que, segundo o Regulamento Interno dos Serviços Gerais (RISG), teria a responsabilidade de produzir e organizar “toda a escrituração corrente da subunidade, referente ao pessoal, serviço e instrução” (RISG, 1984, p.47)

³⁷³ No ano de 1996, ainda possuía o nome de Companhia de Material Bélico, mas em 2000, por motivo de transformações em toda a estrutura logística do Exército, passou a se chamar Companhia Logística de Manutenção, uma das três subunidades que compõem o 27º Batalhão Logístico, situado em Curitiba-PR.

³⁷⁴ Conforme prescrevia o Regulamento Disciplinar do Exército, em sua edição de 1984, válido até 2001, em seu inciso 3º, do parágrafo único do Art. 64 (p.25) e Art. 68 (p. 26).

³⁷⁵ “...dentre as mais desagradáveis punições para os soldados relapsos e alterados, sempre esteve a de responder pernoite.” (RODRIGUES, 2001, p. 60)

³⁷⁶ O Exército, certamente depois de algumas demandas judiciais perdidas em favor de militares que recorreram a juízo o seu direito de ir e vir constitucional, extinguiu essa norma jurídica a partir da atualização do RDE, em publicação de 2002 (Decreto nº 4.346, de 26 Ago 02). Curiosamente, ainda existe na página do gabinete do comandante do Exército jurisprudência de defesa da obrigatoriedade, por parte dos praças, em responder ao pernoite todos os dias: "MILITAR. REVISTA DO RECOLHER. CONTROLE PELO PODER JUDICIÁRIO DO ASPECTO FORMAL DO ATO ADMINISTRATIVO. Revista do Recolher é atividade à qual está obrigado o militar, à exceção daqueles que estão dispensados por ato discricionário do superior hierárquico. Os atos administrativos discricionários sujeitam-se à apreciação do Poder Judiciário, no seu aspecto extrínseco (legalidade), não podendo este Poder invadir aspectos reservados à avaliação subjetiva (oportunidade e conveniência), exclusiva do Administrador." (AC Nº 98.04.08271-3/RS, Rel. Juiz Edgard Lippmann, in DJ de 24 Jun 98) Disponível em <http://www.gabcmt.eb.mil.br/a2/static/jurisprudencia/discpl.htm> . Acesso em: 05 Abr 07.

RDE listava no artigo nº 22, as únicas punições com perda de liberdade deveriam ser a detenção -“cerceamento da liberdade”- e a prisão -“encarceramento”- do punido. Para se punir alguém³⁷⁷ todo um ritual simbólico e burocrático prescrito no regulamento disciplinar deveria ser seguido pela “autoridade que aplicar a punição”³⁷⁸. O regulamento prescrevia no *caput* do seu artigo 10º que “todo militar que tiver conhecimento de um fato contrário à disciplina (deveria) participá-lo ao seu Chefe imediato, por escrito ou verbalmente.” A maioria dos fatos eram dados a conhecer ao superior apenas verbalmente, sendo somente os fatos mais graves comunicados por escrito, o que praticamente incitava a “autoridade” a tomar providências também formais. A oitiva ou não das pessoas envolvidas, principalmente do acusado, ficava a critério do oficial que recebia a parte, não sendo obrigatória.³⁷⁹ Para dar à sistemática a aparência de que havia uma preocupação com o direito do subordinado de ser ouvido, havia um ritual informal e sumário, chamado com jocosidade de “Hora do Pato”. Este era um momento em que, individual ou coletivamente, o acusado de alguma transgressão apresentava-se ao seu comandante de subunidade para explicar-se acerca do fato. Contudo, aquele possuía poucas chances de se justificar, pois acabava sendo o oficial o *dominus verbis* da oitiva, que representava muitas vezes mais uma pré-punição, sob forma de duras advertências, do que uma chance real do indivíduo se explicar³⁸⁰. Depois disso, seria redigida uma “nota de punição” que deveria conter vários elementos que diziam respeito ao fato, ao transgressor e à própria punição, e esta deveria ser publicada em boletim interno, assinado pelo próprio comandante da Unidade.³⁸¹ Porém, em inúmeros casos, as punições eram publicadas somente no documento interno da subunidade, chamado “Aditamento ao Boletim Interno”, ficando a responsabilidade da punição integralmente nas mãos do comandante da Companhia, um oficial intermediário ou subalterno (capitão ou tenente). Ou seja, visando a economia da sistemática disciplinar, mesmo as punições formais não seguiam todos os trâmites exigidos pelos regulamentos, permanecendo, então, o ato de punir como algo descentralizado, nas mãos de cada um dos comandantes de companhia.

Conforme gráfico apresentado a seguir, a punição mais aplicada pelo comando da Companhia de Material Bélico, em 1996, aos seus praças foi a de detenção, correspondendo a 41,41% dos lançamentos.

³⁷⁷ Punir, aqui, no sentido formal, ou seja, seguindo o que prescrevia o Regulamento Disciplinar do Exército, de 1984, no seu Artigo nº 22. De acordo com esse regulamento, as punições poderiam ser: advertência, repreensão, detenção, prisão e prisão em separado, e licenciamento e exclusão a bem da disciplina.

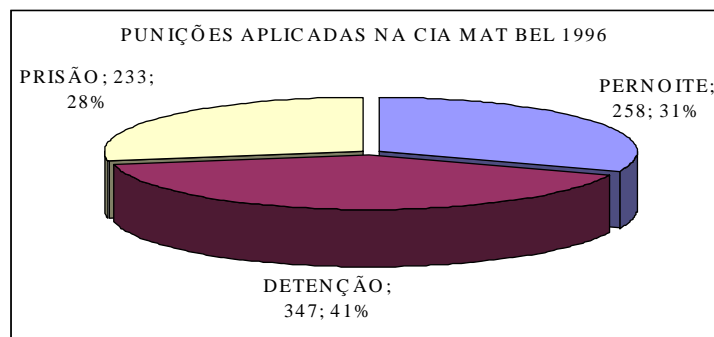
³⁷⁸ O termo ‘autoridade’ subentendia-se o comandante imediato do transgressor. No caso das praças, geralmente era representado pelo comandante da subunidade a que elas pertenciam, oficiais cujos postos podiam variar de tenente a major, mas o mais comum era mesmo o posto de capitão.

³⁷⁹ O Artigo 10º, em seu § 6º dizia que “a autoridade, a quem a parte disciplinar é dirigida, deve dar a solução no prazo máximo de oito dias úteis, *podendo, se necessário, ouvir as pessoas envolvidas...*” (Grifo nosso) (RDE, 1984, p.4)

³⁸⁰ A lista de militares para a “hora do pato” era geralmente lida no final do expediente solicitando o comparecimento dos militares ao Comandante da Companhia no dia seguinte: “Hora do Pato: falar com 1º Ten... às 09:00 h:...[3 cabos e 9 soldados]”. Ver: Aditamento nº 002-Sgte Cia MB, de 03 Jan 96.

³⁸¹ Conforme Art 32 do Regulamento Disciplinar do Exército de 1984.

Gráfico nº 25



Muitas dessas detenções foram publicadas apenas no aditamento ao boletim da subunidade, apesar da previsão, no Regulamento Disciplinar do Exército, da necessidade de publicar centralizadamente no boletim da unidade todas as punições da unidade. As prisões, que são um tipo de punição mais grave, eram invariavelmente publicadas de modo centralizado como descrito anteriormente. No caso específico das fontes estudadas, as prisões corresponderam a 27,80 % das punições aplicadas, porcentagem por si só de extrema relevância, mas que, se levarmos em consideração a relação entre as faltas cometidas e a relativa gravidade da condição de estar preso, essa relevância se potencializa, tornando-se um importante indício de que o sistema de castigos imposto pelo Exército por esse tempo – lembro que estamos falando aqui não de uma distância secular, mas de 11 anos apenas – era rigoroso na aplicação das punições disciplinares, buscando sempre que possível coibir novas infrações através da exemplaridade destas punições.

O pernoite, como não se configurava uma punição prevista no regulamento disciplinar, sendo encarada a sua liberação como uma concessão do comandante, operava sem a necessidade burocrática exigida pelas punições regulamentares. Era a maneira mais flexível e descentralizada de contribuir para o “benefício educativo do punido e da coletividade” utilizando-se da ferramenta coercitiva e disciplinadora da ameaça e do efetivo cerceamento das liberdades dos praças, porque só para eles a dispensa da revista do recolher era tida como uma benesse. Segundo dados retirados das folhas dos pernoites da então Companhia de Material Bélico, houve, durante o ano de 1996, cerca de 838 lançamentos por questões disciplinares³⁸² de praças. Destes, houve 233 lançamentos de prisões (ou seja, 27,80% do total), 347 detenções (41,41%) e, ainda, 258 pernoites (30,79%). Ou seja, cerca de um terço das punições aplicadas a praças daquela Companhia tiveram um procedimento sumaríssimo de decisão e aplicação, um número bastante significativo que pode ser usado como um importante indício de que o sistema

³⁸² Aqui considerando o pernoite como uma punição de fato. No cômputo, foram incluídos também os lançamentos em revista do recolher por causa de faltas de militares ao expediente. O militar faltoso era lançado no pernoite, levando-se em conta a possibilidade de sua apresentação até o horário do recolher - fato que, na prática, raramente acontecia, pois normalmente o soldado, que não havia comparecido ao expediente, também faltava ao pernoite.

disciplinar buscava uma certa economia de energias, um certo grau de poupança de formalidades na hora de punir seus transgressores. Esses “lançamentos” não representam realmente a quantidade de militares punidos. Cada um dos números lançados nessas folhas representa um militar punido naquele dia, mas alguns números se repetem diversas vezes no decorrer do ano³⁸³. Temos dois exemplos bastante marcantes dessas repetições.

Um deles é o do cabo nº 176, que foi listado nas folhas do pernoite 69 vezes durante o ano por questões disciplinares, o que significa dizer que cerca de 18% do ano de 1994 daquele cabo foram passados estando punido no quartel. Mais de dois meses, não computados aqui os serviços de escala tirados. Dessas 69 punições, 46 foram da modalidade informal do pernoite³⁸⁴ e 50 dias foram ininterruptos. Outro exemplo é o do soldado 570, que foi lançado 72 vezes. Porém, neste caso, há uma ressalva a ser feita. Desses 72 lançamentos, 11 foram por falta ao expediente, o que não traduziu uma punição cumprida efetivamente pois, como dito, o faltoso ao expediente tinha seu número lançado no pernoite quase como mera praxe administrativa, pois raramente comparecia para respondê-lo. Ainda assim, descontando estes últimos, o referido soldado permaneceu 1/6 do ano punido no quartel, também não computados os dias de serviço de escala. Se tirarmos a média de dias de serviços de um soldado da Companhia de Material Bélico naquele ano, chega-se ao valor de 35,6 dias.

Mas estes casos são os mais extremos. Na verdade, há um escalonamento em todos os aspectos, inclusive na variável que considera o tempo e o efetivo de militares punidos. Descobriu-se que cerca de 65% de todos os punidos ficaram “detidos”³⁸⁵ menos de 10 dias durante todo o ano, quase 22 % ficaram punidos entre 10 a 30 dias e pouco mais de 13% mais de 30 dias. Não pode ser negada a bizarria dos dois primeiros casos, nem destes últimos 35% que ficaram punidos no mínimo 10 dias durante o ano por descumprimento de normas, muitas vezes por fatos irrelevantes em seu aspecto prático.³⁸⁶ Porém há de se considerar importante o fato de a maioria do efetivo da subunidade não ter sido punida, e ainda, de que os que foram punidos, a

³⁸³ Na verdade, apesar de uma alta porcentagem de militares da Companhia ter perdido a liberdade pelo menos uma vez durante o ano, como será visto a seguir, nem todos os militares subunidade foram punidos com esse tipo de sanção, em 96.

³⁸⁴ Havia uma espécie de predileção pela aplicação do pernoite, como forma de punição, quando se tratava de transgressões mais leves de graduados, tendo em vista que 1) a referida punição não iria para a ficha disciplinar do militar em seus assentamentos, o que poderia prejudicá-lo em caso de futuras promoções, o que supostamente “agradava” o punido; e 2) o seu rito era sumário com um caráter bem menos burocrático e menos demorado que as punições formais, ou seja, era um rito mais econômico, o que agradava ao aplicador da punição.

³⁸⁵ Aqui colocada como uma expressão genérica com o significado de perda de liberdade por questões disciplinares e obrigação de permanecer no quartel.

³⁸⁶ Detenção de dois soldados por “estarem usando chinelo de dedo sem estarem autorizados pela formação sanitária” (Aditamento nº 049-Sgte Cia MB, de 12 Mar 96); pernoite a seis soldados “por estarem com as camas mal arrumadas” (Aditamento nº 097-Sgte Cia MB, de 22 Mai 96); detenção de 03 dias a um soldado “por ter chegado atrasado (sic) à parada diária...sendo reincidente” nessa transgressão (Aditamento nº 106-Sgte Cia MB, de 04 Jun 96); pernoite a dois soldados “por terem comparecido à formatura...com má apresentação” (Aditamento nº 159-Sgte Cia MB, de 26 Ago 96); pernoite a 3 soldados “por deixarem de arrumar suas camas” (Aditamento nº 088-Sgte Cia MB, de 10 Mai 96). Os exemplos são inúmeros e permaneceram os mesmos da década de 70. Rodrigues nos conta que qualquer descumprimento de determinados itens de limpeza e higiene “representava punição tão certa quanto dois mais dois são quatro, começando com o castigo de pernoite, depois cancelamento de folga, e finalmente cadeia para os relapsos incuráveis.” (RODRIGUES, 2001, p. 38)

maioria perdeu menos de 10 dias no quartel. Uma conclusão parcial óbvia que podemos tirar disso é a de que os enquadrados ao e pelo sistema foram uma maioria e os não enquadrados, de bom grado ou passivamente, sofriam na pele as conseqüências da sua rebeldia. Eram os “relapsos incuráveis” de que fala o ex-soldado Rodrigues³⁸⁷. Já os indivíduos que cumpriam inquestionavelmente as ordens recebidas ou as regras estabelecidas, de certo modo aceitando mais tranqüilamente as imposições da disciplina e da hierarquia, eram tratados de forma no mínimo mais serena. O esforço disciplinar da punição não necessitava ser empregado com a mesma potência que em relação aos “relapsos”.

De um efetivo que variou de 161 a 237 praças, 69 deles foram punidos na Companhia durante todo o ano. Dois deles eram sargentos – que dividiram entre si 27 lançamentos; seis cabos – com 108 lançamentos; doze soldados do Núcleo-Base – com 143, e quarenta e nove soldados recrutas – com 560 lançamentos. Um escalonamento numérico, em termos de dias de punição impostos, que lembra o escalonamento quantitativo dos dias de exercícios praticados pela infantaria francesa em 1754:

“Os soldados da segunda classe serão treinados todas as manhãs pelos sargentos, cabos, anspeçadas, soldados de primeira classe...Os soldados de primeira classe serão treinados todos os domingos pelo chefe de esquadra...; os cabos e os anspeçadas todas as terças-feiras à tarde pelos sargentos de sua companhia, e estes, aos 2, 12 e 22 de cada mês também à tarde pelos oficiais maiores” (FOUCAULT, 1999, p.135).

Escalonamentos que possuem uma lógica de certo modo natural, tendo em vista o escalonamento numérico dos próprios efetivos. Na época em que a Companhia de Material Bélico contava com o maior efetivo, com 237 praças, havia 45 sargentos, 51 cabos e 141 soldados. Porém, se dividirmos os números de punições por suas graduações, há um peso bem maior em relação aos soldados.³⁸⁸ Se no exército francês do século XVIII o tempo de treinamento – ferramenta de socialização – era bem maior para os soldados, no Exército Brasileiro do final do século XX as punições, que fazem parte do amplo processo de socialização do indivíduo à sociedade disciplinar militar, também visavam bem mais a base da escala hierárquica. Sabemos também que era o soldado do Exército de 1996 que sofria com o maior peso da escala dos serviços³⁸⁹, e que as instruções propriamente ditas se limitavam ao público alvo dos recrutas, pois os chamados “soldados antigos” depois que eram designados para suas funções, após o engajamento, apenas lhes eram cobrados conhecer as peculiaridades de suas tarefas, recebendo uma ou outra instrução-reforço sobre armamentos, de prevenção de

³⁸⁷ Fato bastante curioso é o de que dentre esses “relapsos” da Companhia considerada na nossa pesquisa existe um graduado, um cabo, com mais de dois meses de punição.

³⁸⁸ 4,40% do universo dos sargentos, 11,70% dos cabos e 43,26% dos soldados foram punidos.

³⁸⁹ A média de dias de serviços anuais de um sargento girou em torno de 14,5 dias/ano; a de um cabo foi de 14,4 dias/ano, e a de um soldado foi de cerca de 36 dias /ano.

doenças sexualmente transmissíveis ou de procedimentos quanto aos serviços de escalas³⁹⁰. Dito tudo isso, pode-se cogitar um elemento de permanência do modelo disciplinar estudado por Foucault. Segundo ele o dispositivo piramidal do “olhar disciplinar” demonstrava um excelente nível de eficácia no controle dos indivíduos, pois formava uma rede sem lacunas ao ir se espalhando entre eles, ao mesmo tempo que, discreto, integrava-se às atividades disciplinares aumentando seus efeitos (FOUCAULT, 1999, p.146). Sendo uma pirâmide, quanto mais baixa a posição hierárquica do indivíduo, maior o peso do olhar disciplinar sobre ele no processo de socialização.

No entanto, no Exército Brasileiro do início do novo milênio, o padrão de socialização pela força disciplinar das punições teve uma significativa mudança. Não podemos afirmar até onde as aspirações de grupos mais próximos à da base da pirâmide hierárquica influenciaram nesse processo, mas a Instituição tem procurado modificar-se, adaptando seus regulamentos principais. O Regulamento Interno dos Serviços Gerais e o Regulamento Disciplinar foram mudados em 2002 e 2003 respectivamente, como já foi visto. O direito constitucional à ampla defesa passou a ser garantido através da obrigação de cada comandante em, antes de punir algum subordinado, fazer um pequeno processo, onde, de próprio punho, o acusado escreveria suas “razões de defesa”. Isso aumentou sensivelmente a burocracia disciplinar e, até certo ponto, desencorajou muitos chefes a abrir e dar prosseguimento em processos para pequenas transgressões, que antes, se descobertas, não eram perdoadas. Além disso, o “pernoite”, como sendo uma obrigatoriedade funcional dos praças, e ao mesmo tempo o instrumento de dominação disciplinar mais econômico que o Exército possuía, foi extinto.

Um dos principais resultados disso foi a sensível diminuição das punições aplicadas aos praças em todos os quartéis. Novamente o 27º BLog, e mais especificamente uma de suas subunidades, foi considerado como exemplar nesse aspecto. Se na Companhia de Material Bélico no ano de 1996 houve cerca de 838 lançamentos de militares punidos, no ano de 2004 houve apenas 45. Destes, 27 foram da punição chamada de “impedimento disciplinar” – espécie de detenção supostamente “abrandada” porque não é registrada na ficha disciplinar do indivíduo –, 13 da de detenção e 5 de prisão. Isso, considerando-se que o efetivo praticamente não se havia alterado.

As fontes, portanto, fornecem indícios – por certo que ainda não conclusivos – de que o Exército estaria abrandando, até certo ponto, o foco punitivo disciplinar de seu regime socializante, em detrimento ao reforço de um método muito mais econômico para o sistema: a

³⁹⁰ No final dos anos 90 o Exército buscou implementar uma mudança nesse sentido, adotando a chamada CTTEP (Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional), tendo a consciência de que “Antes da implantação da CTTEP, o EP [Efetivo Profissional] passava a maior parte do ano envolvido com a formação dos recrutas ou a realização de atividades de rotina no aquartelamento. A CTTEP foi criada visando atender o aumento do número de cabos e soldados engajados nas OM Operacionais” (Ver COTER. Plano Básico de Instrução Militar, 2001, p.5-1).

“autodisciplina”, ou “disciplina consciente” como preferem os militares. Seus discursos institucionais pelo menos têm apontado nessa direção.³⁹¹ O sonho do coronel José Pessoa em fazer cada um dos cadetes, dos anos 30, “escravo de sua dignidade pessoal” e “prisioneiros de si mesmo”, de sua consciência (CASTRO, 1990, p.130), não só está ainda muito vivo e muito presente, como tornou-se um projeto muito mais amplo, para todo o Exército. Sonho de uma instituição disciplinar construída a partir de uma quase perfeita economia de forças, onde o sistema não precisaria ter gastos materiais e de tempo para vigiar e punir o indivíduo. Ele por conta própria seria o eterno vigia de si mesmo. O “olho que tudo vê” do panóptico, estudado por Foucault (1999, pp.162-214), seria o do próprio indivíduo para com seus atos. Um sistema de autocontrole que tenderia a se conectar e a prestar devoção a conceitos morais, como “prestar contas à consciência”, e mesmo religiosos, como “prestar contas diante de Deus”. Um sistema disciplinar que faz parte de um projeto muito maior de sociedade baseada na culpa, dentro da qual todo o ocidente cristão fora moldado.

Dentro desse modelo, a sociedade perfeita deveria ser aquela onde o senso prático de justiça irmanasse a todos; onde cada um dos indivíduos tivessem consciência de sua posição, e portanto não houvesse atritos por disputas de poder, ou contra abusos dele; onde o status quo fosse compreendido como favorável a todos de modo equânime, e, por conta disso, não houvesse transgressões; em última instância, onde não houvesse a previsão de punições a transgressores. Todo o aparato societário estaria contido dentro de um sistema harmônico e de manutenção bastante econômica. Parafraseando Santo Agostinho, essa seria a “cidade de Deus”. Porém, o Exército ainda localiza-se na “cidade dos homens”.

³⁹¹ Mensagens do Comandante do Exército aos concludentes da AMAN e aos novos sargentos. Noticiários do Exército nº 10.036, 22 Nov 2002; nº10.118, 28 Nov 2003; nº 10.188, 30 Nov 2004; 10.265, 30 Nov 2005 e 10.266, 05 Dez 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já existe um histórico conflito entre a sociedade civil e a sociedade militar, principalmente a do Exército, gerado, dentre outras coisas, me parece, pela discrepância entre determinados valores e princípios militares em relação aos valores cultuados na sociedade civil. E, ainda, de um modo mais específico, pelo desconhecimento desta a respeito das nuances da formação identitária – baseada naqueles valores e princípios – dos membros da Instituição fardada. Conflito que se potencializou ainda mais com o relativo “distanciamento” da sociedade militar a partir das modificações implantadas na formação identitária militar, desde o Estado-Novo. A partir de então, os pontos de contato com a sociedade civil e seus valores vinham ficando cada vez mais escassos, principalmente por parte dos militares ditos de carreira, ou seja, os oficiais e sargentos. Quando digo “pontos de contato”, falo aqui, da ancoragem identitária do militar, seja qual for o seu posto ou graduação, enquanto indivíduo, com a sociedade civil. Militar, também cidadão, pertencente a um mesmo corpo social e jurídico, possuidor – em tese – dos mesmos direitos que qualquer cidadão comum e com princípios e valores semelhantes ao restante da sociedade que o engloba. São pontos de contato diferentes dos observados nas relações do Exército com as atividades políticas, principalmente durante os governos militares.

Não creio ser possível analisar de modo estanque a dinâmica social fardada. As relações de militares com atividades políticas durante a ditadura deram-se somente em camadas muito específicas da Instituição: 1) pela cúpula (de oficiais superiores e generais, envolvidos com as questões políticas em si, e com a produção das “vontades” institucionais); e 2) pelos elementos de informações (subalternos, muitas vezes responsáveis pela execução de ordens “sujas” e de tarefas inconfessáveis); 3) por uma parcela da tropa empregada esporadicamente na contraguerrilha ou em distúrbios civis. Lembrando que, neste último caso, principalmente, o ponto de contato com a política era de um nível político diferente. Ele aconteceu no plano da violência coordenada pelo poder político vigente, composto por indivíduos que não deixaram de ser oficiais do Exército, mas que também eram a elite política no momento. As missões contra distúrbios civis ou na contraguerrilha foram cumpridas por subalternos que, muitas vezes mal compreendiam o significado político de sua luta e eram percebidas pelos seus executores, simplesmente, como uma missão a ser cumprida, contra o “inimigo” do país. A questão da sedimentação no imaginário militar da figura do inimigo perverso, cruel e traiçoeiro representado pelos comunistas já teve um importante estudo a respeito³⁹². Porém, o senso idealizado de “cumprimento de missão” a todo custo é uma característica da disciplina militar ainda pouco estudada e que necessita ser melhor compreendido para se ter uma perspectiva mais

³⁹² Ver o trabalho de Evaldo Sintoni.

completa do que significava “ser militar” para eles próprios, principalmente quando entendiam estar lutando contra inimigos cuja moral, nos dizeres do General Paulo Campos Paiva, admitia “como válidos o terrorismo, o assalto, enfim qualquer atitude ou ação, pois que, para eles[comunistas], os fins justificam os meios; portanto, é válido matar, mentir, roubar, ou seja, é moral para eles o que é imoral pra nós, contanto que concorra para a destruição da nossa sociedade e para a implantação da ditadura do PCUS...”(PAIVA, 1982, p.11).³⁹³

Enquanto isso, no nível da vida privada, certamente, os pontos de contato e as identificações entre os elementos da sociedade militar e a sociedade civil já eram bem mais ricas e mais fluidas, tendo em vista o relacionamento de cada militar (o conceito de militar aqui está sendo empregado no sentido de um indivíduo comum cuja atividade laborativa é a militar, sem a contraposição identitária com o civil), com a família, amigos civis, ou seja, com pessoas de círculos sócio-profissionais diferentes.

Uma nova realidade passou, aos poucos, a afetar profundamente a organização e a estrutura do Exército. Longe de ser prioridade dos governos Collor, Itamar, Fernando Henrique (dois mandatos) e Lula, os profissionais de defesa têm se apercebido numa situação de pouco prestígio perante os poderes políticos estabelecidos, o que é recorrente na história do Exército e de sua relação com a sociedade civil. Percebendo-se materialmente decadente – o que também é repetitivo de tempos em tempos nos discursos da cúpula militar – a força terrestre vem tentando se equilibrar com orçamentos considerados muitas vezes insuficientes para garantir sua efetiva operacionalidade. A questão das comparações salariais é um outro problema secular enfrentado pela Instituição, que vê um número cada vez maior de seus efetivos profissionais à procura de condições melhores de vida nas instituições civis públicas ou privadas.

Ao observar grande parte de seu público interno com um moral profissional em declínio, tanto pelos motivos materiais citados quanto por outros tantos, que vieram no bojo das mudanças culturais da atualidade, o Exército institucionalmente vem se esforçando para manter-se coeso em torno de valores e tradições legitimadoras, muitas vezes consideradas anacrônicas por seus próprios membros, principalmente os mais jovens, cujas personalidades foram moldadas já num mundo baseado no informacionalismo, com princípios individualistas e valores sobretudo pragmáticos, calcados no materialismo. Tudo isso, potencializado pela grave crise de identidade institucional, aumentada ainda mais com o fim da guerra fria, onde o

³⁹³ Palestra proferida pelo Gen Div Paulo Campos Paiva, na ADESG, em 1982, com o título de “O comunismo”. O mesmo general, além de requestrar Maquiavel em sua preleção, requestra também Pavlov ou Skinner, tecendo comentários sobre as formas de combate ao comunismo, sendo que o comunista é visto como um “ser condicionado”: uma delas é a contraposição “a esse condicionamento...esclarecendo sobre a falta de veracidade da teoria comunista e de quais são seus objetivos...” e a outra seria a “repressão dos órgãos de segurança” ao já “militante terrorista”, sem “lhe dar a menor oportunidade de reação, se não quisermos imolar mais vidas, em repetidos sacrifícios, na luta contra essa ameaça constante e permanente” (idem, p.13-14).

“inimigo” mitologicamente conhecido desde 1935, foi simbolicamente e formalmente “perdido”³⁹⁴ em 1989, com a queda do muro de Berlim.

Enfim, um somatório dinâmico e interdependente de questões novas, com fluxos de transformações originados de inúmeras fontes e vetores – dimensões políticas, culturais, sociais, econômicas, em nível global e nacional, que se entrecruzam e se interpenetram –, tem se revelado e se imposto à instituição fardada e exigindo dela adaptações, geradoras de transformações internas, que acabam trazendo perspectiva de mudanças no processo de construção de identidade militar. O que se buscou com a presente pesquisa, foi verificar, em alguns pontos, onde, como e sob quais aspectos essas transformações societárias, de um modo geral, vêm “determinando” alterações no processo de construção das identidades militares do Exército.

Deixaram de ser abordadas inúmeras questões não menos importantes que as aqui foram analisadas. Temas tais como os níveis sociais do efetivo militar (de carreira e temporários), os salários, as perspectivas acerca da carreira militar, dentre outros tantos, permaneceram fora de nossa análise, por uma questão prática de tempo limitado de pesquisa. Há a pretensão de abordá-los em uma outra oportunidade, privilegiando-se, quem sabe, uma visão micro dos agentes, tendo como principais fontes as suas próprias vozes. O tema possui inúmeras possibilidades de pesquisas, análises e pontos de vista, e espera outros pesquisadores para descobri-lo. Nesse sentido, este trabalho jamais teve a pretensão de esgotar o assunto. Pelo contrário, pretendeu, desde o início, ser apenas introdutório de um objeto de pesquisa que cada vez mais vai ganhando espaço nas ciências humanas nacionais, mas que se encontra ainda em um processo incipiente de produção de interesse de jovens pesquisadores acerca da matéria História Militar.

³⁹⁴ Alusão ao livro de Evaldo Sintoni.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.
- _____. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BRASIL (Presidência da República). **Projeto de reconstrução nacional: diretrizes para um novo Brasil** (nº 1). Brasília: Imprensa Nacional, 1990.
- BRASIL (Presidência da República). **O Brasil e a nova estrutura internacional: diretrizes para um novo Brasil** (nº 8). Brasília: Imprensa Nacional, 1990.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise do Estado**. São Paulo: Nobel, 1992.
- BROCHADO, João Manoel Simch. **Eia, Avante!: a energia dos agrupamentos humanos**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.
- _____. **O caráter dos soldados**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.
- _____. **O Espírito combatente (Livro 3). A imitação do combate: busca obstinada da autonomia institucional**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2005.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **A globalização imaginada**. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2003.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política: a vida que vivi**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Zahar: Rio de Janeiro, 2005.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura (Vol III): Fim de milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, pp. 95-249 e 411-439.
- _____. **A era da informação: economia, sociedade e cultura (Vol I): A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- _____. **O poder da identidade**. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbekian, 2003, pp. 294-444.
- CASTRO, Antônio Barros de. & SOUZA, Francisco E. P. **Economia Brasileira Em Marcha Forçada**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- CASTRO, Celso. **O espírito militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- _____. **A origem social dos militares**; IN: Novos Estudos CEBRAP nº 37, Nov 1993, pp.225-231.
- _____. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

- _____ **Revoltas de soldados contra a República.** IN: Castro, Celso. Izecksohn, Vitor. Kraay, Hendrik. Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2004; (pp. 301-313).
- CASTRO, Celso; IZECKSON, Vitor; KRAAY, Hendrik.[Org] **Nova História militar brasileira.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- COSTA, Lúcia Cortes da. **Os impasses do estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil.** São Paulo/Ponta Grossa: Cortez/EdUEPG, 2006.
- CUNHA, Péricles da. **Os militares e a guerra social.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon & CASTRO, Celso (Org). **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura.**Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **Os militares e a transição:perdas e danos do exercício do poder.** IN: DINIZ, Eli (Org) O Brasil no rastro da crise. São Paulo: ANPOCS/Hucitec, 1994, pp.156-178.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org). **Democracia e Forças Armadas no cone sul.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Org). **Militares e política na Nova República.** Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** São Paulo: Atlas, 2004.
- DIXON, Norman. **A psicologia da incompetência dos militares.** Lisboa: Dom Quixote, 1977.
- DREIFUSS, René. **O jogo da direita.** Petrópolis: Vozes, 1989.
- DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- EISENSTADT, S. N. **De geração a geração.** São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ESTEVES, Diniz. **Documentos históricos do Estado-Maior do Exército.** Brasília: Ed. do EME, 1996.
- FAGUNDES, João Batista. **A justiça do comandante.** Rio de Janeiro: Ed. do autor, 2002.
- FÁZIO, Ednéia. **Formação e perfil dos alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (1990-2000).** (Dissertação de Mestrado). Franca: UNESP, 2001.
- FERNANDES, Fernando Bartholomeu. **As relações civil-militares durante o governo Fernando Henrique Cardoso(1995-2002).** (Dissertação de Mestrado em Ciência Política). Brasília: UnB, 2006.

- FERRAZ, Francisco César Alves. **Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira**. IN: Castro, Celso. Izecksohn, Vitor. Kraay, Hendrik. Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2004; (pp. 365-388).
- FILHO, Olympio Mourão. **Memórias: A verdade de um revolucionário**. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2000.
- FLORES, Mário César. **Bases para uma política militar**. Campinas: Ed.Unicamp, 1992.
- _____ **Reflexões estratégicas: repensando a defesa nacional**. São Paulo: Ed. É realizações, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.
- _____ **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2002.
- GIRARDET, Raoul. **A sociedade militar de 1815 até nossos dias**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____ **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992. pp.117-184 e 291-326.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Cia das Letras, 2ª Ed,1996.
- _____ **Introdução: a invenção das tradições**. In: Hobsbawm, Eric; Ranger, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 5-32.
- KEEGAN, John. **A face da batalha**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.
- LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEIREDO, Rubens (Org). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura, 2002.
- MATOS, Francisco Gomes de. **Desburocratização**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1979.
- MENDES, Fábio Faria. **Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX**. IN: Castro, Celso. Izecksohn, Vitor. Kraay, Hendrik. Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2004; (pp.111-137).
- MYRDAL, Gunnar. **O valor em teoria social**. São Paulo: Pioneira, 1963.
- NETO, Júlio Gomes. **Estado e internacionalização do capital**. IN: COGGIOLA, Osvaldo. **História e Economia: Questões**, Tomo II. Humanitas FFLCH/USP. São Paulo: Edusp. 2003. pp. 711-726.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (Org) **Militares: Pensamento e ação política**. Campinas: Papirus, 1987.

_____ **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia**. São Paulo: Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Tânia Regina de Godoy Torres de. **O estudo da guerra e a formação da liderança militar brasileira (1996-2004)**. (Tese de Doutorado em Educação).São Carlos: UFSCar, 2005.

PEDROSA, Jose Fernando de Maya. **A grande barreira: os militares e a esquerda radical no Brasil (1930-68)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

PEREIRA, Valmir Fonseca Azevedo. **História do Estado-Maior do Exército (1984-1996)**. Brasília: Ed. EME, 1996.

PIRES, Marcos Cordeiro. **Economia, democracia e micropolítica**. IN: COGGIOLA, Osvaldo. *História e Economia: Questões*, Tomo II. Humanitas FFLCH/USP. São Paulo: Edusp. 2003. pp. 695-710.

RODRIGUES, Luiz Alberto. **Memórias do soldado Rodrigues**. Belo Horizonte: O Lutador, 2001.

ROSA, Alexandre Reis. **(O) Braço Forte, (A) Mão Amiga: um estudo sobre dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar**. (Dissertação de Mestrado em Administração) Lavras: UFLA, 2007.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis & MATHIAS, Suzeley Kalil (Org). **Entre votos e botas: as forças armadas no labirinto latino-americano do novo milênio**. Franca: Ed.Unesp, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **A nova missão das Forças Armadas latino-americanas no mundo pós-guerra fria: o caso do Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Sociais nº 54, Vol 19, fevereiro de 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a07v1954.pdf>; Acesso em: 12 Ago 2006

SINTONI, Evaldo. **Em busca do inimigo perdido**. Araraquara: Ed UNESP/Cultura Acadêmica.1999.

SKIDMORE, Thomas. **Uma história do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SKINNER, B.F. **Ciência e comportamento**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

SOARES, Gláucio Ary Dillon e D´ARAÚJO, Maria Celina (Org)...[et al.]. **21 Anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SORMAN, Guy. **O Estado mínimo**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal. 1988.

SOUZA, Adriana Barreto de. **A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850)**. IN: Castro, Celso. Izecksohn, Vitor. Kraay, Hendrik. Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2004; (pp.159-178).

STEPAN, Alfred. **Os militares na Política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VOLPON, Tony. **A globalização e a política: de FHC a Lula**. Rio de Janeiro: Revan, 2003

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor de sabres: controle civil ou tutela militar?** São Paulo: Ática, 1994.

_____ **Frágil democracia**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

FONTES IMPRESSAS

BRASIL. Exército Brasileiro. Princípios de chefia. Rio de Janeiro: Estado-Maior do Exército (EME), 1953.

BRASIL. Exército Brasileiro. Regulamento Disciplinar do Exército. Brasília: EME, 1984 e 2002 (Atual).

BRASIL. Exército Brasileiro. Regulamento Interno dos Serviços Gerais. Brasília: EME, 1984 e 2003 (Atual).

BRASIL. Exército Brasileiro. Liderança: Conselhos aos oficiais e sargentos que servem na tropa. Brasília: Comando de Operações Terrestres (COTER), 1999.

BRASIL. Exército Brasileiro. A comunicação social em apoio às operações militares. Brasília: COTER, 2005.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comandante: Chefe e líder. Brasília: EME, 1986.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha: Operações Psicológicas**, 1999 (p.5). Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/1sch/manuais/C%2045-4.pdf>; Acesso em: 07 Jul 07

BRASIL. Exército Brasileiro. **Programa de Instrução Militar (PIM)**. Brasília: COTER, 2000-2005

BRASIL. Exército Brasileiro. **Programa Padrão de Instrução Qualificação do Cabo e do Soldado**. Brasília: COTER, 2001.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Revista “Verde Oliva” nº 130. Brasília: Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx), Ago 1991.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Revista “Verde Oliva” nº 140. Brasília: CComSEx, 3º Trim 1994.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Revista “Verde Oliva” nº 149. Brasília: CComSEx, Mai/Jun 1996.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Revista “Verde Oliva” nº 151. Brasília: CComSEx, Set/Out 1996.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Revista “Verde Oliva” nº 153. Brasília: CComSEx, Jan/Fev 1997.

- EXÉRCITO BRASILEIRO. Revista “Verde Oliva” nº 159. Brasília: CComSEx, Jan/Fev 1998.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Revista “Verde Oliva” Edição Especial s/nº. Brasília: CComSEx, 1997.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Revista “Verde Oliva” nº 161. Brasília: CComSEx, Mai/Jun 1998.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Revista “Verde Oliva” nº 164. Brasília: CComSEx, Nov/Dez 1998.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Revista “Verde Oliva” nº 169. Brasília: CComSEx, Mai/Jun 1998.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Revista “Verde Oliva” nº 175. Brasília: CComSEx, Ago/Set 2002.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Revista “Verde Oliva” nº 177. Brasília: CComSEx, Jan-Mar, 2003.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Revista “Verde Oliva” nº 182. Brasília: CComSEx, Jul/Dez 2004.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Revista “Verde Oliva” Edição Especial s/nº. Brasília: CComSEx, Fev 2007.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Ofício nº 004-Gab Sect, de 16 Mar 04. Assunto: administração das Unidades Gestoras. Brasília: Secretaria de Economia e Finanças do Exército (SEF), 2004.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletins do Exército. Brasília: Secretaria Geral do Exército (SGEx), 1996 a 2004.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. 5ª Região Militar / 5ª Divisão de Exército Apostila da 4ª Reunião de Comando. Blumenau, 1995.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. 5ª Região Militar / 5ª Divisão de Exército. Comando da Artilharia Divisionária (CAUD/5). Plano Básico de Instrução Militar do CAUD/5, 1994.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletins Internos. Curitiba: 27º Batalhão Logístico, 1996 a 2004.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Aditamentos aos Boletins Internos. Curitiba: 27º Batalhão Logístico/ Companhia de Material Bélico, 1996.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. 27º Batalhão Logístico. Companhia de Material Bélico. Pernoites diários. Curitiba, 1996.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. 27º Batalhão Logístico. Companhia de Material Bélico. Aditamentos aos Boletins Internos. Curitiba, 2004.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. 27º Batalhão Logístico. Companhia de Material Bélico. Pernoites diários. Curitiba, 2004.
- PAIVA, General Paulo Campos. **O comunismo**. Palestra proferida na ADESG, sem Lugar ou Editora, 1982.

FONTES DISPONÍVEIS NA INTERNET

- **Projeto Soldado-Cidadão vai formar mais 30 mil jovens em 2005**. Disponível em: <http://conline1.cjf.gov.br/phpdoc/pages/sen/soldadocidadao/noticia2.htm>. Acesso em: 12 Set 06;

- **Projeto Soldado Cidadão.** Disponível em: <http://www.funceb.org.br/projetos/projetosoldadocidadao.html>; Acesso em 12 Set 06.
- **Gastos com as Polícias Militares dos Estados.** Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil Organizacional das Polícias Militares 2005. *Apud:* Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP Relatório intitulado “*Perfil das Organizações Estaduais e Municipais de Segurança Pública*”, 2006, pp. 74; 80. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/SENASP/estatisticas/organizações%20estaduais%20e%20municipais.pdf>; Acesso em: 17 Jun 07.
- **Plano Plurianual** de 1996 a 1999, 31 Ago 1995. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/planejamento_investimento/conteudo/ppa1996/apresent.htm; Acesso em: 19 Jul 07.
- **Gastos das unidades do Exército.** Portal Transparência do governo Federal. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalComprasDiretasOEUnidadeGestora.asp?Ano=2004&Valor=74474452251626&CodigoOS=52000&NomeOS=MINISTERIO%20DA%20DEFESA&ValorS=2660644977981&CodigoOrgao=52121&NomeOrgao=COMANDO%20DO%20EXERCITO&ValorOrgao=1274410386842&Ordem=1>; Acesso em: 9 Out 06.
- Texto sem indicação de título nem autor, capturado do “orkut”. Disponível em: : <http://www.diariodobrito.com/index.php?conteudo=10&id=260> Acesso em: 15 Jun 2006.
- **Orçamento de Defesa.** Disponível em: http://www.defesabr.com/md_Parte3.htm Acesso em 08 Jan 07.
- **ABC da ONU.** UNICRIO(Centro de Informação da ONU no Brasil). Disponível em: http://www.unicrio.org.br/BibliotecaTextos.php?Texto=abc_indice.htm. Acesso em 05 Jan 07.
- ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de. **Diretriz Geral do Comandante do Exército – 2003/2006.** Disponível em: http://www.gabcmt.eb.mil.br/static/paginas/diretriz_.htm; Acesso em 05 Abr 07.
- ANDRIGHY, Fátima Nancy. **A democratização da justiça.** Revista do Centro de Estudos Judiciários nº 03, Dez 1997. Disponível em: <http://www.justicafederal.gov.br/>; Acesso em: 05 Jul.
- BENTO, Cláudio Moreira. **A guarda nacional de novo!.** Disponível em: <http://www.resenet.com.br/guardanacional.htm>; Acesso em: 13 Nov 07.
- BOLSONARO, Deputado Jair. **Comunicado nº 9, de 17 Mai 2001;** Disponível em: [http://www.bolsonaro.com.br/jair/comunicado/antigos/comunicados_a.htm#COMUNICADO Nº 8](http://www.bolsonaro.com.br/jair/comunicado/antigos/comunicados_a.htm#COMUNICADO_Nº_8); Acesso em: 15 Jun 2005.
- _____ Comunicados do deputado Jair Bolsonaro, Disponíveis em: <http://www.bolsonaro.com.br/jair/comunicado/antigos>, Acesso em: 03 Jul 07

- BRASIL. **Privatização no Brasil (1990-1994 / 1995 – 2002)**. BNDES, 2002. p.6 Disponível em: www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/Priv_Gov.pdf. Acesso em 11 Jan 07.
- CARVALHO, Carlos Eduardo. **Bancos e Inflação no Brasil: da crise dos anos 1980 ao Plano Real**. Disponível em: http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_56.pdf. Acesso em: 16 Jan 07.
- CARVALHO, Olavo de. Artigos diversos. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org>; Acesso em 21 Jun 07
- CAVAGNARI, Geraldo. **Introdução à Defesa da Amazônia**. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nee/art4.htm>. Acesso em 06 Dez 06.
- CÔRTEZ, Marcos Henrique. C. **A Defesa Nacional diante do Pós-Modernismo Militar**. Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, 2000?. Disponível em: <http://www.esg.br/cee/index3.htm>. Acesso em 12 Fev 07.
- DAVID, Paul A.; FORAY, Dominique. **Economic Fundaments of the Knowledge Society**. Artigo disponível em: <http://www-econ.stanford.edu/faculty/workp/swp02003.pdf>. Acesso em 05 Jul 07.
- DIAS, Maurício. **Exército: a rebelião dos praças**. Revista Carta Capital de 10 Dez 2003 - Ano X - Número 270. Disponível em: http://www.defesanet.com.br/md/carta_270.htm; Acesso em: 12 Mai 07.
- DIAS, Renato Henrique Guimarães. **Tamanho é documento**. Revista Segurança e Defesa nº 85, Disponível em: <http://www.segurancaedefesa.com/Tamanho.html> Acesso em 23 Dez 06.
- DOMINGOS, Manuel. **Acerca da modernização do Exército**. 2004; Artigo Disponível em: <http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/2004-3%202023-047%20manuel%20domingos.pdf>; Acesso em: 15 Jan 2006.
- FUTATA, Marli Del Mônico de Araújo. **Breve análise sobre o toyotismo: modelo japonês de produção**. Revista Espaço Acadêmico nº 47, Abril de 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/047/47cfutata.htm>. Acesso em: 15 Jan 07.
- GÓIS, Antônio. **Militares fazem ‘bicos’ para sobreviver**. Folha online de 25 Ago 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u35460.html>; Acesso em: 31 Jul 2004.
- HERCKSHER, Mário. **Precisamos de líderes**. Palestra realizada pelo autor (coronel R1) aos alunos da EsAO. Sem data. Disponível em: <http://www.esao.ensino.eb.br/lider/Precisamos%20de%20lideres.ppt>. Acesso em: 19 Jul 07.
- LESSA, General de Exército Luiz Gonzaga Luiz Gonzaga (ex-Presidente do Clube Militar). Disponível em: <http://www.militar.com.br/modules.php?name=Journal&file=display&jid=483>; Acesso em: 24 Jul 07.

- LIMA, Sargento Gilson. **Nota sobre o ofício do Comandante do Exército ao Ministro da Defesa**. Disponível em: <http://www.apeb.com.br/principal/artigos>. Acesso em 03 Set 06.
- LUCCI, Elian Alabi. **A Era Pós-Industrial, a Sociedade do Conhecimento e a Educação para o Pensar**. Disponível em: <http://www.hottopos.com/vidlib7/e2.htm>; Acesso em 13 Fev 07.
- NALINY, José Renato. **Novas perspectivas no acesso à justiça**. Revista do Centro de Estudos Judiciários nº 03, Dez 1997. Disponível em: <http://www.justicafederal.gov.br/>; Acesso em: 05 Jul.
- MEDEIROS, General de Exército Antônio Araújo de. Disponível em: <http://www.militar.com.br/modules.php?name=Journal&file=display&jid=434>; Acesso em: 24 Jul 07.
- NETO, Manoel Soriano. **O ensino militar através dos tempos e o QCO**. Palestra proferida pelo autor (coronel do Exército) aos alunos do QCO, na EsAEx, em Salvador-BA. Sem data. Disponível em: http://www.cdcoex.eb.mil.br/arquivosDocs/o_ensino_mil_atraves_dos_temp_qco.doc; Acesso em: 26 Abr 06.
- PAIVA, Wagner Peixoto. **A teoria do caos e as organizações**. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, Vol. 8, nº 2, Abr/Jun 2001, pp.85. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Cad-pesq/arquivos/v08-2art07.pdf>; Acesso em: 11 Jan 07.
- PASCOALINI, Cabo Marcelo M. **Manual do soldado**; Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/>; Acesso em: 08 Fev 07
- PIMENTEL, J.G. Memórias de um praça que servia 1º Grupo de Canhões 90 Antiaéreo à época do golpe de 1964. Disponível em: http://www.jgpimentel.com.br/texos_sitelist.asp?key_m=48 &img=sim_ultima; Acesso em: 19 Jul 07.
- ROCHA, Leonel. **Sindicalismo militar também tem candidatos**. Jornal Correio Braziliense de 03 Out 05. Disponível em: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=223513> Acesso em 10 Ago 06.
- _____ **Disparidade salarial chega a 290%**. Correio Braziliense de 20 Abr 2005. Disponível em: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=189801>. Acesso em 04 Dez 06.
- _____ **Baixa nos quartéis**. Correio Braziliense de 12 Mar 2006. Disponível em: www.diariodobrito.com. Acesso em 13 Jun 06.
- SILVA, General Iberê Mariano da. **Novas Armas Úteis**. Gazeta Mercantil de 03 Dez 04, p. 8. Disponível em <http://www.defesa.ufjf.br/arq/Art%20141.htm>. Acesso em 08 Dez 06.
- SOARES, Leonércio. **Verdades e vergonhas da FEB** (Citações do livro). Disponível em: <http://www.academiamontese.rg3.net/> Acesso em 15 Dez 06.
- SOUZA, Marcos Aguiar de; FERREIRA, Maria Cristina. **Male gender identity in civil and military men**. Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, v. 10, n. 2, 1997. Disponível em:

- http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artext&pid=S010279721997000200009&lng=en&nr m=iso; Acesso em: 02 Sep 2007.
- VIEIRA, General Gleuber. **Orientações gerais ao Exército**. Revista Verde Oliva nº 168, 2000; Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/VO/168/cmt.htm>; Acesso em: 25 Nov 06.
 - EXÉRCITO BRASILEIRO. Portal oficial. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/01inst/DMF/dmf.htm#29>; Acesso em 08 Mar 07.
 - EXÉRCITO BRASILEIRO. IME: Relação candidato/vaga do concurso/2005. Disponível em: http://www.universia.com.br/html/noticia/noticia_clipping_cgegd.html; Acesso em: 29 Jun 07.
 - EXÉRCITO BRASILEIRO. Portal do COTER (Comando de Operações Terrestre). Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/0apic/peg/pegcoter01.asp>; Acesso em: 12 Jul 07.
 - EXÉRCITO BRASILEIRO. Portal do Gabinete do Comandante. Palestra da Assessoria nº 1 do Gabinete do Comandante do Exército, para os comandantes de unidades, 2004. Disponível em: http://www.gabcmt.eb.mil.br/a1/index.php?option=com_remository&Itemid=31&func=selectfolder&cat=1; Acesso em: 05 Jun 06.
 - EXÉRCITO BRASILEIRO. Portal do Gabinete do Comandante. **Assuntos Jurídicos de Interesse dos Comandantes**. Nota da Assessoria nº 2 do Gabinete do Comandante do Exército. Disponível em: http://www.gabcmt.eb.mil.br/a2/static/artigos/juridico_1.htm.
 - EXÉRCITO BRASILEIRO. Portal do Gabinete do Comandante. **Palestra da 2ª Assessoria do Comando do Exército**, proferida em 25 Out 05, na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Amas. Disponível em: http://www.gabcmt.eb.mil.br/a1/index.php?option=com_remository&Itemid=1&func=fileinfo&filecatid=2&parent=category; Acesso em 16 Mai 06.
 - EXÉRCITO BRASILEIRO. Portal da Escola de Sargentos das Armas (ESA). Disponível em: <http://www.esa.ensino.eb.br/atividades/>; Acesso em 07 Jul 07.
 - EXÉRCITO BRASILEIRO. **Operações**. Disponível em: <http://200.181.6.49/03Brafor/operacoes/indice.htm>; Acesso em 05 Dez 06.
 - EXÉRCITO BRASILEIRO. Dados sobre as “operações” do Exército, desde 1999, e as suas unidades componentes. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/03ativid/operacoes/indice.htm>; Acesso em: 05 Jun 07.
 - EXÉRCITO BRASILEIRO. Portal da Diretoria Geral de Pessoal (DGP); Disponível em: http://www.dgp.eb.mil.br/almq1/procura_cursos_u3.asp. Acesso em: 19 Ago 07.
 - EXÉRCITO BRASILEIRO. Portal da Diretoria de Obras de Cooperação (DOC). Disponível em: <http://www.doc.eb.mil.br/>; Acesso em: 19 Mai 07.
 - EXÉRCITO BRASILEIRO. Portal da Excelência Gerencial do Exército (PEG). Disponível em: <http://www.portalpeg.eb.mil.br/>; Acesso em: 06 Ago 06.

- EXÉRCITO BRASILEIRO. Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Revista *Sangue Novo* (Revista eletrônica), Jul 2006. Disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br/sanguenovo/>; Acesso em: 17 Jul 07.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Portal da Escola de Administração do Exército (EsAEx). Disponível em: <http://www.esaex.ensino.eb.br/esaex/>; Acesso em: 12 Set 06.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx). Noticiário do Exército nº 10.066, de 19 Abr 2003. Disponível em: http://www.exercito.gov.br/NE/2003/04/10066/capa_066.htm; Acesso em: 29 Jun 07.
- IPEM (Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo). Disponível em: <http://www.ipem.sp.gov.br/3emp/5esses.asp?vpro=abe>. Acesso em 09 Jul 07.
- UFPR. **Resultado do concurso vestibular 2007**. Disponível em: http://www.nc.ufpr.br/concursos_institucionais/ufpr/ps2007/resultado2fase/resultado.htm; Acesso em: 1º Jul 07.
- ONG Mídia Sem Máscara. Disponível em: <http://www.midiasemmascara.com.br/editoria.php?id=22>; Acesso em 21 Jun 07.
- ONG Ternuma (Terrorismo Nunca Mais). Artigos diversos. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/revanche.htm>. Acesso em 21 Jun 07.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2000-2003**, relativo ao ano de 2003, apresentado pelo comando do Exército ao Ministério do Planejamento. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/planejamento/investimento/conteudo/relatorio_ppa/v1/dados/docs/005%20%20md/0620%20%20adestramento%20e%20operações%20militares%20do%20exército%20do%20brasil.doc; Acesso em 15 Jan 07.
- Jornal “Correio Braziliense”, de 05 de novembro de 2005. Disponível em: http://silvalima.zip.net/arch2005-10-30_2005-11-05.html; Acesso em: 11 Set 06.
- Associação dos Militares Inativos de Guaratinguetá e Adjacências. Disponível em: <http://www.amigafa.com.br/index.php>; Acesso em: 17 Fev 07.
- Associação Nacional dos Praças das Forças Armadas (ANPRAFA). Disponível em: <http://www.anprafa.com.br/>; Acesso em 17 Fev 07.
- Associação Nacional das Esposas dos Militares (ANESPRAFA). Disponível em: <http://www.anesprafa.cjb.net/>; Acesso em 17 Fev 07.
- Associação Sul-Mato-Grossense da Família Militar. Disponível em: <http://www.assufamil.org.br/>; Acesso em 17 Fev 07.
- Portal Militar; Disponível em: <http://www.militar.com.br/>. Acesso em 17 Fev 07.
- Associação dos Praças do Exército Brasileiro (APEB). Disponível em: <http://www.apeb.com.br>; Acesso em 17 Fev 07.
- Associação de Praças do Exército (APEB: Filial centro-oeste). Disponível em: <http://www.apebcentrooeste.com.br/>; Acesso em: 23 Jul 07.

- Associação de Praças da Marinha do Brasil (APMB). Disponível em: <http://www.apmbrasil.hpg.ig.com.br/>; Acesso em: 24 Jul 07.
- Ação Popular nº 005.51.01.026521-8, de 14 Dez 05. Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.ricardobellido .adv.br/AcaoPopular.pdf](http://www.ricardobellido.adv.br/AcaoPopular.pdf); Acesso em: 21 Jul 07.
- BRITO, Sargento Vilmar Miguel de. Jornal do Brito. Disponível em: <http://www.diariodobrito.com>; Acessos em 07 Set 06 e 23 Jul 07.
- Acórdãos publicados pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região/ Porto Alegre-RS: Apelação Cível Nº 2003.71.00.004697-2/RS, do Juízo Federal da 8ª Vara Federal de Porto Alegre, expedida em 19 Out 04. Disponível em: http://www.trf4.gov.br/trf4/processos/pdf_it2.php?numeroProcesso=200371000046972&dataPublicacao=03/11/2004.
- Acórdãos publicados pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região/ Porto Alegre-RS: Apelação Cível nº 97.04.48430-5 (Ementa), 3ª Turma, expedida em 17 Dez 98. Disponível em: <http://www.trf4.gov.br/trf4/jurisjud>; Acesso em: 15 Jun 08.
- Acórdãos publicados pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região/ Porto Alegre-RS: Apelação Cível, 95.04.01938-2 (Ementa), 3ª Turma, expedida em 03 Dez 98. Disponível em: <http://www.trf4.gov.br/trf4/jurisjud>; Acesso em: 15 Jun 08.
- Acórdãos publicados pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região/ Porto Alegre-RS: Apelação Cível nº 94.04.58893-8 (Ementa), 4ª Turma, expedida em 16 dez 97. Disponível em: <http://www.trf4.gov.br/trf4/jurisjud>. Todos os acessos em 09 Jul 07; Acesso em: 15 Jun 08.